

Pequenos Passos na Luta Contra a Pobreza

Volume I

Modelo, Estrutura e Funcionamento da Cooperação
Apresentação de Casos



2001



1998



Departamento de Cooperação

Ministério da Segurança Social e do Trabalho de Portugal

(ex Ministério do Trabalho e da Solidariedade)

FICHA TÉCNICA:

Pequenos Passos na Luta Contra a Pobreza

Relatório de Actividades e Contas – 1998/2001

Volume I – Modelo, Estrutura e Funcionamento da Cooperação

Apresentação de Casos

Volume II – Projectos de Cooperação – Descrição e Análise

Volume III – Contas e Anexos

Edição:

Departamento de Cooperação

Ministério do Trabalho e da Solidariedade

Coordenação Técnica:

Carlos Sangreman Proença

Elaboração:

Inês Gonçalves, Nuno Cunha, Teresa Coelho

Concepção gráfica da capa:

Ricardo Rodrigues

Concepção gráfica:

Inês Gonçalves

Contacto:

Rua Castilho, nº 24, 7º esq.,

1250-069 Lisboa

Telefone: 21 319 39 66/67

Fax: 21 319 39 61

Fotografias:

Arquivo do DC/MTS, Brígida Pinto, Orlando Garcia,
Pedro Lonet, Salesianos Dom Bosco de Angola.

Logotipo:

João Guimarães

Março de 2002



Volume I

Preâmbulo I

1. A Luta Contra a Pobreza no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento	9
1.1 O conceito de desenvolvimento ao longo da história	9
1.1.1 Os primeiros passos da economia do desenvolvimento	9
1.1.2 A mundialização da questão do desenvolvimento	10
1.1.3 As estratégias de desenvolvimento na década de 50 e 60	12
1.1.4 O final da crença no modelo de acumulação de capital	13
1.1.5 O período do Consenso de Washington	14
1.1.6 A pobreza como elemento central das estratégias de desenvolvimento	15
2. A Política Portuguesa de Cooperação para o Desenvolvimento	21
2.1 Linhas Gerais de Orientação e Objectivos da Cooperação Portuguesa	21
2.2 Áreas de Actuação Prioritárias	23
2.3 Orientação Geográfica	24
3. A Cooperação do Ministério do Trabalho e da Solidariedade e o Departamento de Cooperação	27
3.1 O Departamento de Cooperação do MTS	27
3.2 Visão histórica	28
3.2.1 Antecedentes	28
3.2.2 Criação	30
3.3 A lógica evolutiva do Departamento de Cooperação	31
3.4 Princípios Orientadores	33
3.5 Orientação Geográfica	36
3.6 Enquadramento Formal das Actividades de Cooperação	37
3.6.1 Protocolos de Cooperação	38
3.6.2 Programas de Cooperação	38
3.6.3 Acordos	39
3.6.4 Documentos de Projecto	40
3.7 Modelo de Cooperação	41

3.8	Estrutura Organizacional	43
3.9	Circuitos Financeiros	47
3.10	Acompanhamento e a avaliação	50
3.11	O DC como Veículo de Informação	52
3.12	A articulação do DC com outras entidades portuguesas	54
4.	O Volume e a Estrutura da Ajuda	57
5.	Apresentação de casos	69
5.1	Fundo de Inserção na Vida Activa (FIVA) – Angola	71
5.2	Desenvolvimento Comunitário em Zonas Vizinhas de São Francisco e Vale da Costa – Cabo Verde	76
5.3	Observatório de Bem Estar do Bairro de Quelélé – Guiné-Bissau	81
5.4	Curso para Técnicos de Acção Social – Moçambique	85
5.5	Apoio na recuperação e operacionalização do Lar de Idosos – São Tomé e Príncipe	89
6.	Conclusões do Volume I - O Presente do DC e uma Janela para o Futuro	95
6.1	A procura de respostas para problemas multidimensionais	96
6.2	A necessidade de fortalecer as parcerias	99

Bibliografia

Abreviaturas

Anexo 1: Protocolo

Anexo 2: Documento de Projecto

Anexo 3: Acordo de Parceiros

Volume II

Preâmbulo II

7.	A cooperação desenvolvida pelo MTS 1998-2001	7
7.1	A cooperação bilateral desenvolvida pelo DC	7
7.1.1	República de Angola	9
7.1.2	República de Cabo Verde	33

7.1.3	República da Guiné-Bissau	49
7.1.4	República de Moçambique	65
7.1.5	República Democrática de São Tomé e Príncipe	83
7.2	A cooperação bilateral desenvolvida através do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)	96
7.2.1	Programa Regional Para a Promoção do Emprego nos PALOP (PRÉP) vertente bilateral	96
7.2.2	Centro de Formação Profissional de Metalomecânica (Maputo)	105
7.2.3	Projectos de Apoio a Timor-Leste	106
7.3	A cooperação do MTS com Timor-Leste	107
7.4	A cooperação multilateral	111
7.4.1	Projectos com a OIT	111
7.4.1.1	Promoção do Diálogo Social nos PALOP – PRODIAL	112
7.4.1.2	Programa Regional para a Promoção do Emprego nos PALOP – PREP	113
7.4.1.3	Programa para o Desenvolvimento da Protecção Social nos PALOP – PROSOCIAL	115
7.4.1.4	Peritos Associados	118
7.4.1.5	Programa no domínio da Informação e da Documentação a favor dos PALOP	118
7.4.1.6	Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza – STEP	119
7.4.2	Reuniões Internacionais	122
7.4.3	Relações no âmbito da CPLP	123
7.4.4	Outros organismos internacionais	124
7.5	Visitas Oficiais realizadas no âmbito das actividades de cooperação	125

Abreviaturas

Volume III

Preambulo III

8. Quadros financeiros e Gráficos

Anexo 1: Programas de Cooperação

Anexo 2: Glossário

Anexo 3: Lei Orgânica do DC e legislação



PREÂMBULO I

Um dos fenómenos que marcou o final de século, e que continuará indubitavelmente a marcar a agenda no início deste, é o da globalização. Na realidade, a criação de condições sem precedentes ao nível da comunicação, aprendizagem e partilha de conhecimentos a nível mundial levará a uma aceleração do ritmo de integração das economias e das sociedades. Contudo, não podemos ignorar a ameaça que existe se este processo se desenrolar em padrões que excluam dos seus benefícios alguns países e regiões.

A cooperação que tem por base o princípio da solidariedade tem de constituir um factor de estruturação de todas as sociedades e deve corresponder a uma estratégia de desenvolvimento que considere que o crescimento económico tem de ser complementado por uma **evolução positiva das dimensões do bem-estar das famílias e dos grupos sociais** que constituem os povos dos países intervenientes. Nesse sentido, reforçar ao nível político os laços de cooperação representa um importante factor de reforço da **dimensão social da globalização**.

O **Ministério do Trabalho e da Solidariedade (MTS)** no processo de execução das responsabilidades que lhe são inerentes, optou por organizar a cooperação a partir de um serviço especializado. Foi neste contexto que em 1998 o **Departamento de Cooperação (DC)** surgiu, *com o objectivo de assegurar, em articulação com o Instituto de Cooperação Portuguesa (ICP), o serviço de concepção e de apoio técnico das actividades a desenvolver no âmbito da cooperação, designadamente com os países de língua oficial portuguesa.*¹

Depois de quatro de anos de procura do modelo mais adequado para permitir a um serviço da administração pública contribuir efectivamente para o fortalecimento das capacidades locais nos países parceiros, este relatório pretende fazer uma pequena descrição dessa experiência, analisando o passado, compreendendo o presente, sempre com o intuito de melhor construir o futuro, dando a conhecer o que tem vindo a ser feito, por forma a dotar as nossas actividades do grau de transparência que consideramos essencial para o sucesso da acção do DC.



¹ Decreto-Lei nº 115/98, de 4 de Maio

A publicação deste relatório pretende ainda contribuir para desmistificar a ideia de que a realidade nos países em vias de desenvolvimento é estática, assente muitas vezes em visões redutoras associadas a flagelos como a fome a guerra, em grande parte como resultado do tipo de informação difundida pelos *media* em relação a estes países. Contrariamente, através da descrição do trabalho que muitos dos nossos parceiros locais desenvolvem nesses países, procuramos abrir uma janela para uma realidade bem diferente, cujo dinamismo permite que o desenvolvimento e a luta contra a pobreza não se resumam nunca apenas ideais utópicos, apesar de serem reconhecidamente processos longos e complexos.

Para que tal seja concretizável é necessário que no desenvolvimento das nossas acções tomemos sempre em consideração as palavras do Prémio Nobel da Economia, o indiano Amartya Sen, segundo as quais *necessitamos de ter uma visão do género humano não como pacientes, pelos quais devemos velar pelos interesses, mas como agentes que podem realizar efectivamente coisas, tanto individual como conjuntamente.*

Conscientes da nossa reduzidíssima dimensão, quando comparada com o desafio de promover um desenvolvimento global, procuramos porém dar **pequenos, mas sólidos, passos** no sentido de **promover a luta contra a pobreza**. Neste sentido, pretendemos que este trabalho possa servir também de motivação, não só para aqueles que no Departamento contribuem para esse objectivo, mas para todos os que, no seu dia a dia, têm como objectivo participar nesta tarefa.

O Relatório encontra-se dividido em três Volumes. O primeiro apresenta o enquadramento teórico e o actual consenso internacional da cooperação para o desenvolvimento, as linhas gerais e as prioridades da cooperação portuguesa, bem como as responsabilidades, orientações, volume financeiro e modelo de cooperação que tem vindo a ser construído. Todos estes pontos são exemplificados com a apresentação de casos concretos de projectos financiados pelo Ministério.

O segundo volume apresenta em pormenor os programas e projectos que o MTS têm desenvolvido desde 1998, seja a bilateral com todos os países com os quais existe cooperação para o desenvolvimento, seja a multilateral com o BIT, CPLP e outras organizações.

O terceiro volume apresenta os mapas e gráficos financeiros demonstrativos de todos os fluxos que permitiram a execução da cooperação. Neste último volume incluem – se ainda os Programas de Cooperação, um glossário e a Lei Orgânica do DC e outra legislação.

As abreviaturas são editadas no Volume I e II e a bibliografia utilizada nos Volumes I e III.





1. A LUTA CONTRA A POBREZA NO ÂMBITO DA COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

1.1. O Conceito de Desenvolvimento ao longo da história

O desenvolvimento da ciência “*pode ser interpretado em termos de «paradigmas» dominantes em cada fase histórica, eventualmente contraditórios e em conflito na mesma época*”², marcados, segundo Khun, pela aceitação comum de certos valores prioritários. Obviamente estes paradigmas, ou consensos recorrendo a outra terminologia, sofrem mutações e vão sendo periodicamente alterados ou substituídos.

Hoje em dia, na área do desenvolvimento, pode ser arriscado falar-se da existência de um paradigma dominante. Contudo, se analisarmos os textos dos relatórios das grandes organizações internacionais, das agências bilaterais com produção escrita e os textos dos investigadores com obra mais publicada na área do desenvolvimento, deparamos com a existência de um dado comum a quase todos eles: ***a importância da pobreza como a pedra angular dos esforços do desenvolvimento***³.

1.1.1 Os primeiros passos da economia do desenvolvimento

Obviamente nem sempre esta foi a ideia dominante. As primeiras preocupações com o fenómeno do desenvolvimento encontram-se relacionadas essencialmente com a ciência económica. Clássicos como Smith, Malthus, Marx, Ricardo ou Mill têm como matéria de reflexão central o processo de enriquecimento das nações. Tendo como quadro institucional o capitalismo europeu (sobretudo inglês e alemão) do séc. XVIII e XIX, a sua visão de desenvolvimento associada à riqueza das nações faz com que este seja confundido com crescimento económico.

Todavia, por um largo período de tempo que se seguiu aos clássicos, o raciocínio dominante centrou-se na noção de equilíbrio, na questão da concorrência e na capacidade do mercado, através de mecanismos automáticos, conduzir os agentes económicos a posições de equilíbrio e situações de óptima afectação de recursos, levando a que o crescimento económico de longo prazo fosse relegado para um segundo plano da agenda da discussão económica.



“a importância da pobreza como a pedra angular dos esforços do desenvolvimento”

² MURTEIRA, M., (1983), Lições de Economia Política do Desenvolvimento, Editorial Presença/Instituto de Ciências Sociais, LISBOA, pág. 40

³ GRINSPUN, A., (2001), in Choices for the Poor, UNDP, pág. 3.

“sobre muitos aspectos, a última parte dos anos 40 e a década que se seguiu representaram um período pioneiro para a «nova» economia do desenvolvimento”

A grave depressão económica dos anos 30 e a necessidade de reconstrução dos países europeus pós guerra 1939-45 vieram colocar em questão este paradigma, constituindo um impulso para os estudos de Keynes, o qual partiu do princípio de que o equilíbrio não é fruto dos mecanismos espontâneos da concorrência de mercado e que a política económica e social dos Estados é o principal instrumento de desenvolvimento.

1.1.2 A mundialização da questão do desenvolvimento

Apenas após a II Guerra Mundial a discussão sobre o desenvolvimento económico reassume o estatuto de questão actual. *“Sobre muitos aspectos, a última parte dos anos 40 e a década que se seguiu representaram um período pioneiro para a «nova» economia do desenvolvimento que se interessou, com maior atenção, sobre os problemas do desenvolvimento na Ásia, África e América Latina”⁴.*

Os primeiros passos da economia do desenvolvimento como a disciplina que hoje conhecemos foram dados, não no sentido de criação de uma disciplina teórica e formal, mas como uma resposta de carácter empírico às exigências do *staff* consultivo dos governos dos países industrializados. Na realidade, face aos problemas que tiveram de enfrentar no pós-guerra, nomeadamente o problema da reconstrução pós-guerra, os governos começam a questionar-se sobre as repercussões que o crescimento económico nos restantes países poderá ter sobre os níveis de produção, consumo e comércio dos seus próprios países.

Simultaneamente, *“a autodeterminação dos povos oprimidos do terceiro mundo através de nacionalismos e outros movimentos sociais que auspiciavam escolhas políticas que estimulavam a confiança nos seus próprios meios contribuiu notavelmente para colocar na actualidade o problema do desenvolvimento e os líderes das novas nações exigem imediatamente a concretização da solidariedade internacional.”⁵*

Outro dado importante foi a transformação da **Sociedade das Nações** na **Organização das Nações Unidas (ONU)** em 1945. Além de proclamar como um dos seus principais objectivos a emancipação completa dos países do domínio colonial, uma das preocupações da ONU expressas na sua Carta é

⁴ MEIER, G. SEERS, D., (1988), *I Pioneri dello Sviluppo*, ASAL , pág 15.

⁵ MEIER, Gerald M., *I PIONERI DELLO SVILUPPO*, pág 18, ASAL 1988

exactamente a promoção de “condições de vida mais elevadas, o pleno emprego e dos requisitos necessários para o progresso económico e social.”

Ao nível das instituições internacionais, há também a referir, embora num referencial temporal diferente, a criação da **Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE)**, em 1960, que veio substituir a **Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE)** no seio da qual é criado, em 1961, o **Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD)**. Ao CAD é cometida a função de coordenar e procurar melhorar a eficácia da Ajuda ao Desenvolvimento dos Estados - Membros.

A bipolarização a que se assistiu no cenário político internacional entre o *socialismo soviético* e o *capitalismo americano* teve também as suas implicações ao nível da concepção da Ajuda ao Desenvolvimento. De facto, o agudizar das tensões entre as duas superpotências, acentuou a necessidade de consolidação das suas posições nos ex - impérios coloniais, conferindo um contorno geo - estratégico ao papel da Ajuda ao Desenvolvimento.

A conjugação de todos estes factores, sem relegar para um segundo plano o aumento da importância dos movimentos que reclamam justiça social no mundo industrializado, justifica a criação, nos anos cinquenta, de uma base política para a ajuda técnica e financeira em vasta escala a favor do então classificado *terceiro mundo*.

A evolução da terminologia

A nomenclatura utilizada ao longo da história é um bom reflexo da postura da sociedade em relação às diversas realidades. O desenvolvimento não é uma excepção à regra.

“As regiões que no século XVIII eram consideradas «primitivas e bárbaras», no século passado «atrasadas» e no período pré - bélico «subdesenvolvidas», transformaram-se nas «nações menos desenvolvidas» ou «países pobres», para não falar das ainda mais recentes definições de «países emergentes» e de «economias em vias de desenvolvimento».”

Meier, G. M., ob.cit.,pág. 18

A conferência de **Bretton Woods**, em 1944, aprovou a criação do **Fundo Monetário Internacional (FMI)** e do **Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD)**, embrião do grupo **Banco Mundial (BM)**, e mais tarde a constituição do **GATT (Acordo Geral sobre as Tarifas Aduaneiras e Comércio)**, completando assim a estrutura do denominado *Sector Público Internacional*. Essas instituições vão pouco a pouco influenciar



“condições de vida mais elevadas, o pleno emprego e dos requisitos necessários para o progresso económico e social.”

“a rápida reconstrução europeia no pós-guerra (...) fundamentou uma crença elevada na possibilidade de desenvolvimento dos ditos países do Terceiro Mundo”



decisivamente todas as decisões sobre políticas de desenvolvimento em todo o mundo.

1.1.3 As estratégias de desenvolvimento na década de 50 e 60

Na edificação das ideias que serviram na época de alicerce à economia do desenvolvimento, os economistas pioneiros sofreram diversas influências: “a experiência da planificação soviética, o tipo de gestão económica nacional utilizada nos anos 30 para sair da grande depressão, a mobilização dos recursos nos anos bélicos, o plano Marshall do imediato pós-guerra para a reconstrução da Europa Ocidental”⁶. De facto, a rápida reconstrução europeia no pós-guerra, para a qual tinham contribuído a ajuda externa e uma planificação económica indicativa, fundamentou uma crença elevada na possibilidade de desenvolvimento dos ditos países do Terceiro Mundo, se a cooperação internacional fosse concretizada em intervenções significativas.

Nesta fase inicial, grande parte dos economistas reduzia o desenvolvimento a um processo de crescimento do rendimento *per capita*, embora existissem excepções que desde o início clamaram a atenção para os aspectos sociais e subjectivos que estão por detrás da situação de atraso económico, mas a ideia de que o aumento do *stock* de capital e a melhoria da alocação de recursos gerariam maiores rendimentos e taxas sustentáveis de crescimento, que resultariam por sua vez num processo de desenvolvimento sustentável, dominaram a visão que durante quatro décadas se teve do desenvolvimento.⁷

Ideias como a de Maurice Dobb espelham os primeiros anos do pensamento ligado à economia do desenvolvimento: “o principal factor explicativo responsável pela produtividade de um determinado país é a sua dotação de instrumentos de capital para a produção. Penso mesmo não enganar-me muito afirmando que a acumulação de capital é o ponto nevrálgico do processo de desenvolvimento económico⁸”. Neste sentido, não é de estranhar que, durante os anos 50 e 60, os grandes investimentos em capital físico e infraestruturas, a par de uma estratégia de industrialização, fossem considerados a principal via para o desenvolvimento, nos quais o sector público teria de desempenhar um papel fundamental.

⁶ MEIER e SEERS, ob.cit., pág. 29.

⁷ STIGLITZ, J.E., (1998), Towards a new paradigm for development: strategies, policies, and processes, p. 6.

1.1.4 O final da crença no modelo de acumulação de capital

Ainda nos finais da década de 60, alguns pensadores começam a questionar-se sobre os resultados obtidos pelo modelo de acumulação de capital, chegando à constatação que, mesmo na presença de crescimento económico, *“continuava a existir uma desigualdade alta e crescente, com os frutos do crescimento a ficarem aparentemente nas mãos dos grupos mais ricos e as massas a continuarem a viver em severas condições de pobreza as quais, para muitos, tinham piorado.”*⁹

Esta constatação, aliada a uma nova visão nos países mais avançados, preocupada com as externalidades negativas associadas ao processo de crescimento industrial, tais como a poluição, a degradação ambiental e o esgotamento rápido dos recursos naturais escassos, dá lugar a uma nova escola de pensamento na economia do desenvolvimento – os reformistas – os quais colocam o ênfase da sua estratégia de desenvolvimento em três aspectos: **estratégias orientadas para a criação de emprego, redistribuição com crescimento e estratégias associadas à satisfação de necessidades básicas.**

Em relação à preocupação com as necessidades básicas, esta compreende, em primeiro lugar, a capacidade de uma **família realizar um determinado nível de consumo associado à satisfação de uma série de necessidades privadas: alimentação adequada, alojamento e vestuário, assim como alguns equipamentos domésticos e serviços.** Em segundo lugar, compreende o **fornecimento de serviços essenciais para a comunidade em geral, como sejam água potável, saneamento, transporte público, saúde e educação.** Nesta linha de pensamento adicionam-se ainda preocupações com os **direitos humanos e com a participação das pessoas nas tomadas de decisões que as afectam**, o que nos leva a concluir que estávamos perante o lançamento do embrião para a colocação da luta contra a pobreza como ponto fulcral das estratégias de desenvolvimento.

Ainda nesta linha de orientações, instituições como a **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**, em 1976, redefinem uma estratégia que foca o emprego como objectivo político essencial no sentido de resolver o problema da pobreza, colocando já um certo ênfase na necessidade de lidar com o



“Ainda nos finais da década de 60, alguns pensadores começam a questionar-se sobre os resultados obtidos pelo modelo de acumulação de capital”



⁸ DOBB, M., (1951) *Some aspects of economic development*, Delhi, p.7

⁹ OMAN, C.F. e WIGNARAJA, G., (1991), *The Postwar Evolution of Development Thinking*, Macmillan, London, pág. 98.

“ Preocupações crescentes com a pobreza começam também a ser visíveis gradualmente na política do Banco Mundial.”

“ (...) PAE, que materializavam a crença de que a melhoria da gestão económica e a libertação das forças do mercado desempenhariam um papel decisivo na resolução da crise”

problema do **sector informal e da migração rural-urbano**.

Preocupações crescentes com a pobreza começam também a ser visíveis gradualmente na política do **Banco Mundial**. Efectivamente, os estudos por si encomendados chamam a atenção para a gravidade da **pobreza rural**, justificando que a sua estratégia se oriente essencialmente para o desenvolvimento rural, embora demonstre simultaneamente preocupações com a **pobreza crescente das cidades dos países em desenvolvimento**. A mesma visão é também sublinhada por publicações de algumas importantes **ONGD**, que encontram neste ambiente o cenário ideal para a sua emergência como importantes parceiros para a cooperação para o desenvolvimento, apresentando uma tendência para privilegiar projectos de redução da pobreza com uma escala menor de financiamentos e mais focados geograficamente num bairro urbano ou numa aldeia.

Os resultados destas novas orientações estratégicas não são os esperados, levando a que estas teorias sejam criticadas por *o ênfase económico destas abordagens tender a esquecer o fim último da política, o qual não é apenas a eliminação da pobreza, mas sim desenvolver o potencial das pessoas e fornecer a estas os meios e as possibilidades para o fazerem por si só.*¹⁰

1.1.5 O período do Consenso de Washington

O clima económico internacional desfavorável, em resultado dos choques de preços do petróleo da década de 70, faz com que a atenção se desvie um pouco das questões relacionadas com a pobreza, passando a centrar-se em aspectos macro-económicos e programas de estabilização. Contribuindo para um cenário negro para os países em vias de desenvolvimento, os seus níveis de endividamento externo apresentam um ritmo de crescimento *galopante*.

É neste cenário que o FMI e o BM iniciam o condicionamento da ajuda à implementação de determinadas políticas económicas, apontadas para a estabilização financeira e para o ajustamento estrutural, que se concretizam nos **famosos Programas de Ajustamento Estrutural (PAE)**, que materializavam a crença de que a melhoria da gestão económica e a libertação das forças do mercado desempenhariam um papel decisivo na resolução da crise.

Muitas dessas reformas reflectiram os princípios do chamado **Consenso de**

¹⁰ OMAN, C.F. e WIGNARAJA, G., ob.cit., pág 109.

Washington, o qual tinha como linhas orientadoras uma **redução do grau de participação do Estado na actividade económica, uma maior abertura dos mercados ao comércio internacional, uma revisão da política fiscal no sentido de uma maior disciplina, entre outras medidas tendentes a tornar o mercado o elemento central na determinação dos preços, produção e alocação dos recursos.**

Estas ideias assentavam no princípio de que as receitas do ajustamento estrutural que tinham sido utilizadas nos países industrializados para resolver a crise no início dos anos 80 resultariam também em crescimento económico nos países em vias de desenvolvimento e que este crescimento, por sua vez, originaria a redução dos níveis de pobreza, reflectindo o paradigma dominante em termos económicos, segundo o qual a responsabilidade pelo fracasso das políticas de desenvolvimento até ao momento centrava-se essencialmente nas falhas do Estado, com especial ênfase para o seu excessivo peso na actividade económica. **Menos e Melhor Estado** era um dos lemas que marcaram os PAE, condição que condicionava o acesso aos créditos da comunidade internacional.

“Apesar das expectativas de que os países submetidos ao processo de ajustamento se tornassem capazes de gerar crescimento económico passado alguns anos e que isso presumivelmente reduziria a pobreza, o crescimento iludiu um grande número de países em desenvolvimento – e as taxas de pobreza continuam em grande medida a ser o que eram uma década atrás”¹¹. A acentuar o insucesso destes programas temos o facto de, em diversas situações, pelo menos a curto e médio prazo, terem acarretado elevados custos sociais, nomeadamente em termos do aumento do desemprego e redução dos benefícios sociais decorrentes do corte de custos em áreas sociais, como resultado das reduções na despesa pública.

1.1.6 A pobreza como elemento central das estratégias de desenvolvimento

Os resultados menos positivos das políticas assentes na visão mais economicista do desenvolvimento, defendida pelo denominado Consenso de Washington, tiveram o seu principal Calcanhar de Aquiles na sua incapacidade para ter em conta uma definição alargada de desenvolvimento que contemple as suas múltiplas dimensões. Essa situação originou um movimento que clama por um alargamento dessa visão, que se consubstancie em novas estratégias de



“ Apesar das expectativas (...) o crescimento iludiu um grande número de países em desenvolvimento – e as taxas de pobreza continuam em grande medida a ser o que eram uma década atrás”

“ Essa situação originou um movimento que clama por um alargamento dessa visão”

¹¹ GRINSPUN, A., in Choices for the Poor, UNDP

desenvolvimento, numa perspectiva *bastante diferente da assistência internacional e das formas como esta deve ser entregue*¹².

*Dos 6 bilhões de habitantes do mundo, 2,8 bilhões vivem com menos de 2 USD por dia e 1,2 bilhões com menos de 1 USD. Oito em cada cem crianças não vive para ver o seu quinto aniversário. Nove em cada cem rapazes e catorze em cada cem raparigas com idade escolar não frequentam a escola*¹³.

“O novo cenário geopolítico, simbolizado pela queda do muro de Berlim (...) contribui também para a criação de um ambiente mais favorável ao debate em redor da questão da pobreza”



Face a esses números, a luta pela erradicação da pobreza pode surgir como uma utopia. Contudo, se observarmos a evolução ocorrida nos últimos 30 anos no mundo em desenvolvimento, podemos concluir, como fez Stiglitz, que também não é impossível.

*Uma criança nascida agora pode esperar viver mais oito anos do que uma nascida há 30 anos. Muitas mais pessoas podem ler e escrever, tendo a taxa de alfabetização de adultos aumentado de um valor estimado de 57%, em 1970, para 73% em 1999. A parcela de famílias rurais com acesso a água potável aumentou mais de cinco vezes. Muitas mais pessoas podem beneficiar de um nível de vida digno, tendo os rendimentos médios nos países em desenvolvimento quase duplicado, em termos reais, entre 1975 e 1998, de 1 300 dólares para 2 500 dólares (dólares PPC¹⁴ de 1985).*¹⁵

O novo cenário geopolítico, simbolizado pela queda do muro de Berlim, em 1989, no qual a luta entre o bloco capitalista e socialista deixa de estar no centro das decisões políticas, contribui também para a criação de um ambiente mais favorável ao debate em redor da questão da pobreza, o qual é crescentemente reforçado pelo fenómeno da globalização, pois esta não só facilita e aumenta a velocidade de circulação de bens e capitais no mundo, como facilita a troca de informações, normas e ideias, enfatizando a importância das questões mais globais como o clima e a pesquisa sobre doenças.

Simultaneamente, a comunidade científica internacional e algumas instituições, em particular as grandes organizações internacionais vocacionadas para o desenvolvimento, encontram-se empenhadas em construir um novo consenso internacional, que substitua o Consenso de Washington, e no qual a **Luta Contra a Pobreza** se encontre no centro da cooperação para o desenvolvimento.

¹² STIGLITZ, J.E., (1998), *Towards a new paradigm for development: strategies, policies, and processes*, p. 2,

¹³ BANCO MUNDIAL, *World Development Report 2000/2001*, Washigton, D.C.

Uma das referências mais válidas é a obra do Prémio Nobel da Economia Amartya Sen, que desenvolve o conceito de bem estar associado à ideia do aumento das oportunidades para exercer capacidades humanas pluridimensionais. Esse cientista participa na equipa coordenada por Mahbub ul Haq, que partindo da necessidade de encontrar “uma medida (do desenvolvimento) que não seja cega aos aspectos sociais da vida humana como é o PNB” (Haq, RDH, 1999) publicam em 1990 para o PNUD o primeiro volume do Relatório do Desenvolvimento Humano. Essa publicação, que se repete todos os anos desde então, vai determinar a evolução da definição de desenvolvimento a ponto de, em 1997, Chambers, R., se referir aos paradigmas da economia do desenvolvimento pós guerra de 1939-45 como sendo o “Keynes Consensus”, o “Washington Consensus” e o “Human Development Consensus”.

O **Desenvolvimento Humano** acentua a premência da *participação das pessoas nos eventos e processos que modelam a sua vida*¹⁶, envolvendo-as em três aspectos diferentes: desenvolvimento **das** pessoas (investimento na educação, serviços sociais, etc.), desenvolvimento **para** as pessoas (criação de oportunidades), desenvolvimento **pelos** pessoas (foco na abordagem participativa), sendo uma das questões centrais o *empowerment*. Outro grande destaque vai para a pesquisa de um indicador sintético que ultrapasse as limitações de um indicador redutor como o PIB per capita. Nessa sequência surgiu o **Índice de Desenvolvimento Humano** que combina o rendimento, a esperança de vida e a literacia.

Outro tipo de iniciativas que marcou esta década foi a realização de uma série de cimeiras promovidas pelas Nações Unidas destinadas a colocar na *praça pública* diversos temas associados à problemática do desenvolvimento, como sejam a problemática do género, as questões sociais, do ambiente, das crianças, a problemática do HIV. Nesse âmbito a **Assembleia do Milénio da ONU** é um marco nesta nova estratégia, ao materializar-se num acordo global, que define como meta, entre outras, a redução da extrema pobreza para metade em relação aos níveis de 1990, até 2015.

Também o Banco Mundial modifica a sua estratégia, passando de uma metodologia de acção em que a aposta se centrava ao nível do crescimento económico com recurso à utilização intensiva de mão-de-obra, para uma



“conceito de bem estar associado à ideia do aumento das oportunidades para exercer capacidades humanas pluridimensionais”



¹⁴ Paridade de poder de compra.

¹⁵ PNUD., (2001), Relatório do Desenvolvimento Humano, Novas Tecnologias e Desenvolvimento Humano, PNUD, Nova York, p.10

¹⁶ PNUD, (1993), Human Development Report, PNUD, New York, p-2

“a ONU, a OCDE, o FMI e o BM lançaram a publicação *Um Mundo Melhor para Todos*, na qual apresentam os Objectivos Internacionais de Desenvolvimento”

nova visão, em que, reconhecendo a necessidade de uma agenda mais ampla, propõe um plano de acção para os mais pobres assente em três áreas de igual importância: **promover oportunidades, facilitar a autonomia e aumentar a segurança.**

Na publicação dessa instituição *Voices of the Poor*, os maiores peritos mundiais sobre pobreza – os próprios pobres – *explicaram o bem e o mal estar em termos de cinco dimensões: bem estar material, físico, segurança, liberdade de escolha e acção e qualidade das relações sociais.*¹⁷

Numa acção inovadora, a ONU, a OCDE, o FMI e o BM lançaram a publicação *Um Mundo Melhor para Todos*, na qual apresentam os Objectivos Internacionais de Desenvolvimento, propondo um conjunto de indicadores para medir os progressos conseguidos em cada uma das dimensões. Juntando-se a esta corrente, o grupo dos países mais ricos do mundo (EUA, Japão, França, Reino Unido, Alemanha, Canadá, Itália, Rússia) assumiu em Okinawa um compromisso relativo a estes objectivos. (Ver quadro 1)

É arriscado referir-se que existe um novo paradigma científico, embora a análise das diversas posições permita inferir a existência de uma forte tendência ao nível dos novos conceitos e princípios associados à questão da cooperação para o desenvolvimento e da luta contra a pobreza.

O importante nesta questão é o modo como se tem procurado construir um conhecimento baseado na reflexão de autores apoiados na construção de teorias consistentes e lógicas, desligadas de exemplos concretos de aplicação das suas conclusões – é a **investigação** que em geral se localiza nas universidades. E também na premência de encontrar soluções para uma prática gritante em cada momento – é o tipo de conhecimento que se gera na **acção** dos organismos públicos de execução nacionais e multinacionais.

A distinção entre ambos sempre foi muito artificial, no sentido que os organismos públicos desde a sua existência procuraram recorrer frequentemente a investigadores vindos das universidades, e que a investigação universitária sempre procurou confirmar ou infirmar com a prática as suas conclusões. Não parece haver nessa articulação qualquer predomínio da teoria sobre a prática (formalismo) ou o inverso (empirista).

¹⁷ Banco Mundial, World Development Report 2000/2001, Washigton, D.C..

Boaventura Sousa Santos, em 1995, no seu “Discurso sobre as ciências” ao procurar traçar as grandes linhas de um novo paradigma científico emergente que sintetiza como “um paradigma de um conhecimento prudente para uma vida decente”, afirma que essa construção se está a fazer a partir de uma pluralidade metodológica e de uma aproximação a “um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos una pessoalmente ao que estudamos.”



A consideração destes dois modos de construir conhecimento – um mais vocacionado para a elaboração teórica, outro para a reflexão sobre a realidade, a partir dos problemas locais - parece a escolha que melhor se adequa ao objectivo de contribuição para a construção de uma cooperação de acordo com os princípios que referimos anteriormente.

Quadro 1

	<i>Objectivos</i>	<i>Indicadores</i>
Bem - Estar Económico	Entre 1990 e 2015 reduzir pela metade a proporção de pessoas que vivem em extrema pobreza	<ul style="list-style-type: none"> • População que vive com menos de 1 dólar dia; • Parcela do consumo dos 20% mais pobres; • Distância média à linha de pobreza; • Crianças com peso deficiente menores de 5 anos;
Desenvolvimento Social	Matricular todas as crianças na escola primária até 2015	<ul style="list-style-type: none"> • Frequência da escola primária; • Crianças que atingem o 4º ano da escola primária; • Taxa de alfabetização entre os 15 e os 24 anos;
	Obter maior igualdade e habilitar as mulheres, eliminando as desigualdades por sexo na educação primária e secundária, até 2015	<ul style="list-style-type: none"> • Rácio de raparigas por rapazes na educação primária e secundária; • Alfabetização feminina (15 a 24 anos) em % da taxa masculina
	Reduzir em dois terços as taxas de mortalidade infantil entre 1990 e 2015	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de mortalidade infantil; • Taxa de mortalidade de menores de cinco anos
	Reduzir em três quartos a mortalidade materna entre 1990 e 2015	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de mortalidade materna; • Nascimentos assistidos por pessoal qualificado;
	Proporcionar acesso a todos que precisam de serviços de saúde reprodutiva até 2015	<ul style="list-style-type: none"> • Taxa de utilização de contraceptivos • Prevalência de HIV em mulheres grávidas entre os 15 e os 24 anos de idade
Regeneração e sustentabilidade ambiental	Implantar estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável até 2005, de forma a que esteja invertida a tendência de perda de recursos ambientais até 2015	<ul style="list-style-type: none"> • População com acesso a água potável; • Percentagem de floresta em relação à superfície total; • Áreas protegidas (em % do território nacional) • PIB produzido por unidade de energia consumida; • Emissões de dióxido de carbono per capita;



2. A POLÍTICA PORTUGUESA DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Numa fase de afirmação de Portugal no cenário internacional, em que este procura reconstruir a teia de relações seculares que *sucessivas gerações de portugueses foram tecendo, ao longo dos séculos, por esse mundo fora e que constituem um património extraordinário*¹⁸, a cooperação surge como um dos **vectores centrais da política externa portuguesa**.

Na realidade, esta pode desempenhar um papel central na articulação do decisivo processo de integração europeia e de manutenção e desenvolvimento das suas relações com outras regiões do mundo, funcionando simultaneamente como um importante elemento de diferenciação e de afirmação de uma identidade própria, na diversidade europeia. Portugal poderá tirar partido da sua localização geográfica e do seu património histórico e cultural para participar na construção de uma importante ponte de ligação entre os países da União Europeia e os restantes continentes.

2.1. Linhas Gerais de Orientação e Objectivos da Cooperação Portuguesa

As linhas gerais de orientação da Política de Cooperação Portuguesa fundam-se nos princípios constitucionais de respeito pelos Direitos do Homem e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/99. Nesse sentido são 5 os Princípios que regem a Política de Cooperação Portuguesa:

- Respeito pela universalidade dos direitos do Homem;
- Responsabilidade e solidariedade internacionais;
- Parceria com os países destinatários e concertação com os outros doadores;
- Sustentabilidade do desenvolvimento e equidade na repartição dos seus benefícios;
- Coerência com outras políticas que afectam os países destinatários.



“a cooperação surge como um dos vectores centrais da política externa portuguesa”

¹⁸ ICP, (2001), A Cooperação Portuguesa no limiar do século XXI, pág. 3

Como membro do **CAD da OCDE**, Portugal encontra-se associado aos objectivos gerais e responsabilidades assumidos pela organização na 34ª Reunião do Comité de Alto Nível da organização. Em relação aos objectivos de longo prazo, estes enquadram-se na linha dos IDG¹⁹ referidos no capítulo anterior, inserindo-se no **objectivo central de redução da pobreza para metade dos níveis de 1990 até 2015**.

No documento resultante dessa reunião – **O Papel da Cooperação para o Desenvolvimento no Limiar do Século XXI** – o CAD define da seguinte forma as responsabilidades dos agentes de desenvolvimento:

❖ **em termos conjuntos:**

- criar condições que possibilitem uma correcta gestão dos recursos adequados ao desenvolvimento;
- conduzir políticas que minimizem os riscos de conflito;
- desenvolver dispositivos que aumentem a eficácia da luta contra a corrupção, ao nível nacional e internacional;
- criar condições para uma maior abertura aos contributos da sociedade civil;
- captar o apoio dos países em desenvolvimento rápido e aproveitar os mecanismos regionais de desenvolvimento.

❖ **no âmbito dos parceiros externos:**

- providenciar a assistência apropriada e mobilizar os recursos suplementares necessários no sentido de assegurar o cumprimento dos objectivos definidos;
- actuar nos sistemas internacionais de comércio e finanças, por forma a tornar mais justo o seu funcionamento, em particular no que diz respeito à participação dos países em desenvolvimento;
- aderir às orientações internacionais de avaliação da eficácia da ajuda e monitorizar o seu desenvolvimento;



¹⁹ International Development Goals

- apoiar o fortalecimento das capacidades nacionais, procurando nesse âmbito a redução da dependência do país;
- incrementar o acesso à informação, às terminologias e aos conhecimentos concretos nos países em desenvolvimento;
- tornar a aplicação das suas políticas mais coerentes nos diversos aspectos;
- trabalhar para incrementar a coordenação no seio do sistema internacional de ajuda pública ao desenvolvimento e entre os seus participantes.



No Documento de Orientação Estratégica: “**A Cooperação Portuguesa no limiar do século XXI**”, os objectivos específicos da Política de Cooperação Portuguesa são apresentados da seguinte forma:

- Reforçar a democracia e o Estado de direito;
- Reduzir a pobreza, promovendo as condições económicas e sociais das populações mais desfavorecidas, bem como desenvolver as infra-estruturas necessárias ao nível da educação;
- Estimular o crescimento económico, fortalecendo a iniciativa privada;
- Promover o diálogo e a integração regionais;
- Promover uma parceria europeia para o desenvolvimento humano.

“o reforço das instituições de governação e da sociedade civil é uma prioridade”

Como membro da UE, Portugal deverá também acompanhar os esforços dos seus parceiros e da UE como instituição na *promoção da democracia, dos direitos humanos, dos princípios da boa governação, dos direitos das mulheres e na afirmação da sociedade civil.*

2.2. Áreas de Actuação Prioritárias

Consultando os diferentes documentos disponíveis sobre a matéria, incluindo a legislação publicada, na procura de uma hierarquização dos sectores de actuação da cooperação, torna-se difícil, até ao ano de 2001, encontrar um sector que não seja referido nalgum documento como prioritário. Apenas nos

“ a opção passa em grande medida por uma concentração geográfica nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa”

Programas Integrados de Cooperação elaborados nesse ano e em 2002 para S. Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Moçambique surge uma clara definição de áreas prioritárias.

Esses documentos revelam que as instituições responsáveis por delinear a política de cooperação portuguesa têm vindo a desenvolver esforços no sentido de aproximar as áreas de actuação prioritárias da cooperação portuguesa das que a comunidade internacional considera consensualmente serem as mais eficazes no desenvolvimento de uma política que tem como pedra angular a luta contra a pobreza.

Nas áreas transversais, o reforço das **instituições de governação e da sociedade civil** é uma prioridade. Dentro desta área, prevalece a cooperação com as instituições que têm responsabilidades na área da luta contra a pobreza, como os Ministérios da área social e do trabalho/emprego, os municípios das zonas com maior índice de pobreza e as organizações da sociedade civil que trabalham com os grupos vulneráveis.

Nas áreas sectoriais a prioridade vai para a **agricultura, educação, saúde e protecção social**, como rede de segurança direccionada para os mais pobres, mais uma vez priorizando as acções que atacam directamente a pobreza em relação a outras acções das mesmas áreas²⁰.

2.3. Orientação Geográfica

Em relação à sua orientação geográfica, a opção passa em grande medida por uma concentração geográfica nos **Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa**, reflectindo os laços históricos, linguísticos e culturais que ligam Portugal àqueles países.

Em termos estratégicos, esta opção assenta em dois pilares diferentes. Por um lado, as dificuldades que estes países conhecem tornam-nos alvos coerentes com o objectivo de Luta Contra a Pobreza; por outro lado, tal opção constitui um objectivo estratégico centrado no reforço da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa.

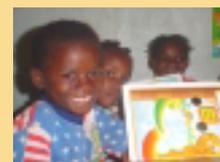
²⁰ PROENÇA, C.S., et al, (2001), A cooperação portuguesa de segunda geração – O PIC de S.Tomé e Príncipe, pág.7

Simultaneamente, é convicção generalizada, com repercussão em documentos oficiais, que a cooperação portuguesa deverá ultrapassar o ciclo de relações quase exclusivas com os PALOP. Neste contexto, a cooperação com Timor Leste assume um papel relevante, por um lado, porque os laços histórico - culturais e afectivos que nos unem a Timor e aos timorenses são extremamente importantes, mercê de um passado comum e da partilha da mesma língua; por outro lado, porque a situação sócio - económica do país - agravada por trinta anos de guerra e luta pela independência – o torna, efectivamente, um alvo preferencial da Cooperação Portuguesa, seguindo os objectivos de luta contra a pobreza.





3. A COOPERAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE E O DEPARTAMENTO DE COOPERAÇÃO



3.1 O Departamento de Cooperação do MTS

Em matéria de gestão da política de cooperação Portugal optou por um **modelo de administração descentralizado**, sendo da competência de cada Ministério o desenvolvimento das actividades de cooperação no âmbito específico das suas atribuições.

A linha de funcionamento de cada Ministério em matéria de cooperação tem como ponto de orientação as prioridades gerais definidas pelo Governo para a Política de Cooperação Portuguesa. Todavia, cada um é chamado a definir a sua política sectorial de cooperação, por forma a que esta reflecta também as prioridades fixadas para o sector em causa.

Um dos instrumentos importantes para o sucesso deste esquema de funcionamento é o Secretariado Executivo da **Comissão Interministerial para a Cooperação (CIC)**, órgão consultivo do Governo para a definição, planeamento, execução e coordenação da política de cooperação, no qual se reúnem, com uma periodicidade mensal, os representantes dos diversos serviços dos vários ministérios com responsabilidade no domínio da cooperação.

No caso do MTS, a representação no Secretariado Executivo da CIC é assegurada pelo **Departamento de Cooperação**, ao qual compete contribuir para a formulação e desenvolvimento de uma estratégia integrada de cooperação nos seguintes domínios:

- a) Emprego, formação profissional e relações laborais;**
- b) Inserção social;**
- c) Segurança social.²¹**

Como departamento sectorial englobado no sistema de cooperação português, o DC encontra-se associado também aos compromissos internacionais assumidos por Portugal, nomeadamente no que se refere à UE, ao CAD da OCDE e necessariamente à OIT.

²¹ Decreto-Lei n.º 418/98, Diário da República - I Série A - n.º301; 31.12.1998

3.2 Visão histórica

3.2.1 Antecedentes

Sendo uma estrutura relativamente recente, o DC não representa a primeira experiência de cooperação ao nível dos Ministérios que desenvolveram previamente actividades nas áreas de actuação do MTS.

No Governo vigente até 1995, a estrutura responsável pela direcção da cooperação mantida entre o **Ministério do Emprego e Segurança Social** (MESS) e os ministérios homólogos dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa foi o **Gabinete de Cooperação com África (GACOOA)**. Dependendo directamente do Ministro, sem existência contemplada em lei orgânica, o GACOOA possuía *competências para programar, coordenar e acompanhar a execução de todos os projectos e acções de cooperação técnica nas áreas de intervenção funcional do Ministério: Trabalho, Emprego, Formação Profissional, Segurança Social e Acção Social*.

Em nota informativa da responsável pelo Gabinete com data de 3 de Novembro de 1995, é referido que este privilegiava uma cooperação bilateral centralizada, tendo como parceiros institucionais os Ministérios das áreas correspondentes dos PALOP. Nessa mesma nota é referenciado que o GACOOA teria identificado, dinamizado e acompanhado cerca de 500 projectos, envolvendo mais de 400 peritos portugueses e a estada em Portugal de 1300 dirigentes e quadros africanos.

O orçamento deste Gabinete estava incluído no orçamento global do **Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)**, tendo atingido em 1994 o valor máximo de 500 milhões PTE, valor que foi reduzido nos anos seguintes em resultado dos fracos níveis de execução apresentados. O financiamento de projectos contou ainda com pequenas contribuições da União Europeia, existindo uma tentativa de colaboração com a OIT através de acordos para a execução de projectos comuns.

No XII Governo Constitucional, cuja tomada de posse ocorreu em 1995, as competências do **MESS** passam para o **Ministério de Solidariedade e Segurança Social (MSSS)** e para o **Ministério para a Qualificação e Emprego (MQE)**.

“ No Governo vigente até 1995, a estrutura responsável pela direcção da cooperação mantida entre o MESS e os ministérios homólogos (...) foi o Gabinete de Cooperação com África”

Num levantamento realizado posteriormente junto dos serviços pertencentes ao MSSS, identifica-se a questão da existência de uma certa descoordenação e falta de informação sistemática entre o GACOOA e os serviços do Ministério. Em 1996 o GACOOA é extinto, e as pessoas envolvidas nas suas actividades voltam aos organismos de onde tinham sido destacadas.

Tendo em conta que muitos dos serviços que colaboravam com o GACOOA passaram para a tutela do **MQE**, a Ministra para a Qualificação e o Emprego determinou, em Despacho de 27 de Maio de 1996, a constituição de uma **Comissão de Coordenação para a Cooperação (CCC)**. A CCC surgiu com o objectivo de responder à necessidade de criar condições que permitissem estruturar uma política de cooperação sistemática e de médio prazo, de melhorar a articulação entre os serviços do MQE que tinham intervenção nessa área e de coordenar a política de cooperação do MQE com a política de cooperação do Governo.

Em reunião de 31 de Janeiro de 1997, a CCC decidiu adoptar os seguintes princípios orientadores da cooperação:

- ✓ *uma perspectiva de médio prazo, com projectos estruturantes;*
- ✓ *ter em conta o ciclo do produto, com um acompanhamento das diversas fases;*
- ✓ *co - responsabilização mútua, nomeadamente em termos financeiros;*
- ✓ *complementaridade/concentração prioritária, não diluindo os meios disponíveis em muitos projectos;*
- ✓ *organização do processo, em vez de processos avulsos;*
- ✓ *apostar em projectos com capacidade reprodutora, que tenham um efeito multiplicador.*

Em relação ao MSSS, pode-se afirmar que durante o ano de 1996 não existiu qualquer estrutura que realizasse o mesmo tipo de funções. Nesse período, o MSSS abriu um concurso público para a adjudicação de um projecto de “*Concepção da cooperação do Ministério da Solidariedade e Segurança Social com os PALOPs*”, no qual se pretendia obter uma “**concepção dos princípios, objectivos, acções e estrutura institucional que permitam a organização da cooperação do Ministério da Solidariedade e Segurança Social.**”

Um dos resultados produzidos pelo projecto, adjudicado ao **Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento (CEsA)**, foi um documento intitulado “*Levantamento de Actividades de Cooperação em curso do Ministério da*



“a Ministra para a Qualificação e o Emprego determinou (...) a constituição de uma Comissão de Coordenação para a Cooperação (CCC).”

“O Departamento de Cooperação foi criado com o objectivo de assegurar, em articulação com o ICP, o serviço de concepção e de apoio técnico das actividades a desenvolver pelo MTS, no âmbito da cooperação, designadamente com os PALOP.”



Solidariedade e Segurança Social”.

Referenciando um *total de 25 propostas, projectos, ideias ou simples intenções, a cooperação do MSSS depara*, segundo a equipa responsável pelo levantamento, *com uma base de trabalho descoordenada e estagnada*. Nesse mesmo documento é então proposta a criação de uma *nova estrutura com existência contemplada na Lei Orgânica, e com o trabalho assente numa ligação e aproveitamento da potencialidade dos diversos serviços e organismos do MSSS, e dos restantes ministérios, com programas de trabalho plurianuais acordados com cada um dos PALOPs (Governos e sociedade civil), e sem esquecer a possível articulação com organizações internacionais como a OIT, o Banco Mundial, a União Europeia, o PNUD, a UNICEF, a qual se encontraria mais coerente com a política de cooperação definida*.

O Despacho n.º 4991/97, de 8 de Julho, veio estabelecer as linhas estratégicas da cooperação a desenvolver pelo MSSS em conjunto com os PALOP. Contudo, a extinção deste Ministério, juntamente com o MQE, através do Decreto-Lei n.º 55/98, de 16 de Março, impediu que o mesmo levasse a cabo a materialização destes princípios em acções de cooperação.

3.2.2 Criação do Departamento de Cooperação

A extinção dos dois Ministérios anteriores deu lugar a uma nova entidade, o **Ministério do Trabalho e da Solidariedade**, cuja natureza, atribuições e estrutura orgânica se encontram estabelecidas no Decreto-Lei nº 115/98, de 4 de Maio. É este diploma que, nos seus arts. 4º e 13º, contempla a criação do **Departamento de Cooperação**.

A Lei Orgânica do MTS, juntamente com o Decreto-Lei nº 418/98, de 31 de Dezembro, estabelece que:

*O **Departamento de Cooperação** foi criado com o objectivo de assegurar, em articulação com o Instituto da Cooperação Portuguesa, o serviço de concepção e de apoio técnico das actividades a desenvolver pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade, no âmbito da cooperação, designadamente com os países de língua oficial portuguesa.*

Desta forma, incumbe ao DC, sem prejuízo das atribuições genéricas em matéria de relações externas do MTS cometidas ao Departamento para os Assuntos Europeus e Internacionais, a realização dos objectivos específicos de

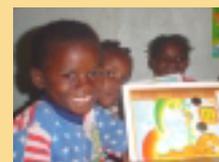
cooperação com os PALOP. Nesse sentido, são competências do DC:

- a) *contribuir, nas suas áreas de actuação, para a definição da política do MTS;*
- b) *coordenar, apoiar e acompanhar as actividades de cooperação do MTS com os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP);*
- c) *elaborar programas e ou projectos de cooperação com os países africanos de língua oficial portuguesa de acordo com as orientações politicamente definidas e em articulação com outros programas e ou projectos que estejam a ser desenvolvidos naqueles países;*
- d) *assegurar a articulação com o Instituto da Cooperação Portuguesa;*
- e) *participar na coordenação das actividades de cooperação técnica desenvolvidas com organizações nacionais e internacionais e outros países no domínio do emprego, da formação profissional, das relações laborais, da inserção social e da segurança social;*
- f) *assegurar, em articulação com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, a execução das dotações inscritas no orçamento da segurança social destinadas ao financiamento da cooperação externa.*

3.3 A lógica evolutiva do Departamento de Cooperação

O DC, consciente da responsabilidade que lhe advém da importância dos domínios que fazem parte da sua competência no desenvolvimento de uma estratégia centrada na luta contra pobreza, desenvolve, desde a sua formação, esforços para que a sua dinâmica de actuação acompanhe a dinâmica de renovação das políticas e estratégias a nível internacional, sem menosprezar as especificidades históricas, culturais e linguísticas próprias que formam, o que alguns denominam, vantagens comparativas da cooperação portuguesa em relação aos restantes países do mundo²².

No cenário actual, em que, como já referenciámos, se verifica uma tendência para o empenhamento geral na construção de um novo consenso internacional



“O DC (...) desenvolve, desde a sua formação, esforços para que a sua dinâmica de actuação acompanhe a dinâmica de renovação das políticas e estratégias a nível internacional”



²² *vantagem que consiste numa enorme ligação afectiva generalizada, derivada de, em cada duas famílias portuguesas, existir ainda, pelo menos, uma pessoa viva que, ou esteve na guerra colonial, ou viveu nos PALOP antes do 25 de Abril. (PROENÇA, 2001, ob.cit.)*

“ procura-se, dia a dia, que a cooperação responda cada vez melhor (...) às necessidades das populações para as quais se dirigem os esforços da nossa cooperação”

em torno da questão da **Luta Contra a Pobreza**, o DC esforça-se, por um lado, por dedicar uma grande atenção a tudo o que se passa no cenário nacional e internacional e, por outro, procura não assumir uma postura passiva nesse cenário.

De facto, e indo de encontro à definição de J. Stiglitz, segundo a qual o desenvolvimento é um processo de transformação da sociedade, tem-se consciência de que o DC terá de ser, acima de tudo, um **agente de mudança**. Neste sentido, tem procurado colocar esta ideia como ponto central de actuação, não só no que se refere às interacções com o ambiente externo, mas também ao nível do desenvolvimento dos instrumentos internos de funcionamento. Englobada nessa lógica, uma das preocupações tem sido o desenvolvimento de **lógicas de funcionamento e instrumentos inovadores** que materializem os avanços que se vão processando em termos teóricos.

Porque o desenvolvimento só pode ser perspectivado numa óptica de médio e longo prazo, uma das preocupações tem sido a adopção de uma postura atenta e crítica em relação ao que já foi e vai sendo feito ao nível da cooperação para o desenvolvimento, pelo Governo Português, pelas instituições internacionais, pelos Governos ou pela sociedade civil dos países parceiros.

Assumindo essa postura, e tendo consciência das dificuldades inerentes ao facto de a sua existência ser relativamente recente, os dois primeiros anos de funcionamento do DC assumiram as características de um período de lançamento e ensaio de procedimentos, de conhecimento dos Ministérios homólogos, de identificação de projectos e de integração ou anulação de acções mais ou menos dispersas que antes desse ano existiam no âmbito da cooperação do Ministério. Daí que muitas ideias e lições desse período apenas tenham começado a ser aplicadas em 2000 e 2001.

Porque se estará ainda longe de um modelo ideal de cooperação, procura-se, dia a dia, que a cooperação responda cada vez melhor, de uma **forma mais expedita e transparente**, às necessidades das populações para as quais se dirigem os esforços da nossa cooperação.

3.4 Princípios Orientadores

Os princípios orientadores do MTS, que o DC executa, partem da definição segundo a qual a cooperação corresponde a uma **relação entre Estados e povos na base de uma confiança mútua** desenvolvida com o intuito de construir e manter um **processo de trabalho conjunto**, com o objectivo último de **promover o desenvolvimento**, entendido como a **extensão do Bem Estar a todos os elementos da população**.

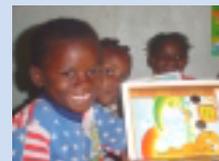
Tendo em conta os domínios de actuação da competência do DC, e os objectivos gerais da cooperação portuguesa, o Departamento adoptou os seguintes vectores como principais orientações da sua estratégia de cooperação:

- (i) **o Reforço da Democracia e do Estado de Direito,**
- (ii) **a Redução da Pobreza,**
- (iii) **o Estímulo ao Crescimento Económico.**

O apoio à **consolidação da Democracia e do Estado de Direito** concretiza-se em grande medida no **apoio ao reforço das capacidades institucionais**, seja dos Ministérios homólogos, seja das organizações da sociedade civil. Contudo, qualquer acção centrada na redução da pobreza deve ser vista como uma forma de reforçar a democracia, já que, à partida, terá implicações no desenvolvimento da estrutura sócio-económica do país, funcionando como um importante estímulo à estabilidade deste.

A promoção de **estratégias eficazes de redução da pobreza** concretiza-se essencialmente no apoio, de uma forma directa ou indirecta, à melhoria das condições de vida das populações, que constituem os grupos vulneráveis de cada país, tendo em conta a definição existente em cada contexto.

Um dos aspectos centrais da cooperação do Ministério é o facto de todas as acções desenvolvidas serem concebidas tendo em conta as **aspirações das populações alvo nos países parceiros**, observando os **princípios da transparência** e da **avaliação permanente, num diálogo** que procura atingir um entendimento consensual entre as prioridades dos países parceiros e as disponibilidades em recursos humanos e financeiros do MTS.



“O apoio à consolidação da Democracia e do Estado de Direito concretiza-se em grande medida no apoio ao reforço das capacidades institucionais, seja dos Ministérios homólogos, seja das organizações da sociedade civil.”

“Dado o carácter multifacetado das situações de pobreza (..) tendência para privilegiar projectos integrados, de maior dimensão e com resultados precisos”

Desenvolvem-se assim esforços no sentido de todos os Projectos incluírem, desde a sua concepção, uma perspectiva de **viabilidade e de auto-sustentabilidade com base nos recursos locais humanos, físicos e financeiros, a partir dum horizonte temporal definido**. Dado o carácter multifacetado das situações de pobreza, a concepção das acções a desenvolver apresenta uma tendência para privilegiar **projectos integrados, de maior dimensão e com resultados precisos**.

Tendo em mente estes princípios, e seguindo as orientações do CAD, uma das preocupações tem sido a de encorajar os países parceiros a formularem as suas próprias estratégias de desenvolvimento, estabelecendo as suas próprias prioridades, planos e instrumentos de implementação. Nesse sentido, e sempre que possível, a concepção e execução das actividades são participadas, não só pelas instituições estatais, mas também por organizações representativas dos destinatários directos e indirectos das actividades em causa e pela sociedade civil em geral.

A par destes princípios, procura-se que essas acções reforcem as diversas capacidades de todos os países parceiros. Insere-se nesse âmbito, entre outros aspectos, a política de recrutamento de pessoas locais ao nível dos formadores, técnicos, administrativos e auxiliares, processo este que é realizado em parceria com os ministérios homólogos ou com as organizações da sociedade civil.

Outro princípio do CAD é o **estímulo ao reforço da coordenação local para o desenvolvimento**. Uma das formas de materialização que o DC tem vindo a procurar desenvolver para a aplicação dessa estratégia é o apoio à instalação e funcionamento de gabinetes de cooperação²³ dos Ministérios parceiros do MTS.

Esta prática tem a vantagem de unir este objectivo com a sua prioridade de reforço institucional já que, para além do aspecto material, o acompanhamento prestado pelos técnicos do DC, permite a transmissão da sua experiência e a divulgação das suas práticas e métodos de funcionamento. Em algumas situações, poderá ainda contribuir para harmonizar progressivamente, sem menosprezar as especificidades próprias, os procedimentos locais com os padrões internacionais.

²³ Apesar de nem sempre assumirem esta denominação, será esta que iremos utilizar para nos referirmos a estes serviços, ou outros que desempenhem estas funções;

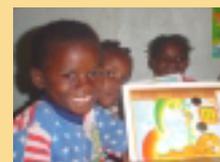
A estratégia de adopção de um parceiro privilegiado no terreno é de facto um dos pontos essenciais do modelo de cooperação que vem sendo seguido, já que permite colocar em prática uma série de princípios que orientam a sua actividade. Para além dos pontos referidos nos parágrafos anteriores, estes gabinetes funcionam como um importante canal de comunicação, permitindo o estabelecimento de um diálogo contínuo, contribuindo para o fortalecimento de um hábito de trabalho comum e sistemático.

Esta forma de actuação enquadra-se numa estratégia global de capacitação local, que se repercute em diversos aspectos do desenvolvimento das actividades do DC. Um desses aspectos é o facto de se privilegiar um modo de funcionamento assente na promoção de serviços e estruturas do Estado ou da sociedade civil já existentes, e não de unidades criadas expressamente para um ou outro projecto como meio de promoção da autoconfiança e da formação em gestão de projectos. No caso dos gabinetes de cooperação, o apoio muitas vezes passa pela sua instalação, embora tal não signifique o apoio a um projecto específico, esperando-se sim que se traduza na existência de um instrumento duradouro e cujo funcionamento esteja assegurado para além do período de apoio do DC.

Os princípios enunciados reflectem uma preocupação de sustentabilidade que se traduz no modelo de organização das actividades de cooperação. Dessa forma, as actividades não são, regra geral, isoladas ou pontuais, procurando integrar-se em projectos que, quando assumidos pela Parte Portuguesa, demonstram uma preocupação em apresentar uma estrutura pormenorizada, sendo desenvolvidos desde o seu início até ao seu efectivo termo, procurando que todas as actividades se interliguem numa lógica previamente definida.

Essa preocupação, aliada do facto de se procurar desenvolver uma cooperação centrada no combate às causas da pobreza, visando a criação nos países objectos da ajuda das condições necessárias a um desenvolvimento sustentado e socialmente harmonizado, leva o DC a não desenvolver actividades que tenham como objectivo único a satisfação de necessidades pontuais, justificando desta forma a sua não participação em actividades como as de emergência humanitária.

No mesmo sentido, e tendo em conta o princípio de reforço das capacidades locais, o apoio a acções de formação, estágios ou visitas em Portugal, reveste-se de carácter excepcional, apenas tendo lugar quando os conhecimentos e



“A estratégia de adopção de um parceiro privilegiado no terreno é de facto um dos pontos essenciais do modelo de cooperação que vem sendo seguido”

“As actividades deste Departamento centram-se deste modo, essencial e prioritariamente, na cooperação com os PALOP.”



ou experiência não podem ser assegurados localmente ou quando se verifica que as deslocações poderão permitir economia de custos e ou de recursos humanos.

Outro dos aspectos que convém destacar ao nível da estratégia prosseguida é o facto de se privilegiar a ajuda não ligada. Em termos práticos isto significa que a realização de aquisições, sejam de material, equipamentos ou outros serviços, ou a adjudicação de obras, não se encontra subordinada ao facto de estas serem realizadas em território português, ou por empresas portuguesas. Na realidade, sempre que tal é possível, procura-se encontrar soluções que passem pela utilização de fornecedores locais, ou que operem no mercado local, ainda que se trate de empresas importadoras, independentemente dos países de onde tais importações sejam provenientes.

Por vezes este procedimento implica um acréscimo de custos derivado das diferenças de preços entre os mercados. Todavia, mesmo nessas situações, e desde que a diferença não assuma valores inadmissíveis, a preferência é dada ao produto ou serviço local, numa óptica de estímulo ao funcionamento do mercado interno dos países parceiros, tendo em vista a ideia de que o objectivo último da sua actividade é o desenvolvimento destes países.

O próprio CAD defende a realização de ajuda não ligada, tendo em conta as suas potencialidades na melhoria das relações entre o Estado doador e Estado receptor, e alerta para o facto da ajuda ligada prejudicar gravemente a capacitação e a responsabilização locais, além de prejudicar a credibilidade do país receptor.

3.5 Orientação Geográfica

A definição das regiões de intervenção prioritárias da Cooperação do MTS obedece às linhas gerais definidas em termos de Política de Cooperação Portuguesa, podendo-se ler no Preâmbulo do Decreto - Lei n.º 418/98 de Dezembro:

“Os especiais laços históricos, culturais e linguísticos que unem estes países a Portugal e a situação económica vivida aconselham a que esta cooperação se desenvolva no âmbito de um programa estruturado e duradouro, concentrando na cooperação com os PALOP todos os esforços, capacidades e recursos com que se pretende dotar o Departamento de Cooperação. As actividades deste Departamento centram-se deste modo, essencial e prioritariamente, na

cooperação com os PALOP.”

Na realidade, até ao momento o DC não dispôs de recursos humanos, materiais e financeiros que lhe permitissem alargar a sua cooperação a outros países, de uma forma eficaz e sustentável. Neste contexto, a escolha dos PALOP como destinatários, praticamente únicos, da cooperação visou potencializar ao máximo os recursos disponíveis e as vantagens comparativas, já anteriormente referenciadas, da cooperação portuguesa em relação a esses países.

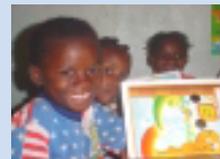
Contudo, as perspectivas de cooperação a médio prazo apontam para um primeiro patamar de alargamento da cooperação a Timor Leste e ao Brasil.

Atendendo à gravidade da extensão da pobreza na maioria dos PALOP, definem-se como áreas prioritárias de concepção de acções de cooperação do Ministério as zonas sub-urbanas e peri-urbanas das cidades destes países. Esta escolha encontra-se relacionada com a concentração de indivíduos vulneráveis nestas zonas, com a maior facilidade de coordenação de actividades e com o facto de a estratégia e a vocação de actuação do DC serem mais facilmente implementáveis, pelo menos numa primeira fase, nestas mesmas zonas. Esta escolha não significa que tais actividades se concentrem ou tendam a concentrar exclusivamente nestas zonas, representando apenas uma forma de definição de prioridades na alocação dos recursos.

Por outro lado, atendendo aos recursos de que dispõe (necessariamente limitados), a cooperação desenvolvida tem evitado a dispersão “territorial”, procurando concentrar esforços em alguns espaços, para que, conscientes de que se está a actuar apenas numa parcela muito reduzida do território do país alvo, se possa, pelo menos nessas zonas, desenvolver uma acção eficaz e sólida, de forma a que o alargamento da base de actuação possa acontecer de uma forma mais sustentada.

3.6 Enquadramento Formal das Actividades de Cooperação

Um dos aspectos em que se tem apostado é no desenvolvimento de instrumentos que permitam uma maior uniformidade de procedimentos, facilitando o controlo das actividades que vão sendo desenvolvidas, permitindo conhecer o ponto da situação das suas actividades, definindo competências, direitos e obrigações de uma forma mais concisa,



“Atendendo à gravidade da extensão da pobreza na maioria dos PALOP, definem-se como áreas prioritárias as zonas sub-urbanas e peri-urbanas das cidades destes países”



contribuindo assim para garantir níveis de transparência e de coordenação mais elevados.

Nesse sentido, o DC materializa o desenvolvimento das suas actividades em diversos documentos, os quais se encontram enquadrados numa sequência hierárquica, de acordo com o seu grau de importância e nível de abrangência. Em termos de documentos de suporte jurídico institucional, o **Protocolo** constitui o seu grau mais elevado, sendo o **Programa** (bilateral ou multilateral) o seu grau intermédio e o **Acordo de Parceiros** o seu nível inferior. O **Documento de Projecto** (integrando o Acordo de Parceiros sempre que exista) funciona como documento operacional, relacionado com a implementação das diferentes actividades previstas no âmbito de cada projecto.

3.6.1 Protocolos de Cooperação



Assinatura de um Protocolo de Cooperação na República de Moçambique.

Os Protocolos são estabelecidos entre os Governos, tendo por objectivo definir as bases da relação institucional, ao abrigo da qual se desenvolvem relações de cooperação entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade de Portugal e os Ministérios homólogos nas suas áreas de intervenção. Estes protocolos poderão incluir todas ou algumas das áreas de intervenção do MTS (emprego, formação profissional, relações laborais, segurança social e inserção social), consoante o âmbito de competências do/s ministério/s homólogo/s.

Assinados pelos ministros competentes, os Protocolos de Cooperação constituem acordos internacionais aprovados pelo Governo nos termos da alínea c) do artigo 197 da Constituição da República Portuguesa.

3.6.2 Programas de Cooperação

A concretização das acções previstas no âmbito dos Protocolos de Cooperação é efectuada através de **Programas Trienais** elaborados pelo Departamento de Cooperação e pelos serviços responsáveis pela cooperação dos ministérios homólogos, com a colaboração do Instituto da Cooperação Portuguesa. Estes programas podem abranger todas as áreas de actuação do MTS e devem definir as grandes linhas orientadoras da cooperação bilateral.

Sendo homologados pelos ministros competentes e assinados pelos

responsáveis dos serviços de cooperação, os Programas incluem um conjunto de Projectos a desenvolver durante o período a que respeita. Entre outros aspectos previstos, destacam-se a definição das responsabilidades das partes envolvidas, tendo em conta as respectivas necessidades e disponibilidades, bem como a apresentação do orçamento indicativo para o desenvolvimento das actividades definidas no documento.

3.6.3 Acordos de Parceiros

Quando os Projectos são desenvolvidos em parceria com outras entidades públicas ou privadas, assina-se um documento em que ficam expressas as responsabilidades de cada uma das partes – o **Acordo de Parceiros**.

Em termos gerais, este Acordo tem por objectivo definir a constituição, a estrutura e o funcionamento da parceria a estabelecer entre as entidades públicas e privadas envolvidas ou a envolver na execução do Projecto. Nos Acordos de Parceiros prevê-se a existência de três instâncias:

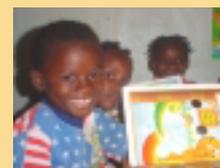
- **Conselho de Parceiros**

Composto por um representante de cada uma das entidades parceiras, é um dos órgãos chave do Acordo, já que lhe compete deliberar sobre as principais linhas de orientação do desenvolvimento do Projecto, bem como sobre a integração de novas entidades na parceria ou afastamento de parceiros que, de alguma forma, impeçam o normal desenvolvimento do Projecto. As decisões do Conselho são tomadas colectivamente por consenso, em reuniões ordinárias cuja periodicidade se encontra especificada no Acordo e que poderão assumir também um carácter extraordinário se a situação o justificar.

- **Secretariado Executivo**

Integra representantes de algumas das entidades presentes no Conselho Consultivo, tendo por funções realizar as actividades de preparação das reuniões, elaborar as actas das sessões do Conselho Consultivo e dar execução a expediente e demais acções tarefa que lhe sejam confiadas.

- A entidade encarregue da execução do Projecto, de acordo com o documento de projecto.



Assinatura de um Acordo de Parceiros - Luanda-Angola.



Reunião do Conselho de Parceiros na Corimba - Angola

3.6.4 Documentos de Projecto

Como já foi referido, a prática do DC inclui a existência de **projectos**, entendidos como um **conjunto ordenado e calendarizado de actividades com vista a atingir objectivos bem definidos**, incluindo a escolha dos ritmos mais apropriados para a sua realização e conseqüente afectação de recursos humanos, financeiros e materiais. Para suporte destas actividades criou-se um documento operacional, o **Documento de Projecto**, concebido com a colaboração dos serviços dos ministérios homólogos dos PALOP.

Materializando a ideia de que deverão ser os próprios países beneficiários a estabelecer as suas estratégias, prioridades e planos de implementação, procura-se, sempre que possível, que os projectos apenas se iniciem depois de os respectivos Documentos de Projecto se encontrarem aprovados por cada uma das Partes e por ambas formalmente reconhecido estarem reunidas todas as condições para o arranque dos mesmos.

Por outro lado, reconhecendo que o **Documento de Projecto constitui a base orientadora da execução, do seguimento e da própria avaliação do projecto**, o DC, com base na experiência adquirida, tem vindo a aperfeiçoar este suporte operativo através da reformulação ou introdução de novos elementos que permitam, em última análise, não apenas melhorar a qualidade da ajuda, mas também melhor acompanhá-la e medi-la.

De uma forma geral, os documentos de projecto incluem:

- a) a caracterização da realidade na qual se pretende intervir, ao nível local e nacional;
- b) o enquadramento legal do projecto, designadamente, os Protocolos e Programas de Cooperação, os Acordos de Parceiros e ainda a legislação nacional ou internacional aplicável;
- c) os antecedentes e a justificação da intervenção;
- d) os objectivos, geral e específicos, que o projecto pretende alcançar;
- e) a identificação e caracterização da população beneficiária;
- f) a identificação das partes envolvidas ou a envolver no bom desenvolvimento do projecto;
- g) os produtos a obter e as actividades a realizar com vista à prossecução dos objectivos;

Projecto Integrado Para o Desenvolvimento
Sócio-Comunitário dos Municípios das
Ingombotas e da Samba (Comuna dos Rumiros)



DOCUMENTO DE PROJECTO



- h) os recursos humanos, materiais e financeiros afectos ao projecto;
- i) a determinação de condições especiais a respeitar e a identificação dos factores de risco;
- j) os mecanismos de gestão e acompanhamento do projecto;
- k) o sistema de avaliação do projecto, designadamente, a determinação de indicadores que permitam, de uma forma fácil e fiável, medir os progressos alcançados.

Importa lembrar que, à data da elaboração do Documento de Projecto, nem sempre é possível determinar todos os elementos enunciados, nomeadamente quanto aos recursos necessários a afectar ao Projecto. Nestes casos, deve ser apresentada uma estimativa, sendo o Projecto completado posteriormente por Planos de Actividades, a apresentar de acordo com o calendário e as condições fixadas no próprio projecto.

Finalmente, convém referir que a natureza de determinados Projectos, por exemplo aqueles cuja implementação se traduz apenas na realização de aquisições, pode não implicar a elaboração de um suporte operacional tão elaborado.

3.7 Modelo de Cooperação

Não se pode falar de um Modelo de Cooperação único ao longo da existência do DC, porquanto se tem vindo a procurar adaptar o modelo aos objectivos e necessidades e às contingências próprias ou externas existentes no momento de execução do Projecto.

No entanto, pode-se afirmar que os modelos de cooperação praticados podem ser genericamente classificados de acordo com o tipo de gestão: **Gestão Directa** ou **Gestão Indirecta**.

O **Modelo de Gestão Directa** implica uma estreita articulação entre as partes envolvidas em todas as actividades do Projecto, privilegiando um acompanhamento muito próximo da execução. Um dos exemplos de uma forma de operar enquadrada neste modelo é a realização de aquisições para os serviços de cooperação dos ministérios. Por exemplo, no caso de aquisição de equipamento, a parte nacional recolhe pelo menos três orçamentos, enviando a proposta para o DC, com um parecer em relação à sua preferência. O DC analisa e, se aprovar, comunica à empresa fornecedora, ao interlocutor nacional



“Não se pode falar de um Modelo de Cooperação único ao longo da existência do DC (...)”

e à Embaixada de Portugal. Após a entrega do bem adjudicado, a empresa levanta o valor acordado na Embaixada, contra entrega de recibo em nome do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social/Departamento de Cooperação. Para este efeito, cada Embaixada²⁴ dispõe de uma conta bancária específica na qual o DC deposita as verbas necessárias.

Com as devidas adaptações, este sistema estende-se também, por exemplo, à realização de obras (em que o DC funciona como “dono” das mesmas), à contratação de certos serviços, como seja a prestação de serviços de formação nos países.

Esta metodologia privilegia um acompanhamento muito próximo da execução do Projecto, tendo a desvantagem de conceder um menor grau de autonomia às entidades locais. Todavia, este acompanhamento é importante ao nível do reforço institucional, já que permite a transmissão da experiência de metodologias de funcionamento, contribuindo para uma aproximação dos procedimentos locais aos procedimentos internacionais.



Reunião dos jovens da AJOPCIF - Guiné Bissau.

O **Modelo de Gestão Indirecta**, ao aproximar-se do modelo clássico de subsídio, implica um maior grau de responsabilização da entidade executora do projecto.

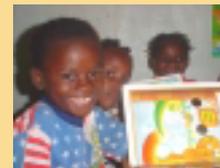
O pagamento é normalmente realizado num sistema faseado, dependendo o pagamento de uma nova fase da entrega e aprovação de um relatório das actividades da fase anterior. Esse relatório é objecto de um parecer do serviço de cooperação do Ministério homólogo e de outro do DC. O acompanhamento e a avaliação destes projectos fazem-se através do serviço de cooperação local e de missões aos países.

Este modelo tem sido aplicado preferencialmente em projectos executados por organizações da sociedade civil, tendendo, em termos formais, a ser enquadrados por **Acordos de Parceiros**, com as implicações que anteriormente descrevemos na definição deste instrumento.

Além de proporcionar um grau de autonomia superior à entidade executora, o modelo de gestão indirecta não é tão exigente ao nível da utilização de meios por parte do DC. Este facto não significa que este se limite à posição de mero

²⁴ Excepto, por ora, em Angola.

doador, implicando antes a dedicação de uma atenção redobrada na fase de selecção das actividades e dos parceiros, bem como durante o acompanhamento. A opção por este modo de gestão implica a existência de uma entidade jurídica responsável perante a legislação local.



Como facilmente se depreende, ambos os modelos apresentam as suas vantagens e desvantagens, procurando-se, no momento da escolha do modelo, que este seja o mais adequado possível às circunstâncias do projecto. De qualquer forma, e apesar de ser um pouco arrojado realizar uma extrapolação deste género numa fase que é ainda de consolidação de metodologia de funcionamento, parece que a tendência existente aponta para uma estratégia que se aproxime gradualmente do segundo modelo, com eventual aperfeiçoamento dos mecanismos de avaliação e acompanhamento.

De facto, o aumento dos conhecimentos do terreno onde os Projectos se desenvolvem, o aprofundamento das relações com as entidades locais, quer sejam governamentais ou da sociedade civil, e o aperfeiçoamento dos instrumentos de controle e de acompanhamento do projecto, como os Acordos de Parceiros e os Documentos de Projecto, permitem avaliar a possibilidade de transferir, gradualmente, responsabilidades acrescidas para os executores do projecto.

3.8 Estrutura Organizacional

A estrutura orgânica do DC, definida na Lei Orgânica apresenta no topo da sua hierarquia a figura de um **Director-Geral**, o qual é coadjuvado nas suas funções por um **Subdirector-Geral**. Ao Director-Geral compete:

- a representação externa do MTS nas áreas de competência do Departamento de Cooperação;
- aprovar os regulamentos e dar as instruções necessárias ao bom funcionamento do DC, sempre que tal competência não esteja cometida ao membro do Governo;
- exercer as competências legalmente definidas.



Núcleo financeiro do DC.

A organização de funcionamento com base nessa legislação assenta na existência de diversos **núcleos**, os quais apresentam tendencialmente uma óptica de organização geográfica, com três **Núcleos Geográficos**.

A estrutura é complementada pela existência de 4 núcleos transversais

– Núcleo Financeiro, Núcleo Jurídico, Núcleo de Documentação e Informação e Núcleo de Apoio Técnico e Administrativo – e por um consultor especializado em Formação e Cooperação na Luta contra a Pobreza, os quais completam o corpo central do departamento.

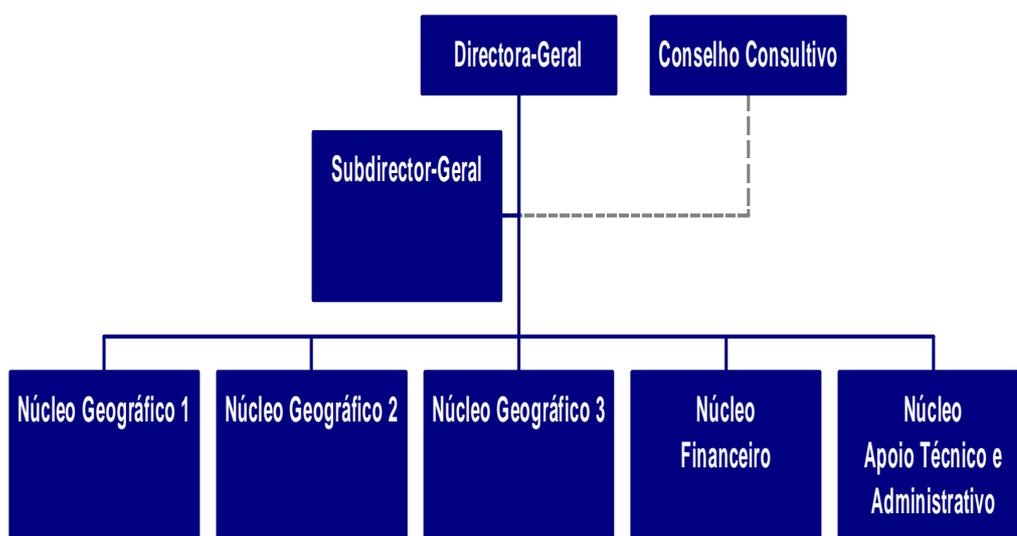
Recorre ainda sempre que necessita aos serviços de um engenheiro, de um arquitecto e de um perito em deficiência visual.

O total de recursos humanos central inclui treze técnicos (incluindo o consultor e o jurista), com form

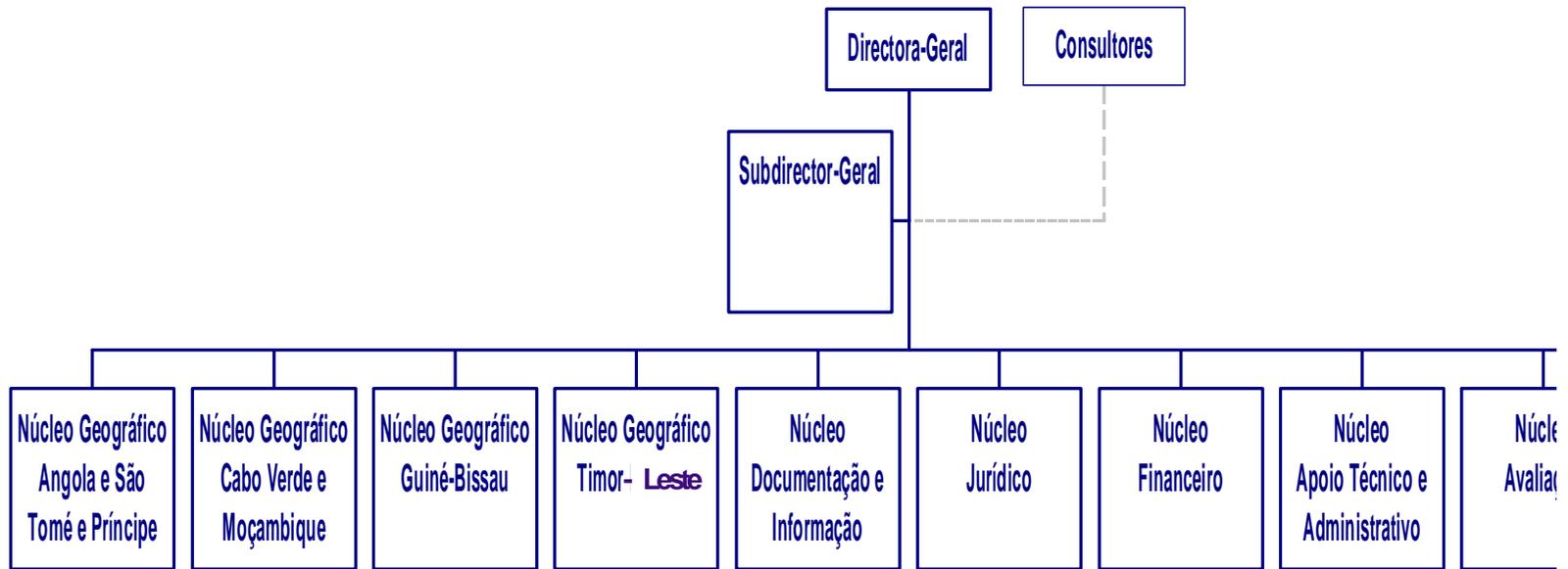
ações em economia, ciências sociais, relações internacionais, matemática, línguas modernas, contabilidade, serviço social e direito, cinco pessoas para o trabalho de secretariado e administrativo, um auxiliar e um motorista.

ORGANOGRAMAS DO DEPARTAMENTO DE COOPERAÇÃO

(Decreto-Lei n.º418/98, n.º115/98 e 45-A/2000)



(Funcionamento efectivo)



BIT

“Aos Núcleos Geográficos compete o exercício da coordenação, apoio e acompanhamento técnico das actividades de cooperação, destacando-se a gestão de programas e projectos a desenvolver no país (...)”

Em São Tomé e Príncipe, está em permanência desde 1999 um técnico em Serviço Social destacado para acompanhar e orientar os projectos da Santa Casa da Misericórdia local.

Em determinadas situações, atendendo à relação existente entre a dimensão do seu quadro actual e a extensão das actividades pelas quais é responsável, vê-se na contingência de recorrer aos serviços de **peritos externos** para o desenvolvimento de tarefas ou actividades para as quais considera justificável a utilização de meios externos. Em certas ocasiões, esta contingência é determinada pela própria natureza da actividade. Um exemplo significativo desta prática é o recurso ao serviço de formadores externos, ou de consultores para realizarem as actividades de avaliação dos programas ou de determinados projectos. Procura-se ter um conjunto de pessoas com formações diferentes das quais se conhece o modo de trabalhar, as competências e as disponibilidades.

Aos Núcleos Geográficos compete o exercício da coordenação, apoio e acompanhamento técnico das actividades de cooperação, destacando-se a gestão de programas e projectos a desenvolver no país ou países pelos quais é responsável. Do conjunto das suas responsabilidades realça-se o seu papel como elo de ligação entre o DC e os serviços homólogos dos ministérios parceiros do MTS. Cabe também a cada Núcleo Geográfico desenvolver as actividades necessárias ao acolhimento e estada dos dirigentes, técnicos e outro pessoal dos países africanos que se desloquem no âmbito dos programas de cooperação do MTS com os seus ministérios homólogos.

Ao **Núcleo Financeiro** compete, em traços gerais, a elaboração e a execução do orçamento de funcionamento do DC, o processamento dos encargos com a cooperação externa que devam ser suportados por dotações inscritas no orçamento da segurança social e o acompanhamento da execução orçamental dos programas de cooperação.

Ao **Núcleo Jurídico** compete assistir a Directora-Geral em todos os actos que tenham um enquadramento legal que necessite de alguma interpretação da legislação existente, contratos, adjudicações de obras, etc..

Ao **Núcleo de Documentação e Informação** compete, em traços gerais, a organização de toda a documentação de interesse directo para o DC. Para além disso, é responsável pelo trabalho relacionado com traduções, edições e

distribuição das publicações editadas pelo DC, sendo ainda responsável pela coordenação dos relatórios periódicos a produzir pelos Núcleos Geográficos e Financeiros.

Ao **Núcleo de Apoio Técnico e Administrativo** compete a realização das tarefas de secretariado e de preparação das missões coordenadas pela Directora-Geral, prestando-lhe apoio em assuntos que, pela sua natureza, não devam/possam ser tratados por qualquer dos restantes Núcleos. Para além disso, são ainda responsáveis pelo expediente normal relacionado com o pessoal do DC e pelo arquivo de documentação que não esteja directamente relacionada com as actividades dos restantes Núcleos. Existe ainda um elemento responsável pela **função de aprovisionamento**.

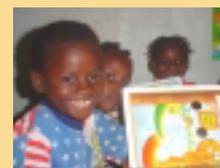
3.9 Circuitos Financeiros

Um dos aspectos fundamentais da organização da cooperação centra-se nos circuitos financeiros, com realce para as funções desempenhadas pelo DC, como serviço central de concepção e de apoio técnico das actividades a desenvolver pelo Ministério nesta área, e pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS), como entidade central na execução da **principal fonte de financiamento da cooperação do MTS, o Orçamento da Segurança Social (OSS)**.

Na realidade, com excepção dos programas/projectos/acções cuja execução se encontra entregue ao Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), **a maioria dos encargos com actividades de cooperação a desenvolver no âmbito do MTS** é²⁵ suportada pela dotação que, no **Orçamento da Segurança Social**, se encontra afecta à “Cooperação Externa”.

Os **encargos relativos aos programas/projectos/acções que sejam directamente executados pelo IEFP são suportados pelo orçamento do próprio Instituto**. Apesar desta relativa independência, os serviços responsáveis do IEFP devem remeter regularmente ao DC os relatórios de execução orçamental.

De acordo com o Protocolo celebrado entre o DC e o IGFSS, em Setembro de 1999, compete ao Departamento²⁶ assegurar, em articulação com aquele Instituto, a execução das dotações inscritas no orçamento da segurança social



“ a maioria dos encargos com actividades de cooperação(...) são suportados pela dotação que, no Orçamento da Segurança Social, se encontra afecta à Cooperação Externa”

²⁵de acordo com o Protocolo assinado entre o Presidente do Conselho Directivo do IGFSS, a Directora-Geral do DC e o Presidente da Comissão Executiva do IEFP em 30 de Junho de 1998

“Compete ao DC, assegurar, em articulação com o IGFSS, a execução das dotações inscritas no orçamento da segurança social destinadas ao financiamento das acções de cooperação externa ”

²⁶ No âmbito do Decreto de Lei n.º 418/98 de 31 de Dezembro

destinadas ao financiamento das acções de cooperação externa. Entre vários aspectos, ficou estabelecido no Protocolo anteriormente referido que o DC asseguraria a organização dos processos de aquisição de bens e serviços.

Tanto a alocação inicial das verbas como potenciais reajustamentos são objecto de prévia análise com as partes interessadas, sejam estas os representantes dos ministérios homólogos ou outras entidades parceiras, no intuito de levar a que as tomadas de decisão tenham em conta os anseios dos diferentes parceiros.

A situação em termos de execução orçamental (e física) é regularmente comunicada ao ICP. Nessa óptica de coordenação, são igualmente comunicados ao ICP os programas financeiros associados a acções futuras, isto é, as dotações inscritas no orçamento da segurança social destinadas ao financiamento das acções de cooperação externa.

Em relação às despesas de funcionamento do DC enquanto Direcção-Geral, são as mesmas financiadas pelo Orçamento de Estado. É o caso, por exemplo, das verbas relacionadas com o pessoal ou com a aquisição de consumíveis e outros bens. Para além das verbas que no OSS se encontram afectas às acções de cooperação externa e das provenientes do OE destinadas às despesas de funcionamento, o DC beneficia desde 1999 do Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) do OSS, o qual se subdivide em duas componentes: “instalações e apetrechamento dos serviços” e “programa de informática da segurança social”.

Como foi referido num ponto anterior do presente relatório, na cooperação desenvolvida através do DC pratica-se a ajuda não ligada, no respeito por um dos princípios definidos na **Resolução do Conselho de Ministros n.º 43/99**. Por outro lado, se o DC estivesse obrigado a respeitar todas as formalidades legais exigíveis nos processos de aquisição de bens e serviços por organismos do Estado, seria extremamente complexo colocar em prática aquele princípio. Dada a importância da questão, o DC utiliza dois dispositivos legais para a solucionar, vertidos, respectivamente, nas normas de execução do Orçamento da Segurança Social e do Orçamento do Estado para 2001 (no ponto 2 do Artigo 18º do Decreto-Lei n.º 145/2001, onde se pode ler que *“As despesas com a aquisição de bens e serviços, incluindo os de informática e as empreitadas, a realizar pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) ao abrigo de acordos de cooperação, ficam isentas das formalidades legais exigíveis, sendo, no entanto, obrigatória*

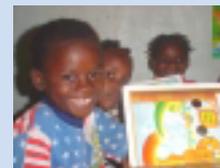
a consulta a, pelo menos, três entidades” e no ponto 3 do Artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 77/2001).

Outro ponto essencial na celeridade dos procedimentos financeiros associados às actividades de cooperação do DC é a delegação de competências do Ministro na figura da sua Directora-Geral, com destaque para as que lhe permitem a autorização de algumas das despesas relacionadas com o desenvolvimento de acções de cooperação.

As Aquisições de Bens e Serviços

Nesta secção será aprofundada a questão das aquisições de bens e serviços que se inserem nas práticas do modelo que anteriormente se denominou como Modelo de Gestão Directa. Assim, quando, para um Projecto ou Subprojecto inscrito num Programa de Cooperação²⁷, se torna necessária a aquisição de bens ou serviços, incluindo os de informática e as empreitadas, em traços gerais observam-se os seguintes procedimentos:

- 1º. O serviço do ministério ou da instituição dos PALOP ao qual se destinam os bens ou serviços obtém pelo menos três orçamentos comparáveis em diferentes entidades fornecedoras dos mesmos.
- 2º. O responsável máximo do organismo coordenador da cooperação do ministério homólogo do MTS remete, via fax, ao DC:
 - a. os orçamentos referidos no 1º ponto, com indicação do Projecto em que os mesmos estejam previstos;
 - b. um parecer fundamentado sobre o orçamento que considere apresentar melhores condições para ser seleccionado.
- 3º. Os orçamentos referidos nos números anteriores são obrigatoriamente dirigidos a:
- Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social / Departamento de Cooperação
- 4º. Os documentos referidos no n.º 2º são apreciados no DC, tendo em conta o custo total (incluindo os encargos com transportes e outros²⁸) e



“Outro ponto essencial na celeridade dos procedimentos financeiros associados às actividades de cooperação do DC, é a delegação de competências do Ministro na figura da sua Directora-Geral (...)”

²⁷ Em casos excepcionais em que as aquisições não se inserem no âmbito de um programa ou projecto os procedimentos seguem as mesmas etapas.

²⁸ Excluindo as despesas bancárias

“ O aperfeiçoamento de instrumentos de acompanhamento e de avaliação sistemáticos desempenha um importante papel no desenvolvimento de uma estratégia sólida de redução da pobreza.”

a qualidade dos bens ou serviços, e, por outro lado, os resultados a obter em termos de eficácia e de eficiência.

- 5º. As decisões (previamente cabimentadas quando favoráveis) são comunicadas ao responsável máximo do organismo coordenador da cooperação do ministério homólogo do MTS, procedendo-se, simultaneamente, à adjudicação da aquisição junto da entidade fornecedora.
- 6º. O DC processa as transferências dos montantes envolvidos para a conta da Embaixada de Portugal no PALOP, informando a mesma sobre os pagamentos a efectuar, no seguimento de procedimentos previamente acordados.
- 7º. Quando os bens ou serviços forem entregues, o responsável referido no nº 2 confirma a sua recepção sobre a factura, ou em declaração anexa, entregando na Embaixada os respectivos documentos (originais).
- 8º. A Embaixada procede ao pagamento final contra entrega de recibo e remete ao DC toda a documentação original.

3.10 O Acompanhamento e a Avaliação

Todas as cooperações bilaterais ou multilaterais reconhecem que o aperfeiçoamento de instrumentos de acompanhamento e de avaliação sistemáticos desempenha um importante papel no desenvolvimento de uma estratégia sólida de redução da pobreza.

Melhorar o auto-conhecimento da instituição e das suas intervenções; melhorar a gestão dos projectos e fundamentar a tomada de decisões; acumular experiência e integrar as aprendizagens; produzir informação sistematizada; aumentar a credibilidade e transparência das acções e reforçar o compromisso dos vários agentes envolvidos na intervenção são apenas alguns dos muitos contributos que uma avaliação bem sucedida pode dar.

Neste sentido, o DC procura acompanhar as diversas actividades levadas a cabo no desenvolvimento dos projectos em que participa de uma forma sistemática e contínua, esforçando-se para que, dentro do possível, isso não signifique uma redução do grau de autonomia dos parceiros que executam os projectos.

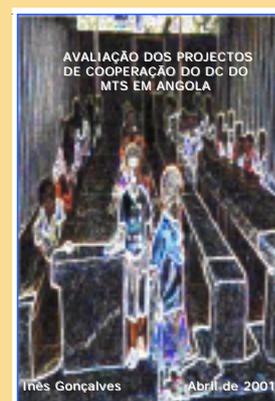
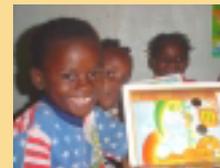
Uma das formas encontradas para realizar o acompanhamento dos projectos é a realização de missões técnicas aos países onde estes são desenvolvidos, nas quais estabelece contactos com os responsáveis pela execução dos projectos, verificando localmente o andamento dos mesmos, sem esquecer, a sua participação nos Conselhos Consultivos de Parceiros criados através dos Acordos de Parceiros. O desenvolvimento destas missões é acompanhado pela realização de um **Relatório de Missão**, do qual constam as descrições das actividades desenvolvidas e o ponto de situação dos diferentes projectos. Aliás todas as missões realizadas no âmbito de diferentes projectos são alvo da realização de relatórios.

Consciente de que o **acompanhamento** das acções permite compreender melhor as tendências e os resultados ao longo do processo, o DC considera que a análise das determinantes destas evoluções e a transmissão destas informações às entidades executantes podem ser decisivas no desenvolvimento dos projectos.

Nesse sentido recorreu-se ao serviço de um perito externo para elaborar um relatório de **Avaliação dos seus Projectos de Cooperação em Angola**. Sendo esta a primeira vez que decidiu realizar uma análise mais formal das actividades que tem vindo a desenvolver, o estudo dividiu-se em duas partes: uma primeira parte, dedicada ao desenho de um instrumento de avaliação que possa ser adoptado na apreciação dos projectos de cooperação por si desenvolvidos e uma segunda parte, onde se procede à aplicação do referido instrumento aos projectos desenvolvidos na República de Angola. Actualmente, recorre aos serviços do mesmo perito para proceder à aplicação desse instrumento aos projectos de cooperação em São Tomé e Príncipe, prevendo-se que numa fase posterior o mesmo seja realizado em relação aos restantes países parceiros.

Alguns dos projectos, dada a sua dimensão e importância, são alvo de um processo de avaliação mais intensivo, como seja o caso de projectos como o **Curso de Intervenção Social de São Tomé e Príncipe e o Curso Médio para Técnicos de Acção Social de Moçambique**. Este último, terminou em finais de 2001, pelo que o seu processo de avaliação englobará o recurso a alguns dos aspectos desenvolvidos na criação do instrumento de avaliação elaborado no âmbito da **Avaliação dos seus Projectos de Cooperação em Angola**.

Uma outra forma de realizar avaliação e acompanhamento é a implementação de indicadores que permitem avaliar a concretização dos diversos objectivos ao longo do projecto. Nessa óptica, tem evoluído no sentido de desenvolver



esses indicadores desde o início de cada projecto, incluindo-os, quando possível, no próprio documento de projecto.

3.11 O Departamento de Cooperação como Veículo de Informação

Assumindo as suas responsabilidades como **Agente de Desenvolvimento**, um dos aspectos que o DC procura não deixar para segundo plano é o do seu papel como disseminador de informação, seja ao nível da divulgação de informação na área da luta contra a pobreza, seja da divulgação da cooperação efectuada pelo MTS.

Um dos instrumentos centrais utilizados no desenvolvimento desta missão é o **Boletim de Informação da Rede Informal de Redução da Pobreza**, elaborado conjuntamente com o ICP no propósito de divulgar o conhecimento e as práticas de cooperação entre países, prosseguidas em todo o mundo, directamente ou por intermédio das organizações internacionais, na área da luta contra a pobreza, com realce para a Cooperação Portuguesa. Este boletim, que teve o seu lançamento durante o ano de 2000, faz parte da iniciativa mais global de criação da **Rede Informal de Redução da Pobreza** criada na sequência da participação do MTS (representado pelo DC) na rede do **CAD/OCDE de Poverty Reduction** e na elaboração do *“Guidelines for Poverty Reduction”* editado pelo CAD/OCDE.

A distribuição do Boletim é feita por via electrónica a cerca de 100 peritos nacionais e estrangeiros (com destaque para os PALOP). Nos dois primeiros anos (2000 e 2001) foram lançados seis números, os quais apresentam cerca de 20 páginas de informação sobre publicações de organizações internacionais, *sítes* sobre cooperação, programas e projectos portugueses de cooperação com diferentes países. Para além deste Boletim, a Rede pretende ser um espaço de divulgação de informação e troca de ideias sobre as mais variadas questões associadas à problemática da redução da pobreza. Uma das actividades previstas neste âmbito é a realização de uma **conferência electrónica** que apresenta como tema central a **Cooperação Portuguesa**.

Para apoio a Projectos foi financiada a tradução e edição do Manual do Grameen Bank, constituindo a primeira publicação em Portugal dessa obra fundamental para o micro crédito.

Outro dos aspectos que se prende com o papel de divulgação de informação foi a edição em 2000 do primeiro Volume da Colecção Cooperação – O

“o Boletim de Informação da Rede Informal de Redução da Pobreza, elaborado conjuntamente com o ICP no propósito de divulgar o conhecimento e as práticas de cooperação entre países (...) na área da luta contra a pobreza (...)”

Associativismo e o *Microcrédito* - tendo como base um dos estudos financiados pelo MTS. A ideia que sustentou esta iniciativa aponta para a apresentação de um volume por ano nesta colecção.

Ainda na área da divulgação da informação um aspecto importante da actuação do DC é o facto de entre responsabilidades assumidas pelo DC no âmbito dos Acordos de Cooperação Multilaterais assinados entre o Governo da República Portuguesa e a Organização Internacional do Trabalho para o desenvolvimento de diversos projectos de cariz multilateral, se encontrar a adaptação e tradução de documentos que pela temática que versam possam constituir instrumentos de interesse para as instituições dos PALOP que, de uma forma directa ou indirecta, desenvolvem actividades na área da Luta Contra a Pobreza.

Em 2001 o DC foi também responsável pela Edição de uma publicação dedicada à **Reunião dos Ministros do Trabalho e da Solidariedade da CPLP**, realizada em 15 de Novembro de 2000, que contém os textos apresentados pelos ministros nessa ocasião.

Outro aspecto de destaque na actuação do Departamento de Cooperação é o seu papel de dinamizador de actividades de investigação, em estreita articulação com Centros de Estudos Universitários dedicados à temática do desenvolvimento, designadamente nos PALOP, contribuindo, desta forma, para um conhecimento mais aprofundado e sistemático das problemáticas que esses países enfrentam e para a procura de novas e melhores estratégias de actuação. Neste sentido, encontram-se em vias de ser editadas duas publicações, cuja elaboração ficou a cargo de uma equipa de investigadores do Centro de Estudos sobre África (CESA) do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) e do Centro de Estudos Africanos (CEA) do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresariais (ISCTE): *“A cooperação Direcçãoada para os grupos Vulneráveis no contexto da concentração urbana acelerada em Maputo”* e *“A cooperação Direcçãoada para os grupos Vulneráveis no contexto da concentração urbana acelerada em Luanda”*.

Ainda no âmbito de investigações patrocinadas pelo DC do MTS, foram realizados um estudo pelo CISEP do ISEG sobre Segurança Social em Cabo Verde, outro pelo CEA do ISCTE sobre a cooperação descentralizada na área da Solidariedade Social em Portugal e um outro sobre a acção de solidariedade social das ONG dos PALOP, levado a cabo pela Associação Para a Cooperação Entre os Povos (ACEP) e sujeito a uma actualização no decurso de 2001. Qualquer deles tem sido divulgado por via informática a quem o solicita.



“Outro aspecto de destaque (...) é o seu papel de dinamizador de actividades de investigação, em estreita articulação com Centros de Estudos Universitários dedicados à temática do desenvolvimento, designadamente nos PALOP (...)”

3.12 A articulação do DC com outras entidades portuguesas

O Departamento de Cooperação tem procurado, desde a sua criação, envolver no desenvolvimento das suas actividades, para além das entidades dos países destinatários da ajuda, outras entidades portuguesas, sejam serviços e organismos do próprio Ministério, sejam organizações da sociedade civil com vista a canalizar a experiência e os conhecimentos de que estas são detentoras em benefício dos projectos apoiados.

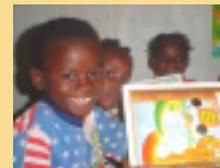
Efectivamente, tem-se assumido como um agente que procura rentabilizar e articular as capacidades existentes, desde logo no interior da estrutura do próprio Ministério, ao envolver nos seus projectos serviços e organismos, como sejam o **Comissariado Regional da Luta Contra a Pobreza**, a **Casa Pia de Lisboa**, o **Instituto do Emprego e Formação Profissional**, o **Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento**, a **Direcção-Geral das Condições do Trabalho**, etc., capitalizando e valorizando a nível internacional o “*Know how*” adquirido e conjugando esforços e redes de trabalho que permitam, em última análise, reforçar as capacidades locais dos países parceiros.

Contudo, esta articulação não se limita aos recursos do Ministério, alargando-se a outras entidades, nomeadamente organizações não governamentais para o desenvolvimento ou congregações religiosas portuguesas, como é o caso da Congregação dos Missionários Claretianos de Portugal, que tem assumido um importante papel no desenvolvimento sócio-comunitário do Município da Samba, em Angola. Em termos de colaboração com organizações não governamentais para o desenvolvimento (ONGD) portuguesas, note-se o trabalho com a *ACEP – Associação Para a Cooperação Entre os Povos*, designadamente na elaboração de estudos sobre a acção das ONGD dos PALOP, contribuindo para a identificação de potenciais parceiros e para o conhecimento das capacidades locais existentes naqueles países. Também a ONGD *Leigos Para o Desenvolvimento* tem sido parceira do DC tendo organizado em São Tomé e Príncipe e pelo segundo ano consecutivo, campos de férias dirigidos à população juvenil e infantil residente em zonas afastadas da capital. A flexibilidade e facilidade de actuação no terreno destas organizações são características que potenciam a mobilização das populações e uma melhor satisfação das suas necessidades e que, por isso, não devem ser descuradas. Contudo, reconhece-se que o envolvimento de organizações não governamentais para o desenvolvimento (ONGD) portuguesas nos seus projectos é ainda pouco significativo, estando aberto ao estabelecimento de novas parcerias sempre que daí possa resultar o enriquecimento das suas acções. Naturalmente, esta

“ tem-se assumido como um agente que procura rentabilizar e articular as capacidades existentes, desde logo no interior da estrutura do próprio Ministério (...)”

aposta não poderá, nem deverá relegar para segundo plano o papel das entidades locais como parceiros privilegiados da cooperação.

O recurso aos serviços de algumas **instituições universitárias portuguesas**, em particular de **centros de estudos dessas instituições** associados à temática do desenvolvimento, sobretudo em questões relacionadas com África, tem sido também uma estratégia do DC. Nesse sentido, destaque para a elaboração de estudos específicos, já referenciados no capítulo ***O DC como veículo de Informação na Área da Luta contra a Pobreza***. Ainda no âmbito desta colaboração destaque para a participação do **Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresariais (ISCTE)**, como uma das entidades executoras do projecto da Escola de Estudos Laborais, no âmbito da cooperação com o Ministério do Trabalho de Moçambique.



“ Contudo, esta articulação não se limita aos recursos do Ministério, alargando-se a outras entidades (...)”



4. O VOLUME E A ESTRUTURA DA AJUDA

Analisar-se-ão, agora, mais pormenorizadamente, o volume e a qualidade da ajuda que o Ministério do Trabalho e da Solidariedade (MTS) concede ao desenvolvimento dos Países com os quais mantém actividades de cooperação.

Antes, porém, importa clarificar três pontos essenciais:

- Em primeiro lugar, a ajuda em questão é apenas, e por natureza, **Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)**. Isto porque, por um lado, tem origem em instâncias oficiais (Governo), por outro lado, os recursos são transferidos para os países destinatários sob a forma exclusiva de *donativos* (apresentando, por isso, um grau de concessionalidade de 100%) e com o objectivo único de promover o seu desenvolvimento económico-social. Não estão, portanto, em causa, nem outros fluxos oficiais nem, evidentemente, fluxos privados.
- Em segundo lugar, a Cooperação do MTS é canalizada quer por via bilateral, quer por via multilateral.
- Por fim, e no que toca à Cooperação bilateral, saliente-se que, para além da Cooperação directamente Estado a Estado (com os Ministérios homólogos), o MTS tem vindo a privilegiar a transferência de recursos para Organizações não Governamentais civis e religiosas, com o objectivo de tornar a ajuda ainda mais eficaz, uma vez que estas entidades são interlocutores directos e privilegiados das populações alvo.

Posto isto, iniciaremos, então, a nossa análise:

Ao longo do período em causa - de 1998 a 2001, cobrindo toda a actividade do DC até ao momento - os fluxos (APD) apresentam uma tendência nitidamente crescente²⁹, passando de 2 492 354,79 EUROS em 1998, para 8 075 425,30 EUROS em 2001, como se pode verificar pela análise do Quadro abaixo.

Ano	1998	1999	2000	2001	TOTAL
COOP. BILATERAL	1.437.020,49	3.301.563,55	6.858.133,92	6.993.544,77	18.590.262,73
Assistência Técnica	644.932,16	1.963.528,16	3.394.015,72	1.741.482,28	7.743.958,32
Cooperação Financeira	315.884,92	590.878,87	468.087,52	1.347.925,43	2.722.776,73
Sociedade Civil-Subsídios	129.767,26	44.592,53	1.916.629,49	2.430.807,12	4.521.796,40
Custos Administrativos	250.704,21	486.187,46	641.035,13	523.154,44	1.901.081,24
Outras Despesas	95.731,94	216.376,53	438.366,06	950.175,50	1.700.650,03
COOP. MULTILATERAL	1.055.334,31	674.973,18	1.469.853,41	1.081.880,53	4.282.041,43
Acordos com a OIT	1.055.334,31	674.973,18	1.469.853,41	1.081.880,53	4.282.041,43
TOTAL	2.492.354,79	3.976.536,73	8.327.987,34	8.075.425,30	22.872.304,16



“ em todos os anos referidos, a Cooperação Multilateral (...) tem um peso menor que a Bilateral (...)”

“ o MTS, sob a coordenação do DC, tem vindo a privilegiar a ajuda não ligada.”

A ligeira quebra verificada de 2000 para 2001 (cerca de 252 562,04 EUROS) justifica-se pelo facto de, neste último ano, não estarem incluídos, no montante global apresentado, o valor de 2 301 734,06 EUROS³⁰, referentes a encargos assumidos, quer na vertente bilateral quer na multilateral, mas não liquidados no ano em causa. Tal como se verificou em anos precedentes, deveriam estes encargos ser considerados como despesas de 2001, ainda que apenas fossem liquidados em 2002, por conta de 2001. Contudo, face às alterações ocorridas no sistema de contabilidade da Segurança Social e ao facto de não ter sido o DC delas informado em tempo útil, não puderam estes montantes ser considerados como “encargos por liquidar” do ano 2001, nem tão pouco foi possível proceder aos pagamentos respeitantes³¹.

A verba total em causa, não incluída nos mapas em análise, será (re)cabimentada no ano 2002- altura em que, ao que tudo indica, terá lugar a despesa respectiva- já que se trata, efectivamente, de compromissos assumidos (alguns deles mesmo ratificados por S. Exa. o Ministro do Trabalho e da Solidariedade). Mas, porque grande parte do OSS afecto à Cooperação Externa para o ano 2002 está já “comprometido”, será previsível que o mesmo venha a sofrer um aumento suficiente para que possa cobrir estes (re)cabimentos (no total de, como se disse, 2 301 734,06 EUROS).

Mais do que a tendência global crescente dos fluxos, importa averiguar a sua composição ou estrutura. Assim, podemos notar que, em todos os anos referidos, a Cooperação Multilateral (que quase se resume para o DC nos “Acordos com a OIT”) tem um peso menor que a Bilateral, e que essa diferença tem vindo a acentuar-se.

À primeira vista, poderia pensar-se que esta evolução se integra numa tendência de privilegiar a ajuda bilateral ao desenvolvimento, por ser possível ligar essa ajuda aos interesses económicos do país doador. Contudo, não é esta a política de Cooperação do MTS. Na realidade, e como ficou bem claro pelo exposto em pontos anteriores deste relatório, o MTS, sob a coordenação do DC, tem vindo a privilegiar a ajuda não ligada. Mais ainda, a ajuda (pública) ao

²⁹ Para uma análise mais detalhada da evolução da Cooperação do MTS, consultar os mapas e gráficos apresentados no Volume III.

³⁰ Note-se que, se este montante tivesse sido incluído como despesa do ano 2001, o total dos fluxos de cooperação do MTS, nesse ano, subiria para 10 377 159,36 EUROS.

³¹ Alguns destes encargos não poderiam, na verdade, ser liquidados em 2001, mesmo que o tempo o tornasse possível. É o caso, por exemplo, dos contratos de empreitada- não faria sentido proceder ao pagamento do total da obra sem que ela estivesse concluída.

No entanto, poderiam e deveriam, se o tempo tivesse permitido, terem as dotações orçamentais em causa sido afectas a outras acções ou projectos de cooperação.

desenvolvimento preconizada por este Ministério apresenta um grau de concessionalidade de 100%³² (apenas donativos).

A aposta do MTS nos projectos conjuntos com a OIT, onde se destacam o STEP, o Programa de Peritos Associados e o PROSOCIAL, tem sido, aliás, uma constante. A quebra na ajuda financeira multilateral de 2000 para 2001 não significa, na realidade, uma diminuição do interesse neste tipo de cooperação, sendo tão somente o reflexo da natural evolução dos projectos em causa.

Particularmente relevante é o facto de, no montante global da cooperação multilateral no ano 2001, estarem incluídos 590 197,62 EUROS referentes a um projecto Portugal/OIT para Timor, a cargo do IEFP, o que demonstra já algum interesse na diversificação dos países beneficiários da nossa ajuda (que, tradicionalmente, e como se viu já em pontos anteriores deste estudo, quase se resumem aos PALOP).

A propósito da ajuda multilateral, note-se ainda que, naquele ano, este Ministério deu um importante passo no sentido da promoção da língua portuguesa, conseguindo que a mesma seja já oficialmente reconhecida como língua de trabalho passiva na OIT, com benefícios evidentes quer para o nosso país, quer para os principais receptores da nossa ajuda - os PALOP.

Analisemos, agora, a composição da ajuda bilateral que constitui a grande fatia do fluxo da ajuda global do MTS. A Cooperação Bilateral – composta pela **assistência técnica, cooperação financeira, subsídios à sociedade civil, custos administrativos e outras despesas** – tem sido, ao longo de todo o período, crescente, atingindo os 6 993 544,77 EUROS em 2001³³, contra os 1 437 020,49 EUROS em 1998.

Vejamos mais detalhadamente como se comportam as suas diferentes componentes. A rubrica “**outras despesas**” aumentou sempre desde 1998 até 2001, tendo mesmo conhecido um aumento crescente de ano para ano.

Nesta componente da Ajuda bilateral incluímos para além de despesas gerais



“ este Ministério deu um importante passo no sentido da promoção da língua portuguesa, conseguindo que a mesma seja já oficialmente reconhecida como língua de trabalho passiva na OIT (...)”

³² Além da Cooperação Multilateral, por natureza mais liberal, também a Cooperação Bilateral do MTS tem um elemento de liberalidade de 100%.

³³ Uma vez mais note-se que, se o montante dos compromissos assumidos mas não liquidados referentes à vertente bilateral da ajuda (cerca de 1 796 491,44 EUROS) tivesse sido incluído como despesa de 2001, o total da Cooperação bilateral neste ano subiria para 8 790 036,21 EUROS.

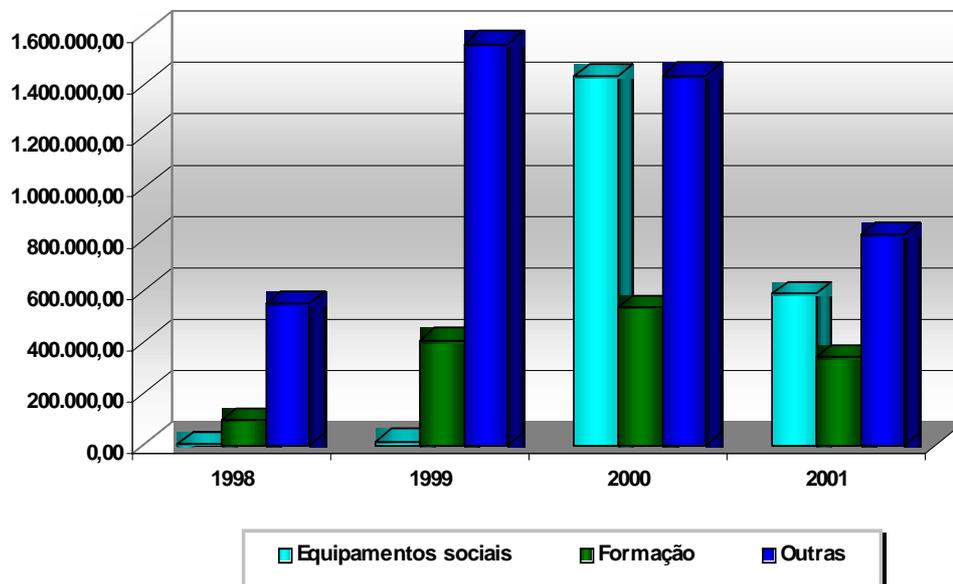
não classificadas (a cargo do DC), as missões de trabalho dos técnicos do DC e do IEFP e as visitas oficiais de Membros do Governo. O sinal crescente significa por isso, antes de mais, que os projectos/acções conduzidos pelo MTS são acompanhados de perto, com missões mais ou menos frequentes, que permitem discuti-los com as entidades parceiras e avaliar a sua evolução. Mas o aumento registado significa também que as relações bilaterais entre Portugal e os países destinatários da ajuda são muito positivas, sendo, por vezes, seladas com convites honrosos a Membros do Governo Português para visitas (oficiais) aos territórios em causa.

A “assistência técnica”, que se refere a todos os projectos e acções que visem um apoio técnico aos países receptores, incluindo a formação profissional dos recursos humanos (cooperação técnica pura) e os equipamentos sociais, para além de representar a principal componente da cooperação bilateral (excepto no ano 2001), apresenta também uma evolução muito positiva desde 1998 até 2000. Para este peso muito marcante da assistência técnica no montante global da ajuda, e particularmente da sua vertente bilateral, contribui decisivamente³⁴, como se pode verificar pelo gráfico abaixo, a evolução crescente (particularmente de 1998 para 2000) dos equipamentos sociais (obras sociais - ou recuperações de instalações - que asseguram condições básicas essenciais à concretização de certos projectos³⁵) e da formação (incluindo os cursos para técnicos de acção social levados a cabo³⁶).

A “assistência técnica” (...) para além de representar a principal componente da cooperação bilateral (excepto no ano 2001), apresenta também uma evolução muito positiva desde 1998 até 2000.”

Evolução da Assistência Técnica 1998-2001

(em EUROS)



Ainda assim, no último ano em estudo (2001) as despesas realizadas com a assistência técnica diminuíram fortemente (apresentando valores ainda menores do que os verificados em 1999), em todas as suas rubricas, sendo mesmo a única componente da Cooperação bilateral que conhece um decréscimo importante de 2000 para 2001³⁷.

Esta realidade significa, por um lado, uma clara aposta do MTS na componente “sociedade civil-subsídios”, que se tornou, em 2001, a mais importante rubrica da Cooperação bilateral no seu global. Mas, por outro lado, a diminuição das verbas gastas com a assistência técnica de 2000 para 2001 justifica-se pelo facto de, no montante total de 2001, não se terem incluído os compromissos assumidos mas não liquidados nesse ano, referentes quer a formação, quer a outras despesas com a assistência técnica, quer ainda a equipamentos sociais.

Na componente “**cooperação financeira**” incluímos a aquisição de bens de equipamento físico, que se destinam a apoiar os serviços dos países receptores. Também aqui podemos notar uma evolução crescente ao longo do período em causa, com especial destaque para a verificada no equipamento informático e no material didáctico e de escritório. No entanto, é ao equipamento a cargo do IEFEP não especificado que se deve grande parte da importância da Cooperação Financeira no seu total, sobretudo no que toca aos anos 1998 (onde aquele equipamento representa 100% da Cooperação financeira) e 2001 (71%).

Relativamente à rubrica “**Sociedade civil - Subsídios**”³⁸, verificamos que a mesma apresenta igualmente uma tendência crescente, com particular destaque para a evolução de 1999 para 2000. A importância destes subsídios, sobretudo nos anos 2000 e 2001, vem reforçar a ideia de que a Cooperação do MTS tem vindo a privilegiar cada vez mais o direccionamento para as instituições em directo contacto com as populações pobres, apostando de forma decisiva no financiamento à sociedade civil.

Por fim, nos “**custos administrativos**” incluímos os encargos de funcionamento



“ a Cooperação do MTS tem vindo a privilegiar cada vez mais o direccionamento para as instituições em directo contacto com as populações pobres, apostando de forma decisiva no financiamento à sociedade civil.”

³⁴ Para uma análise mais detalhada, consultar os mapas e gráficos no Volume III.

³⁵ Temos como exemplos, o Lar de Idosos de São Tomé e Príncipe, a Casa Pia de Luanda ou os Centros dos Picos e de Lém Cachorro em Cabo Verde.

³⁶ O maior e mais acabado exemplo é o curso médio para técnicos de acção social, em Moçambique, cujo término foi em 2001.

³⁷ Na verdade também os custos administrativos diminuíram, embora essa diminuição seja de muito menor importância.

³⁸ Incluímos igualmente em “Sociedade civil-subsídios” os subsídios à Santa Casa da Misericórdia de São Tomé e Príncipe, apesar desta não ser uma ONG, por se tratar de encargos com um comportamento distinto dos restantes encargos incluídos em Assistência Técnica, desde logo por ser muito mais eficaz a ajuda assim realizada.

do Departamento de Cooperação (inscritos no Orçamento de Estado) e do Instituto de Emprego e Formação Profissional (provenientes do Orçamento do próprio Instituto).

Concluimos, assim, que a cooperação bilateral do MTS tem conhecido uma evolução extremamente positiva durante todo o período em estudo, com uma alta taxa de execução orçamental. Na realidade, se em 1998, esta taxa não excedia os 47,3%³⁹, no ano seguinte subiu para 83% e em 2000 para 90,9%.

No ano 2001 esta tendência crescente foi quebrada, face, como já se referiu, à impossibilidade de incluir 2 301 734,06 EUROS como despesas do ano – por se tratarem de compromissos efectivamente assumidos- à imagem do que aconteceu em anos precedentes. Se isso se tivesse verificado, a execução efectiva em 2001 seria de 10 377 159,36 EUROS, sendo que a taxa de execução se elevaria para 82,6%. Ainda assim, a percentagem de 64,3% representa, atendendo às circunstâncias, uma taxa de execução muito positiva.



Vistas as componentes da ajuda do MTS, será importante referir quais são os países receptores dessa ajuda. Como temos vindo a fazer referência, e à imagem do que acontece na Cooperação Portuguesa em geral, os principais, e quase exclusivos, destinatários da Cooperação deste Ministério são os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). No entanto, e por razões que se prendem essencialmente com questões de ordem interna dos mesmos (nomeadamente a guerra civil e problemas de gestão governamental), nem todos estes países têm recebido do mesmo modo, e com a mesma continuidade, os fluxos de ajuda do DC e do IEF⁴⁰.

Assim, em 1998, os principais beneficiários da Cooperação do MTS eram Cabo Verde e Angola, embora, nesse ano, se estivesse (por parte do DC) ainda em fase de conhecimento dos países em causa e de elaboração de um primeiro esboço do que viriam a ser os Programas de Cooperação com aqueles países, pelo que as grandes despesas realizadas (sobretudo com Angola) ficaram a cargo do IEF.

Em qualquer um dos cinco PALOP o peso da componente “assistência técnica” é bem evidente, embora em Cabo Verde se tenha incluído uma verba

³⁹ Note-se que o ano de 1998 foi o ano de “arranque” do Departamento de Cooperação, pelo que a execução financeira da Cooperação do MTS ficou, naturalmente, por razões óbvias, muito aquém dos valores orçamentados.

⁴⁰ Para uma análise mais detalhada, consultar mapas e gráficos no Volume III.

relativamente importante quer na cooperação financeira, quer nos subsídios à sociedade civil, referente ao projecto “Desenvolvimento Comunitário de S. Francisco e Vale da Custa”, abordado no ponto seguinte deste Relatório.

Neste ano, e devido essencialmente ao facto de se tratar do primeiro ano de existência do DC, a rubrica “comuns aos PALOP” é a que assume maior peso. Este facto deve-se, sobretudo, à inclusão naquela rubrica da Cooperação Multilateral (com a OIT), não afecta especificamente a nenhum PALOP.

Em 1999, a componente “comuns aos PALOP” volta a ser a mais importante, sendo novamente os acordos com a OIT – STEP e o Programa de Peritos Associados – os principais responsáveis pelo seu peso no valor global da cooperação do MTS. Para além destes projectos multilaterais, também a assistência técnica inserida na rubrica “comuns aos PALOP” – onde se inclui a assistência técnica não incluída nos Programas de Cooperação assinados com os Ministérios homólogos de cada país, com particular destaque para as reuniões internacionais – contribui decisivamente para que esta seja a componente mais relevante da Cooperação global do MTS em 1999.

Neste ano, o principal país receptor da ajuda deste Ministério foi Moçambique, sendo que, para além da assistência técnica, também a cooperação financeira teve um papel fundamental. Na realidade, as maiores despesas foram realizadas em equipamentos, essencialmente adquiridos numa óptica de preparação daquele que viria a ser o grande projecto de formação que teve lugar naquele país - o curso médio para técnicos de acção social.

A grande maioria das despesas realizadas, em 1999, com Angola e com a Guiné Bissau respeita a encargos com a assistência técnica, onde os outros projectos de apoio técnico e a formação têm já um peso relativamente importante. A cooperação financeira nestes dois países é igualmente relevante, mas ainda assim, os montantes despendidos afastam-se bastante dos referentes à cooperação financeira com Moçambique no ano de 1999.

Relativamente a Cabo Verde, o maior peso cabe novamente à assistência técnica, com uma importância relativamente significativa das despesas com formação.

A formação profissional tem, porém, um peso ainda maior no caso de São Tomé e Príncipe, onde foram gastos cerca de 101 394,73 EUROS, grande parte a cargo do IEFP.



“ a cooperação bilateral do MTS tem conhecido uma evolução extremamente positiva durante todo o período em estudo, com uma alta taxa de execução orçamental.”

Note-se, ainda, que, em Cabo Verde, tiveram lugar, além das despesas com a assistência técnica, subsídios à sociedade civil, no âmbito do projecto “apoio à capacitação das ONG em Cabo Verde”, coordenado pelo DC.

No ano 2000, as despesas comuns aos PALOP voltam a ter um papel relevante, face aos acordos com a OIT, sobretudo o STEP (com o qual foram gastos cerca de 728 245 EUROS), o Programa de Peritos Associados e o “Português como língua de trabalho na OIT”. As Reuniões Internacionais, inseridas na assistência técnica comum aos PALOP, têm também uma importância grande, que se deve, em parte, à iniciativa deste Ministério na realização da primeira reunião dos Ministros do Trabalho e da Solidariedade da CPLP.

Neste ano, o país que mais beneficiou dos fluxos do MTS foi Angola, sobretudo face aos subsídios para os projectos desenvolvidos pelas congregações religiosas dos Claretianos e dos Salesianos. Para além da assistência técnica a este país- quer em formação, quer em “outros projectos”- gastou-se já uma verba significativa na aquisição de equipamentos diversos (essencialmente material didáctico e de escritório e equipamento informático) necessários à realização de determinados projectos.

São Tomé e Príncipe foi também um importante receptor de fluxos da cooperação do MTS no ano de 2000. Tal como em Angola, também aqui se nota uma despesa significativa com a rubrica “sociedade civil - subsídios”, que diz respeito fundamentalmente a verbas atribuídas à Santa Casa da Misericórdia de São Tomé.

No que toca à assistência técnica realizada com este país são de realçar as rubricas “formação” - onde se inclui o curso de intervenção social - e “equipamentos sociais” - onde o peso se deve essencialmente à construção e reparação das instalações do Instituto Nacional de Segurança Social.

Em Cabo Verde e em Moçambique, a maioria das despesas destinou-se a assistência técnica. No primeiro país, os encargos referem-se, essencialmente, a equipamentos sociais (particularmente no âmbito dos projectos “Apoio ao Instituto Caboverdiano de Menores” e “Apoio na construção e operacionalização do Centro Sociocomunitário de Chã Manuel de Santo”, estudados no Volume II deste Relatório) e a formação. Já em Moçambique, ainda que a formação (em grande parte devida ao curso médio para técnicos de acção social) e os equipamentos sociais tenham exigido a realização de despesas avultadas, foi igualmente importante o apoio a outros projectos de assistência técnica.

“ O ano 2001 (...) é o principal ano da Cooperação do MTS, desde logo porque foi um ano de concretização de alguns dos projectos que vinham até então a ser preparados, tendo sido também um ano de consolidação das relações com os parceiros.”

No caso de Moçambique, em 2000, foram também muito relevantes as despesas com cooperação financeira- aquisição de equipamentos físicos.

O ano 2001, apesar do decréscimo dos fluxos globais (pelas razões já expostas), é o principal ano da Cooperação do MTS, desde logo porque foi um ano de concretização de alguns dos projectos que vinham até então a ser preparados, tendo sido também um ano de consolidação das relações com os parceiros.

Nesse sentido destaca-se o facto de ter sido em 2001 que, no âmbito do Programa de Cooperação com a República da Guiné-Bissau, foi possível o arranque de alguns projectos importantes (de que os “Projectos de Micro-crédito solidário”, a “Formação em Cooperativismo e economia social para associações juvenis”, o “Apoio à criação de uma Cooperativa/Associação de ensino de escolas populares”, ou o “Fundo de Inserção na Vida Activa - CIFAP/AJOPCIF” são exemplos), dando um peso muito relevante àquele país como receptor da ajuda do MTS, quando comparado com os fluxos recebidos em 2000. Mais ainda, uma parte significativa das despesas com a Guiné Bissau em 2001 refere-se a subsídios à sociedade civil, garantindo, à partida, uma maior qualidade e eficácia da ajuda.

Note-se que, embora não tenham sido liquidados, neste ano assumiram-se encargos significativos referentes à reabilitação do Centro de Formação Administrativa (CENFA) da Guiné-Bissau. Uma vez mais se insiste que, se este montante tivesse sido considerado como despesa do ano 2001, a rubrica assistência técnica (particularmente a sua componente de equipamentos sociais) respeitante a este país, apresentaria um valor bem mais elevado.

O ano de 2001 é ainda importante por ser um marco em termos de despesa com subsídios à sociedade civil, no seu global e sobretudo em Angola e na Guiné-Bissau.

Marcante é ainda o facto de 2001 representar o verdadeiro ano de arranque da Cooperação do MTS com Timor-Leste - apesar da verba (pouco significativa) gasta em 2000 - embora não exista, ainda, um Programa de Cooperação assinado com aquele novo país.

No que toca à Cooperação Multilateral no ano 2001, apesar da queda dos fluxos de ajuda - relacionada com a natural evolução dos projectos em causa - há que destacar os cerca de 590 198,00 EUROS despendidos com a Cooperação com Timor.



“O ano de 2001 é ainda importante por ser um marco em termos de despesa com subsídios à sociedade civil, no seu global e sobretudo em Angola e na Guiné-Bissau.”

Ao mesmo tempo, ainda no âmbito da Cooperação Multilateral, deu-se continuidade aos projectos existentes, e realizou-se um Seminário subordinado ao tema “Formação sobre normas internacionais do trabalho e obrigações constitucionais”.

Para além disso, o ano de 2001 seria também o ano da aposta no Programa de Peritos Associados (em parceria com a OIT), tendo sido assumida a nomeação de 4 peritos portugueses, para trabalharem fora do país, em escritórios do BIT. Todavia não teve aquele compromisso seguimento no referido ano, pelo que, em 3 de Dezembro, apenas existiam ainda 2 peritos associados.

Podemos concluir esta análise com a ideia mais relevante que sobressai do exposto: a Cooperação do MTS tem vindo a melhorar, quantitativamente, sobretudo a nível Bilateral, mas sem descurar a vertente Multilateral, sempre apostando numa ajuda não ligada, 100 % concessional, ainda virada quase exclusivamente para os PALOP, mas fazendo já um esforço para tomar novos rumos - de que Timor é o melhor exemplo.



5. APRESENTAÇÃO DE CASOS

A **inovação** é um dos aspectos em que o DC focaliza uma importante parcela das suas atenções. Identificando-se como um agente de mudança, um dos desafios é o de conseguir materializar em projectos a evolução conceptual que se tem assistido ao nível da cooperação para o desenvolvimento.

Para além dos diversos aspectos de **inovação** apresentados ao nível da estrutura e do funcionamento, os **Projectos Piloto** constituem outra das vertentes em que esta componente se encontra presente. Na realidade, este conjunto de projectos adquire esta denominação exactamente devido ao facto de serem, à sua maneira, projectos experimentais. Naturalmente, apresentam também um certo risco. Contudo, este é um risco controlado, já que as experiências vão sendo realizadas passo a passo, de uma forma sustentada, tendo sempre presente a ideia que inovar é importante mas sempre acautelando o bem estar dos beneficiários. Por outro lado, a própria natureza orçamental do DC não lhe permite correr demasiados riscos ao nível do sucesso das suas acções.

Assim, apesar da dificuldade em definir precisamente o conceito de Projecto Piloto, pode - se afirmar que, em termos genéricos, um ***Projecto Piloto é um projecto com um grau de inovação relativamente alto, em particular para o contexto em que se insere, com um risco controlado, apresentando a possibilidade de ser replicado futuramente para outros contextos, com as devidas adaptações.***

Uma outra forma encontrada para gerir a relação entre o risco e a inovação é a integração de **componentes de inovação** em projectos já em desenvolvimento que apresentem uma estrutura suficientemente consistente para fazer face aos riscos que possam advir da aplicação de abordagens e metodologias experimentais.

Para melhor conceptualizar estas ideias, optamos por fazer uma apresentação mais exhaustiva de alguns dos projectos em que o DC tem participado. Escolhemos cinco projectos com o intuito de podermos apresentar um relativo a cada país onde o DC intervém. Ao seleccionar este conjunto temos a noção que outros existem que pelas suas características poderiam ser descritos com uma maior pormenorização. Contudo, consideramos que estes permitem dar uma melhor ideia da diversidade do tipo de intervenções, e, por outro, evidenciar projectos que, pela sua abordagem inovadora, pelo dinamismo dos



“(...) a tónica dominante destes projectos reside na aposta no reforço das capacidades de parceiros locais pré-existentes, capitalizando a sua experiência e fortalecendo-a com vista à prossecução do objectivo global de combate à pobreza.”

intervenientes ou pela forma como envolvem as próprias populações, são exemplos de realizações que, à sua escala, são **pequenos passos num processo longo e contínuo como é a luta contra a pobreza.**

Pretende-se essencialmente dar a conhecer a forma como as necessidades foram detectadas, os projectos concebidos e o tipo de parceiros com quem trabalhamos, para além dos métodos de gestão e funcionamento que foram implementados.

Muito embora todos eles revelem as suas especificidades próprias, a tónica dominante destes projectos reside na **aposta no reforço das capacidades de parceiros locais pré-existentes**, capitalizando a sua experiência e fortalecendo-a com vista à prossecução do objectivo global de combate à pobreza. Esta preocupação decorre não só da necessidade de garantir a futura sustentabilidade dos projectos e, conseqüentemente, a continuidade das acções, como reforça a visão de que são as próprias populações as protagonistas do seu processo de desenvolvimento.

O apoio à recuperação e operacionalização do **Lar de Idosos** em São Tomé e Príncipe materializa o objectivo de reforçar a rede de protecção social dos países parceiros, contribuindo para a criação de respostas e capacidades, até aqui incipientes, na área do apoio à 3ª idade.

O **Fundo de Inserção na Vida Activa** desenvolvido em Angola pelos Salesianos Dom Bosco tem vindo a alcançar resultados extremamente positivos na promoção do auto-emprego jovem ao aliar a componente da formação profissional com a atribuição de créditos para a criação de micro-empresas, mediante um processo de acompanhamento muito próximo dos jovens.

Já o **Curso de Intervenção Social** em Moçambique representou uma iniciativa inovadora na capacitação dos quadros nacionais ao desenvolver uma formação assente numa metodologia que integra, a par da leccionação em sala, uma forte componente prática de contacto com as comunidades onde irão exercer a profissão.

Inovadora foi também a criação do **Observatório de Bem Estar do Bairro de Quelele**, na Guiné-Bissau, ao estruturar um sistema que permite uma recolha de informação sistemática relativa à evolução do bairro nos mais distintos domínios, potenciando um acompanhamento e avaliação permanentes das iniciativas empreendidas e permitindo um planeamento mais racional de acções

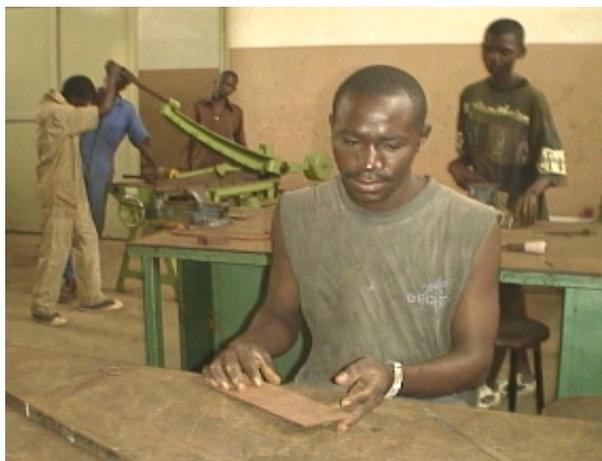
e projectos futuros.

Finalmente, e assente numa abordagem multidimensional da pobreza, destaque para o projecto de **Desenvolvimento Comunitário em zonas vizinhas de São Francisco e Vale da Custa**, desenvolvido em Cabo Verde pela ONGD Citi-Habitat que assenta na ideia de que um desenvolvimento sustentado e durável deverá partir da conjugação de distintas componentes: o Projecto contempla actividades em áreas tão variadas como a formação e inserção profissional, a animação comunitária, a promoção da saúde ou a protecção do ambiente.

5.1 Fundo de Inserção na Vida Activa (FIVA) – Angola

Enquadrado no âmbito mais vasto do projecto “Assistência técnica na preparação do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza” empreendido em parceria com o governo angolano, o subprojecto Fundo de Inserção na Vida Activa (FIVA) surgiu no sentido de dar uma resposta ao problema da falta de oportunidades de emprego, nomeadamente à falta de opções para o emprego juvenil.

Situado no Bairro Lixeira do Município do Sambizanga, Província de Luanda, o Projecto, iniciado em Maio de 2000, integra-se nas actividades do **Centro de Formação Profissional Dom Bosco (CFPDB)**, existente desde 1994, e no âmbito do qual se têm vindo a formar centenas de jovens que procuram melhores oportunidades de vida ou, simplesmente, um instrumento que lhes assegure a sobrevivência.



1. Antigo aluno executando trabalho de marcenaria no Espaço Central de Maquinaria do CFPDB.

Nos últimos 2 anos, o CFPDB formou cerca de 600 jovens, muitos dos quais acabam deambulando pelo bairro e pelo Mercado Roque Santeiro, sem qualquer actividade, devido à falta de recursos do Centro para os apoiar na criação do seu próprio emprego. Com vista a ultrapassar as carências enunciadas, e tendo como principais destinatários os **jovens recém formados pelo Centro e os antigos alunos**, o Projecto FIVA visou:



- **Capacitar o Centro de Formação Profissional Dom Bosco (CFPDB) com recursos materiais para criar micro-empresas e facilitar micro-créditos para os seus ex-aprendizes;**
- **Favorecer o acompanhamento daqueles no desenvolvimento das iniciativas das micro-empresas (auto-emprego) no bairro onde cada ex-aprendiz está a morar.**

Para operacionalizar estes objectivos e acompanhar o desenvolvimento do Projecto, procedeu-se à criação da micro-empresa **NINHO** no seio do Centro de Formação Profissional Dom Bosco. Integrando uma equipa gestora composta pelos ex-alunos, a NINHO visa orientar e apoiar os interessados desde a primeira até à última fase de cada um dos projectos individuais.

Assim, os primeiros passos desta iniciativa visaram a formação da equipa gestora, a elaboração e aquisição de material didáctico, a montagem da



2. Vista exterior do Centro de Formação Profissional Dom Bosco - CFPDB.

secretaria e estrutura administrativa, a inventariação e instalação do equipamento informático necessário para o acompanhamento cuidado dos vários projectos. Convém referir que, nesta primeira fase, um dos membros da empresa NINHO recebeu formação na área da contabilidade.

Paralelamente, procedeu-se à inventariação e posterior aquisição de um conjunto de matérias primas e instrumentos (Kits) considerados necessários para o desenvolvimento das várias actividades pelos jovens. Neste contexto, adquiriram-se Kits e matérias primas destinadas ao desenvolvimento de actividades nas áreas da serralharia, marcenaria, costura e electricidade. Entre os serviços oferecidos pela empresa NINHO, destacam-se:

- ❑ **Formação em gestão empresarial** – Para beneficiar do crédito, o ex-aprendiz deve participar num curso de “Como iniciar a sua própria micro-empresa” e “Como abrir o seu próprio negócio” com vista a dotá-lo de conhecimentos que lhe permitam uma melhor gestão do Projecto individual. Independentemente destes cursos, está inerente ao curriculum dos cursos do CFPDB a oportunidade de participar num curso de “Gestão de Empresa”.

- ❑ Micro-créditos – A empresa NINHO é responsável pela atribuição de pequenos empréstimos aos ex-aprendizes para aquisição de ferramentas e matérias primas, e outras necessidades relacionadas com a criação das micro-empresas e dos seus negócios. Para o efeito, foram fixados critérios para a atribuição e gestão dos créditos.
- ❑ Espaço Administrativo – Uma vez que a situação dos ex-aprendizes oferece poucas ou nenhuma condições de arquivo seguro, a NINHO oferece o seu espaço para que os jovens possam guardar os seus documentos de gestão da micro-empresa;
- ❑ Espaço Central de Maquinaria – Consiste numa área cedida pelo CFPDB para o uso de máquinas mais pesadas pelos ex-aprendizes para apoio nas suas actividades;
- ❑ Apoio para aquisição de matéria prima – Os Associados beneficiam igualmente de apoio financeiro e de transporte para a aquisição de matéria-prima necessária ao desenvolvimento das suas actividades;
- ❑ Oferta de encomendas e serviços – O CFPDB cede parte das suas encomendas relativamente a serviços vários para as micro-empresas disponíveis;
- ❑ Assessoria e consultoria – Através da NINHO, os jovens empresários podem dispor de actividades de reciclagem e consultoria para apoio aos seus negócios.

Numa primeira fase, alguns destes serviços foram oferecidos gratuitamente, nomeadamente, os serviços de consultoria e o espaço administrativo. Contudo, a filosofia de trabalho instituída e promovida pelo CFPDB assenta na ideia de não criar dependência por parte dos ex-aprendizes, o que se traduz no pagamento de uma quantia pela utilização dos serviços, contribuindo para a promoção da

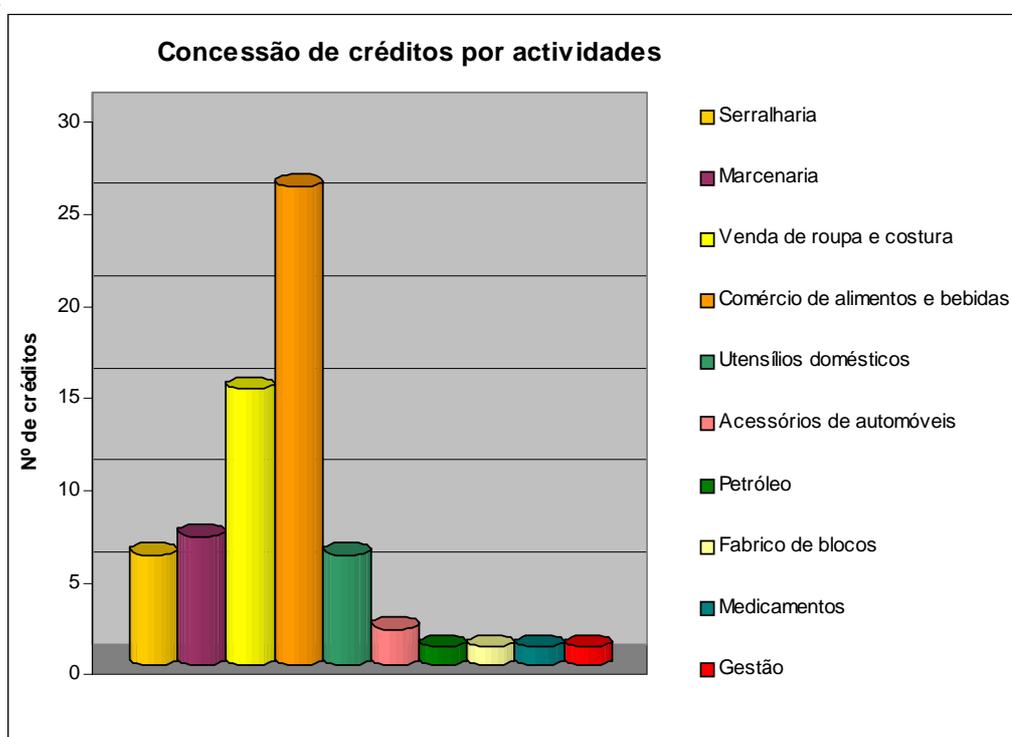


3. Antigo aluno do CFPDB executando trabalho de marcenaria para a sua micro-empresa.



sustentabilidade do Projecto, já que, os valores cobrados pela prestação destes serviços, juntamente com a restituição dos empréstimos, são canalizados para o fundo geral do CFPDB, podendo contribuir para a realização de novos empréstimos, aquisição de materiais ou manutenção e melhoramento dos equipamentos. Até Maio de 2001, foram concedidos **66 créditos** tendo-se beneficiado directamente mais de **100 jovens** uma vez que no desenvolvimento de cada um dos negócios estão frequentemente associadas várias pessoas e não apenas os ex-aprendizes.

As actividades empreendidas são bastante diversificadas e distribuem-se segundo a tendência ilustrada no gráfico seguinte:



Importa salientar que, de acordo com os resultados de uma avaliação empreendida em Abril de 2001, 50% dos então beneficiários já tinham devolvido alguma percentagem do crédito, sendo de registar que a maioria desses indivíduos eram do sexo feminino (71%).

A primeira fase deste Projecto terminou em Maio de 2001, altura em que foi convocada uma assembleia que reuniu os vários jovens que beneficiaram dos créditos e os responsáveis da NINHO, tendo-se concluído por uma apreciação global positiva do Projecto. Nessa reunião, foram traçadas as linhas de orientação e discutidas as necessidades de adaptação do Projecto para a segunda fase. Nesse sentido, discutiu-se o alargamento da concessão dos

créditos aos vendedores ambulantes que integram a Associação dos Amigos de Dom Bosco, criada em 1997 e que conta, hoje em dia, com cerca de 2700 jovens. Em Dezembro de 2001, e como consequência deste alargamento, o número de créditos concedidos ultrapassou a centena.



Alguns aspectos deste Projecto merecem um especial destaque na medida em que permitem aferir o seu bom desenvolvimento, ao mesmo tempo que reflectem, de forma clara, as linhas orientadoras da actuação do DC do MTS.

Desde logo, a aposta numa contraparte local pré-existente – a Congregação dos Salesianos Dom Bosco – detentora de um conhecimento profundo da área de intervenção devido a uma longa experiência de implementação no terreno e de trabalho com a comunidade beneficiária, parece ser um dos factores do êxito do Projecto.

Igualmente a filosofia de trabalho instituída e promovida pelo CFPDB, que assenta na ideia de não criação de dependência por parte dos ex-aprendizes, traduzindo-se no pagamento de uma quantia pela utilização dos serviços prestados. Por outro lado, todo o processo que promova o emprego e a inserção socioprofissional dos grupos mais vulneráveis é alvo de um acompanhamento permanente em todas as fases da iniciativa.



4. Grupo de antigos alunos do CFPDB beneficiários deste Projecto.

Finalmente, destaca-se a preocupação em respeitar e fortalecer as estratégias de sobrevivência adoptadas pelas populações face à incapacidade geral do Estado em prover os serviços sociais básicos e concretizadas essencialmente na prática de actividades informais.

5.2 Desenvolvimento Comunitário em Zonas Vizinhas de São Francisco e Vale da Custa - Cabo Verde

Tendo em conta a filosofia adjacente ao desenvolvimento das actividades de cooperação do MTS, grande parte dos seus esforços orienta-se para o reforço das capacidades das populações locais, no sentido de estas poderem encetar o seu próprio processo de desenvolvimento. Uma das formas encontradas para colocar em prática essa filosofia é o estabelecimento de parcerias com organizações da sociedade civil que desenvolvam as suas actividades junto das populações locais.

Um dos casos que reflecte esta prática é o Projecto de **Desenvolvimento Comunitário em Zonas Vizinhas de São Francisco e Vale da Custa**, desenvolvido como um Projecto **multisectorial**, assente numa visão **multidimensional** da pobreza, caracterizada pela privação do bem estar económico, social e cultural das populações. Trata-se de um Projecto destinado a duas comunidades rurais, **São Francisco** sob a jurisdição da Câmara Municipal da Praia, e **Vale da Custa** no Concelho de São Domingos, que fazem parte das zonas peri-urbanas e piscatórias classificadas pelo Governo caboverdiano como “bolsas de pobreza”. O rendimento mensal da maior parte das famílias é diminuto, e, inversamente, a precariedade do emprego apresenta-se elevada.



5. Vista exterior do Centro Social de Vale da Custa.

Nesta óptica, o Projecto apresenta desde o início como **principais objectivos**:

- **criar condições materiais e humanas que garantam a autonomia do processo de desenvolvimento;**
- **melhorar as condições de vida das populações a nível material, social e cultural, privilegiando as mulheres e crianças;**
- **contribuir para a preservação e conservação do ambiente;**
- **contribuir para a diminuição do êxodo rural.**

do então Ministério da Segurança Social e Solidariedade a Cabo Verde. em Novembro do mesmo ano, a execução do Projecto esteve a cargo da **ONGD Caboverdiana CITI-HABITAT**, enquadrando-se na política social do governo do país, no âmbito da execução descentralizada do Programa de Luta Contra a Pobreza⁴¹. A participação do MTS no Projecto desenvolveu-se entre 1997 e 1999, tendo assegurado um financiamento de 6 435 000 PTE referente ao apoio de 1997, 17 076 000 PTE ao de 1998 e 20 760 000 PTE ao de 1999, num total de 44 271 000 PTE em três anos.

O desenvolvimento do Projecto pela ONGD assentou essencialmente em três vectores: **Animação, Equipamento e Investimento**.

Ao nível dos investimentos o destaque vai para a construção do **Centro Social de Vale da Custa**, a remodelação do **Posto Sanitário de São Francisco** e a adaptação do **Centro Social de São Francisco**. Com o apoio das Câmaras Municipais foi também possível a melhoria das condições de saneamento das localidades.



6. Jardim infantil do Centro Social de Vale da Custa.

Para o funcionamento do Posto Sanitário muito contribuiu o estabelecimento de um acordo com a Delegação de Saúde, no sentido da efectivação de visitas médicas de 15 em 15 dias, e do estabelecimento de um agente sanitário no posto de São Francisco. Ainda no âmbito deste acordo, foram realizadas diversas palestras sobre doenças diarreicas, Sida e outras doenças sexualmente transmissíveis.

Em termos do funcionamento, destaca-se o trabalho de uma equipa de coordenação, de um conjunto de administrativos, dos técnicos de construção civil e dos animadores de campo, pessoas da ONGD ou contratados expressamente para as acções.

⁴¹ no âmbito da qual as organizações da sociedade civil assumem o papel de “parceiras institucionalmente consagradas que podem também participar do processo de desenvolvimento, particularmente no domínio da Solidariedade Social” (Secretário de Estado da Descentralização de Cabo Verde, eng. César de Almeida, Maio, 1998)





7. Crianças da Aldeia de Vale da Costa.

A componente Animação, considerada a base metodológica da intervenção da ONGD, foi posta em prática através da acção **educação para o desenvolvimento e cidadania**, com destaque para as palestras já referenciadas na área da saúde, às quais se juntaram

temas como a vacinação de animais (em parceria com o Ministério da Agricultura), o desporto, a mulher no desenvolvimento (em parceria com outra ONGD – a MORABI). Realizaram-se ainda encontros de avaliação de projectos, acções de formação em corte e costura, culinária para 31 mulheres e alfabetização de adultos para 34 formandos.

Sendo um Projecto dirigido às necessidades das populações, uma das preocupações foi orientada para o desenvolvimento de apoios na área do emprego. Uma das formas de apoio às actividades geradoras de rendimento consistiu na concessão de Micro-crédito a 26 pessoas (sendo 20 delas mulheres) para desenvolvimento do pequeno e médio comércio, na área de uma fábrica de aguardente, de uma pastelaria, do corte e costura e da pecuária. Realça-se nesta actividade o trabalho de definição de critérios para a concessão de créditos e para a eleição de uma comissão local de selecção e acompanhamento de crédito. O crédito estendeu-se ainda a um apoio à cooperativa de consumo local para o arranque das suas actividades.

Ainda nesta área destaca-se a criação ou reforço do auto-emprego, no âmbito dos trabalhos de construção, da unidade de produção de gabiões e dos contratos programas, que apesar de não serem empregos permanentes, contribuíram com mais de 80 postos de trabalho por mês num período de 6 meses.

Estas actividades inseriram-se também na óptica das preocupações ambientais. Nesse sentido, saliente-se a plantação de 21 470 árvores, a construção de diques de correcção torrencial, de vários metros cúbicos de arretos e banquetas e 2500 caldeiras para a recepção das águas das chuvas, a realização de campanhas de limpeza, um projecto de vedação e construção de um pátio de recreio para a escola, a criação de uma horta escolar, e a existência de um

acordo com a Direcção Geral que tutela as florestas tendo como objectivo a realização de parcerias de engenharia rural e florestais.

Outra área que mereceu uma atenção especial foi a da **educação e formação**, com realce para a construção de uma escola em cada localidade, para a alfabetização de 34 adultos, bem como de 5 adultos com reciclagem como pedreiros da construção civil, da realização de dois cursos de curta duração (Artes Domésticas) e a programação de um curso no domínio de Pintura de Construção Civil. Em todas estas actividades o Projecto participou em articulação com o Ministério de Educação do país.

A área do lazer, como componente essencial no bem estar dos indivíduos, não foi relegada para segundo plano, destacando-se a organização de 3 torneios de futebol de 11 e a consolidação de um grupo de teatro em São Francisco.

O desenvolvimento deste Projecto permitiu ainda efectuar algum reforço das instituições, em particular com o fornecimento de uma viatura, de um computador e da contratação de 2 quadros técnicos para a ONGD.

Outro dos resultados merecedor de destaque foi a transformação, em Vale da Custa, de uma pré-associação em **Associação Local de Desenvolvimento**, com os seus vários órgãos em perfeitas condições de funcionamento e com responsabilidades definidas, sobressaindo a gestão da construção do centro social. Em São Francisco destaca-se o funcionamento quase autónomo da Associação Local, apenas dependente do apoio da CITI-HABITAT na procura de financiamento. A Associação ficou capacitada para identificar os seus próprios projectos, tendo já conseguido um financiamento junto de uma organização americana para uma unidade de produção de gabiões e rede diversas com capacidade para 15 postos de trabalho permanentes (5 para mulheres).

O caminho percorrido por esta experiência, num período de três anos, mostra-nos que mediante um grande esforço em matéria de organização das populações, organização e institucionalização



8. Barbeiro no Centro Comunitário S. Francisco.

de associações locais (nomeadamente a de Vale da Custa), em formação de lideranças, na formação e enquadramento dos jovens e, sobretudo no fortalecimento das infra-estruturas sociais, é possível levar a cabo um processo de desenvolvimento assente na motivação e na participação das populações como agentes do seu próprio desenvolvimento.

Este Projecto contribuiu decisivamente para a evolução do DC na óptica de concepção de projectos onde a participação das próprias populações, através das suas instituições representativas, em parceria com outras instituições intervenientes, são as principais responsáveis pela execução do mesmo, colocando assim no centro das suas preocupações a questão do **empowerment**. Um desenvolvimento auto-sustentado, baseado em valores de forte voluntarismo, capazes de atingir uma salutar competição centrada na valorização da qualidade, da competência e do trabalho, onde a solidariedade social adopta a forma de afirmação, promovendo assim o desenvolvimento comunitário centrado no indivíduo.

Uma situação merecedora de destaque é o facto de todas as actividades procurarem envolver sempre que possível o Governo, autoridades municipais, sociedade civil e parceiros externos, através de uma comissão de acompanhamento, procurando, dentro do possível, evitar a criação de estruturas específicas, apoiando-se antes na estruturas já existentes. Esta dinâmica do Projecto deve grande parte do seu mérito à forma como a ONGD desenvolve as suas actividades. Contudo também aqui o DC desempenha um papel importante na forma como incentiva o diálogo entre os vários agentes locais de desenvolvimento, nomeadamente na procura do fortalecimento da relação entre o Estado e a Sociedade Civil, como importante factor potencializador do desenvolvimento do país.

5.3 Observatório de Bem Estar do Bairro de Quelele - Guiné-Bissau

O **Projecto do Observatório de Bem Estar do Bairro de Quelele**, aprovado em finais de 1997 pelo então Ministério da Segurança Social e Solidariedade, e portanto associado com os primeiros passos da existência do DC, é, simultaneamente um dos exemplos do **reforço institucional ao nível da sociedade civil, com uma aposta no reforço da participação das comunidades locais no delinear das suas estratégias de desenvolvimento e o reflexo do desenvolvimento de uma filosofia de avaliação e acompanhamento dos projectos assentes na recolha de dados sistemática.**



9. Vista sobre o Bairro de Quelele.

Embora a aprovação do Projecto fosse anterior todo o financiamento e acompanhamento decorreu em simultâneo com o primeiro ano do Departamento. O Bairro onde este Projecto foi executado é um caso paradigmático do processo de urbanização que a Guiné-Bissau atravessa, assumindo, com as suas

especificidades próprias, as características da realidade da restante África Subsaariana. Assim sendo, como componentes de um processo de modernização, os efeitos da urbanização, não se limitam ao crescimento do número de habitantes das áreas urbanas e periurbanas e à respectiva sobrecarga dos equipamentos sociais, alastrando-se simultaneamente a alterações nos padrões de vida e na proliferação de uma heterogeneidade de modelos de vida que implica uma maior necessidade de quantificar os diferentes aspectos desta, por forma a melhor compreender este novo espaço onde os agentes de desenvolvimento pretendem actuar.

Reforçando esta necessidade, o estado desactualizado dos dados disponíveis (o último Censo publicado remonta a 1991) fazem com que a informação em relação a um bairro cujo fenómeno de crescimento se processou essencialmente na última década apresente uma actualidade e fiabilidade questionáveis.

Neste contexto, surgiu a ideia de montar um sistema estatístico a nível do Bairro que possibilite a avaliação permanente do trabalho realizado pelas mais diversas

organizações e o apoio ao planeamento de acções futuras, permitindo também à ONGD apresentar balanços e avaliações de projectos de forma objectiva. Simultaneamente, este sistema enquadra-se nas novas orientações conceptuais que colocam a multidimensionalidade da pobreza no centro do



10. Mulher guineense com criança no Bairro de Quelele.

debate sobre o desenvolvimento. A colocação em prática deste Projecto insere-se num processo de desenvolvimento da cultura de informação como elemento importante para a preparação de programas e desenvolvimento de acções comunitárias.

O DC participou no Projecto como entidade financiadora, sendo a Acção para o Desenvolvimento (AD) - uma ONGD de mérito reconhecido junto da opinião pública, dos parceiros e das agências internacionais de desenvolvimento - a entidade executora. A AD desenvolve grande parte do seu trabalho no âmbito do reforço das capacidades das comunidades locais, as quais constituem os seus interlocutores privilegiados.

Tendo o primeiro financiamento em Março de 1998, o primeiro ano de existência do Projecto decorreu num período dominado pela crise político-militar que se instalou no país. Apesar do cenário, a AD foi capaz de ultrapassar essa questão, graças em grande parte ao empenhamento demonstrado pelos inquiridores na preservação dos boletins de inquérito já preenchidos, aproveitando mesmo para estender os objectivos do Projecto à recolha de dados para avaliar os efeitos do conflito, e facultá-los aos interessados para orientar as intervenções prioritárias de emergência.

O financiamento do MTS foi de 3 300 000 PTE em 1998 e de 2 750 000 PTE em 1999 e destinou-se essencialmente à estruturação do serviço de recolha e tratamento de dados a nível humano e de equipamento, de forma sustentada e organizada segundo padrões metodológicos internacionais, adaptados à realidade local.

Neste sentido, no primeiro ano do Projecto a aposta centrou-se na **constituição de uma equipa técnica para dirigir e coordenar os trabalhos do**



Observatório, com base em quadros nacionais assessorados por um especialista estrangeiro, na **formação dos responsáveis e dos inquiridores e no desenvolvimento de campanhas de sensibilização e esclarecimentos dos habitantes do bairro sobre os objectivos pretendidos com a realização destes levantamentos**. Para o último ponto, a ONGD recorreu às diferentes organizações existentes no bairro, ao contacto directo com a população nos seus principais locais de concentração e à difusão de programas radiofónicos emitidos pela Rádio Voz de Quelele.

Em relação a operações estatísticas foi realizado:

- a) **o censo dos moradores**, com o objectivo de obter informações de base para uma melhor caracterização do bairro, em particular:
 - (i) o ritmo de crescimento anual da população do bairro;
 - (ii) as condições económicas do agregado familiar;
 - (iii) a qualidade da construção das habitações;
 - (iv) o nível de condições sanitárias;
 - (v) o uso de energia para a confecção de alimentos;
 - (vi) o tipo de energia para iluminação;
 - (vii) constituição do agregado familiar (idade, raça, religião, nível escolar, n.º de elementos do agregado familiar).

 - b) **o levantamento do impacto da guerra no agregado familiar e nas actividades económicas**, através do inventário das actividades anteriores e das actuais do inquirido e do agregado económico e da eventual perda de instrumentos de trabalho no decorrer do conflito;

 - c) **o levantamento do impacto da guerra no parque habitacional**, nomeadamente das moradas atingidas com o objectivo de determinar o volume financeiro para a sua recuperação;
-
- d) **o levantamento do impacto individual**, mediante o apuramento das consequências da guerra a nível do número

11. Escola popular no Bairro de Quelele.

de mortos e estropiados.

Já em 2000, as principais actividades foram orientadas para a caracterização do **sector do ensino informal**, em particular as escolas populares, bem como para a **conclusão, publicação e restituição do primeiro censo populacional do bairro**. Uma das primeiras grandes constatações deste trabalho foi a necessidade de se estudar e intervir na área da água e da higiene, principal fonte de propagação de epidemias. O levantamento das Escolas Populares possibilitou a caracterização deste sector, permitindo definir as seguintes prioridades: melhoria das condições das infraestruturas físicas das escolas, a formação e actualização de conhecimentos dos professores e a aposta no ensino pré-primário. Ainda em 2000, os quadros afectos ao Observatório beneficiaram de três cursos de formação no domínio da informática, incluindo o programa SPSS, *software* utilizado para a análise estatística dos dados.



12. Vista sobre a sede da Associação de Moradores do Bairro de Quelele.

Um dado que permite constatar a sustentabilidade do Projecto, é o facto de, após o término do apoio do DC ao Projecto a estrutura criada ter permitido, com o recurso a outras formas de financiamento, a continuidade de uma série de iniciativas com destaque para o levantamento das iniciativas profissionais do sector informal no Bairro de Quelele, que serviu para identificar as prioridades de formação técnica da Escola de Artes e Ofícios, em termos de actividades, duração de formação, grupo a que deve ser dirigido prioritariamente a formação; para a instalação de um observatório no sector de São Domingos (zona rural do Norte do país) nos domínios da Educação e Saúde, que permita conhecer a real situação e necessidades da região nestes domínios e para prosseguir o estudo das fileiras dos produtos agrícolas.

Se a estes dados adicionarmos o facto da metodologia ter sido acompanhada desde o início por outras ONGD guineenses que apresentaram, em parceria com ONGD portuguesas, em finais de 1999, um Projecto similar à UE, entretanto aprovado, poderemos compreender melhor a amplitude do Projecto, assente em grande parte no seu carácter inovador, que fazem dele um dos **Projectos Piloto do DC**.

5.4 O Curso para Técnicos de Acção Social - Moçambique

Este Projecto foi identificado pela parte moçambicana ainda antes de o Departamento existir, nos trabalhos de preparação da cooperação desenvolvidos em 1997 no âmbito do então Ministério da Segurança Social e Solidariedade. Quando o DC efectuou as primeiras missões a Moçambique, a partir de 1998, fez uma identificação mais pormenorizada do contexto em que o Projecto se poderia colocar, tendo-se optado por apoiar um curso para técnicos de acção social de dois anos e meio e equipar o Centro de Formação do actual Ministério da Mulher e da Coordenação da Acção Social Moçambicano, recorrendo ao modelo de gestão directa do Projecto.



13. Sala de aula no Centro de Formação.

Foi o primeiro Projecto onde se ensaiaram os mecanismos de funcionamento com recurso a uma conta numa Embaixada Portuguesa. Foi igualmente neste Projecto que se foram afinando as relações de cooperação tal como o DC então as imaginava. E para a parte moçambicana foi o Projecto através do qual foi percebendo como podia funcionar com um Departamento muito diferente daquilo que era até essa data a cooperação portuguesa.

A parte moçambicana tinha uma estrutura montada para este tipo de cursos, quer ao nível da relação com o sistema de ensino oficial, quer, pelo facto de ter nomeado um director pedagógico dependente do Instituto de Ciências da Saúde (ICS), programas aprovados para diferentes níveis de formação e um regime de avaliação de conhecimentos. Dispunha igualmente de instalações (um andar) com capacidade limitada de internato masculino e feminino, salas de aula, gabinetes, fotocopiadora, sala para biblioteca, lavandaria e um acordo com a cantina do ICS para alimentação dos formandos. Existia ainda uma prática anterior de cursos com outros financiadores, com formadores nacionais, na maioria técnicos do próprio Ministério.

A proposta de Curso, aprovada depois de intensas conversações com a parte moçambicana, consistiu essencialmente no seguinte:



- **O DC/MTS renovaria o equipamento do Centro de Formação** com cadeiras, mesas, carteiras, armários, estantes, retroprojector, televisão e video, roupas de cama, ar condicionado, livros para a biblioteca, sala de computadores e impressora. No decorrer do curso decidiu-se ainda apoiar a renovação do quadro eléctrico do Centro e, por iniciativa da parte moçambicana, a transformação de parte da lavandaria em cozinha.
- O DC/MTS **financiaria um curso médio de acção social** com os objectivos de reforçar a capacidade do país nesta área e em especial do Ministério (para tal previu-se a constituição de duas turmas, em que uma delas seria composta de funcionários desta área de todo o país e outra de pessoas recrutadas por anúncio público e entrevistas), com recurso a formadores nacionais e estrangeiros, ambos escolhidos por anúncio e entrevistas.
- **O programa seria modernizado bem como o regulamento de avaliação, com a introdução de novas disciplinas e sobretudo com a alteração profunda do modo de realizar o trabalho de Acção Social.** Nesse sentido, foi dada especial importância à fileira de disciplinas como Economia Social (formador Rogério Roque Amaro), Teorias e Metodologias de Intervenção Social (formadora Helena Nunes) e Estágios (formador Orlando Garcia). Em todas as disciplinas que tiveram formadores externos existiram sempre formadores nacionais que acompanharam os trabalhos e leccionaram horas fora do período em que os formadores externos estiveram no país. Nessas disciplinas houve, para além do formador estrangeiro, um ou dois formadores locais que acompanharam todo o trabalho, recebendo assim formação que lhes permitiria reproduzir o ensino ministrado.



14. Aluno na camarata masculina do Centro de Formação.

dos formandos, proporcionando a cada uma bibliografia especializada de sua propriedade.

Outro elemento inovador ao nível programático foi a existência de disciplinas dadas em regime extensivo por formadores nacionais e outras em regime intensivo por formadores estrangeiros de qualidade. Procurou-se articular as duas formas, de modo a que os alunos e formadores nacionais fossem beneficiados com a presença de técnicos muito competentes e que dificilmente têm tempo para deslocações prolongadas, mas que ao mesmo tempo se respeitasse a capacidade de absorção dos formandos de temáticas com algum nível de exigência.

As dificuldades sentidas no decurso do processo situaram-se sobretudo na adaptação da coordenação moçambicana ao modo de funcionamento de um Projecto em gestão directa onde cada aquisição obriga à apresentação de uma proposta contendo consultas a três empresas diferentes e, qualquer pagamento, percorre um percurso Maputo / Ministério



15. Actividades de economia social dos formandos.

– Lisboa/DC – Maputo/Embaixada – Maputo/Ministério, e onde qualquer atraso de um lado ou de outro tinha consequências imediatas no funcionamento das aulas. Com um Projecto de longa duração os imprevistos foram muitos, tendo contudo sido resolvidos.

Outra dificuldade foi a disponibilidade dos formadores moçambicanos que logicamente acumularam as aulas com outras funções. Tal situação resultou numa fraca atenção de uma maioria de formadores aos alunos nos períodos fora das aulas e num constante alterar de horários para permitir leccionar todos os programas.

Quanto a resultados, o sistema de formação dos técnicos passou por um processo de animação a que todos os parceiros e interessados aderiram. Deste Curso saiu uma geração moderna de técnicos de Acção Social. Por contraponto aos assistencialismos, foi possível criar-se as disposições desenvolvimentistas de Projecto. Este processo de Cooperação entre o MTS de Portugal e o MMCAS



de Moçambique **conseguiu introduzir e, mais importante, incorporar inovação no modelo formativo** dos Técnicos de Acção Social do país. Na fase final, tornou-se **nítida a eficácia e a contribuição qualitativa de várias apostas na estratégia que foi acordada nesta cooperação**, sendo de salientar: *a abertura, diversificação e qualificação do elenco dos formadores nas várias instâncias formais e informais, a interacção entre formadores moçambicanos e formadores portugueses, uma primeira reconceptualização curricular* (desde a introdução das disciplinas de Economia Social e Economia do Desenvolvimento, até à reequação da área da intervenção social relacionada com as ciências sociais), a universalização dos *Manuais* e do seu uso, e o facto da orientação dos estágios ter sido feita em 3 momentos diferentes ao longo do curso.

Todo este contexto permitiu uma *reformulação da política de estágios* com a definição de *novos modelos operativos*, eixo transversal para um espaço de manobra privilegiado para a animação do *jogo das articulações em rede* e das *configurações de novos desenvolvimentos* (mais compatíveis com as Políticas Sociais Activas).

Os pontos citados são aspectos fortes do Projecto porque penetraram na prática social, foram adoptados pelos respectivos protagonistas, começaram a ser incorporados e instalados nos sub-sistemas numa sequência de reacções, reflexividades e avaliações. São evidentes os interesses declarados nessa transição pelos diversos interlocutores e intervenientes na extensão desta linha de inovações ao conjunto do sistema de Acção Social e de formação de agentes.

Este processo de cooperação, além de ter proporcionado formação e trajectória socio-profissional a duas categorias de formandos destinatários (os que já eram funcionários a quem o curso vai permitir uma promoção e os novos com capitais escolares recentes do contingente dos primeiros activos do novo século), dotou o país de 57 novos técnicos, e qualificou e modernizou o modelo curricular, o modelo pedagógico e a rede de parcerias (com as respectivas renovações de competências).

Finalmente, este processo permitiu ao DC/MTS afinar e estabilizar um modelo de formação nesta área de forma suficientemente sólida para ser replicado noutros países como já aconteceu em São Tomé e Príncipe e irá iniciar-se na Guiné - Bissau. Esse modelo inclui um conjunto de formadores de qualidade, recrutados entre os peritos da área de cada disciplina, nos serviços do MTS ou no meio Universitário, que elaboraram alguns textos específicos adaptados ao país e que enriqueceram os manuais produzidos.

5.5 Apoio na recuperação e operacionalização do Lar de Idosos - São Tomé e Príncipe

As condições de vida do idoso santomense mereceram uma especial consideração nas actividades de cooperação desenvolvidas pelo MTS naquele país, devido às fortes carências que este grupo apresenta. De facto, em São Tomé e Príncipe, os idosos são um grupo extremamente vulnerável, frequentemente à pobreza e exclusão social.



16. Pavilhão para os idosos no Lar.

Face a este cenário, a intervenção visou **contribuir para a melhoria da condição e da situação do idoso na sociedade santomense**, através da recuperação do Lar de Idosos de São Tomé, reforçando-se, deste modo, a rede de protecção social existente.

A origem do Projecto remonta a Fevereiro de 1999, altura em que, no âmbito de uma missão à República Democrática de S. Tomé e Príncipe, foi visitado o Lar de Idosos de São Tomé, onde, em condições da maior precariedade, residiam cerca de 70 idosos.

O Lar de Idosos de São Tomé é pertença do Instituto Nacional de Segurança Social de São Tomé e Príncipe, cuja gestão foi por aquele Instituto entregue, através de um protocolo, à Santa Casa da Misericórdia de S. Tomé e Príncipe (SCMSTP). O Lar e todo o espaço envolvente encontravam-se em condições de total degradação e a SCMSTP não dispunha de fundos para a realização de quaisquer obras, mal dispondo de capacidade para suportar os encargos com a alimentação dos 70 idosos. De destacar que, na altura, a despesa mensal situava-se em cerca de 100 contos portugueses e o pessoal ao serviço do Lar não dispunha de habilitações, nem sequer de formação profissional mínima para o desempenho das funções.

Nessa ocasião, foi manifestado o desejo e empenho, quer por parte do actual Governo Santomense, quer por parte do Bispo de S. Tomé e do Provedor da Santa Casa, quer por parte da Embaixada de Portugal em S. Tomé e Príncipe, em dar condições minimamente dignas ao Lar.



Foi então considerado que a obra em questão poderia ser assumida no âmbito da cooperação bilateral entre o MTS e o então Gabinete do Secretário de Estado Ajunto do Primeiro-Ministro para a Administração Pública, Trabalho, Segurança Social, Juventude e Desportos (que tutelava o Instituto Nacional de Segurança Social), em parceria com a SCMSTP, no sentido de, deste modo, ser possível:

- **recuperar os pequenos apartamentos em que os idosos (cerca de 6 em cada) estavam alojados (algumas obras em geral e a construção, em cada apartamento, de instalações sanitárias);**
- **equipar os quartos (camas, colchões, roupas) e dar condições mínimas à cozinha, ao refeitório, à despensa e a um espaço de lazer;**
- **construir uma enfermaria para os idosos em fase terminal;**
- **limpar todo o espaço envolvente;**
- **proporcionar a formação adequada ao pessoal afecto ou a afectar ao equipamento.**

Todos acolheram com o maior entusiasmo a hipótese de o Ministério do Trabalho e da Solidariedade vir a assumir aquele Projecto. Deste modo, o Departamento de Cooperação deu seguimento aos primeiros passos (preparação de um projecto de “programa funcional”, elaboração de um primeiro orçamento) que permitissem avaliar a capacidade do MTS assumir tal Projecto e apresentou ao Ministro do Trabalho e da Solidariedade uma proposta fundamentada com a qual, em 29 de Abril de 1999, aquele membro do Governo concordou.

Assim, através da cooperação bilateral com a República Democrática de S.



17. Refeitório remodelado do Lar de Idosos de S. Tomé.

Tomé e Príncipe, o MTS assumiu a recuperação e operacionalização do Lar de Idosos de S. Tomé, durante um período de 3 anos, com um encargo global estimado em 134 mil contos (fundamentalmente para obras, equipamento, formação, alimentação e assistência técnica).

Foi nomeado, como representante do MTS, o Dr. Paulo Moreira, Assessor Principal do quadro do Centro Regional de Segurança Social do Norte, com experiência na gestão de equipamentos sociais, para, localmente, acompanhar e orientar todo o desenvolvimento do Projecto e apoiar a Santa Casa na procura de medidas que possam assegurar a futura sustentabilidade do Projecto.



18. Vista geral dos apartamentos pertencentes ao Lar de Idosos de S. Tomé recuperados.

No âmbito deste Projecto foi assinado, ainda em 1999, um Acordo entre o DC e a SCMSTP, no qual ficaram definidas as responsabilidades de cada uma das partes. Desde essa altura que o DC tem apoiado a SCMSTP nas despesas com a alimentação dos utentes e do pessoal ao serviço.

As obras de recuperação e remodelação dos equipamentos existentes foram iniciadas em finais de Setembro de 1999 e ficaram concluídas **em meados de Fevereiro de 2000. Foi, posteriormente, adquirido diverso equipamento e material necessários para o bom funcionamento do Lar.**

Pelo representante do DC, em conjunto com a Santa Casa da Misericórdia de S. Tomé e Príncipe, foram estabelecidos:

- contactos com o Hospital Central Aires de Meneses para encontrar formas de articulação que permitam aos idosos residentes no Lar receber cuidados médicos preventivos de modo continuado e sistemático;
- um protocolo com a Câmara Municipal de Águas de São Pedro que permite assegurar a remoção do lixo e o tratamento das áreas a jardinar;
- contactos com o Governo de S. Tomé com vista a obter uma parcela de terreno onde a Santa Casa da Misericórdia poderá vir a desenvolver um Projecto agrícola de apoio ao Lar de Idosos e um outro terreno para construção de 3 habitações destinadas a alugar e que constituirão uma fonte de rendimento para aquela Instituição;
- contactos com várias personalidades e instituições no sentido de se criar

uma rede de beneméritos que, pelos mais variados meios, apoiem o funcionamento do Lar, Projecto que tem vindo a ter uma evolução positiva.

Durante a visita oficial do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, em Abril de 2000, à República Democrática de S. Tomé e Príncipe, aquele membro do governo concedeu um subsídio no valor de 8 mil contos, fundamentalmente destinado à aquisição de uma viatura de caixa aberta e à realização de obras para arranjo de um espaço de lazer para os idosos.



19. Casa pertencente ao Lar de Idosos de S. Tomé.

Relativamente à componente formação, cabe destacar que, no âmbito deste Projecto, e ainda no ano de 2000:

- Foi proporcionado ao Director do Lar de Idosos a frequência de um estágio em Portugal, que teve lugar em duas Instituições: no equipamento social Quinta da Manuela do Centro Regional de Segurança Social do Norte (durante 1 semana) e no Serviço de Contabilidade das Instituições de Solidariedade Social daquele Centro (durante uma semana); e no Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia de Mértola, durante 2 semanas.
- No sentido de organizar o sector contabilístico/financeiro do Lar, deslocou-se a São Tomé e Príncipe um técnico, o qual, entre outras acções, procedeu à instalação de uma aplicação informática de registo e tratamento de informação contabilística e concedeu formação e apoio técnico ao pessoal que iria trabalhar na área da contabilidade, quer no âmbito do Projecto em causa quer de outros que se estão a desenvolver naquele País.

Entretanto, o DC decidiu apoiar a construção e equipamento de um pavilhão para acamados no Lar. A obra foi adjudicada a uma empresa local, tendo o pavilhão ficado concluído em Julho de 2001. A Santa Casa procedeu já à aquisição do necessário equipamento e do material para o dito pavilhão que

iniciou o seu funcionamento no quarto trimestre de 2001.

Prevê-se que no ano de 2002, se continue a apoiar as despesas de funcionamento do Lar uma vez que, no seu entender, apenas foram dados os primeiros passos, não estando ainda reunidas todas as condições que possam assegurar a futura sustentabilidade deste equipamento. Contudo, existe a convicção que, através deste apoio foram reforçadas, indubitavelmente, as capacidades locais na área do apoio à 3ª idade, contribuindo-se para a dignificação do idoso santomense e para a melhoria do seu bem estar.



20. Novo Pavilhão de acamados do Lar de Idosos de S. Tomé.





6. CONCLUSÕES DO VOLUME I

O presente do DC e uma janela para o futuro

Expressões como **inovação e evolução** fazem parte do léxico frequentemente utilizado ao longo do relatório, espelhando uma mentalidade centrada no reconhecimento de que um processo de desenvolvimento é essencialmente um processo de **transformação e mudança**, e, nesse sentido, as acções de cooperação têm de apresentar um **elevado grau de dinamismo**.

Assim, não é de estranhar que os primeiros anos de funcionamento, em particular os dois primeiros, tenham servido em grande medida para o processo de definição da estrutura e procedimentos que permitissem ao DC vir a desenvolver com sucesso a sua missão. Simultaneamente, no campo conceptual procurou-se avançar na definição de uma tipologia de projectos que respondam mais directamente às necessidades reais sentidas pelas populações dos países receptores da ajuda, com o horizonte de que expressões como *dar a voz aos pobres* se materializem em práticas mais concretas.

Composto por uma equipa com diferentes experiências, essencialmente a nível nacional, complementada por alguns elementos com prática ao nível da cooperação internacional, o DC lançou-se nesse desafio, com o intuito de permitir a um departamento, com as características de um serviço da administração pública, desenvolver um modelo de cooperação verdadeiramente centrado na questão da pobreza, processo no qual não devem, nem podem, ser menosprezadas as importantes contribuições das diferentes entidades e pessoas envolvidas nas actividades nos países receptores da ajuda.

Nesta abordagem não podemos deixar de referir as dificuldades que surgiram relacionadas com a heterogeneidade existente ao nível do campo de actuação do Departamento, já que cada um dos parceiros apresenta especificidades muito próprias. Um dos aspectos essenciais na resolução desses problemas foi a preocupação colocada no desenvolvimento de canais de comunicação constantes entre os serviços que, no local, colaboram mais assiduamente com o DC.

O momento presente é um momento crucial na história do DC, já que chegou a altura de dar um novo passo. Na realidade, a experiência destes primeiros anos de prática nesta área coloca um cenário onde despontam já novos desafios.



6.1 A procura de respostas para problemas multidimensionais

Assumindo que o fim último de uma estratégia real de desenvolvimento assente na luta contra a pobreza está associado ao aumento dos níveis de bem estar da população nas suas diversas vertentes, um dos grandes desafios consiste em desenvolver uma estratégia capaz de envolver as diversas dimensões do fenómeno.

Nesse sentido, uma das orientações tem sido a de procurar que os projectos passem, gradualmente, e sempre que possível, a **integrar múltiplas componentes**, que permitam abordar essas diferentes dimensões. Esta opção centra-se na ideia de que as sinergias obtidas com o desenvolvimento de projectos integrados permitem alcançar um impacto superior ao que é atingido através de projectos isolados.

A materialização desta ideia passa pela construção de **Projectos Integrados de Desenvolvimento Sociocomunitário**, os quais apresentam uma abordagem centrada nas diferentes etapas de inserção dos indivíduos na vida social e económica do espaço onde habitam, utilizando como base para a realização das diversas actividades a ideia do **ciclo de vida**.

A noção de **etapa de inserção** é mais ampla que a noção de **grupo etário**, apresentando uma dinâmica diferente da estratificação meramente baseada na segunda noção. Na realidade, o raciocínio central passa pelo princípio de que, ao longo da vida, os indivíduos apresentam diferentes tipos de necessidades e que o **desenvolvimento humano** poderá ser atingido de uma forma mais consistente se, desde os primeiros momentos do seu desenvolvimento, o indivíduo tiver acesso a recursos que lhe permitam dar resposta às suas expectativas. Para exemplificar, recorreremos a um caso concreto: no sucesso de um projecto de formação profissional, para além do período de formação propriamente dita, muito contribui a realidade que antecedeu a admissão do indivíduo na escola de formação profissional, bem como as possibilidades de inserção na vida activa que este possuirá posteriormente e o desenvolvimento do tecido empresarial onde este desenvolverá a sua actividade.

Para melhor compreender esta ideia, teremos de teorizar o tempo como um conceito que ultrapassa o momento em que a acção decorre, levando-nos à definição de “tempo sócio-histórico”, no qual o passado e o futuro têm um peso fundamental para uma análise correcta de uma acção presente.

“ uma das orientações tem sido a de procurar que os projectos passem, gradualmente, e sempre que possível, a integrar múltiplas componentes, que permitam abordar essas diferentes dimensões.”

Esta ideia facilmente pode ser passada de uma visão centrada no indivíduo, visto isoladamente, para uma visão centrada na sociedade em geral. De facto, podemos afirmar que um sistema de formação profissional eficaz, num cenário em que o sistema escolar não funciona, ou o mercado de trabalho não absorve os formandos, se transforma num recurso subaproveitado.

Não procuramos com estes raciocínios conduzir à inferência de que a responsabilidade da cooperação deverá passar a englobar todos estas vertentes. Bem pelo contrário, é preciso manter a ideia de que têm de ser os próprios países a gerir o seu processo de desenvolvimento. Todavia, se a cooperação pretende de facto ser estruturante, deve, sempre que possível, ser pensada de uma forma **multidimensional**, chegando assim à ideia de projecto **multifacetado**, traduzido, no caso do DC, nos Projectos Integrados.

A ideia de **ciclo de vida** tem ainda outras implicações, ao associar-se ao princípio de que ao longo das diferentes etapas da sua vida o indivíduo tem diferentes necessidades relacionadas com a fase que atravessa, não sendo, todavia, obrigatório que essas necessidades se circunscrevam apenas a um período.

Por outro lado, para justificar esta abordagem, recorreremos ainda à utilização do conceito de “actor social”, segundo o qual o actor individual não pode ser entendido se não o percebermos no contexto das suas relações com os restantes actores, inseridos no conjunto da sociedade. Na realidade, é essa definição que nos permite compreender a importância de determinadas componentes em projectos que pretendem essencialmente apoiar o fortalecimento da inserção dos indivíduos na sociedade do espaço onde habitam ou desenvolvem as suas actividades.

Uma das consequências relacionadas com este princípio é que, por exemplo, no caso dos jovens, as preocupações devem ir para além da abordagem profissional, centrada na sua inserção no mercado de trabalho, devendo procurar alargar-se à sua inserção social de uma forma globalizante. Daí que sejam tão importantes os aspectos lúdicos e recreativos do seu desenvolvimento, tendo em conta, entre outros aspectos, a sua importância para a sua integração nas redes sociais, ainda mais importantes num contexto como o Africano em que, mesmo em contexto urbano, a lógica de mercado ainda não relegou para segundo plano a importância das redes sociais como principais redes de protecção social, ao longo de toda a vida.



“ no caso dos jovens, as preocupações devem ir para além da abordagem profissional, centrada na sua inserção no mercado de trabalho, devendo procurar alargar-se à sua inserção social de uma forma globalizante.”



Um bom exemplo desta filosofia é o **Programa Integrado de Desenvolvimento Sociocomunitário no Bairro de Quelele (PIQUE) da cidade de Bissau**. Este Projecto, que se encontra em fase adiantada de construção, visa melhorar as condições de vida da população de um bairro periférico da Guiné-Bissau, através da conjugação de duas ideias centrais: a multidimensionalidade da questão do desenvolvimento e a necessidade de levar a cabo estratégias que tenham como principais motores de implementação as populações que serão alvo do Projecto, neste caso através de associações que as representem ou outras formas de organização existentes ou a criar no âmbito do projecto.

Ao nível da **População Infantil** está prevista a continuação do apoio à melhoria da qualidade de ensino no bairro, utilizando como *interface* para o desenvolvimento desse processo o Centro de Animação Infantil, na qualidade de “centro de recursos” das escolas populares do Bairro.

O apoio à **população juvenil** terá uma componente recreativa, educativa e cultural, virada para o apoio a uma série de estruturas como sejam: **o Centro Cultural Juvenil, a Rádio Voz de Quelele, a Televisão Comunitária de Quelele ou o Complexo Polidesportivo**.

A preparação dos jovens para o mercado de trabalho é um importante aspecto do projecto, nomeadamente, através do apoio ao equipamento e funcionamento da **Escola de Artes e Ofícios (EAO)** e às iniciativas tendentes ao processamento de formações no local de trabalho, patrocinando as micro-empresas que recorram ao serviço de jovens aprendizes.

Outra componente relaciona-se com o apoio à **promoção de auto-emprego jovem**. Esse apoio será vocacionado para a criação de micro-empresas e respectiva inserção no mercado de trabalho, contemplando: (i) fornecimento de equipamento; (ii) financiamento para instalação das micro-empresas e aquisição de mercadorias; (iii) formação em gestão de pequenos negócios.

Simultaneamente, pensa-se poder criar uma “central”, que funcionará na EAO, com o objectivo de apoiar micro-empresas ao nível da consultoria e do aluguer de maquinaria.

Em relação à população em **idade adulta**, o apoio será centrado na questão da promoção do emprego e do apoio ao tecido empresarial do bairro, seja através da concessão de micro-crédito, à qual será associada uma componente de formação em gestão, seja através do financiamento de actividades de formação no local de trabalho. Relacionada com a questão do apoio ao desenvolvimento de actividades geradoras de rendimento poderá ser associada também a questão da requalificação do Bairro, através do recurso a empresas existentes ou que surjam no decorrer do projecto, nomeadamente com vista à melhoria das condições de acessibilidade ou de limpeza do Bairro.

Outra das componentes do projecto relaciona-se com o apoio ao funcionamento do **Centro de Saúde do Bairro de Quelele**, o qual desenvolve o seu trabalho essencialmente ao nível da **saúde materno-infantil**. Por outro lado, prevê-se ainda o fornecimento de equipamento que permita a realização de campanhas de vacinação descentralizadas.

Por último, e no sentido de permitir um acompanhamento e avaliação permanentes das actividades, bem como planear e corrigir o desenvolvimento das mesmas, o projecto prevê uma componente de apoio ao funcionamento do **Observatório do Bem Estar** já existente no Bairro.

6.2 A necessidade de fortalecer as parcerias

O DC reconhece a complexidade de colocar em prática uma estratégia multidimensional, visto que a sua experiência e domínios de intervenção não englobam todas as áreas em que um projecto deste género poderá intervir. Surge assim um novo desafio - encontrar os parceiros apropriados e interessados em colaborar na implementação destes projectos. Neste sentido, outra das preocupações tem sido, antes de mais, a de encontrar no terreno agentes locais que apresentem uma estrutura, credibilidade, experiência e aceitação junto dos restantes agentes e da população, que os tornem capazes de levar a cabo o desafio de executar projectos com este tipo de concepção. Mas também em Portugal se tem procurado desenvolver parcerias com entidades que possam valorizar os projectos através do envolvimento em áreas em que possam fornecer mais valias.

O caso do PIQUE funciona como um bom exemplo desta orientação, já que



apresenta como potenciais parceiros um grande leque de entidades. Pela parte guineense, para além do Gabinete de Cooperação do Ministério da Administração Pública e Trabalho, estão presentes a ONG Acção para o Desenvolvimento, a Associação de Moradores e a Associação de Costureiras do Bairro. Pela parte portuguesa, para além do DC do MTS, são potenciais parceiros o Instituto da Cooperação Portuguesa e serviços do Ministério das Finanças, do Ministério da Economia, do Ministério da Educação e da Secretaria de Estado da Juventude e Desportos.

Esta estratégia de parcerias não é exclusiva do PIQUE, encontrando-se prevista para a realização de outros projectos em articulação com outras estruturas, como é o caso do **Projecto Integrado de Desenvolvimento Sociocomunitário de Mé-Zoxi**, a desenvolver em São Tomé e Príncipe. O Projecto, que se encontra em fase de preparação, será executado pelos Missionários Claretianos, contando, para além do DC com participação do Instituto da Cooperação Portuguesa e dos Ministérios das Finanças, da Agricultura e da Economia de Portugal.

A sistemática capitalização de experiências, apoiadas na reflexão sobre as experiências do DC, do ICP e de outros actores da cooperação, tem levado a uma procura persistente de reforço das parcerias a diferentes níveis, com os Estados receptores, com Organizações da Sociedade Civil, com outros Estados financiadores e com Organizações Internacionais, num processo cuja maior preocupação é fazer bem, continuamente e com segurança dos passos dados, e menos avançar para processos cujos riscos não se conseguem avaliar ou com parceiros que não se conhecem, apenas para poder afirmar que foram gastas as verbas atribuídas.

Procura assim o DC contribuir, dentro das suas limitações e competências, para a consolidação de uma cooperação portuguesa que responda cada vez mais aos anseios de desenvolvimento e erradicação da pobreza das populações dos países parceiros.



BIBLIOGRAFIA

Afonso, M.M., (1995), Cooperação para o desenvolvimento, características, evolução e perspectivas futuras, CIDAC, Lisboa, Portugal.

Banco Mundial, World Development Report 2000/2001, Washigton, D.C, USA.

BM/FMI/OCDE/ONU, (2000), A better world for all - progress towards the international development goals, USA.

Chambers,R., (1997), “ Responsible Well – Being – a personal agenda for development”, in World Development, Vol.25, Nº 11, Pergamon Press, Oxford, UK.

Dobb, M., (1951) Some aspects of economic development, Delhi, India.

Gonçalves, I. (2001), Avaliação dos Projectos de Cooperação do Departamento de Cooperação do Ministério do Trabalho e da Solidariedade em Angola, Lisboa, Portugal.

Grinspun, A., (2001), in Choices for the Poor, UNDP.

ICP, (1999), A Cooperação Portuguesa no Limiar do Século XXI, Lisboa, Portugal.

ICP, (2001), Relatório da Cooperação Bilateral Portuguesa com os PALOP, Lisboa, Portugal.

OCDE, (2001), The DAC Guidelines Poverty Reduction, France.

OCDE, (1997), Série des examens en matière de coopération pour le développement - Portugal, nº 22, France.

OCDE, (1996), O Papel da Cooperação para o Desenvolvimento no Limiar do Século XXI, France.

OCDE, (1992), Princípios do CAD para uma ajuda eficaz, France.

Oppenheimer, J., et al., (1990), Portugal e a Cooperação Internacional: uma análise da ajuda recebida, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, Lisboa, Portugal.

PNUD, (1990 a 2001), Relatório do Desenvolvimento Humano, Economica, Paris, França ou Tricontinental Editora ou Trinova Editora, Lisboa, Portugal.

Proença, C.S., Cunha, N., Marques, Montalvão, T., (2001), A cooperação portuguesa de segunda geração – O PIC de S.Tomé e Príncipe, Lisboa, Portugal, www.instcoop.pt.

Santos , B.S., (1995), Um Discurso sobre as ciências, 7ª ed., Afrontamento, Porto, Portugal.

Sen, A., (1984), “The living standard”, in Sir John R.Hicks, Critical Assessments, ed. Woods, J.C. e Woods, R.N., 1989, Vol.IV, Routledge, London and New York.

Sen, A., (1986), “Development: which way now ?”, in Development Studies: critique and renewal, ed. Apthorpe, R., e Kráhl, A., E.J.Brill, Leiden.

Sen, A., (1992), Inequality reexamined, Clarendon Press, Oxford.

Sen, A., (1999), Development as freedom, OUP, Oxford.

Stiglitz, J.E., (1998), Towards a new paradigma for development: strategies, policies and processes, in Prebish Lecture, UNCTAD, Geneva, www.iisd.org/pe/pov.

ABREVIATURAS

- ACEP Associação para a Cooperação entre os Povos
- AD Acção para o Desenvolvimento
- ADIJA Apoio ao Desenvolvimento de Iniciativas Jovens de Auto-Emprego
- AIFA-PALOP Associação de Investigação e Formação Orientadas para Acção de Natureza Participativa das Populações nos PALOP
- AIMO Associação Industrial de Moçambique
- AJOPCIF Associação de Jovens Profissionais do CIFAP
- ANEMM Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Metalomecânicas
- APD Ajuda Publica ao Desenvolvimento
- APAD Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento
- BIRD Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
- BIT Bureau Internacional do Trabalho
- BM Banco Mundial
- CAD Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
- CAI Centro de Animação Infantil
- CCC Comissão de Coordenação para a Cooperação
- CE Comissão Executiva
- CEA Centro de Estudos Africanos
- CENFA Centro de Formação Administrativa
- CESA Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento
- CFP Centro de Formação Profissional
- CFPDB Centro de Formação Profissional Dom Bosco
- CIC Centros Infantis Comunitários
- CIC Comissão Interministerial para a Cooperação
- CIEFP/Viana Centro Integrado de Emprego e Formação Profissional de Viana
- CIFAP Centro de Instrução de Formação Artesanal e Profissional
- CNJ Conselho Nacional da Juventude
- CPL Casa Pia de Lisboa
- CPLP Comunidade de Países de Língua Portuguesa
- CRSLCP Comissariado Regional do Sul de Luta Contra a Pobreza

- CVE Escudos Caboverdianos
- DC Departamento de Cooperação
- DE Departamento de Estatística
- DEPP Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento
- DETEFP Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional
- DGCT Direcção-Geral das Condições de Trabalho
- DGCT Direcção-Geral das Condições de Trabalho
- DNAP Direcção Nacional da Administração Pública
- DNEFP Direcção Nacional de Emprego e Formação Profissional
- DNI Direcção Nacional de Infância
- DNTS Direcção Nacional do Trabalho e Salários
- DRISS Departamento de Relações Internacionais da Segurança Social
- ECOOP Estrutura de Projecto de Cooperação com África
- EEL Escola de Estudos Laborais
- FIVA Fundo de Inserção na Vida Activa
- FMI Fundo Monetário Internacional
- GACOOPA Gabinete de Cooperação com África
- GATT Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio
- GAT Gabinete de Apoio Técnico
- GC Gabinete de Cooperação
- GEPE Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatísticas
- GPC Gabinete de Planificação e Cooperação
- GRI Gabinete de Relações Internacionais
- ICM Instituto Caboverdiano de Menores
- ICP Instituto da Cooperação Portuguesa
- ICS Instituto de Ciências da Saúde
- IDICT Instituto para o Desenvolvimento das Condições de Trabalho
- IEFP Instituto do Emprego e Formação Profissional
- IGFSS Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
- IGT Inspecção Geral do Trabalho

- INAPA Instituto Nacional da Administração Pública de Angola
- INDVB Instituto Nacional dos Deficientes Visuais da Beira
- INE Instituto Nacional de Estatística
- INEFOP Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional
- INEFP Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional
- INPS Instituto Nacional de Previdência Social
- INSS Instituto Nacional de Segurança Social
- IPEC Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil
- ISCTE Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa
- ISEG Instituto Superior de Economia e Gestão
- MAPESS Ministério da Assistência Pública, Emprego e Segurança Social
- MAPT Ministério da Administração Pública e Trabalho
- MEC Ministério da Educação e Cultura
- MEFIS Ministério do Emprego, Formação e Integração Social
- MESS Ministério do Emprego e Segurança Social
- MICAS Ministério para a Coordenação da Acção Social
- MINARS Ministério da Assistência e Reinserção Social
- MINFAMU Ministério da Família e Promoção da Mulher
- MINSA Ministério da Saúde Angolana
- MJD Ministério da Juventude e Desporto
- MJTAPAP Ministério da Justiça, Trabalho, Administração Pública e Assuntos Parlamentares
- MMCAS Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social
- MQE Ministério para a Qualificação e Emprego
- MSESS Ministério da Saúde, Emprego e Solidariedade
- MSSS Ministério da Solidariedade e Segurança Social
- MSSELP Ministério da Solidariedade Social, Emprego e Luta contra a Pobreza
- MT Ministério do Trabalho
- MTS Ministério do Trabalho e da Solidariedade
- OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- OIT Organização Internacional do Trabalho

- ONGD Organização Não Governamental para o Desenvolvimento
- OPROS Organização da Protecção Social
- OSS Orçamento da Segurança Social
- OTEF Organização das Administrações do Trabalho, Emprego e Formação Profissional
- OTM-CS Organização dos Trabalhadores de Moçambique – Central Sindical
- PALOP Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
- PARMA Programa de Apoio à Reintegração Social dos Ex-Militares Africanos do Exército Português
- PIDDAC Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
- PIM Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio-Comunitário do Bairro Militar
- PIQUE Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio-Comunitário no Bairro de Quelele
- PREP Programa Regional para a Promoção do Emprego nos PALOP
- PRODIAL Promoção do Diálogo Social nos PALOP
- PROSOCIAL Programa Subregional para o Desenvolvimento da Protecção Social
- PRSP Poverty Reduction Strategic Papers
- RENAJ Rede Nacional de Associações Juvenis
- RIESLOP Rede Internacional de Estatísticas Sociais dos Países de Língua Oficial Portuguesa
- RIICOTEC Rede Intergovernamental Ibero-Americana de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento de políticas Integradas dirigidas à Terceira Idade e à Deficiência
- RIPE Reunião Internacional de Política de Emprego
- SCMSTP Santa Casa da Misericórdia de São Tomé e Príncipe
- SESSE Secretaria de Estado da Solidariedade Social e Emprego
- SOLMI Associação de Apoio às Iniciativas de Autopromoção
- STEP Estratégias e Técnicas Contra a Exclusão Social e a Pobreza
- UE União Europeia
- UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância
- USD Dólares Americanos

Anexos

Pequenos Passos na Luta Contra a Pobreza

Volume II

Projectos de Cooperação – Descrição e Análise



2001



1998



FICHA TÉCNICA:

Pequenos Passos na Luta Contra a Pobreza

Relatório de Actividades e Contas – 1998/2001

Volume I – Modelo, Estrutura e Funcionamento da Cooperação

Apresentação de Casos

Volume II – Projectos de Cooperação – Descrição e Análise

Volume III – Contas e Anexos

Edição:

Departamento de Cooperação

Ministério do Trabalho e da Solidariedade

Coordenação Técnica:

Carlos Sangreman Proença

Elaboração:

Inês Gonçalves, Nuno Cunha, Teresa Coelho

Concepção gráfica da capa:

Ricardo Rodrigues

Concepção gráfica:

Inês Gonçalves

Contacto:

Rua Castilho, nº 24, 7º esq.,

1250-069 Lisboa

Telefone: 21 319 39 66/67

Fax: 21 319 39 61

Fotografias:

Arquivo do DC/MTS, Brígida Pinto, Orlando Garcia,

Pedro Lonet, Salesianos Dom Bosco de Angola.

Logotipo:

João Guimarães

Março de 2002



Volume I

Preâmbulo I

1. A Luta Contra a Pobreza no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento	9
1.1 O conceito de desenvolvimento ao longo da história	9
1.1.1 Os primeiros passos da economia do desenvolvimento	9
1.1.2 A mundialização da questão do desenvolvimento	10
1.1.3 As estratégias de desenvolvimento na década de 50 e 60	12
1.1.4 O final da crença no modelo de acumulação de capital	13
1.1.5 O período do Consenso de Washington	14
1.1.6 A pobreza como elemento central das estratégias de desenvolvimento	15
2. A Política Portuguesa de Cooperação para o Desenvolvimento	21
2.1 Linhas Gerais de Orientação e Objectivos da Cooperação Portuguesa	21
2.2 Áreas de Actuação Prioritárias	23
2.3 Orientação Geográfica	24
3. A Cooperação do Ministério do Trabalho e da Solidariedade e o Departamento de Cooperação	27
3.1 O Departamento de Cooperação do MTS	27
3.2 Visão histórica	28
3.2.1 Antecedentes	28
3.2.2 Criação	30
3.3 A lógica evolutiva do Departamento de Cooperação	31
3.4 Princípios Orientadores	33
3.5 Orientação Geográfica	36
3.6 Enquadramento Formal das Actividades de Cooperação	37
3.6.1 Protocolos de Cooperação	38
3.6.2 Programas de Cooperação	38
3.6.3 Acordos	39
3.6.4 Documentos de Projecto	40
3.7 Modelo de Cooperação	41

3.8	Estrutura Organizacional	43
3.9	Circuitos Financeiros	47
3.10	Acompanhamento e a avaliação	50
3.11	O DC como Veículo de Informação	52
3.12	A articulação do DC com outras entidades portuguesas	54
4.	O Volume e a Estrutura da Ajuda	57
5.	Apresentação de casos	69
5.1	Fundo de Inserção na Vida Activa (FIVA) – Angola	71
5.2	Desenvolvimento Comunitário em Zonas Vizinhas de São Francisco e Vale da Costa – Cabo Verde	76
5.3	Observatório de Bem Estar do Bairro de Quelélé – Guiné-Bissau	81
5.4	Curso para Técnicos de Acção Social – Moçambique	85
5.5	Apoio na recuperação e operacionalização do Lar de Idosos – São Tomé e Príncipe	89
6.	Conclusões do Volume I - O Presente do DC e uma Janela para o Futuro	95
6.1	A procura de respostas para problemas multidimensionais	96
6.2	A necessidade de fortalecer as parcerias	99

Bibliografia

Abreviaturas

Anexo 1: Protocolo

Anexo 2: Documento de Projecto

Anexo 3: Acordo de Parceiros

Volume II

Preâmbulo II

7.	A cooperação desenvolvida pelo MTS 1998-2001	7
7.1	A cooperação bilateral desenvolvida pelo DC	7
7.1.1	República de Angola	9
7.1.2	República de Cabo Verde	33

7.1.3	República da Guiné-Bissau	49
7.1.4	República de Moçambique	65
7.1.5	República Democrática de São Tomé e Príncipe	83
7.2	A cooperação bilateral desenvolvida através do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)	96
7.2.1	Programa Regional Para a Promoção do Emprego nos PALOP (PREP) vertente bilateral	96
7.2.2	Centro de Formação Profissional de Metalomecânica (Maputo)	105
7.2.3	Projectos de Apoio a Timor-Leste	106
7.3	A cooperação do MTS com Timor-Leste	107
7.4	A cooperação multilateral	111
7.4.1	Projectos com a OIT	111
7.4.1.1	Promoção do Diálogo Social nos PALOP – PRODIAL	112
7.4.1.2	Programa Regional para a Promoção do Emprego nos PALOP – PREP	113
7.4.1.3	Programa para o Desenvolvimento da Protecção Social nos PALOP – PROSOCIAL	115
7.4.1.4	Peritos Associados	118
7.4.1.5	Programa no domínio da Informação e da Documentação a favor dos PALOP	118
7.4.1.6	Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza – STEP	119
7.4.2	Reuniões Internacionais	122
7.4.3	Relações no âmbito da CPLP	123
7.4.4	Outros organismos internacionais	124
7.5	Visitas Oficiais realizadas no âmbito das actividades de cooperação	125

Abreviaturas

Volume III

Preambulo III

8. Quadros financeiros e Gráficos

Anexo 1: Programas de Cooperação

Anexo 2: Glossário

Anexo 3: Lei Orgânica do DC e legislação



PREÂMBULO II

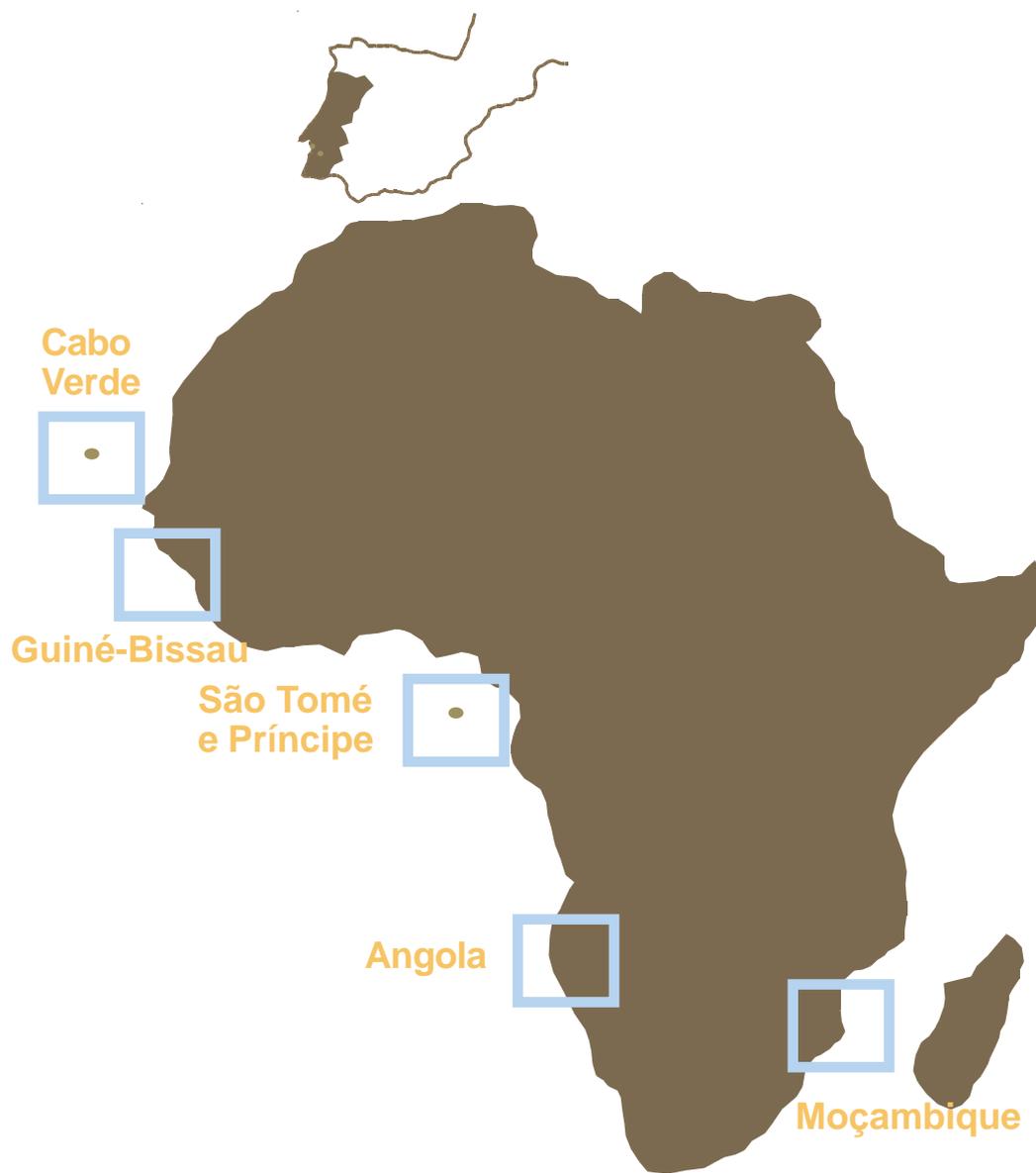
No primeiro volume realizamos uma abordagem sobre as principais linhas orientadoras das políticas e práticas de cooperação, com realce para as últimas evoluções conceptuais no contexto internacional e na política de cooperação portuguesa, e as suas implicações para a estratégia levada a cabo ao nível da cooperação desenvolvida pelo MTS. Após uma explanação dessa estratégia, com realce para os instrumentos e organização utilizada, o volume termina com uma descrição mais pormenorizada de alguns projectos que considerámos constituírem um conjunto exemplificador da natureza da intervenção do MTS.

O Volume II – Projectos de Cooperação – Descrição e Análise apresenta-se com um objectivo distinto, procurando fazer uma enumeração descritiva de todas as intervenções da cooperação do MTS desde 1998 até 2001. Para além da descrição das actividades realizadas no âmbito de cada Projecto, são também enumerados os parceiros que estiveram envolvidos, bem como os dados financeiros relacionados com estes.

No fundo, este segundo volume acaba por tornar-se uma espécie de relatório de execução das actividades, realizando um pequeno historial da intervenção do MTS, e permitindo de alguma forma contribuir para a compreensão da evolução que se tem processado na sua cooperação, também ao nível da tipologia dos projectos que têm vindo a ser executados.

A diferente natureza dos Programas de Cooperação de país para país permite compreender também a forma como a especificidade dos países e as necessidades que estes enumeram influenciam decisivamente a tipologia dos projectos executados por país.





7. A COOPERAÇÃO DESENVOLVIDA PELO MTS 1998-2001

7.1 A Cooperação Bilateral desenvolvida pelo DC

Neste capítulo pretende-se fazer uma breve enumeração das diversas actividades relacionadas com os Projectos em que o DC participou no âmbito da cooperação bilateral desenvolvida com os Ministérios homólogos dos Países Parceiros.

Como referimos no ponto do *Enquadramento Formal das Actividades de Cooperação*, os vários Projectos estão assentes em Protocolos de Cooperação assinados entre o Governo Português e os Governos Parceiros, sendo depois enquadrados por Programas de Cooperação trienais que contêm o elenco e uma breve definição dos vários Projectos a implementar.

Os Programas de Cooperação analisados são relativos aos triénios 1999-2001 e 2000-2002 já que o primeiro ano de existência do DC¹ foi dedicado essencialmente ao desenho e aperfeiçoamento de instrumentos de trabalho, ao estreitamento de relações entre os Ministérios, à identificação de potenciais campos de actuação e de parceiros. Contudo, encontraremos também alguns Projectos relativos a 1998, alguns dos quais foram assumidos no âmbito do então Ministério da Solidariedade e Segurança Social.

Um quadro-síntese dos vários Projectos e das respectivas áreas de intervenção precede a análise das actividades desenvolvidas em cada País.



¹ Iniciado em meados de Maio de 1998

7.1.1 República de Angola

Situada na região ocidental da África Austral, a República de Angola dispõe de um clima e terra favoráveis para o cultivo de uma grande variedade de produtos agrícolas, para além de possuir um subsolo rico em minerais e petróleo. Porém, uma multiplicidade de factores, onde a guerra ocupa um lugar de destaque, comprometeu um futuro prometedor e deu lugar a uma das mais devastadoras crises humanitárias do continente africano.

No *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD ocupava em 2001 o lugar 146, numa lista de 162 países. Essa posição reflecte uma realidade em que mais de dois terços da população vive abaixo da linha da pobreza (menos de 1USD por dia)², que pode ser melhor captada se recorrermos ao *Diamante do Desenvolvimento* do Banco Mundial: um produto per capita de 240 USD (480 USD), esperança média de vida de 47 anos (47), uma taxa de participação no ensino primário 88% da população em idade escolar (78%) e uma população com acesso a água potável de 32% (55%)³.



QUADRO SÍNTESE DOS PROJECTOS NA REPÚBLICA DE ANGOLA

<u>Projectos em parceria com o MAPESS</u>	Período
<p>Relações Laborais</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Sistema das relações de trabalho. Segurança, higiene e saúde no trabalho. Inspeções do trabalho. 	1999-2002
<p>Protecção Social (Segurança Social)</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Convenção Bilateral de Segurança Social ■ Prestações da Segurança Social – Procedimentos e Circuitos 	1999-2002 1999
<p>Projectos comuns às diferentes áreas</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Apoio na área das estatísticas ■ Apoio à organização e funcionamento do Gabinete de Relações Internacionais ■ Apoio à organização e funcionamento da Secretaria Geral ■ Apoio ao funcionamento dos Gabinetes dos membros do Governo 	2000-2002 1999-2002 2000-2002 1999-2002

² dado de 1998

³ colocamos os valores para a África Sub-Sahariana entre parêntesis para permitir uma análise comparativa

<u>Projectos em parceria com o MINARS</u>	<u>Período</u>
<i>Protecção Social (Inserção Social)</i>	
■ Apoio à criação de uma Casa Pia de Luanda	2000-2006
■ Apoio à Associação de Direito Diocesano – Comunidade Mamã Muxima	2000-2002
■ Apoio na organização do Centro de Acolhimento de crianças – “O SOL”	1999-2000
■ Desenvolvimento Sócio-Comunitário da Missão da Corimba: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Construção de uma escola de alfabetização para jovens adultos e de um centro de saúde ▪ Construção de um Centro Comunitário na sede da Missão da Corimba ▪ Apoio à criação e funcionamento do LAR BAHKITA ▪ Apoio à inserção sócio-profissional de 30 jovens residentes na Vila PROJOVEM 	2000-2002 2000-2002 2000-2002
■ Apoio à Infância – Centros Infantis Comunitários	2000-2002
■ Apoio às famílias em situação de pobreza – Centro Social Integrado do Sambizanga	2000-2002
■ Fundo de Inserção na Vida Activa – Salesianos Dom Bosco	2000-2002
■ Alfabetização para mulheres e vendedores ambulantes	2001-2002
■ Crédito escolar e bolsas de estudo	2001-2002
■ Desenvolvimento Social – Crédito para cooperativa de construção de casa própria	2001-2002
■ Centro Social de Óscar Ribas	2001-2002

Uma vez que em Angola os domínios de intervenção do Ministério do Trabalho e da Solidariedade (MTS) estão repartidos por dois Ministérios, o Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS) e o Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS), encontram-se em vigor dois Programas de Cooperação para o triénio 2000-2002 com cada um desses Ministérios, abrangendo as correspondentes áreas de actuação⁴.

Importa salientar que, no início de 2002, os projectos desenvolvidos no âmbito do Programa de Cooperação com o MINARS foram agrupados em quatro grandes Projectos, três dos quais sob a designação de Projectos Integrados para o Desenvolvimento Sócio-Comunitário dos respectivos Municípios. Este novo enquadramento reflecte não só a necessidade de actualização permanente do DC ao adaptar a realidade das várias intervenções à evolução conceptual das estratégias de combate à pobreza que têm vindo a acentuar a importância da multidimensionalidade das intervenções, como traduz o como traduz o enriquecimento que as próprias acções vêm dando à configuração das metodologias a utilizar.

Por forma a melhor enquadrar a actividade desenvolvida actualmente pelo DC, segue-se uma lista dos **quadros dos projectos em execução/a executar em 2002**:

Projectos em parceria com o MINARS para 2002

Protecção Social

- Apoio à criação de uma Casa Pia em Luanda – Cacuaco
- Projecto Integrado de Desenvolvimento Sociocomunitário dos Municípios das Ingombotas e da Samba (Comuna dos Ramiros) ^(a)
- Projecto Integrado para o Desenvolvimento Sociocomunitário na Missão de Corimba (Município da Samba) ^(b)
- Projecto Integrado para o Desenvolvimento Sociocomunitário nos Municípios do Sambizanga e do Cazenga ^(c)

Projectos em parceria com o MAPESS para 2002

Relações Laborais

- Sistema das Relações de Trabalho. Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho. Inspecções do Trabalho

Protecção Social (Segurança Social)

- Convenção Bilateral de Segurança Social

Projectos Comuns às Diferentes Áreas

- Apoio na Área das Estatísticas
- Apoio ao Gabinete de Relações Internacionais
- Apoio à Secretaria-Geral
- Apoio aos Gabinete dos Membros do Governo do MAPESS

(a) – Integra o anterior Projecto **Apoio à Associação de Direito Diocesano – Comunidade Mamã Muxima**

(b) – Integra o anterior Projecto **Desenvolvimento Sócio-Comunitário da Missão da Corimba**

(c) – Integra os anteriores Projectos:

- Apoio à Infância – Centros Infantis Comunitários – Sambizanga
- Apoio às Famílias em situação de Pobreza – Centro Social Integrado do Sambizanga
- Fundo de inserção na vida activa (FIVA) – SDB – Sambizanga
- Alfabetização para Mulheres e Vendedores ambulantes
- Crédito escolar e bolsa de estudos
- Desenvolvimento Social – Crédito para Cooperativa de construção de casa própria
- Centro Social de Óscar Ribas

⁴ Os programas anteriores abrangiam o triénio 1999/2001

Projectos desenvolvidos no âmbito dos Programas de Cooperação entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade e o Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social, nas áreas do Emprego, da Formação Profissional, das Relações Laborais e da Segurança Social para os triénios 1999 - 2001 e 2000 - 2002

Relações Laborais

■ SISTEMA DAS RELAÇÕES DE TRABALHO. SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO. INSPECÇÕES DO TRABALHO

Este Projecto, conjuntamente preparado com a Direcção-Geral das Condições de Trabalho e com o Instituto para o Desenvolvimento das Condições de Trabalho (IDICT) do MTS, visa o reforço da capacidade institucional do MAPESS mediante o apoio em matéria legislativa, formação de pessoal, equipamentos e mobiliário à Inspeção-Geral do Trabalho (IGT) e à Direcção Nacional do Trabalho e Salários (DNST) da República de Angola.

Ambos os serviços foram já dotados de equipamento informático e materiais considerados necessários ao seu bom funcionamento. Procedeu-se igualmente à aquisição de uma viatura para a Inspeção-Geral do Trabalho. Relativamente a acções de formação, foram realizadas, em Outubro de 2000, duas acções de formação inicial em “*Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho. Inspeções do Trabalho*” e “*Sistema das Relações Laborais*” por três técnicos do IDICT do MTS, que se deslocaram a Luanda para o efeito. De destacar que estas acções foram levadas a cabo nas instalações do INAP – Instituto Nacional da Administração Pública de Angola e abrangeram 35 formandos, incluindo 4 caboverdianos e 2 santomenses.

Posteriormente, procedeu-se à realização de duas acções de formação específica em dois sectores de actividade económica considerados prioritários, uma para o sector da Construção Civil e outra para o sector da Agricultura/ Produtos Químicos. Estas acções foram ministradas, em Maio de 2001, por técnicos do IDICT, tendo abrangido cerca de 40 técnicos angolanos oriundos de várias províncias.

Conjuntamente com outras actividades, virá ainda a ser apoiada a elaboração de dois projectos de regulamento para aqueles sectores de actividade.

Financiamento:			Período de execução:
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	0,01	50,00	1999 - 2002
• 2000	27,99	139.614,00	
• 2001	14,48	72.223,00	
Entidades Parceiras do DC do MTS:			
☐ DGCT do MTS		☐ IGT do MAPESS	
☐ IDICT do MTS		☐ DNTS do MAPESS	

Protecção Social (Segurança Social)

■ CONVENÇÃO BILATERAL DE SEGURANÇA SOCIAL

Este Projecto visa a celebração de uma Convenção Bilateral em matéria de Segurança Social entre a República de Angola e a República Portuguesa tendo como objectivo garantir aos nacionais portugueses e angolanos que estiveram, estejam ou venham a estar sujeitos às respectivas legislações a protecção decorrente, designadamente, dos princípios de igualdade de tratamento e da reciprocidade no que respeita às mesmas legislações.

A 1ª ronda de negociações teve lugar em Lisboa, no Departamento de Relações Internacionais da Segurança Social (DRISS), em Novembro de 1999, entre uma delegação portuguesa e uma delegação angolana. A 2ª e última ronda de conversações teve lugar em Luanda, na 3ª semana de Novembro de 2000, tendo então ficado concluída a versão, em princípio definitiva, da Convenção Bilateral de Segurança Social entre a República de Angola e Portugal. Porém, o processo está ainda seguindo a necessária tramitação, devendo, em breve, ser remetido para os respectivos Ministérios dos Negócios Estrangeiros.

Financiamento:			Período de execução:
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	1,33	6.634,00	1999 - 2002
• 2000	3,13	15.612,00	
Entidades Parceiras do DC do MTS:			
☐ DRISS do MTS		☐ Direcção Nacional de Segurança Social do MAPESS	

■ PRESTAÇÕES DA SEGURANÇA SOCIAL – PROCEDIMENTOS E CIRCUITOS

Este Projecto visou a preparação de um Manual sobre os procedimentos e circuitos administrativos necessários para a introdução das prestações “Subsídio por doença” e “Pensões de invalidez” no Sistema de Segurança Social Angolano. As várias actividades decorreram em Portugal, no então Centro Regional de Segurança Social do Norte e nos serviços operativos do Serviço Sub-Regional do Porto/Penafiel e contaram com a participação de 4 técnicos do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) de Angola. O trabalho foi realizado entre Outubro e Novembro de 1999, por um período de 4 semanas, e resultou na elaboração de duas propostas de alterações à regulamentação da protecção na doença e na invalidez e na definição das normas de procedimentos e circuitos administrativos adequados ao processamento daquelas prestações.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	2,68	13.368,00	1999

Entidades Parceiras do DC do MTS:

<input type="checkbox"/> Centro Regional de Segurança Social do Norte	<input type="checkbox"/> INSS do MAPESS
---	---

Projectos comuns às diferentes áreas

■ APOIO NA ÁREA DAS ESTATÍSTICAS

Trata-se de um Projecto que se pretendia dirigido a todos os PALOP que no mesmo quisessem participar e que foi sendo conjuntamente preparado pelo Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional do MTS (DETEFP), em articulação com o DC e com cada um dos Países destinatários, dado que tal Projecto deveria contemplar actividades transversais (comuns aos cinco PALOP), designadamente acções de formação.

Contudo, face à complexidade e volume de encargos que tal Projecto implicaria, foi sendo progressivamente abandonado na sua concepção inicial e substituído, em cada País, por projectos de dimensão mais simples e melhor adequados às respectivas necessidades. De acordo com a solicitação da parte angolana, designadamente do Departamento de Estatística do Gabinete de Estudos,

Planeamento e Estatísticas (DE/GEPE) do MAPESS, foram adquiridas cinco licenças do *software* SPSS, aguardando-se, há já mais de um ano, que seja comunicado o melhor período para se proceder à sua instalação e à formação do pessoal que da mesma necessite.

Refere-se, a propósito, que desde os finais da década de 80 haviam sido realizadas diversas acções de cooperação técnica entre os Departamentos de Estatística dos dois países.

Financiamento:			Período de execução:
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2000	1,41	7.033,00	2000 - 2002

Entidades Parceiras do DC do MTS:

<input type="checkbox"/> DETEFP do MTS	<input type="checkbox"/> DE/GEPE do MAPESS
--	--

■ APOIO À ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO GABINETE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Este Projecto visa o reforço da capacidade institucional do MAPESS através do apoio ao Gabinete de Relações Internacionais (GRI) em matéria legislativa, de formação de pessoal, de equipamentos e mobiliário.

No âmbito deste Projecto, foi elaborado, em Julho de 1999, um Projecto de Lei Orgânica do GRI. O Gabinete foi igualmente dotado de vários equipamentos, materiais e mobiliário de escritório. Durante o mês de Junho de 2001, deslocou-se a Portugal o Director daquele Gabinete para tratar de diversos assuntos relacionados com a cooperação entre os dois Ministérios, por ser este o serviço homólogo do DC.

Foram também identificadas necessidades de formação, nomeadamente em informática, elaboração e gestão de projectos, técnicas de tradução de textos e normas internacionais do trabalho, tendo já sido satisfeita uma parte das necessidades inventariadas.

Financiamento:			Período de execução:
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2000	7,72	38.507,00	1999 - 2002
• 2001	0,39	1.949,00	

Entidades Parceiras do DC do MTS:

<input type="checkbox"/> GRI do MAPESS
--

■ APOIO À ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA-GERAL

Este Projecto visa o reforço da capacidade institucional do MAPESS através do apoio à Secretaria-Geral ao nível da formação de pessoal e do fornecimento de equipamentos.

Uma vez identificadas as necessidades de formação dos quadros, realizaram-se no Instituto Nacional da Administração Pública de Angola (INAPA), durante o 1º semestre de 2001, três acções de formação em “Gestão de Recursos Humanos”, “Informática – nível inicial” e “Informática – nível intermédio”, tendo sido beneficiados 40 funcionários provenientes, na sua maioria, das Províncias. Relativamente a aquisições, dotou-se a Secretaria-Geral de equipamentos informáticos e mobiliário considerados necessários para um desempenho cabal das suas atribuições.

Posteriormente, e a pedido do MAPESS, foram também beneficiadas com mobiliário, equipamento de escritório e informático as Secretarias das Direcções Provinciais do Huambo, do Bié e do Moxico, que haviam sofrido os efeitos da guerra.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2000	8,8	43.894,00	2000 - 2002
• 2001	13,57	67.672,00	
<u>Entidades Parceiras do DC do MTS:</u>			
<input type="checkbox"/> Secretaria Geral do MAPESS			

■ APOIO AO FUNCIONAMENTO DOS GABINETES DOS MEMBROS DO GOVERNO DO MAPESS

Este Projecto visou o reforço da capacidade institucional do MAPESS através do apoio, no domínio da formação, aos Directores de gabinete e respectivas secretárias. Neste contexto, no decurso dos anos 1999 e 2000, foram proporcionadas 4 acções de formação a 8 funcionários do MAPESS no Instituto Nacional da Administração (INA) de Portugal: “Planeamento e Controlo da Gestão”, “Técnicas de Secretariado” e “Da Gestão Estratégica à Gestão Financeira de Serviços Públicos”.

O DC actuou como intermediário entre as duas entidades, além de ter garantido o financiamento das respectivas acções.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	1,57	7.831,00	1999 – 2002
• 2000	3,81	19.004,00	
<u>Entidades Parceiras do DC do MTS:</u>			
<input type="checkbox"/> INA de Portugal		<input type="checkbox"/> GRI do MAPESS	

Projectos desenvolvidos no âmbito dos Programas de Cooperação entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade e o Ministério da Assistência e Reinserção Social, na área da Inserção Social para os triénios 1999-2001 e 2000-2002

Angola



Os projectos de cooperação desenvolvidos entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade de Portugal e o Ministério da Assistência e Reinserção Social de Angola, inserem-se num Programa mais vasto que visa o Apoio ao Programa Nacional de Luta contra a Pobreza.

Neste contexto, importa salientar que o DC do MTS apoiou, no decurso de 1999, a deslocação de técnicos portugueses a Angola para apoio à preparação deste Programa e aos vários projectos nele incluídos, tendo despendido naquele ano uma verba correspondente a 7,09 milhares de contos.



Inserção Social – Apoio ao Programa Nacional de Luta contra a Pobreza

■ **APOIO À CRIAÇÃO DE UMA CASA PIA DE LUANDA**

A Casa Pia de Luanda, Projecto que conta com o apoio técnico da Casa Pia de Lisboa, tem por objectivo promover o acolhimento, a educação, o desenvolvimento integral e a inserção social de crianças e jovens em perigo ou em risco de exclusão social, com vista a combater as insuficiências do sistema educativo angolano, que todos os anos acaba por condenar milhares de crianças ao abandono e exclusão escolar. A prossecução daqueles objectivos far-se-á através de:

- acolhimento em regime de semi-internato e internato;
- leccionação de todos os níveis de ensino, desde a educação pré-escolar à 11ª classe de escolaridade, incluindo três níveis de ensino técnico-profissional;
- implementação das mais variadas actividades nas áreas do desporto, da música, das artes, da cultura e das novas tecnologias com o objectivo de promover a melhor formação cívica e humana das crianças e jovens, bem como a sua total socialização e integração.

Com sede nas instalações do ex-Centro de Reeducação de Menores de Cacuaco, a Casa Pia de Luanda terá uma capacidade para 600 crianças e jovens de ambos os sexos.



Um Acordo de Parceiros entre diversas entidades portuguesas e angolanas foi assinado em Julho de 2000. Posteriormente, em Novembro de 2000, foi formalizado um Acordo entre o MTS e o MINARS, nos termos do qual o MINARS assumiria os encargos com o funcionamento da Casa Pia e o MTS os encargos em termos de investimentos, até ao ano de 2006.



1. Jango nas instalações da Casa Pia de Luanda.

Em Maio de 2001, durante a visita oficial do Ministro do Trabalho e da Solidariedade a Angola, foi assinado, em Luanda, um Acordo de Gestão entre a Casa Pia de Lisboa e a Associação Casa Pia de Luanda (constituída em Fevereiro daquele ano), onde estão contempladas as responsabilidades de cada uma das partes envolvidas.

Entre as actividades desenvolvidas, destaca-se:

- o acolhimento de 160 crianças na 1ª classe, no início do ano lectivo (Fevereiro de 2001), em regime de semi-internato, prevendo-se a admissão de mais 50 crianças em Fevereiro de 2002;
- a entrada em funcionamento de algumas das instalações previstas, designadamente a cozinha, a despensa, a sala de professores, a sala de enfermagem, o armazém e a constituição de uma biblioteca;
- o estabelecimento de um Acordo entre a Casa Pia de Luanda e a Delegação Municipal de Saúde do Cacuaco;
- a recuperação do edifício administrativo e a realização dos processos conducentes a outras obras nas instalações;
- a elaboração do projecto global de arquitectura, em curso, abrangendo os equipamentos a recuperar e a construir bem como os espaços exteriores, e a elaboração do projecto global de infraestruturas;
- o estabelecimento de um acordo de exploração entre a Casa Pia de Luanda e membros da comunidade relativamente à área agrícola do Centro, sendo que a maior parte dos produtos hortícolas consumidos na alimentação das crianças é já resultado dessa exploração.

Financiamento:			Período de execução:
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2000	40,17	200.367,00	2000 – 2006
• 2001	27,90	139.165,00	

Entidades Parceiras do DC do MTS*:	
<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Casa Pia de Lisboa <input type="checkbox"/> MINARS de Angola <input type="checkbox"/> MINFAMU de Angola <input type="checkbox"/> MEC de Angola <input type="checkbox"/> MINSÁ de Angola <input type="checkbox"/> MAPESS de Angola <input type="checkbox"/> MJD de Angola <input type="checkbox"/> Liga dos Antigos Casapianos de Luanda 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Administração do Município do Cacuaco <input type="checkbox"/> Instituto Piaget de Angola <input type="checkbox"/> REMAR – Angola <input type="checkbox"/> Congregação das Irmãs Salesianas D. Bosco do Cacuaco <input type="checkbox"/> Anglobaça, Lda. (Empresa Angolana) <input type="checkbox"/> Banco Totta e Açores – Angola

* esta listagem diz respeito a um Acordo de Parceiros, tendo em vista a reunião de condições que permitissem criar a Casa Pia de Luanda, com validade até 31 de Dezembro de 2000. Neste momento vigora o Acordo entre o MTS e o MINARS de Novembro de 2000, e o Acordo de Gestão entre a Casa Pia de Lisboa e a Associação Casa Pia de Luanda de Maio de 2001.

■ APOIO À ASSOCIAÇÃO DE DIREITO DIOCESANO – COMUNIDADE MAMÃ MUXIMA

Iniciado em fins de Novembro de 2000 com a assinatura de um Acordo de Parceiros, este Projecto integra-se no Centro Social de Santa Bárbara, situado no Município das Ingombotas, onde a Associação de Direito de Diocesano – Comunidade Mamã Muxima tem vindo a desenvolver as suas actividades. Visando contribuir para a melhoria dos serviços de apoio às crianças e famílias carenciadas no sentido do seu desenvolvimento integral e consequente integração sócio-profissional, esta intervenção pretendeu, especificamente:



2. Duas salas de aula, já em utilização, sobre as quais serão construídas mais duas salas de aula.

- apoiar a reabilitação e ampliação das infraestruturas do Centro Social de Santa Bárbara (nomeadamente, a construção de 4 salas de aula, a recuperação e ampliação de 2 dormitórios e instalações sanitárias e a construção de uma residência e duas bandas laterais, destinadas a cursos práticos e profissionalizantes);
- apoiar o desenvolvimento de actividades educacionais e sócio-recreativas com as crianças e famílias naquele Centro.



O Projecto regista um bom andamento, sendo apoiadas, actualmente, cerca de 250 crianças (38 em regime de internato e 212 externas), com as quais se desenvolvem as mais diversas actividades. Paralelamente, é realizado trabalho social junto das famílias das crianças e facultado apoio a famílias que vivem em bairros vizinhos em situação muito precária. Foi também implementado um mini projecto de produção agrícola para ajudar na sustentabilidade do Centro.

As obras de construção estão em vias de conclusão, tendo, entretanto, sido solicitada a construção de mais 2 salas de aula, que permitirão o acesso ao ensino de base a mais 160 crianças. Ainda no âmbito deste Projecto, foi adquirida uma viatura e equipamento informático.

Atendendo ao excelente desenvolvimento do Projecto e ao progressivo alargamento do seu âmbito de acção, foi recentemente alterada a designação da intervenção para “Projecto Integrado para o Desenvolvimento Sócio-Comunitário dos Municípios das Ingombotas e da Samba (Comuna dos Ramiros)” de forma a traduzir, mais fielmente, os objectivos da intervenção, a saber, a criação de uma rede social alargada de apoio às crianças e famílias carenciadas daqueles Municípios.



<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2000	70,01	349.208,00	2000 – 2002
• 2001	75,54	376.777,00	

Entidades Parceiras do DC do MTS*:

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> CRSLCP do MTS | <input type="checkbox"/> Arquidiocese de Luanda |
| <input type="checkbox"/> DNI do MINARS | <input type="checkbox"/> Ass. Dto Diocesano - Com. Mamã Muxima - Angola |
| <input type="checkbox"/> DNAPS do MINARS | <input type="checkbox"/> MORALI, Construção e Decoração Lda. (empresa Angolana) |
| <input type="checkbox"/> MEC de Angola | |

■ APOIO NA ORGANIZAÇÃO DO CENTRO DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS “O SOL”

Este Projecto, situado no Município da Samba, pretendia beneficiar o Centro de Acolhimento de Crianças “O Sol”, criado por iniciativa governamental, em Agosto de 1998, com o objectivo de acolher crianças da rua em situação de risco. Inicialmente, a intervenção visava, prioritariamente, a organização da área de formação profissional do Centro através do apoio da Casa Pia de Lisboa e o reajustamento do quadro de pessoal e do regulamento interno à nova realidade da Instituição.

Todavia, não obstante algumas deslocações a Luanda realizadas por dois técnicos da Casa Pia de Lisboa, dificuldades relacionadas com uma insuficiente coordenação das actividades permitiram antever que o Projecto não atingiria os resultados esperados. Este facto, aliado à existência de outros projectos que apresentavam um bom desenvolvimento mas cujo desempenho poderia melhorar consideravelmente se fossem reforçados financeiramente, levou o DC a optar, numa óptica de optimização de recursos e pelo menos transitoriamente, pelo cancelamento do Projecto e pela reafecção das verbas que lhe estavam adstritas.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	1,37	6.834,00	1999 – 2000
• 2000	5,91	29.479,00	
<u>Entidades Parceiras do DC do MTS*:</u>			
<input type="checkbox"/> Casa Pia de Lisboa <input type="checkbox"/> MINARS		<input type="checkbox"/> Liga dos Antigos Casapianos de Angola	

■ DESENVOLVIMENTO SÓCIO-COMUNITÁRIO DA MISSÃO DA CORIMBA

O Projecto “Apoio ao Desenvolvimento Sócio Comunitário da Missão da Corimba” integra 4 subprojectos que, no seu conjunto, visam contribuir para a **criação de uma rede social alargada de apoio à Comunidade abrangida pela Missão da Corimba**.

Muito embora o Projecto tenha sido, já no início de 2002, reestruturado e subdividido em 5 Subprojectos sob a designação de “Projecto Integrado para o Desenvolvimento Sócio-Comunitário na Missão da Corimba (Município da Samba)”, a análise que se segue respeita o enquadramento inicial.

Angola



■ **Construção de uma escola de alfabetização para jovens adultos e de um centro de saúde**



3. Vista exterior da Escola de São José.

Este Subprojecto está localizado na Comuna do Futungo, no Município da Samba, tendo sido iniciado em Março de 2000, data da assinatura de um Acordo de Parceiros. Integrado no Centro Comunitário de Promoção e Desenvolvimento de S. José, a cargo da Congregação dos Missionários Claretianos em Angola, o Subprojecto visou:

- melhorar a assistência médica e sanitária à população abrangida pela Missão da Corimba através da criação de um Centro de Saúde;
- elevar o nível de instrução e de conhecimentos da população através da construção de uma escola de alfabetização para jovens e adultos.

A Escola de S. José entrou em funcionamento em meados de 2000, ainda com as obras de construção a decorrer, tendo já beneficiado mais de um milhar de pessoas através do desenvolvimento do ensino regular (geral e de adultos), de formações profissionalizantes, cursos vários e actividades de alfabetização. Actualmente, encontra-se apenas em fase de acabamentos uma obra, a Sede dos Escuteiros, que foi aprovada posteriormente.

O Centro Médico de S. José abriu oficialmente em Novembro de 2001, após a realização de uma série de actividades relacionadas com a legalização do Centro, o recrutamento do pessoal, a aquisição do mobiliário, equipamento, materiais e medicamentos necessários. Apesar de persistirem algumas carências, prevê-se que no decurso de 2002 o Centro Médico atinja o seu pleno funcionamento.



4. Vista exterior do Centro Médico de São José.



Financiamento:			Período de execução:
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2000	30,05	149.889,00	2000 – 2002
• 2001	53,00	264.363,00	

Entidades Parceiras do DC do MTS*:	
<ul style="list-style-type: none"> □ CRSLCP do MTS □ MINARS □ MINFAMU de Angola 	<ul style="list-style-type: none"> □ Congregação dos Missionários Claretianos de Portugal □ MORALI, Construção e Decoração, Lda. (empresa Angolana)

■ **Construção de um Centro Comunitário na sede da Missão da Corimba**



5. Vista exterior do Centro Comunitário Claret.

Este Subprojecto, situado na sede da Missão da Corimba, no Município da Samba, teve início em Novembro de 2000, data da assinatura de um Acordo de Parceiros e visou a construção de um Centro Comunitário, na sede da Missão da Corimba, destinado a estimular o desenvolvimento, a participação e a integração da comunidade através da dinamização de

actividades sócio-recreativas e culturais.

A responsabilidade pela execução do Subprojecto e pelo funcionamento do Centro foi cometida à Fundação Claret através da Missão dos Claretianos na Corimba. As obras de construção ficaram concluídas em finais de Outubro de 2001 tendo o Centro Comunitário Claret começado, de imediato, a servir a população local. Dotado de um palco, um Salão Polivalente e 12 salas, o Centro pretende funcionar como um polo multifuncional, onde são prestados diversos serviços que vão desde o apoio médico, social e educacional até à realização das mais variadas actividades recreativas e culturais.

Financiamento:			Período de execução:
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2000	15,00	74.820,00	2000 – 2002
• 2001	15,00	74.820,00	
Entidades Parceiras do DC do MTS*:			
<input type="checkbox"/> CRSLCP do MTS	<input type="checkbox"/> DNI e DNAPS do MINARS		
<input type="checkbox"/> Fundação Claret (Portugal)	<input type="checkbox"/> MORALI, Construção e Decoração, Lda. (empresa Angolana)		
<input type="checkbox"/> Congregação dos Missionários Claretianos de Portugal			



■ **Apoio à criação e funcionamento do LAR BAHKITA**

Este Subprojecto, situado no Município da Samba, no Bairro do Morro Bento I, teve como objectivo imediato o apoio à Congregação das Irmãs Escravas da Santíssima Eucaristia e da Mãe de Deus para a aquisição de uma residência destinada à instalação de um Lar para o acolhimento de 25 meninas órfãs deslocadas de guerra.

Adquirida a residência, procedeu-se à construção de novos espaços, designadamente, o dormitório para as crianças, instalações sanitárias, cozinha e refeitório. As crianças foram instaladas no Lar em Fevereiro de 2001, embora com algumas obras a decorrer, o que permitiu o seu ingresso na escola das imediações e o início normal do ano lectivo. Durante esse ano, foram igualmente adquiridos diversos materiais, mobiliário e equipamentos para o bom funcionamento do Lar.



Numa segunda fase, pretendeu-se proporcionar a realização de uma série de actividades educacionais e sociorecreativas com vista ao desenvolvimento integral das crianças e consequente inserção sócio-profissional.

Actualmente, o Lar Bahkita acolhe 41 meninas, com as quais se realizam várias actividades de carácter alimentar, pedagógico, social e sanitário.

Estão também em curso procedimentos com vista à organização de outras actividades que garantam o envolvimento da comunidade e permitam assegurar a futura sustentabilidade do Lar.

Financiamento:			Período de execução:
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2000	94,00	468.870,00	2000 – 2002
• 2001	63,00	314.243,00	
Entidades Parceiras do DC do MTS*:			
<input type="checkbox"/> MINARS <input type="checkbox"/> Congregação dos Missionários Claretianos de Portugal		<input type="checkbox"/> Congregação das Irmãs Escravas da Santíssima Eucaristia e da Mãe de Deus	

Angola



■ Apoio à inserção sócio-profissional de 30 jovens residentes na Vila PROJOVEM



Este Subprojecto, situado em Benfica, no Município da Samba, visa assegurar a 30 jovens abrangidos num programa financiado pela União Europeia – PROJOVEM - uma fase de transição para uma vida autónoma.

Com o apoio dos Missionários Claretianos e das Irmãs Mercedárias Missionárias, foi criado um processo de acompanhamento dos jovens, que, para além do mais, envolveu a aquisição de equipamentos indispensáveis para as suas habitações (já que estes tinham sido apoiados num Projecto de auto-construção de casa própria). Através da empresa MORALI – Construção e Decoração, Lda. (parceiro deste Subprojecto) foi assegurado o emprego aos 15 rapazes que se encontravam desempregados.

Mais tarde, aqueles jovens manifestaram um forte interesse na criação de uma creche e de uma micro-empresa para venda de materiais de electricidade e prestação de serviços, entre outras actividades, estando em curso procedimentos para aferir a viabilidade dessas acções.



Financiamento:			Período de execução:
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2000	6,00	29.928,00	2000 – 2002
• 2001	4,00	19.952,00	
Entidades Parceiras do DC do MTS*:			
<input type="checkbox"/> CRSLCP do MTS <input type="checkbox"/> Congregação dos Missionários Claretianos de Portugal		<input type="checkbox"/> DNI e DNAPS do MINARS <input type="checkbox"/> MORALI, Construção e Decoração, Lda (empresa Angolana)	

■ APOIO À INFÂNCIA – CENTROS INFANTIS COMUNITÁRIOS



6. Vista exterior do Centro Infantil Comunitário "Creche Criança Esperança".

Iniciado em Março de 2000, com a assinatura de um Acordo de Parceiros, este Projecto visou, numa primeira fase, **a criação e o apoio no funcionamento de três Centros Infantis Comunitários (CIC)** no Município do Sambizanga, em Luanda, no sentido de dar uma resposta ao problema das crianças vulneráveis, em

risco de sobrevivência e sem protecção, e aos jovens e famílias monoparentais desinseridos socialmente e com baixo nível de formação pessoal e social.

Mais tarde, face ao excelente desenvolvimento do Projecto, concordou-se com a proposta formulada pelos Salesianos de Dom Bosco, entidade gestora e executora do Projecto, tendo em vista a criação de um 4º e de um 5º CIC destinados, respectivamente, a apoiar crianças perdidas e com graves problemas de saúde e crianças em vias de reunificação familiar.

Relativamente ao estado dos vários Centros Infantis Comunitários:

- o 1º CIC "**Casa dos meninos do mercado – Ana Muxima**", situado no mercado Roque Santeiro (Roque 1), entrou em funcionamento ainda em Dezembro de 2000. Aí são desenvolvidas inúmeras actividades, designadamente de alfabetização, com centenas de crianças e jovens em risco;
- o 2º CIC "**Creche Criança Esperança**", situado igualmente naquele mercado (Roque 1), deu início às suas actividades em Maio de 2001, acolhendo 60 crianças da 2ª infância;
- o 3º CIC "**Casa Família das Mabubas**" destinado ao atendimento de crianças e jovens toxicodependentes, não entrou ainda em funcionamento, prevendo-se a sua abertura para o ano de 2002. Contudo, em 2001, foi já subsidiada a aquisição de um terreno e a elaboração do projecto de construção;



■ o 4º CIC - “ **Casa de Acolhimento de Emergência – Mamã Muxima**”, situado no Bairro da Lixeira, visa o acolhimento de crianças perdidas, doentes e abandonadas e o seu reencaminhamento para as famílias ou para os canais do Estado. Uma vez que se trata de uma estrutura pré-existente, o apoio concretizou-se na remodelação e ampliação das instalações e na aquisição de alguns equipamentos, a par da ajuda nas despesas de funcionamento. Desde a sua abertura, foram reunificadas nas suas famílias 160 crianças e 12 encaminhadas para o lares do MINARS. Paralelamente, está em curso a formação de 11 mães tutelares.

■ o 5º CIC “**Casa Família dos Trilhos**” visa acolher temporariamente 8 a 10 crianças, seleccionadas do 1º CIC, acompanhando-as no seu desenvolvimento integral com vista a uma futura reunificação familiar. As obras de construção da estrutura física ficaram terminadas em finais de 2001, seguindo-se a selecção e formação da família de acolhimento. Até ao momento, foram já integradas em ambiente familiar 4 crianças.



7. Crianças no Centro Infantil Comunitário “Creche Criança Esperança”.

O apoio à criação e funcionamento destes Centros tem contribuído grandemente para o fortalecimento de respostas, até aqui inexistentes, dirigidas às crianças e jovens em risco residentes naquele Município.

Financiamento:			Período de execução:
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2000	37,20	185.553,00	2000 – 2002
• 2001	30,00	149.639,00	
Entidades Parceiras do DC do MTS:			
<ul style="list-style-type: none"> ❑ CRSLCP do MTS ❑ Direcção Geral da Acção Social do MTS ❑ Christian Children’s Fund (ONGD Norte-americana) 	<ul style="list-style-type: none"> ❑ MINFAMU de Angola ❑ Congregação dos Salesianos de Dom Bosco de Angola ❑ MINARS 		

■ APOIO ÀS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA – CENTRO SOCIAL INTEGRADO DO SAMBIZANGA

Este Projecto, localizado no Município do Sambizanga, visa aliviar a pobreza das famílias carenciadas (em particular jovens e famílias monoparentais, com baixos níveis de formação pessoal e social) através da capacitação das mesmas em habilidades básicas para a melhoria das suas condições de vida.

Um Acordo de Parceiros foi celebrado entre diversas entidades, em Julho de 2000, tendo sido cometida a execução do Projecto à ONGD Christian Children's Fund.



Situado nas instalações do Centro Social do Sambizanga, entretanto cedido pelo MINARS, o Projecto tem por objectivos:

- Numa primeira fase: a recuperação da estrutura física do Centro Social do Sambizanga; a aquisição de equipamento; a selecção, o recrutamento e formação do pessoal de apoio; produção dos manuais para a capacitação das famílias; selecção dos beneficiários e a aquisição dos materiais de formação;
- Numa segunda fase: a formação dos beneficiários directos do Projecto, no Centro, já reabilitado e equipado.

Após o recrutamento de um coordenador e de outro pessoal de apoio para funcionar no Projecto, foram realizados encontros com os Salesianos de Dom Bosco no sentido de estabelecer os critérios a utilizar na selecção das famílias beneficiárias e de realizar visitas às famílias no terreno. Posteriormente ao levantamento dos materiais e equipamentos a afectar ao Projecto, procedeu-se, a partir de fins de Maio de 2001, à aquisição dos mesmos. Embora registando alguns atrasos relativamente ao que estava previsto inicialmente, em Julho de 2001 ficaram concluídas as obras de reabilitação do Centro. Posteriormente, foi feita a preparação da formação do pessoal de apoio e dos beneficiários e outras actividades de carácter técnico. Prevê-se o início formal das actividades do Centro no 1º trimestre de 2002.



<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2000	20,03	99.909,00	2000 – 2002
• 2001	18,00	89.784,00	

Entidades Parceiras do DC do MTS:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> CRSLCP do MTS | <input type="checkbox"/> Congregação dos Salesianos de Dom Bosco de Angola |
| <input type="checkbox"/> MINARS | <input type="checkbox"/> Christian Children's Fund (ONGD Norte-americana) |
| <input type="checkbox"/> MINFAMU | |

■ FUNDO DE INSERÇÃO NA VIDA ACTIVA – SALESIANOS DOM BOSCO

Este Projecto, situado no Bairro Lixeira do Município do Sambizanga, pretendeu dar uma resposta à falta de emprego juvenil, dotando o Centro de Formação Profissional Dom Bosco (CFPDB) com recursos materiais para criar micro-empresas e facilitar microcréditos para os seus ex-aprendizes.

Até fins de 2001, foram concedidos mais de 100 créditos, tendo-se beneficiado directamente centenas de jovens uma vez que no desenvolvimento de cada um dos negócios estão frequentemente associadas várias pessoas. Nessa altura, foi decidido o alargamento da concessão dos créditos aos vendedores ambulantes que integram a Associação dos Amigos de Dom Bosco. Uma descrição detalhada da iniciativa encontra-se no capítulo anterior.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
<u>Anos</u>	<u>Milhares de contos</u>	<u>Euros</u>	
• 2000	15,03	74.969,00	2000 – 2002
• 2001	20,00	99.756,00	
<u>Entidades Parceiras do DC do MTS:</u>			
□ MINARS		□ Congregação dos Salesianos de Dom Bosco de Angola	

■ ALFABETIZAÇÃO PARA MULHERES E VENDEDORES AMBULANTES

Este Projecto, aprovado em finais de 2001, tem como objectivo elevar o nível de instrução e de conhecimentos da população residente nos Municípios do Sambizanga e Cazenga, através do fortalecimento das acções de alfabetização levadas a cabo pelos Salesianos e assentes no “Método Dom Bosco”, elaborado para ambientes populares e de baixos recursos.

Entre outras acções, estão previstas: a melhoria das condições físicas de alguns centros de alfabetização através da construção de infraestruturas e de mobiliário (bancos e carteiras), a aquisição de material escolar, a edição do livro “Método Dom Bosco”, a atribuição de subsídios aos alfabetizadores, a realização de cursos de actualização pedagógica e o apetrechamento da Biblioteca Popular.

Angola



<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2001	32,10	160.114,00	2001 – 2002

Entidades Parceiras do DC do MTS:

<input type="checkbox"/> MINARS	<input type="checkbox"/> Congregação dos Salesianos de Dom Bosco de Angola
---------------------------------	--

■ **CRÉDITO ESCOLAR E BOLSAS DE ESTUDO**

Este Projecto, aprovado em finais de 2001, visa a criação de um Fundo circulante de crédito para o financiamento escolar de antigos alunos do Centro de Formação Profissional Dom Bosco, que pretendam dar seguimento aos seus estudos, mas que carecem de meios materiais para o fazer. O acompanhamento regular do aluno é assegurado pelo Centro, após o estudo de cada situação e o estabelecimento dos critérios de atribuição e devolução do crédito, sendo de realçar a experiência positiva que os Salesianos têm vindo a alcançar no campo dos microcréditos, nomeadamente, com o projecto FIVA, já referido anteriormente.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2001	4,40	21.947,00	2001 – 2002

Entidades Parceiras do DC do MTS:

<input type="checkbox"/> MINARS	<input type="checkbox"/> Congregação dos Salesianos de Dom Bosco de Angola
---------------------------------	--

■ **DESENVOLVIMENTO SOCIAL – CRÉDITO PARA COOPERATIVA DE CONSTRUÇÃO DE CASAPRÓPRIA**

Aprovado igualmente em finais de 2001, este Projecto visa criar condições para que o Centro de Formação Profissional Dom Bosco disponha de um fundo de crédito para atender as necessidades dos antigos alunos carentes de uma habitação digna e/ou vítimas da acção de despejo do Bairro da Boavista.



8. Indivíduo construindo casa no Município do Sambizanga .

Com o acompanhamento dos Salesianos, pretende-se, por um lado, que os jovens possam construir as suas próprias casas, organizados preferencialmente em cooperativas, e, por outro, que a experiência possa contribuir para desenvolver e reforçar as suas competências profissionais, facilitando a sua futura integração na sociedade.

Financiamento:			Período de execução:
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2001	6,60	32.921,00	2001 – 2002

Entidades Parceiras do DC do MTS:

<input type="checkbox"/> MINARS	<input type="checkbox"/> Congregação dos Salesianos de Dom Bosco de Angola
---------------------------------	--

■ CENTRO SOCIAL DE ÓSCAR RIBAS

Este Projecto, aprovado em finais de 2001 e igualmente a cargo dos Salesianos Dom Bosco, situa-se no Município do Cazenga, numa zona limítrofe ao Sambizanga. Aproveitando as infraestruturas existentes, pretende-se proceder à reabilitação daquelas para a implementação do Centro Social Óscar Ribas que funcionará como um polo dinamizador de actividades várias, modeladas às necessidades da população, maioritariamente deslocada.

Entre as acções a realizar destaca-se a criação de um campo desportivo para as crianças e adolescentes, um Salão Comunitário Polivalente, um Centro Educativo Informal Alternativo, a Sede de Educação ao Trabalho para a Associação dos Vendedores Ambulantes e ainda um chafariz público que permitirá o fornecimento de água à população a preços acessíveis.

O Projecto permitirá beneficiar milhares de pessoas e contribuirá para o fortalecimento e articulação das várias intervenções levadas a cabo pelos Salesianos naquela área.

Financiamento:			Período de execução:
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2001	78,90	393.552,00	2001 – 2002

Entidades Parceiras do DC do MTS:

<input type="checkbox"/> MINARS	<input type="checkbox"/> Congregação dos Salesianos de Dom Bosco de Angola
---------------------------------	--

No início de 2002, as várias acções levadas a cabo na área do Sambizanga e Cazenga e apoiadas pela cooperação portuguesa foram reenquadradas, numa óptica de concentração geográfica e de optimização de recursos, como componentes do “Projecto Integrado para o Desenvolvimento Sócio-Comunitário dos Municípios do Sambizanga e Cazenga”, uma vez que, no seu conjunto, pretendem contribuir para a criação e fortalecimento de uma rede social alargada para apoio e dignificação da comunidade daqueles Municípios. Este enquadramento possibilitará não apenas uma maior articulação das acções, como também facilitará a avaliação do impacto do Projecto, para além de permitir uma gestão financeira mais flexível contribuindo para o aumento da responsabilização dos Parceiros.

7.1.2. República de Cabo Verde

Constituída por um arquipélago de 10 ilhas (9 habitadas), situadas no Oceano Atlântico, a 450 Kms do Senegal, costa ocidental africana, a República de Cabo Verde tem vindo a registar desde 1975 (ano da independência) um crescimento económico considerável, embora insuficiente para erradicar a pobreza.

Talvez por isso, Cabo Verde ocupasse, em 2001, no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD o lugar 91, numa lista de 162 países. Essa posição reflecte uma realidade em que 30% da população vive abaixo da linha da pobreza (menos de 1USD por dia)⁵, que pode ser melhor captada se recorrermos ao *Diamante do Desenvolvimento* do Banco Mundial: um produto *per capita* de 1 330 USD (480 USD), esperança média de vida de 69 anos (47), uma taxa de participação no ensino primário da ordem dos 148% da população em idade escolar (78%) e cerca de 74% da população com acesso a água potável (55%)⁶.



QUADRO SÍNTESE DOS PROJECTOS NA REPÚBLICA DE CABO VERDE

Projectos em parceria com o MSESS (ex MEFIS)	Período
<p>Emprego e Formação Profissional</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Acções de Formação diversas 	1999-2001
<p>Relações Laborais</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Apoio à Administração do Trabalho 	1999-2002
<p>Protecção Social (Segurança Social e Inserção Social)</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Apoio à criação/operacionalização de um serviço de fiscalização no Instituto Nacional de Previdência Social ■ Convenção Bilateral de Segurança Social ■ Apoio à Direcção Geral da Promoção Social ■ Apoio ao Instituto Caboverdiano de Menores ■ Apoio na construção e na operacionalização do Centro Sócio-Comunitário de Chã de Manuel dos Santos ■ Projecto de Desenvolvimento Comunitário de S. Pedro – S. Vicente. 	<p>1999</p> <p>1999</p> <p>1999-2002</p> <p>1999-2002</p> <p>2000-2002</p> <p>2001-2002</p>

⁵ dado de 1998

⁶ colocamos os valores para a África Sub-Sahariana entre parêntesis para permitir uma análise comparativa

- | | |
|---|-----------|
| ■ Programa de micro-crédito para iniciativas geradoras de rendimento no sector informal da economia | 2001-2002 |
| ■ Desenvolvimento Comunitário em zonas vizinhas de S. Francisco e Vale da Costa | 1997-1999 |
| ■ Apoio à capacitação das ONGD em Cabo Verde | 1998-2000 |
| ■ Cooperativismo | 1999 |

Projectos comuns às diferentes áreas

- | | |
|--|-----------|
| ■ Apoio na área das estatísticas | 1999-2002 |
| ■ Bolsas de pós-graduação | 1999-2002 |
| ■ Apoio ao Núcleo de Documentação e Informação do Gabinete da Ministra | 1999 |

Encontra-se em vigor o Programa de Cooperação entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade (MTS) de Portugal e o anterior Ministério do Emprego, Formação e Integração Social (MEFIS) da República de Cabo Verde – integrado no Ministério da Saúde, Emprego e Solidariedade (MSESS) em Janeiro de 2001⁷ – nas áreas do emprego, da formação profissional, das relações laborais, da segurança social e da inserção social para o triénio 2000-2002.⁸

Para melhor enquadrar a actividade actualmente desenvolvida pelo DC segue-se uma listagem dos Projectos em execução/a executar em 2002:

Projectos em parceria com o MSESS (ex MEFIS) para 2002

Relações Laborais

- Apoio à Administração do Trabalho

Protecção Social

- Convenção Bilateral de Segurança Social
- Apoio à Elaboração de uma Carta Social ^(a)
- Apoio na Área da Deficiência ^(a)
- Apoio ao Centro de Protecção Social de Lém Cachorro ^(b)
- Apoio ao Centro Juvenil dos Picos ^(b)
- Apoio na construção e na operacionalização do Centro Sócio-Comunitário de Chã Manuel dos Santos
- Projecto Integrado de Desenvolvimento Sócio-Comunitário na Praia e em S. Domingos ^(c)
- Projecto de Micro-Crédito para Iniciativas Geradoras de Rendimento no Sector Informal da Economia da Praia e de Santa Cruz ^(d)
- Projecto Integrado de Desenvolvimento Sócio-Comunitário de São Pedro ^(e)

Projectos Comuns às Diferentes Áreas

- Bolsas de pós-graduação
- Apoio na revisão da Tabela de Incapacidades

- (a) Dando sequência ao Projecto Apoio à Direcção-Geral da Promoção Social
- (b) Dando sequência ao Projecto Apoio ao Instituto Caboverdiano de Menores
- (c) Dando sequência ao Projecto Desenvolvimento Comunitário em zonas vizinhas de S. Francisco e Vale da Costa
- (d) Anteriormente designado Programa de Micro-crédito para iniciativas geradoras de rendimento no sector informal da economia
- (e) Anteriormente designado Projecto de Desenvolvimento Comunitário de S. Pedro - S. Vicente

Projectos desenvolvidos no âmbito dos Programas de Cooperação entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade e o Ministério da Saúde, Emprego e Solidariedade (ex MEFIS), nas áreas do Emprego, da Formação Profissional, das Relações Laborais, da Segurança Social e da Inserção Social para os triénios 1999 – 2001 e 2000 – 2002



Emprego e Formação Profissional

■ ACÇÕES DE FORMAÇÃO DIVERSAS

Este Projecto, executado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional de Cabo Verde, visou a promoção do emprego através da qualificação profissional, integrando a realização de um conjunto de cursos profissionalizantes com vista à inserção socioprofissional de jovens desempregados com baixas habilitações escolares.

A necessidade de dotar os jovens de conhecimentos especializados, de forma a oferecer ao mercado profissionais mais qualificados, surgiu na sequência de trabalhos feitos no terreno pelos centros de emprego, pelos centros de alfabetização e pelo próprio Ministério, nas diversas localidades do País. Envolvendo a participação de diversas empresas e instituições da sociedade civil, designadamente para apoio à componente prática das formações, o Projecto concretizou-se na realização de um conjunto de acções de formação de curta duração nas áreas de: “Carpintaria e Marcenaria”; “Serviços Domésticos e

⁷ Extinto em Março de 2002, originando 2 Ministérios: Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho e da Solidariedade

⁸ Os programas anteriores abrangiam o triénio 1999/2001

Atendimento ao Público”; “Tecelagem e Tapeçaria”; “Electrofrío”; “Rendas e Bordados”; “Cestaria” e “Artes Decorativas”. Foram beneficiados 86 indivíduos, oriundos de diversas ilhas, na sua maioria jovens desempregados, possuindo como habilitação escolar a 6ª classe do Ensino Básico Integrado e provenientes fundamentalmente de bairros degradados.

Financiamento:			Período de execução:
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	4,54	22.645,00	1999 - 2002
• 2000	6,68	33.320,00	
Entidades Parceiras do DC do MTS:			
<input type="checkbox"/> Instituto do Emprego e Formação Profissional de Cabo Verde		<input type="checkbox"/> Diversas empresas e instituições locais	

Relações Laborais

■ APOIO À ADMINISTRAÇÃO DO TRABALHO

Este Projecto visa o reforço da capacidade institucional do MSESS (ex-MEFIS) através do apoio à Inspeção-Geral do Trabalho e à Direcção-Geral do Trabalho em matéria de equipamentos, viaturas e materiais considerados indispensáveis para o bom funcionamento dos serviços. Paralelamente, a intervenção inclui a identificação e realização de acções de formação destinadas ao pessoal técnico e administrativo afecto a ambos os serviços.

No âmbito deste Projecto foi já adquirido diverso equipamento, incluindo uma viatura para a Inspeção Geral do Trabalho, assim como proporcionada a participação de quatro técnicos caboverdianos em duas acções de formação em “*Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho. Inspeções do Trabalho*” e “*Sistema das Relações Laborais*”, realizadas em Luanda por três técnicos do Instituto para o Desenvolvimento das Condições de Trabalho (IDICT) do MTS.

Convém referir que, no âmbito do Programa de Cooperação anterior (1999-2001), foram já desenvolvidas actividades com vista à organização quer da Direcção-Geral do Trabalho quer da Inspeção-Geral do Trabalho (acções de formação locais na área da informática, beneficiando os funcionários de ambos os serviços; aquisição de mobiliário e de equipamento informático considerados indispensáveis para o normal e eficaz funcionamento daqueles serviços).

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	13,24	66.041,00	1999 - 2002
• 2000	6,13	30.576,00	

Entidades Parceiras do DC do MTS:

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> IDICT do MTS | <input type="checkbox"/> Inspeção-Geral do Trabalho do MSESS |
| <input type="checkbox"/> Gabinete de Estudos, Planeamento e Cooperação do MSESS | <input type="checkbox"/> Direcção-Geral do Trabalho do MSESS |



Protecção Social
(Segurança Social e Inserção Social)

■ **APOIO À CRIAÇÃO/OPERACIONALIZAÇÃO DE UM SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO NO INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

O objectivo geral deste Projecto, terminado em 1999, consistiu em dotar o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) de um serviço com competência para fiscalizar e controlar o cumprimento dos deveres que incumbem aos contribuintes e aos beneficiários dos regimes de Segurança Social. O desenvolvimento do Projecto teve lugar no período de 24 de Fevereiro a 17 de Março de 1999, tendo como responsáveis pela execução o Chefe do Serviço de Fiscalização do então Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo (pela Parte Portuguesa) e a Directora do Gabinete dos Assuntos Jurídicos e Relações Internacionais do INPS (pela Parte Caboverdiana).

Em termos de resultados, foram preparados diversos documentos, nomeadamente o Regulamento Interno do Serviço de Fiscalização e o respectivo Quadro de Pessoal.

Igualmente teve lugar uma acção de formação na área da fiscalização, nas cidades da Praia e do Mindelo, tendo sido beneficiados 27 e 20 trabalhadores, respectivamente. Concluída a formação, tiveram lugar as necessárias entrevistas com vista à selecção dos candidatos para afectar ao novo serviço.

Segundo informação constante do relatório final do Projecto, o Serviço de Fiscalização do INPS em Cabo Verde passou a ser uma realidade.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	1,15	5.736,00	1999

Entidades Parceiras do DC do MTS:

<input type="checkbox"/> Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo	<input type="checkbox"/> Gabinete de Assuntos Jurídicos e Relações Internacionais do INPS de Cabo Verde
<input type="checkbox"/> Ex MEFIS de Cabo Verde	

■ CONVENÇÃO BILATERAL DE SEGURANÇA SOCIAL

Este Projecto visou apoiar a elaboração de uma Convenção Bilateral de Segurança Social com vista à substituição da Convenção vigente, assinada em 5 de Junho de 1985. O objectivo geral do Projecto consiste em actualizar e adequar à evolução ocorrida nas legislações das Partes Contratantes a referida Convenção, tendo em vista a sua eficaz aplicação e o reforço da protecção social dos cidadãos portugueses e caboverdianos, garantindo os princípios de igualdade de tratamento e da reciprocidade no que respeita às mesmas legislações.

Após uma série de negociações levadas a cabo entre delegações dos dois países, a nova Convenção de Segurança Social foi conjuntamente assinada, em Abril de 2001, pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde e de Portugal. Aguarda-se agora a publicação, nos jornais oficiais, da referida Convenção para que então possa ser dado início à implementação da mesma.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	3,42	17.059,00	1999

Entidades Parceiras do DC do MTS:

<input type="checkbox"/> DRISS do MTS	<input type="checkbox"/> INPS do MSESS
<input type="checkbox"/> Ministério da Saúde de Portugal	<input type="checkbox"/> Ministério da Saúde de Cabo Verde
<input type="checkbox"/> Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal	<input type="checkbox"/> Ministério dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde

■ APOIO À DIRECÇÃO-GERAL DA PROMOÇÃO SOCIAL

Este Projecto visou o reforço da capacidade institucional da Direcção-Geral da Promoção Social através do apoio em matéria legislativa, de formação de pessoal, equipamento e mobiliário.





No âmbito legislativo, foram elaborados os seguintes projectos de diploma: Lei-Quadro da Acção Social, Lei Orgânica da própria Direcção-Geral e Lei de Bases da Prevenção, Reabilitação e Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência.

Contudo, no decurso de uma missão no âmbito do Programa Subregional para o Desenvolvimento da Protecção Social (PROSOCIAL), foi reconhecido pelo Governo Caboverdiano que os dois primeiros textos deveriam ser suspensos, pois, tendo sido entendido que se deveria optar por uma Lei Quadro da Protecção Social, não faria sentido aprovar uma Lei Quadro da Acção Social. Por outro lado, no âmbito do então MEFIS, estava sendo levado a cabo um processo de esclarecimento quanto à titularidade de equipamentos sociais que, na fase inicial deste Projecto, eram considerados como pertencentes à Direcção Geral da Promoção Social. Assim, apenas o último texto veio a ser publicado durante o ano de 2000. Relativamente à formação, realizaram-se 3 acções: duas em “Formação de animadores sociais” e uma em “Formação de técnicos superiores”. Relativamente às restantes actividades, foi considerado que as mesmas seriam enquadradas no âmbito do PROSOCIAL.

Presentemente, encontra-se em desenvolvimento, no âmbito deste Projecto e em articulação com o Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento do MTS, o processo conducente à elaboração da Carta Social de Cabo Verde. Tendo o DC apresentado já à Parte Caboverdiana uma primeira proposta, aguarda-se a necessária resposta para que então possa ser dado seguimento ao processo.



Financiamento:			Período de execução:
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	11,98	59.756,00	1999 – 2002
• 2000	3,13	15.612,00	
• 2001	3,91	19.492,00	

Entidades Parceiras do DC do MTS:

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> DEPP do MTS | <input type="checkbox"/> Direcção-Geral da Promoção Social do MESS |
| <input type="checkbox"/> Ex-Direcção Geral da Acção Social do MTS | |

■ **APOIO AO INSTITUTO CABOVERDIANO DE MENORES**

Este Projecto, iniciado em 1999, em parceria com a Casa Pia de Lisboa, visa apoiar a reorganização do Instituto Caboverdiano de Menores de forma a torná-

lo mais operativo e a poder executar com maior eficácia as competências que lhe cabem. Para a prossecução deste objectivo, a intervenção inclui: o apoio em matéria legislativa, a melhoria das qualificações do pessoal técnico, o apoio na recuperação e operacionalização dos equipamentos do ICM e a aquisição de artigos e materiais vários, considerados indispensáveis ao funcionamento dos equipamentos em fase de recuperação.

Num primeiro período, foram desenvolvidas diversas actividades, designadamente a elaboração dos projectos de arquitectura para 3 equipamentos do ICM⁹, seguindo-se a adjudicação das empreitadas das obras de adaptação e ampliação do Centro Lém Cachorro e do Centro dos Picos. Actualmente, encontram-se já concluídas e provisoriamente recepcionadas as obras relativas ao Centro Lém Cachorro e estão em fase de conclusão as do Centro dos Picos.

Quanto ao terceiro equipamento (Lar Juvenil de Assomada), não foi dado seguimento ao processo por não ter sido possível resolver em tempo oportuno o problema da titularidade do edifício.

Ainda em 2001, igualmente em conjunto com a Casa Pia de Lisboa, foi celebrado um Acordo de Parceiros para gestão e funcionamento dos equipamentos do ICM, aguardando-se agora que seja assinado pelos parceiros da Parte Caboverdiana. Finalmente, foi iniciado em 2001 o processo para aquisição de artigos e apetrechos vários, considerados indispensáveis ao funcionamento dos referidos equipamentos.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	1,87	9.328,00	1999 – 2002
• 2000	83,12	414.601,00	
• 2001	15,44	76.990,00	

Entidades Parceiras do DC do MTS:

<input type="checkbox"/> Casa Pia de Lisboa	<input type="checkbox"/> Direcção-Geral de Alfabetização e Educação de Adultos do Ministério da Educação de Cabo Verde
<input type="checkbox"/> MESS	<input type="checkbox"/> Liga Nazarena de Cabo Verde
<input type="checkbox"/> Direcção-Geral da Solidariedade Social de Portugal	<input type="checkbox"/> Instituto Caboverdiano de Menores de Cabo Verde
<input type="checkbox"/> Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional de Portugal	

⁹ Um dos projectos veio a ser abandonado por problemas relacionados com a titularidade do equipamento

■ **APOIO NA CONSTRUÇÃO E NA OPERACIONALIZAÇÃO DO CENTRO SOCIOCOMUNITÁRIO DE CHÃ DE MANUEL DOS SANTOS**



Localizado na Ilha de Santo Antão, no concelho de Paul, este Projecto, apresentado pela Associação Dragoeiro em colaboração com a Câmara Municipal do Paul, visa melhorar a qualidade de vida da comunidade de Chã de



9. Vista exterior do novo Centro Sociocomunitario.

Manuel dos Santos através da construção e operacionalização de um Centro Sociocomunitário para atendimento a crianças, jovens e idosos. O apoio engloba a construção de infraestruturas, a aquisição de equipamentos e materiais e a formação do pessoal a afectar ao Centro.

Entre os serviços a oferecer, destacam-se: a promoção do ensino pré-escolar para 60 crianças com idades compreendidas entre os 4 e os 6 anos; a criação de um Centro de Dia para 30 idosos com vista à realização de actividades culturais e lúdicas; a promoção de actividades de ocupação de tempos livres para os jovens; o fomento de novas organizações locais e grupos desportivos; a realização de acções de formação/informação; a criação de um Gabinete para aconselhamento da juventude na área de micro projectos e outras iniciativas no domínio do emprego. Pretende-se igualmente que o Centro funcione como um veículo de sensibilização e informação para a população em geral, com particular destaque para os jovens.

Iniciadas em Janeiro de 2001, as obras para a construção do Centro Comunitário encontram-se concluídas, tendo sido, ainda naquele ano, transferido um subsídio no valor de 10 milhões de PTE destinado à aquisição do necessário equipamento.

Financiamento:			Período de execução:
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2000	15,02	74.919,00	2000 – 2001
• 2001	10,00	49.880,00	
Entidades Parceiras do DC do MTS:			
<input type="checkbox"/> Direcção-Geral da Promoção Social do MESS	<input type="checkbox"/> Câmara Municipal do Paul	<input type="checkbox"/> Associação Dragoeiro de Cabo Verde	

■ PROJECTO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE S. PEDRO – S. VICENTE

Apresentado pela ONGD **Caboverdiana Atelier Mar**, este Projecto visa promover o desenvolvimento comunitário de uma localidade de pescadores - S. Pedro, identificada como uma bolsa de pobreza onde persistem sérios problemas nas áreas do desemprego, saúde, educação, formação profissional e animação



10. Vista exterior do Centro Comunitario de S. Pedro.

sócio-cultural. Assente numa abordagem participativa e centrada no objectivo de luta contra a pobreza, a intervenção aposta em três eixos principais: informação e sensibilização para a animação comunitária e participação; melhoria das infra-estruturas comunitárias, nomeadamente da escola, unidade sanitária e centro comunitário; formação e apoio a actividades geradoras de rendimentos. Uma vez que o Projecto só foi aprovado em finais de 2001 e a situação comprometida apenas foi disponibilizada em 2002, também as actividades previstas apenas se iniciarão neste ano.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2001	32,70*	163.008,45	2001 – 2002

Entidades Parceiras do DC do MTS:

<input type="checkbox"/> Gabinete de Estudos, Planeamento e Cooperação do MSES de Cabo Verde	<input type="checkbox"/> ONGD Atelier Mar
--	---

■ PROGRAMA DE MICRO-CRÉDITO PARA INICIATIVAS GERADORAS DE RENDIMENTO NO SECTOR INFORMAL DA ECONOMIA

O Projecto visa reforçar um serviço de crédito, direccionado para camadas sociais mais carenciadas, nomeadamente mulheres chefes de família e jovens à procura do primeiro emprego, de modo a permitir-lhes aumentar e/ou diversificar as suas actividades na perspectiva de garantia de um rendimento mínimo familiar



indispensável ao equilíbrio das despesas de consumo, sobretudo no acesso a alimentos e outros artigos de primeira necessidade.

O Projecto justifica-se, essencialmente, pelo facto de nessas camadas da sociedade o desemprego ser muito acentuado, vivendo por isso à margem do sistema produtivo clássico. Recorrem, como alternativa, às pequenas actividades económicas de carácter informal. Regra geral, essas pessoas não têm acesso a instituições formais de crédito, dado o carácter selectivo e burocrático destas instituições e a pequena dimensão dos montantes envolvidos.

Apesar da concessão de pequenos créditos não constituir um meio para a total resolução dos problemas identificados a curto prazo, importa salientar a sua grande importância em termos de atenuação da pobreza, ao permitir o surgimento de fontes de rendimento próprias aos grupos sociais desfavorecidos e sem alternativas de emprego a curto prazo, promovendo a capacidade de iniciativa e gerando dinâmicas de autoconfiança.

O Projecto encontra-se enquadrado no Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, considerado uma das prioridades nacionais.

O Projecto é executado pela SOLMI – Associação de Apoio às Iniciativas de Autopromoção, com sede social na Ilha de Santiago. Criada em 1991, trata-se de uma ONGD, sem fins lucrativos, que direcciona a sua acção sobretudo para a promoção do sector informal da economia, privilegiando a sua acção em direcção às mulheres e jovens, incentivando-as na busca de alternativas para melhoria das suas condições de vida.

Os beneficiários do Projecto são, na sua maioria, pessoas que residem nos bairros peri-urbanos da Cidade da Praia e da Vila de Pedra Badejo, com especial incidência nos bairros mais carenciados. Os créditos são dirigidos a pessoas individuais ou a grupos que exercem já uma actividade, demonstrando iniciativa e capacidade de execução. Serão igualmente abrangidos jovens saídos das formações no Instituto de Formação Profissional e que pretendem iniciar uma actividade dentro da área de formação. Prevê-se envolver directamente entre 60 a 100 pessoas/ano. O valor dos créditos oscilará entre os 50 000 e 150 000 CVE cada (498,80 e 1 496,39 EUROS), com um sistema de reembolso em prestações mensais, até um máximo de 12 meses.

*Compromisso assumido em 2001, a liquidar em 2002.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2001	14,99*	74.779,78	2001 – 2003
<u>Entidades Parceiras do DC do MTS:</u>			
□ Gabinete de Estudos, Planeamento e Cooperação do MSES de Cabo Verde		□ ONGD SOLMI	

■ DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO EM ZONAS VIZINHAS DE S. FRANCISCO E VALE DA CUSTA



11. Vista exterior do Centro Social de Vale da Custa.

Este Projecto, situado na Ilha de Santiago e abrangendo duas comunidades (São Francisco e Vale da Custa), desenvolveu-se no período de 1997 a 1999 e visou a melhoria das condições de vida daquelas populações a nível material, social, cultural e ambiental.

Estabelecendo uma parceria com a ONGD cabo-verdiana CITI-HABITAT, este Projecto apoiou-se numa perspectiva de intervenção multidisciplinar no combate ao fenómeno da pobreza. De facto, a intervenção apresentou distintas componentes, tendo-se concretizado, em termos de apoio a infraestruturas, na construção do Centro Social de Vale da Custa, na remodelação do Posto Sanitário de S. Francisco e na adaptação do Centro Social de S. Francisco.

A ONGD executora - CITI-HABITAT - foi dotada de uma viatura, equipamento de escritório e de verba para pessoal responsável pelas várias actividades, o que contribuiu largamente para o reforço da sua capacidade de acção. A componente Animação foi posta em prática através da acção *educação para o desenvolvimento e cidadania*, que incluiu a abordagem de diversas temáticas e envolveu o estabelecimento de parcerias com diversas entidades governamentais e não governamentais.

* Compromisso assumido em 2001, a liquidar em 2002



Em termos de apoio a actividades geradoras de rendimentos, foram concedidos 26 microcréditos e, na área da protecção do ambiente, foram empreendidas inúmeras acções. Uma descrição detalhada do Projecto encontra-se no capítulo anterior.

Financiamento:			Período de execução:
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1997	6,44	32.097,64	1997 – 1999
• 1998	17,07	85.145,00	
• 1999	20,76	103.550,00	
Entidades Parceiras do DC do MTS:			
☐ Ministério do Emprego, Formação e Integração Social		☐ ONGD CITI-HABITAT	

■ APOIO À CAPACITAÇÃO DAS ONGD EM CABO VERDE

Este Projecto, realizado nos anos de 1998 e 1999, visou o reforço da capacidade institucional da Plataforma das ONGD caboverdianas no sentido de melhorar a competência dinamizadora das mesmas. Nesta perspectiva, pretendeu-se, especificamente:

- Promover uma rede de comunicação e troca de experiências entre as ONGD e todas as outras organizações que intervêm na base;
- Melhorar a capacidade técnica e organizacional das ONGD mediante acções de formação a favor dos seus membros e dirigentes;
- Criar condições favoráveis à acção das ONGD no que respeita ao processo de luta contra a pobreza.

Na vertente do apoio institucional, a Plataforma foi reforçada a nível material (com a aquisição de uma viatura, equipamento informático, mobiliário, material de escritório e documentação vária), de recursos humanos (com o apoio à contratação de pessoal) e em termos de funcionamento, o que contribuiu largamente para o aumento da sua capacidade de acção.

A promoção de uma rede de comunicação e a troca de experiências entre as ONGD foram prosseguidas através da edição de cinco números do Boletim “Caminhar”, tendo-se ainda realizado quatro visitas de estudo e intercâmbios inter-ilhas e dez encontros temáticos. Estas acções contribuíram, indiscutivelmente, para aumentar a coesão e estreitar os laços entre as ONGD caboverdianas. Outro contributo para a vertente comunicação foi a realização de um seminário sobre as técnicas de recolha e tratamento de informações e a

realização de esforços para a instalação de uma biblioteca.

Em relação à melhoria da capacidade técnica e organizacional das ONGD, foram realizados 10 *ateliers* que deram formação a cerca de 250 quadros e dirigentes de ONGD. Essas acções de formação abarcaram temas vários como, por exemplo, a concepção, elaboração e gestão de projectos; a organização e planificação; as técnicas e métodos de comunicação/animação; o papel e o perfil do animador, etc..

No quadro do processo de dinamização das ONGD e das outras organizações da Sociedade Civil Caboverdianas, a Plataforma financiou, entre 1998 e 1999, cerca de 30 pequenos projectos, contribuindo para a minorização dos problemas de ordem material, financeira e humana enfrentados por essas instituições.

O Projecto teve um impacto bastante positivo na vida da Plataforma e das ONGD caboverdianas. Nas palavras dos responsáveis do Projecto, “a *Plataforma cresceu e a família ONGD caboverdiana conheceu outra dinâmica*”. De facto, o apoio prestado contribuiu para o aumento da capacidade de intervenção da Plataforma, para o seu reconhecimento junto dos parceiros nacionais e estrangeiros (concretizado em diversos convites e aprovação de projectos para financiamento) e para a sua consagração como verdadeira interlocutora das ONGD e parceira incontornável do processo de desenvolvimento.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1998	8,94	44.593,00	1998 – 2000
• 1999	8,94	44.593,00	
<u>Entidades Parceiras do DC do MTS:</u>			
<input type="checkbox"/> Plataforma das ONGD de Cabo Verde			

■ COOPERATIVISMO

Este Projecto, assente no reconhecimento da organização cooperativa como factor de luta contra a pobreza e inserção social, visou o reforço da capacidade institucional da Direcção-Geral de Animação Rural e Promoção Cooperativa do Ministério da Agricultura, Alimentação e Ambiente da República de Cabo Verde através da realização de acções de formação em cooperativismo para os seus técnicos. Envolvendo a participação do Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo, o Projecto concretizou-se na deslocação de 3 funcionários desta Instituição a Cabo Verde no sentido de dotar os formandos de



competências técnicas específicas para apoiarem acções de informação e formação em cooperativas. Neste contexto, realizaram-se 2 cursos: “Introdução ao cooperativismo e gestão cooperativa” e “Formação de formadores cooperativos”.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	1,31	6.534,00	1999

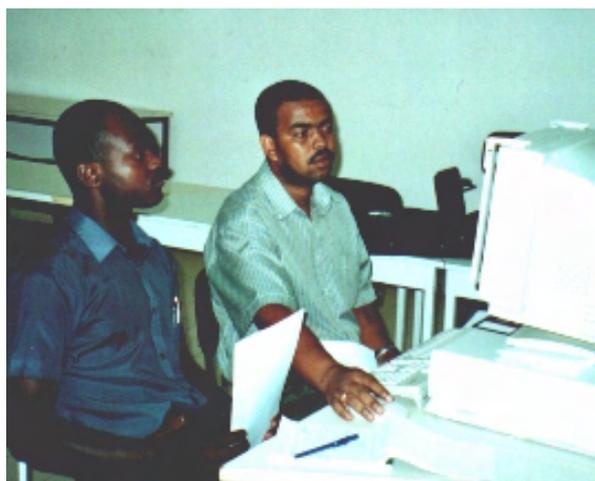
Entidades Parceiras do DC do MTS:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo do MTS | <input type="checkbox"/> Direcção-Geral de Animação Rural e Promoção Cooperativa do Ministério da Agricultura, Alimentação e Ambiente da República de Cabo Verde |
| <input type="checkbox"/> MEFIS | |

Projectos comuns às diferentes áreas

■ APOIO NA ÁREA DAS ESTATÍSTICAS

Em Cabo Verde, o apoio na área das estatísticas visou o reforço da capacidade técnica do IEFP em matéria de recolha, tratamento e divulgação de dados sobre emprego, desemprego e formação profissional com vista à produção regular de informações estatísticas de apoio às medidas de combate ao desemprego e à falta de qualificação profissional.



12. Formandos durante a acção de formação em SPSS.

Em termos específicos, aquele apoio concretizou-se na aquisição de equipamento informático e na realização de uma acção de formação em SPSS (software estatístico) que beneficiou os quadros do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e do Instituto Nacional de Estatística (INE) de Cabo Verde. A formação decorreu entre 29 de Novembro e 14 de Dezembro de 2000 e foi ministrada por um formador português, pertencente ao Departamento de Cooperação do MTS.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	0,84	4.190,00	1999 – 2002
• 2000	2,65	13.218,00	
• 2001	5,36	26.749,00	
<u>Entidades Parceiras do DC do MTS:</u>			
<input type="checkbox"/> IEFP de Cabo Verde		<input type="checkbox"/> INE de Cabo Verde	

■ BOLSAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Este Projecto, solicitado pelo então Ministério do Emprego, Formação e Integração Social de Cabo Verde, visou a atribuição de bolsas de pós-graduação para duas técnicas daquele Ministério. Os estudos elegidos foram: Mestrado em Sociologia Económica e das Organizações e Mestrado em Ciências Actuarias no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade Técnica de Lisboa. O primeiro mestrado (2000-2001) encontra-se em fase de desenvolvimento. Relativamente ao segundo, a mestranda desistiu do mesmo no fim do ano lectivo 1999-2000.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	1,46	7.282,00	1999 – 2002
• 2000	2,85	14.216,00	
• 2001	2,02	10.091,00	
<u>Entidades Parceiras do DC do MTS:</u>			
<input type="checkbox"/> ISEG		<input type="checkbox"/> MESS	

■ APOIO AO NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO DO GABINETE DA MINISTRA

Este Projecto traduziu-se na aquisição de mobiliário, equipamento informático e de alguma bibliografia para o Núcleo de Documentação e Informação do Gabinete da Ministra do então Ministério do Emprego, Formação e Integração Social.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	2,84	14.166,00	1999
<u>Entidades Parceiras do DC do MTS:</u>			
<input type="checkbox"/> MEFIS			

7.1.3. República da Guiné-Bissau

Pequeno país situado na Costa Ocidental Africana, a República da Guiné-Bissau apresenta um história recente marcada pela instabilidade, não só política, mas também económica e social. No ranking do Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD ocupava em 2001 o lugar 156, numa lista de 162 países. Essa posição reflecte uma realidade em que 87% da população vive abaixo da linha da pobreza (menos de 1USD por dia)¹⁰, que pode ser melhor captada se recorrermos ao *Diamante do Desenvolvimento* do Banco Mundial: um produto *per capita* de 180 USD (480 USD), esperança média de vida de 44 anos (47), uma taxa de participação no ensino primário de 61% da população em idade escolar (78%) e 53% de população com acesso a água potável (55%), são bons reflexos da fragilidade do tecido sócio-económico guineense¹¹.



QUADRO SÍNTESE DOS PROJECTOS NA REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU

<u>Projectos em parceria com o MAPT</u>	<u>Período</u>
<i>Emprego e Formação Profissional</i>	
■ Aperfeiçoamento profissional de funcionários públicos	2001-2002
■ Reabilitação do Centro de Formação Administrativa (CENFA)	2001-2002
<i>Relações Laborais</i>	
■ Apoio à Administração do Trabalho	2001-2002
<i>Protecção Social (Inserção Social)</i>	
■ Observatório de Bem Estar do Bairro de Quelele*	1998-1999
■ Formação em cooperativismo e economia social para associações juvenis	2001-2002
■ Concessão de micro-crédito solidário	2001-2002
■ Curso de intervenção social	2001-2002
■ Apoio à criação de uma cooperativa/associação de ensino de escolas populares	2001-2002
■ Concessão de micro-crédito a mulheres	2001
■ Apoio ao Desenvolvimento de Iniciativas Jovens de Auto-Emprego/ADIJA	2001
<i>Reforço Institucional</i>	
■ Apoio aos serviços do Ministério da Administração Pública e Trabalho	2001
■ Apoio aos serviços do Ministério da Solidariedade Social, Emprego e Luta contra a Pobreza	2001

* Projecto anterior ao Programa de Cooperação entre o MTS e o MAPT.

Comparativamente aos outros PALOP, a República da Guiné-Bissau apresentou uma série de especificidades que condicionaram fortemente, quer a oportunidade, quer o momento de realização das acções de cooperação que se pretenderam levar a cabo. Por essa razão, considerámos oportuno dedicar uma nota introdutória mais alargada relativamente aos primeiros passos do MTS no sentido de empreender acções de cooperação com o País.

As relações de cooperação foram encetadas ainda em 1998. Contudo, a situação político-militar no País não permitiu que essas tivessem seguimento no ano de 1999, com excepção da realização de algumas acções (nomeadamente pagamentos) referentes a compromissos assumidos no ano anterior.

Em 2000 teve lugar o início de uma nova fase nas relações entre o MTS e os Ministérios homólogos guineenses, tendo como horizonte o desenvolvimento de uma acção sistemática e coordenada para a colocação em prática de um conjunto de acções de cooperação.

No seguimento desses novos esforços, foi assinado um Protocolo de Cooperação entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade de Portugal e o Ministério da Administração Pública e Trabalho (MAPT) e o Ministério da Solidariedade Social, Emprego e Luta contra a Pobreza (MSSELP) da República da Guiné-Bissau, o qual define as relações de cooperação entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República da Guiné-Bissau nas áreas do Emprego, da Formação Profissional, das Relações Laborais, da Segurança Social, da Inserção e da Luta contra a Pobreza.

A concretização das acções de cooperação previstas no Protocolo é efectuada através de dois Programas de Cooperação para o triénio 2000-2002, elaborados entre o DC do MTS, o Gabinete de Cooperação (GC) do MAPT e o Gabinete de Planificação e Cooperação (GPC) do MSSELP, com a colaboração do ICP, e homologados pelos respectivos ministros da tutela.

A primeira metade de 2000 foi dedicada à elaboração dos Programas e Projectos e ao estabelecimento das condições que permitissem a sua colocação em prática, em particular com a definição de procedimentos, estabelecimento de canais de comunicação, selecção de parceiros, entre outros aspectos essenciais ao arranque de uma relação que se pretende duradoura e sustentável.

¹⁰ dado de 1998

¹¹ colocamos os valores para a África Sub-Sahariana entre parêntesis para permitir uma análise comparativa



Infelizmente, diversos factores endógenos ao País, de carácter eminentemente político, criaram dificuldades à implementação dos Programas, impedindo que se despendesse qualquer importância em 2000.

No entanto, durante o ano de 2001, verificou-se um forte empenhamento de ambas as partes no estreitar dos laços de cooperação, consubstanciado no desenvolvimento dos Projectos constantes do Programa.

No final de 2001, como resultado de uma remodelação governamental na República da Guiné-Bissau, o MSSELP foi extinto dando lugar à criação da Secretaria de Estado da Solidariedade Social e Emprego (SESSE), a qual se encontra inserida no MAPT. Assim sendo, voltou a ter lugar uma revisão do Programa de Cooperação entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade de Portugal e o Ministério da Administração Pública e Trabalho da República da Guiné-Bissau, passando este a ser o único Ministério homólogo guineense do MTS.

Segue-se um quadro dos Projectos em execução/a executar em 2002 no âmbito dessa revisão do Programa de Cooperação:

Projectos em parceria com o MAPT para 2002

Emprego e Formação Profissional

- Reabilitação do Centro de Formação Administrativa (CENFA)
- Apoio ao Centro de Instrução de Formação Artesanal e Profissional (CIFAP)

Protecção Social (Inserção Social)

- Curso de intervenção social
- Programa de Apoio à Reintegração Social dos Ex-Militares Africanos do Exército Português
- Projecto Integrado de Desenvolvimento Sócio-Comunitário do Bairro Militar (PIM)
- Apoio à Inserção na Vida Activa de Funcionários Abrangidos pelo Programa Reforma da Administração/Componente Redução de Efectivos
- Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio-Comunitário no Bairro de Quelele (PIQUE)
- Apoio à Criação de Auto-Emprego (Associações Juvenis)
- Apoio ao Desenvolvimento de Iniciativas Jovens de Auto-Emprego (CIFAP/AJOPCIF)

Reforço Institucional

- Apoio aos serviços do Ministério da Administração Pública e Trabalho
- Aperfeiçoamento Profissional de Funcionários Públicos

Programa de Cooperação entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade e o Ministério da Administração Pública e Trabalho nas áreas do Emprego, da Formação Profissional, das Relações Laborais, da Segurança Social e da Inserção Social e para o triénio 2000-2002¹²

Emprego e Formação Profissional

■ **APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS**

Este Projecto assenta essencialmente em dois aspectos: por um lado, a importância do capital humano em qualquer estratégia de desenvolvimento e, por outro, a necessidade de reforçar as instituições nacionais tendo em conta o seu papel na implementação das estratégias de desenvolvimento do País.

Nesse sentido, uma das preocupações expressas pelo governo guineense centrou-se na melhoria da qualidade dos serviços públicos através do aumento da capacidade de resposta dos seus funcionários. Para tal, procurou-se organizar um curso capaz de habilitar profissionalmente os funcionários públicos, o qual foi ministrado por formadores guineenses, recorrendo-se à utilização, para cada disciplina, de manuais adaptados à realidade do País.

Pretende-se que este seja um Projecto estruturante, e nesse sentido encontra-se já planeado o desenvolvimento de 4 acções de formação, cada uma com a duração de 4 semanas, beneficiando rotativamente 20 funcionários (secretariado, técnicos auxiliares e médios) de diferentes ministérios, e não apenas do MAPT, a pedido dos respectivos membros do governo.

A primeira acção de formação teve lugar em instalações cedidas pela União Nacional dos Trabalhadores Guineenses, tendo tido o seu início em 26 de Novembro de 2001, e planeando-se o início da segunda para o mês de Fevereiro de 2002.

A entidade responsável pela execução do Projecto é o Centro de Formação Administrativa (CENFA).

¹²Engloba também os projectos existentes no âmbito do Programa de Cooperação entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade de Portugal e o anterior Ministério da Solidariedade Social, Emprego e Luta contra a Pobreza (MSSELP) da República da Guiné-Bissau para o triénio 2000-2002



<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2001	1,76	8 789,00	2001-2002

Entidades Parceiras do DC do MTS:

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Gabinete de Cooperação do MAPT | <input type="checkbox"/> Centro de Formação Administrativa (CENFA) da Guiné-Bissau |
|---|--|

■ **REABILITAÇÃO DO CENTRO DE FORMAÇÃO ADMINISTRATIVA (CENFA)**

Sendo considerado unanimemente como um dos baluartes da formação na República da Guiné-Bissau, face às infraestruturas físicas e recursos humanos de que dispõe, o CENFA viu as suas instalações em Bissau sofrerem directamente os efeitos do conflito político-militar que assolou o País. Contudo,



13. Vista exterior do Centro de Formação Administrativa.

os cursos ministrados, e após uma paragem inevitável durante o período do conflito, continuaram a decorrer em instalações facultadas por outras entidades, sendo da sua responsabilidade, no âmbito da Programa de Cooperação entre o MTS e o MAPT, o Curso de Aperfeiçoamento Profissional de Funcionários Públicos e o Curso de Intervenção Social.

Tendo em conta esta realidade, os responsáveis do MAPT, em sintonia com o Ministério da Educação da República da Guiné-Bissau, consideraram que a recuperação do CENFA deveria ser encarada como uma das prioridades na área da formação. Neste momento, foram já adjudicadas as obras de reabilitação de dois módulos do complexo a duas empresas guineenses, cujos trabalhos irão iniciar-se em 2002.

Financiamento:			Período de execução:
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2001	65,53	326 854,00	2001-2002

Entidades Parceiras do DC do MTS:

<input type="checkbox"/> Gabinete de Cooperação do MAPT	<input type="checkbox"/> Centro de Formação Administrativa (CENFA) da Guiné-Bissau
---	--

Relações Laborais

■ APOIO À ADMINISTRAÇÃO DO TRABALHO

Este Projecto visa proporcionar formação a algum pessoal da área da Administração do Trabalho. Nesse âmbito, foi proporcionada ao Director-Geral do Trabalho do MAPT uma estada em Portugal, durante 6 semanas, com o objectivo de preparar a Lei Geral do Trabalho guineense.

Financiamento:			Período de execução:
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2001	0,62	3 073,00	2001-2002

Entidades Parceiras do DC do MTS:

<input type="checkbox"/> Gabinete de Cooperação do MAPT	<input type="checkbox"/> Direcção Geral do Trabalho do MAPT
---	---

Protecção Social

■ OBSERVATÓRIO DE BEM ESTAR NO BAIRRO DE QUELELE

O Projecto teve como objectivo a criação de um sistema estatístico a nível do Bairro de Quelele, que possibilitasse a avaliação permanente do trabalho realizado pelas diversas organizações e o apoio ao planeamento de acções futuras, permitindo também à ONGD executora do Projecto (ONGD guineense Acção para o Desenvolvimento) apresentar balanços e avaliações de projectos de forma objectiva. Simultaneamente, este sistema enquadra-se nas novas orientações conceptuais que colocam a multidimensionalidade da pobreza no centro do debate

sobre o desenvolvimento.

A colocação em prática deste Projecto insere-se, pois, num processo de desenvolvimento da cultura de informação como elemento importante para a preparação de programas e desenvolvimento de acções comunitárias.

O MTS participou no Projecto como entidade financiadora, tendo o seu financiamento sido destinado essencialmente à estruturação do serviço de dados, a nível humano e de equipamento, de forma sustentada e organizado segundo padrões metodológicos internacionais, adaptados à realidade local.

Um dado que permite constatar a sustentabilidade do Projecto, é o facto de, após o termo do apoio financeiro do DC ao Projecto, a estrutura criada ter permitido, com o recurso a outras formas de financiamento, a continuidade de uma série de iniciativas no âmbito do Observatório entretanto constituído.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1998	3,30	16 460,33	1998-1999
• 1999	2,75	13 716,94	

<u>Entidades Parceiras do DC do MTS:</u>	
<input type="checkbox"/>	Acção para o Desenvolvimento da Guiné-Bissau

■ FORMAÇÃO EM COOPERATIVISMO E ECONOMIA SOCIAL PARA ASSOCIAÇÕES JUVENIS

Este Projecto surgiu essencialmente com o intuito de contribuir para a melhoria das políticas juvenis destinadas à integração dos jovens guineenses na sociedade produtiva. Consistiu na realização, em 2001, de uma formação curta em cooperativismo e economia social, ministrada por formadores guineenses, para a qual foram utilizados manuais de estudo adaptados à realidade nacional.



14. Inauguração do Curso de Cooperativismo e Economia Social para Associações Juvenis.

Essa formação incluiu as seguintes disciplinas: Associativismo/Cooperativismo; Economia Social; Português; Elaboração, Acompanhamento, Gestão e Avaliação de Projectos.

A população beneficiada directamente por esta formação foi constituída por jovens que já possuíam alguma prática de associativismo ou cooperativismo. Dada a distribuição geográfica das associações juvenis no País, optou-se por abranger 10 pessoas de Bissau e 15 de outras regiões do País.

O modelo de ensino adoptado foi o de conceptualização teórico-prática, tendo sido a formação prática concretizada através da elaboração de trabalhos de síntese final de curso sob a forma de projectos de inserção na vida activa. Tais projectos deveriam permitir o aproveitamento dos conhecimentos ministrados e ter viabilidade e qualidade suficientes para uma hipotética solicitação de financiamento a potenciais entidades financiadoras.

Na realidade, a ideia do Projecto não se circunscreve apenas à formação, incluindo também o apoio financeiro a alguns dos projectos anteriormente referidos, resultantes dos trabalhos finais que o DC considerou de particular interesse na área da inserção dos jovens na sociedade produtiva. Neste momento, encontra-se na fase final a discussão do conjunto de projectos apresentados pelos formandos do curso, que irão ser financiados já **no decorrer de 2002**.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2001	3,5	17 458,00	2001-2002
<u>Entidades Parceiras do DC do MTS:</u>			
<input type="checkbox"/> Gabinete de Cooperação do MAPT	<input type="checkbox"/> Rede Nacional de Associações Juvenis (RENAJ) da Guiné-Bissau		
<input type="checkbox"/> Conselho Nacional da Juventude (CNJ) da Guiné-Bissau			

■ CONCESSÃO DE MICRO-CRÉDITO SOLIDÁRIO

A colaboração entre a ONGD AIFA-PALOP e o então Ministério de Solidariedade e Segurança Social de Portugal teve o seu início em 1997, com a aprovação do Projecto “Assistência técnica organizacional às Associações Comunitárias de Base na Guiné-Bissau”, com o objectivo de contribuir para o aumento do nível da participação das populações desfavorecidas na tomada de decisões sobre assuntos de desenvolvimento que lhes dizem prioritariamente respeito através

de uma assistência técnica participativa nos domínios da organização, legalização e capacitação.

Contudo, o deflagrar do conflito militar veio interromper o Projecto. Com o retomar das relações de cooperação entre o MTS de Portugal e os Ministérios homólogos guineenses em 2000, a ONGD considerou que uma importante forma de aumentar o nível da participação das populações desfavorecidas se encontra associada ao acesso ao capital, tendo, assim, apresentado um novo Projecto.

Trata-se, assim, de um Projecto desenvolvido com o objectivo de melhorar o nível de vida das populações através da concessão de pequenos montantes de crédito destinados a apoiar o desenvolvimento de actividades geradoras de emprego e rendimento.



15. Costureira guineense beneficiária do Projecto.

Para a implementação do Projecto, um Acordo de Parceiros foi assinado em Janeiro de 2001, tendo sido cometida a execução do mesmo à Associação AIFA – PALOP.

Atendendo a critérios de vulnerabilidade, e à sua capacidade de desenvolver uma actividade como forma de gerar rendimentos, a AIFA definiu como grupo alvo um conjunto de promotores, que compreende jovens dos 18 aos 35 anos e mulheres e artesãos até aos 48 anos.

Tendo criado uma estrutura específica para desenvolver actividades relacionadas com crédito, a ONGD aposta claramente na formação dos beneficiários e no acompanhamento do desenvolvimento das actividades.

As mulheres são os promotores mais visados, o que decorre da sua condição de pilar da economia a todos os níveis. Por um lado, são elas quem mais trabalha no sector informal (o principal motor da economia), sendo elas que se responsabilizam pela alimentação, escola e saúde dos filhos. Por outro, esta escolha assenta em razões de credibilidade, visto que as mulheres, na sociedade guineense, por uma questão de honra, apresentam uma maior tendência de respeito dos seus compromissos.

Os beneficiários do Projecto desenvolvem essencialmente actividades na área comercial (venda de roupa, carvão, bebidas, bolos, peixe, óleo de palma) e, em menor quantidade, actividades transformadoras ou pequenos serviços como o fabrico de mobiliário de bambu, costura, alfaiataria, serviço de posto público telefónico, mecânica.

Os montantes financiados têm rondado, em média, os 220 000 CFA (cerca de 342,92 EUROS) por promotor, existindo uma lógica progressiva nos montantes atribuídos em cada financiamento. O prazo de reembolso é de seis meses, sendo o pagamento realizado com uma periodicidade mensal. O acesso ao crédito implica o pagamento de um juro, funcionando, por um lado, como um dos alicerces da sustentabilidade do Projecto e, por outro, aumentando o sentimento de responsabilidade do promotor.



16. Vendedor guineense no mercado.

Como os montantes apenas foram disponibilizados no final de 2001, os dados relativos ao reembolso ainda são muito pouco significativos, embora elementos referentes a outros projectos desenvolvidos pela mesma entidade executora na área do microcrédito apontem para taxas de reembolso acima dos 80%.

Até ao momento foram concedidos 21 créditos, sendo relevante referir que, numa avaliação efectuada ao Projecto, os beneficiários reconheceram que o impacto do seu financiamento incidiu essencialmente sobre melhorias em termos de alimentação, educação e saúde do seu agregado familiar.

A questão do empowerment das mulheres é também extremamente relevante, já que o facto de serem elas a possuir o dinheiro para resolver os problemas domésticos aumenta substancialmente o respeito e a importância que estas assumem no seio da família, ou mesmo entre a sua vizinhança.

Actualmente, e tal como previsto no Documento de Projecto, analisa-se a forma de estender a aplicação do Projecto para zonas do interior do País, dada a importância de não concentrar em Bissau todos os instrumentos que podem contribuir directamente para aumentar as condições das famílias acederem a um melhor nível de bem estar. Neste sentido podemos afirmar que este será um Projecto Piloto, em termos de DC, ao nível da intervenção em meio rural na

República da Guiné-Bissau.



Financiamento:			Período de execução:
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1998	5,2	25 937,49	1998
• 2001	5,0	24 940,00	2001-2002

Entidades Parceiras do DC do MTS:

<input type="checkbox"/> Gabinete de Cooperação do MAPT	<input type="checkbox"/> Associação de Investigação e Formação Orientadas para Acção de Natureza Participativa das Populações nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (AIFA-PALOP) da Guiné-Bissau
---	--

■ **CURSO DE INTERVENÇÃO SOCIAL**

Com base na experiência capitalizada pelo Departamento de Cooperação no curso de intervenção social, em São Tomé e Príncipe, e no curso médio para técnicos de acção social em Moçambique, realizar-se-á uma acção de formação idêntica na República da Guiné-Bissau.

O Projecto tem como objectivo estratégico procurar respostas para as carências ao nível da formação dos técnicos de acção social da Guiné-Bissau, através do desenvolvimento e estruturação de formação profissional no domínio da intervenção social.

Em termos mais específicos, o curso tem como meta o aumento das capacidades nacionais através da promoção de técnicos de nível básico já em exercício, bem como da formação especializada de candidatos a essas funções candidatos que não tenham anteriormente exercido qualquer actividade sócio-profissional.

Espera-se que, futuramente, estes “agentes” venham a trabalhar com populações carenciadas e grupos de risco, intervindo sobretudo nos problemas quotidianos básicos, como sejam a nutrição, higiene pessoal e saneamento, saúde pública, habitação, socialização infantil e juvenil e emprego.

No final de 2001 iniciou-se o processo de selecção dos cerca de 30 formandos e 16 formadores, bem como o trabalho da elaboração de manuais adaptados aos objectivos do curso. Em determinadas disciplinas prevê-se a utilização de

formadores não guineenses, de forma a proporcionar aos alunos um contacto com métodos e experiências diferentes, esperando-se que esse contacto possa também ser aproveitado pelos formadores nacionais. A responsabilidade pela execução do curso está a cargo do Centro de Formação Administrativa (CENFA), prevendo-se que o mesmo tenha a duração de 8 meses.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2001	3,27	16.294,00	2001-2002

Entidades Parceiras do DC do MTS:

<input type="checkbox"/> Gabinete de Cooperação do MAPT	<input type="checkbox"/> Centro de Formação Administrativa (CENFA) da Guiné-Bissau
---	--

■ APOIO À CRIAÇÃO DE UMA COOPERATIVA/ASSOCIAÇÃO DE ENSINO DE ESCOLAS POPULARES



17. Crianças no Centro de Animação Infantil.

Este Projecto constitui um dos projectos a que o DC atribuiu a denominação de “Projecto Piloto”, atendendo ao grau de inovação por este apresentado e a possibilidade de este ser replicável noutros contextos. A sua fundamentação assenta na ideia de que as escolas populares (particulares) desempenham uma importante componente no

alargamento do ensino básico às populações mais desfavorecidas e, assim sendo, que o apoio à melhoria da qualidade de ensino destes estabelecimentos representa uma importante acção no incremento de uma das dimensões mais estruturantes do combate à pobreza: a educação.

Na realidade, o sistema educativo guineense reflecte a debilidade das estruturas do País, nomeadamente no que respeita à fraca qualificação de recursos humanos e fragilidade ao nível de recursos materiais e financeiros. A incapacidade do sistema educativo oficial em absorver a população em idade escolar, levou à proliferação das escolas denominadas “populares” (*escolinhas*).

Estas escolas tiveram na sua génese a dinâmica da comunidade, em particular da Associação de Moradores do bairro e de Associações de Pais. A dinâmica destes elementos levou jovens do bairro e ex-professores do ensino oficial a, sem receberem nenhuns apoios do Estado, irem construindo as suas escolas, conferindo-lhes qualidade, rigor, assiduidade e credibilizando-as aos olhos dos pais e encarregados de educação, constituindo hoje a sua opção preferida, mesmo atendendo ao facto de terem de pagar uma mensalidade pelo serviço prestado pelos professores.

No âmbito da actuação da ONGD Acção para o Desenvolvimento no Bairro de Quelele, foi criado o **Centro de Animação Infantil (CAI)**, que tem funcionado como um “centro de recursos”. O objectivo do mesmo é prestar serviços às escolas e aos seus promotores, enquanto unidade de recursos que sirva professores e alunos, bem como promotor de formação, em especial de professores.

É neste contexto que surgiu o Projecto do MTS (no ano de 2001) como apoio à criação efectiva de uma associação de escolas populares (está já na fase de legalização o *Forum das Escolas Populares do Bairro de Quelele*), através de actividades que induzam os professores e proprietários dessas escolas a terem



18. Crianças numa “escolinha” apoiada pelo Projecto.

uma prática comunitária da gestão escolar comum de um património de materiais didácticos, de instalações de apoio, de formação pedagógica e de organização de actividades articuladas, ou mesmo comuns, envolvendo as crianças que as frequentam.

Está actualmente em curso uma fase de remodelação do Projecto, porventura como componente de um projecto integrado de desenvolvimento sócio-comunitário do Bairro. Nesse sentido, prevê-se o alargamento gradual do apoio ao nível das instalações físicas da escola, bem como o aumento do apoio à formação pedagógica dos professores.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
<u>Anos</u>	<u>Milhares de contos</u>	<u>Euros</u>	
• 2001	9,36	46.685,00	2001-2002
<u>Entidades Parceiras do DC do MTS:</u>			
□ Gabinete de Cooperação do MAPT		□ Acção para o Desenvolvimento (AD) da Guiné-Bissau	

■ CONCESSÃO DE MICRO-CRÉDITO A MULHERES

Este Projecto faz parte de um conjunto de projectos que constituíram uma primeira “geração” de projectos aprovados em 1997 pelo MTS, mesmo antes da existência do DC. Com o período de execução previsto para 1998 e 1999, a sua implementação foi influenciada pelos acontecimentos que assolaram o país durante esse período, com interrupção em 1999 e retoma posterior no âmbito do programa dos Programas de Cooperação assinados em 2000.



Independentemente desta situação, o Projecto apresenta como objectivo central o apoio a iniciativas geradoras de rendimento, sendo o apoio concretizado de duas formas diferentes: por um lado, promovendo projectos a título individual, por outro, financiando projectos que envolvem grupos, sendo normal, neste último caso, o recurso a sistemas tradicionais como os grupos de Abota.

No apoio a estes grupos, o objectivo principal não é financiar o início de uma actividade, mas sim o reforço do montante em circulação no interior dos grupos já existentes.

São três os grupos alvos do Projecto: mulheres, jovens e antigos combatentes. A selecção dos grupos alvo teve como critério condições de vulnerabilidade, tendo sido utilizado como referência, a partir de 2000, o trabalho do Observatório do Bem-Estar, que funciona no bairro desde 1998 (financiado pelo então Ministério da Solidariedade e Segurança Social de Portugal). Nesse sentido, a ONGD optou por conciliar o objectivo de beneficiar os “mais pobres dos pobres” com o de atingir aqueles que mais facilmente podem influenciar os níveis de bem-estar dentro das famílias.

Os critérios apontados para a selecção de um beneficiário são o facto de possuir iniciativa, ser uma pessoa activa, ter estabelecimento (ou pretender montá-lo) no bairro e conhecer relativamente bem a área em que se propõe desenvolver a sua actividade.



<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1998	5,20	2.5937,49	1998
• 2001	1,30	6.484,00	2001-2002

Entidades Parceiras do DC do MTS:

<input type="checkbox"/> Gabinete de Cooperação do MAPT	<input type="checkbox"/> Acção para o Desenvolvimento (AD) da Guiné-Bissau
---	--

■ APOIO AO DESENVOLVIMENTO DE INICIATIVAS JOVENS DE AUTO-EMPREGO/ADIJA

Este Projecto tem como objectivo global a criação de um instrumento que auxilie os jovens que terminaram a sua formação no Centro de Instrução e Formação Artesanal e Profissional, nas áreas da construção civil, electricidade, mecânica auto, a criarem a sua própria micro-empresa. Para tal, será criada uma estrutura onde estarão representados o Centro de Instrução e Formação Artesanal e Profissional (CIFAP) / Diocese de Bissau e a Associação de Jovens Profissionais do CIFAP (AJOPCIF).

Em termos mais específicos pretende-se promover a **capacitação dessa estrutura com recursos materiais e técnicos para apoiar a criação de micro-empresas e disponibilizar microcréditos para os associados da AJOPCIF, bem como para favorecer o acompanhamento desses jovens no desenvolvimento das micro-empresas.** Outro objectivo inerente ao desenvolvimento do Projecto prende-se com o apoio à consolidação da AJOPCIF.

Por o financiamento ter sido concretizado no final de 2001, a maior parte das actividades apenas terá lugar durante o ano de 2002.



<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2001	15,00	74.820,00	2001-2002

Entidades Parceiras do DC do MTS:

<input type="checkbox"/> Gabinete de Cooperação do MAPT	<input type="checkbox"/> Centro de Instrução e Formação Artesanal e Profissional (CIFAP) da Guiné-Bissau
<input type="checkbox"/> Associação de Jovens Profissionais do CIFAP de Bissau (AJOPCIF)	

Reforço Institucional

■ APOIO AOS SERVIÇOS DO MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E TRABALHO

No âmbito deste Projecto, foi apoiada a instalação do Gabinete de Cooperação (com o fornecimento de mobiliário, equipamento informático, fax, uma viatura e outro material), tendo-se também procedido à aquisição de diverso equipamento (mobiliário e computadores) para outros serviços do Ministério. Foram ainda financiadas obras de reabilitação do edifício onde se encontra instalado o Ministério e os encargos com a participação da delegação guineense na 89ª Conferência Internacional do Trabalho. Finalmente, foi autorizada a aquisição de uma viatura com cerca de 30 lugares para transporte dos funcionários do Ministério, servindo ainda para transportar os formandos que venham a frequentar os cursos ministrados no CENFA, nomeadamente os Cursos de Aperfeiçoamento Profissional de Funcionários Públicos e o Curso de Intervenção Social.



<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2001	16,14	80.511,00	2001
<u>Entidades Parceiras do DC do MTS:</u>			
☐ Gabinete de Cooperação do MSSELP			

■ APOIO AOS SERVIÇOS DO MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE SOCIAL EMPREGO E LUTA CONTRA A POBREZA¹³

Com o objectivo de reforçar a capacidade institucional do então Ministério da Solidariedade Social, do Emprego e Luta contra a Pobreza, este Projecto apoiou a instalação do Gabinete de Planificação e Cooperação através da aquisição de mobiliário, equipamento informático, fax, uma viatura e material diverso. No âmbito deste Projecto, foi também concedido equipamento diversificado (mobiliário e computadores) para outros serviços do Ministério. Foram ainda apoiadas a aquisição de uma viatura com cerca de 15 lugares para transporte dos funcionários do então Ministério, bem como de um gerador (30 KVA) para o mesmo.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2001	19,92	99 337,00	2001
<u>Entidades Parceiras do DC do MTS:</u>			
☐ Gabinete de Cooperação do MAPT			

7.1.4. República de Moçambique

País situado na costa oriental da África Austral, Moçambique é um país com grandes potencialidades ao nível dos recursos naturais. Contudo, a instabilidade política e militar que tem marcado a sua realidade tornam difícil a tarefa de aproveitamento desses recursos. O fim do conflito armado em 1992 constituiu um passo importante no desenvolvimento de Moçambique, até então grandemente dependente da ajuda alimentar.

No ranking do Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD ocupava em 2001 o lugar 157, numa lista de 162 países. Essa posição reflecte uma realidade em que mais de 69% da população vive abaixo da linha da pobreza (menos de 1USD por dia)¹⁴. Recorrendo ao Diamante do Desenvolvimento do Banco Mundial verifica-se: um produto per capita de 220 USD (480 USD), esperança média de vida de 47 anos (47), 71% da população em idade escolar frequenta o ensino primário (78%) e 26% da população tem acesso a água potável (55%)¹⁵.



QUADRO SÍNTESE DOS PROJECTOS NA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

<u>Projectos em parceria com o MT</u>	<u>Período</u>
Relações Laborais	
■ Sistema das relações de trabalho. Segurança, higiene e saúde no trabalho. Inspeções do trabalho.	1999
■ Apoio à Escola de Estudos Laborais	2000-2002
Protecção Social (Segurança Social)	
■ Formação de pessoal do Instituto Nacional de Segurança Social de Moçambique	1999
■ Fornecimento de equipamento de transporte e outro ao Instituto Nacional de Segurança Social de Moçambique	1999
■ Convenção Bilateral de Segurança Social	1999-2002
Projectos comuns às diferentes áreas	
■ Apoio na área das estatísticas	1999-2002
■ Apoio ao Gabinete de Estudos	1999-2002
■ Bolsas de pós-graduação	1999-2002

¹³ Agora Secretaria de Estado da Solidariedade Social e Emprego

¹⁴ Dado de 1998

¹⁵ Colocamos os valores para a África Sub-Sahariana entre parêntesis para permitir uma análise comparativa

<u>Projectos em parceria com o MMCAS</u>	<u>Período</u>
Protecção Social (Inserção Social)	
■ Apoio à operacionalização do Centro de Formação do ex Ministério para a Coordenação da Acção Social	1999
■ Curso médio para técnicos da Acção Social	1999-2002
■ Apoio à criação, instalação e funcionamento de uma Casa Pia em Moçambique	1999-2008
■ Apoio à recuperação e funcionamento do Infantário da Matola	1999-2002
■ Apoio à construção, instalação e funcionamento do Instituto Nacional dos Deficientes Visuais da Beira	1999-2002
■ Apoio na área da deficiência mental – Escola de Educação Especial nº 2	1999-2002
■ Apoio na área da deficiência auditiva	2000-2002
■ Apoio no funcionamento da Escola de Educação Especial nº 3 da Beira	1999
■ Apoio ao funcionamento da Casa do Gaiato de Maputo	1999
■ Luta contra a pobreza	1999

Uma vez que, em Moçambique, os domínios de intervenção do MTS estão repartidos por dois Ministérios, o **Ministério do Trabalho (MT)**, para as áreas do emprego, da formação profissional, das relações laborais e da segurança social, e o **Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social¹⁶ (MMCAS)**, para a área da inserção social, encontram-se em vigor dois Programas de Cooperação para o triénio 2000-2002¹⁷.

Segue-se uma lista dos Projectos em desenvolvimento ou a desenvolver durante o ano de 2002.

<u>Projectos em parceria com o MT para 2002</u>
Relações Laborais
■ Apoio à Escola de Estudos Laborais
Protecção Social (Segurança Social)
■ Convenção Bilateral de Segurança Social
Projectos comuns às diferentes áreas
■ Apoio na área das estatísticas
■ Apoio ao Gabinete de Estudos
■ Bolsas de pós-graduação

Projectos em parceria com o MMCAS para 2002

Protecção Social (Inserção Social)

- Curso médio para técnicos da Acção Social
- Apoio à criação, instalação e funcionamento de uma Casa Pia em Moçambique
- Apoio à recuperação e funcionamento do Infantário da Matola
- Apoio em áreas da Deficiência
 - Apoio à construção, instalação e funcionamento do Instituto Nacional dos Deficientes Visuais da Beira
 - Apoio na Área da Deficiência Mental
 - Apoio na área da deficiência auditiva

Projectos desenvolvidos no âmbito dos Programas de Cooperação entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade e o Ministério do Trabalho, nas áreas do Emprego, da Formação Profissional, das Relações Laborais e da Segurança Social para os triénios 1999-2001 e 2000-2002

Relações Laborais

■ SISTEMA DAS RELAÇÕES DE TRABALHO – SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO. INSPECÇÕES DO TRABALHO

Este Projecto, conjuntamente preparado pela Direcção-Geral das Condições do Trabalho (DGCT) e pelo Instituto para o Desenvolvimento das Condições de Trabalho (IDICT) do MTS, visou o reforço da capacidade institucional do MT de Moçambique. O apoio consubstanciou-se essencialmente no fornecimento de viaturas e equipamento de protecção. Mais tarde, foi acordado entre as partes que seria prioritário o apoio à reestruturação e ao funcionamento da Escola de Estudos Laborais, suprimindo-se este Projecto do Programa de Cooperação para o triénio.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	16,55	82.551,00	1999

Entidades Parceiras do DC do MTS:

□ DGCT do MTS	□ Ministério do Trabalho de Moçambique
□ IDICT do MTS	

¹⁶ Ex-Ministério para a Coordenação da Acção Social da República de Moçambique

¹⁷ Os programas anteriores abrangiam o triénio 1999/2001

■ APOIO À ESCOLA DE ESTUDOS LABORAIS

Inicialmente concebida para dar formação e reciclagem aos funcionários do Ministério do Trabalho dos níveis básico e médio, a Escola de Estudos Laborais (EEL), localizada em Maputo, é utilizada actualmente para dar formação a alunos externos, concorrendo com as restantes instituições de formação existentes, no sector público e privado.

Através deste Projecto, para cujo desenvolvimento foi constituído uma parceria integrando o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa e o Gabinete de Relações Internacionais do Ministério da Educação de Portugal, o Gabinete de Estudos do Ministério do Trabalho e a Escola de Estudos Laborais de Moçambique, pretende-se apoiar:

- a elaboração e aprovação de um novo Plano de Estudos, do Regulamento de Avaliação e do programa de formação para os professores da Escola;
- a reorganização e funcionamento da Escola (onde se enquadra o fornecimento de material e equipamento);
- a construção de novas instalações.

Em 2 de Abril de 2001, foi aprovada pelo Conselho Consultivo do MT de Moçambique a versão preliminar da proposta do novo Plano de Estudos para a Escola, a qual se encontra no Ministério da Educação de Moçambique para apreciação e aprovação.

Relativamente ao programa de formação de professores, encontra-se o mesmo em desenvolvimento, após terem sido recebidos os inquéritos referentes ao levantamento curricular dos docentes, contribuindo para um melhor conhecimento da sua formação académica e experiência profissional.

No âmbito da reorganização e funcionamento da Escola, a mesma foi já dotada de uma viatura e de diverso equipamento informático.

O processo referente ao terreno destinado à construção de novas instalações aguarda informação sobre a construção de indispensáveis infra-estruturas ou sobre a alternativa do local.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2000	12,53	62.499,00	2000 – 2002
• 2001	1,61	8.052,00	

<u>Entidades Parceiras do DC do MTS:</u>	
<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Inst. Superior de Ciências do Trabalho e Empresa de Portugal <input type="checkbox"/> Gabinete de Relações Internacionais do Ministério da Educação de Portugal 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Gabinete de Estudos do MT <input type="checkbox"/> Escola de Estudos Laborais de Moçambique

Moçambique



Protecção Social (Segurança Social)

■ FORMAÇÃO DE PESSOAL DO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL

No âmbito deste Projecto, tiveram lugar acções de formação em “Contabilidade” e “Gestão Financeira”, de fins de Julho a princípios de Setembro 1999. Embora tenham sido solicitadas outras acções de formação, foi acordado que as mesmas, se necessárias, seriam desenvolvidas no âmbito do PROSOCIAL (3ª fase).

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	3,17	15.812,00	1999

<u>Entidades Parceiras do DC do MTS:</u>	
<input type="checkbox"/> INSS de Moçambique	

■ FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE E OUTRO AO INSS

Foram entregues, no ano de 1999, 3 viaturas e 20 motorizadas para apoio aos serviços locais de segurança social. Também no âmbito deste Projecto, foram entregues naquele ano 2 impressoras e software para contabilidade. Em 2000, o Projecto veio a ser retirado do Programa de Cooperação em vigor.

Financiamento:			Período de execução:
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	29,24	145.849,00	1999

Entidades Parceiras do DC do MTS:

<input type="checkbox"/> INSS de Moçambique

■ CONVENÇÃO BILATERAL DE SEGURANÇA SOCIAL

Este Projecto tem como objectivo o desenvolvimento de uma Convenção sobre Segurança Social, que garanta aos nacionais portugueses e moçambicanos que estiveram, estejam ou venham a estar sujeitos às respectivas legislações a protecção decorrente, designadamente, dos princípios de igualdade de tratamento e da reciprocidade no que respeita às mesmas legislações.

A primeira ronda de negociações entre o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) de Moçambique e o Departamento de Relações Internacionais de Segurança Social (DRISS) de Portugal teve lugar na cidade de Maputo, em Maio de 1999. A segunda e última ronda de conversações, que permitirá concluir a versão, em princípio definitiva, da Convenção Bilateral de Segurança Social entre a República de Moçambique e Portugal, apenas poderá ser agendada depois de pela Parte Moçambicana ser emitido parecer sobre a documentação preparada em Maio de 1999 e oportunamente remetida ao referido Instituto.

Financiamento:			Período de execução:
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	3,81	19.004,00	1999 – 2002
• 2000	0,85	4.240,00	

Entidades Parceiras do DC do MTS:

<input type="checkbox"/> DRISS de Portugal	<input type="checkbox"/> INSS de Moçambique
<input type="checkbox"/> Ministério do Trabalho de Moçambique	

Projectos comuns às diferentes áreas

■ APOIO NA ÁREA DAS ESTATÍSTICAS

O desenvolvimento do Projecto tem sido concretizado através do apoio ao funcionamento da Direcção Nacional de Planificação e Estatísticas do Trabalho (DNPET), com destaque para as seguintes acções:

- Formação dos técnicos do Departamento de Estatística em SPSS, realizada localmente por um formador português;
- Financiamento de uma consultoria realizada pela Universidade Eduardo Mondlane sobre a área das estatísticas do trabalho;
- Realização de cursos de Estatísticas Descritivas e de Informática em Maputo dirigidos a funcionários da DNPET oriundos das várias províncias;
- Aquisição de diverso equipamento informático, software e mobiliário para as instalações do DNPET.

Financiamento:			Período de execução:
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	14,55	72.575,00	1999 – 2002
• 2000	9,41	46.937,00	
• 2001	23,00	114.719,00	

Entidades Parceiras do DC do MTS:

- Direcção Nacional de Planificação e Estatísticas do Trabalho de Moçambique

■ APOIO AO GABINETE DE ESTUDOS

Este Projecto visa o reforço da capacidade institucional do Ministério do Trabalho de Moçambique através do apoio ao Gabinete de Estudos em matéria de formação, equipamento e transporte. Iniciado em finais de 1999, o Projecto consubstanciou-se no fornecimento, ainda nesse ano, de algum equipamento informático.

Posteriormente, procedeu-se à aquisição de uma viatura todo o terreno, um mini-bus para transporte dos funcionários afectos ao Ministério e mobiliário de escritório, tendo sido também apoiado o processo de racionalização do espaço onde o Gabinete se encontra instalado.

Finalmente, foram estabelecidos contactos com o Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento (DEPP) do MTS para a realização de um estágio naquele serviço por parte do Director e um Técnico do Gabinete de Estudos do MT, prevendo-se a sua realização no segundo semestre 2002.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	2,10	10.475,00	1999 – 2002
• 2000	21,58	107.641,00	
• 2001	3,09	15.405,00	
<u>Entidades Parceiras do DC do MTS:</u>			
☐ DEPP do MTS		☐ Gabinete de Estudos do Ministério do Trabalho de Moçambique	

■ BOLSAS DE PÓS-GRADUAÇÃO

No âmbito deste Projecto, foi concedida uma bolsa a um funcionário do Instituto Nacional de Segurança Social de Moçambique para a realização de um mestrado em Ciências Actuarias, no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Em finais de Outubro de 2001, o mestrando entregou a sua tese subordinada ao tema “Análise de sustentabilidade do sistema de segurança social de Moçambique – Caso de Pensões de Velhice”, a qual deverá defender no decurso de 2002.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	2,06	10.275,00	1999 – 2002
• 2000	1,96	9.776,00	
• 2001	0,37	1.855,00	
<u>Entidades Parceiras do DC do MTS:</u>			
☐ Instituto Superior de Economia e Gestão		☐ Instituto Nacional de Segurança Social de Moçambique	

Projectos desenvolvidos no âmbito dos Programas de Cooperação entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade e o Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social, na área da inserção social para os triénios 1999-2001 e 2000-2002

Protecção Social (Segurança Social)

■ **APOIO À OPERACIONALIZAÇÃO DO CENTRO DE FORMAÇÃO DO MINISTÉRIO PARA A COORDENAÇÃO DA ACÇÃO SOCIAL**

O objectivo estratégico deste Projecto consistiu em apoiar o Centro de Formação do então Ministério para a Coordenação da Acção Social, melhorando a capacidade da estrutura de formação do Ministério para realizar os vários cursos e acções dirigidos a pessoas de diferentes pontos do País e ainda propor a outras



19. Camarata masculina do Centro de Formação.

entidades públicas ou privadas a venda de serviços de apoio a formação, com internato de alunos, a preços competitivos, permitindo rentabilizar o investimento feito.

O apoio consubstanciou-se, no ano de 1999, na reabilitação das instalações e na aquisição de diverso equipamento informático e mobiliário.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	13,13	65.492,00	1999

Entidades Parceiras do DC do MTS:

<input type="checkbox"/> Ministério para a Coordenação da Acção Social	
--	--

■ CURSO MÉDIO PARA TÉCNICOS DE ACÇÃO SOCIAL

Os objectivos deste curso inscreveram-se no apoio ao aumento das capacidades nacionais pela promoção de técnicos de nível básico já em exercício e pela formação especializada de candidatos a essas funções que não tivessem anteriormente exercido qualquer actividades sócio-profissional. O objectivo estratégico visou desenvolver e estruturar uma formação profissional específica no domínio da intervenção social, tendo como resultado final uma melhor presença de quadros de terreno mediadores nas respostas aos problemas sociais, locais e comunitários no contexto das Políticas Sociais e do desenvolvimento do País, através de leccionação de matérias adaptadas à actual realidade moçambicana, em sala e no contacto com as comunidades onde irão exercer a profissão.

O curso, com uma duração total de 30 meses, teve início em Julho de 1999 e abrangeu 60 formandos, sendo cerca de metade funcionários do MMCAS.

No período de Agosto a Outubro de 2001, decorreu o estágio final, tendo, em Dezembro de 2001, sido realizada uma missão do DC com vista à recolha de elementos que permitiram efectuar uma avaliação fundamentada dos resultados do Projecto.



20. Grupo de formandos.

Espera-se que o desenvolvimento desta formação tenha contribuído para que o Ministério fique capacitado para desenvolver acções similares, apoiando-se essencialmente nas suas próprias capacidades.

Para aceder a informações mais detalhadas sobre o projecto poderá ser consultado o capítulo anterior.

Financiamento:			Período de execução:
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	9,88	49.281,00	1999 – 2002
• 2000	30,55	152.383,00	
• 2001	26,55	132.416,00	
Entidades Parceiras do DC do MTS:			
□ MMCAS			

Moçambique

■ APOIO À CRIAÇÃO, INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE UMA CASA PIA EM MOÇAMBIQUE

Este Projecto prevê o apoio à construção, instalação e funcionamento da Casa Pia em Moçambique, sendo os objectivos da Instituição: a educação, o ensino, o desenvolvimento pessoal e a inserção social de crianças e jovens em risco de exclusão social, em particular daqueles que se encontrem em situações particularmente difíceis ou pertençam a grupos sociais desfavorecidos, vulneráveis ou marginalizados. O Projecto permitirá beneficiar 670 crianças e jovens dos 3 aos 20 anos.

Os primeiros passos para a criação desta instituição no País foram dados, em Julho de 1999, com a assinatura de uma Carta de Intenções entre o Ministro do Trabalho e da Solidariedade de Portugal e a então Ministra para a Coordenação da Acção Social de Moçambique e a constituição de uma Comissão de Estudo, composta por representantes das partes portuguesa (DC e Casa Pia de Lisboa) e moçambicana, com o seguinte mandato:

- a) identificar a viabilidade financeira do empreendimento, nomeadamente as fontes de financiamento públicas e privadas para a fase de planificação e construção e para a sustentabilidade do funcionamento futuro;
- b) identificar o terreno necessário e a sua adequação aos fins do empreendimento;
- c) esboçar um plano de implementação, compreendendo, por um lado, os aspectos de infraestruturas físicas e, por outro, a selecção e formação das contrapartes moçambicanas que virão a assumir a gestão do projecto;
- d) preparar os termos de referência da cooperação entre a Casa Pia de Lisboa e a Casa Pia de Moçambique;

O Conselho Municipal da Matola cedeu já um terreno, com 20 hectares, localizado no município, para receber a futura Casa Pia de Moçambique. Por outro lado, foi já elaborado e apresentado à Parte Moçambicana o “Programa Base” das futuras instalações da Casa Pia e o projecto de vedação do referido terreno.

Entre as iniciativas desenvolvidas no âmbito deste Projecto, cabe referir a preparação do projecto de Estatutos da Associação Casa Pia de Moçambique e a realização de missões conjuntas do DC e da Casa Pia de Lisboa, a última das quais em Maio de 2001, para a realização de um workshop, no qual foi efectuada a apresentação pública do Projecto Casa Pia de Moçambique e se procurou dinamizar a adesão de potenciais sócios fundadores e de parceiros ao Projecto.

Na 1ª quinzena de Dezembro, foram recebidos no Departamento de Cooperação o documento de reconhecimento da Associação Casa Pia de Moçambique, bem como os estatutos já aprovados pelo Ministro da Justiça de Moçambique. Não obstante estes desenvolvimentos, o Projecto Casa Pia de Moçambique tem vindo a registar atrasos significativos relativamente ao que estava inicialmente previsto, o que originou, inclusivamente, a anulação da quase totalidade da dotação orçamental para o ano 2001, prevista no âmbito do Programa de Cooperação.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	6,56	32.721,00	1999 – 2008
• 2000	1,18	5.886,00	
• 2001	10,61	52.902,00	
<u>Entidades Parceiras do DC do MTS:</u>			
<input type="checkbox"/> Casa Pia de Lisboa <input type="checkbox"/> MMCAS		<input type="checkbox"/> Diversas entidades públicas e privadas, portuguesas e moçambicanas*	

■ APOIO À RECUPERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO INFANTÁRIO DA MATOLA

Uma primeira fase deste Projecto, que teve lugar em 1999, consubstanciou-se na aquisição de diverso material considerado prioritário para o regular funcionamento do infantário.

* Potenciais parceiros, pois ainda não foi assinado um Acordo de Parceiros



Em 2000, na sequência das inundações que assolaram o País e danificaram fortemente o Infantário, foi assumida a recuperação das respectivas infraestruturas.

Durante o ano de 2001 procedeu-se à assinatura de um Acordo de Parceiros, o qual envolve diversas entidades incluindo algumas organizações da sociedade civil que, directa ou indirectamente, já actuavam no infantário, passando o Projecto a abranger também a recuperação dos edifícios e da área envolvente.

Entretanto, foi concluído o Estudo Prévio e o Projecto Base, tendo este último sido enviado para a Parte Moçambicana que comunicou a sua concordância em Dezembro de 2001, anuindo para que fossem desenvolvidas as fases seguintes.



21. Vista do Infantário da Matola.

Ainda no decurso do ano 2001, foi assinado um Protocolo Técnico entre o MMCAS, a Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento (APAD) e este Departamento, nos termos do qual aquela agência assume uma parte dos encargos com recuperação dos edifícios e da área envolvente do Infantário até um montante máximo de 300 mil USD.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	4,38	21.847,00	1999 – 2002
• 2000	2,57	12.819,00	
• 2001	0,65	3.252,00	
<u>Entidades Parceiras do DC do MTS:</u>			
<input type="checkbox"/> Casa Pia de Lisboa		<input type="checkbox"/> MMCAS	

Apoio em áreas da deficiência

■ APOIO À CONSTRUÇÃO, INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO INSTITUTO NACIONAL DOS DEFICIENTES VISUAIS DA BEIRA (INDVB)

Inicialmente, o Projecto visava a recuperação das instalações do INDVB. Todavia, após uma missão realizada por um arquitecto, um engenheiro e um perito da área da deficiência visual, optou-se pela construção de novas instalações, dado ter-se verificado que o edifício existente se encontrava fortemente atacado por térmitas. No entanto, embora a Parte Moçambicana tivesse, ainda no ano de 1999, disponibilizado um terreno, na cidade da Beira, para as novas instalações, foi posteriormente transmitido ao Departamento de Cooperação que o terreno não reuniria as condições desejadas, razão pela qual, em Abril de 2000, foi entregue ao DC um documento comprovando que o Governo Provincial da Beira teria disponibilizado um novo terreno destinado a construir as futuras instalações do INDVB. Numa nova deslocação do Arquitecto Consultor da Parte Portuguesa, foram inventariadas as actividades a desenvolver, que envolveram o levantamento topográfico do terreno em questão (concluído em princípios de Outubro), o início (em fins do ano 2000) dos procedimentos que viriam a permitir a adjudicação da elaboração do Projecto e a celebração do contrato com a empresa moçambicana Atelier do Largo para a execução dos projectos de arquitectura e das especialidades para o novo edifício do Instituto.



22. Vista exterior do actual Instituto Nacional de Deficientes Visuais da Beira.

Em Março de 2001, e no âmbito de uma missão deste Departamento a Moçambique, foi entregue ao Departamento de Cooperação do MMCAS um projecto de Acordo de Parceiros com vista a ser completado quanto à incorporação do clausulado respeitante aos parceiros a envolver e ao modelo de gestão.

Em Agosto de 2001, o estudo prévio elaborado por aquele Atelier foi aprovado pela Parte Portuguesa e em Dezembro de 2001, foi recebido o parecer favorável



do MMCAS quanto ao Projecto Base, estando em curso o pedido de licenciamento da obra ao Conselho Municipal da Beira.

Além das actividades referidas, no ano de 1999 foi ainda adquirida uma viatura para apoio ao Instituto.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	9,79	48.832,00	1999 – 2002
• 2000	4,88	24.341,00	
• 2001	9,64	48.070,00	
<u>Entidades Parceiras do DC do MTS:</u>			
☐ MMCAS		☐ Instituto Nacional dos Deficientes Visuais da Beira	

■ APOIO NA ÁREA DA DEFICIÊNCIA MENTAL - ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL Nº2

No âmbito deste Projecto foi realizada, em Agosto/Setembro de 2000, uma missão de uma Perita da área da deficiência mental, no decurso da qual, além de ter sido ministrada formação em exercício ao pessoal docente, foram realizados o diagnóstico da situação na Escola e o levantamento das principais e imediatas medidas a desenvolver. Entre estas, foi referida a necessidade de adaptar as instalações sanitárias, tendo o DC solicitado ao MMCAS o envio dos necessários 3 orçamentos. Entretanto, está previsto que, em 2002, 2 dirigentes da Escola beneficiem de um estágio em Portugal.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	1,29	6.434,00	1999 – 2002
• 2000	2,79	13.916,00	
• 2001	0,24	1.205,00	
<u>Entidades Parceiras do DC do MTS:</u>			
☐ MMCAS		☐ Escola de Educação Especial nº 2 de Moçambique	

■ APOIO NA ÁREA DA DEFICIÊNCIA AUDITIVA

No âmbito deste Projecto foram proporcionados estágios, em 1999/2000, com a duração de 8 meses, a três técnicos do Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social, no Instituto Jacob Rodrigues Pereira da Casa Pia de Lisboa. A experiência foi extremamente valorizada pelos estagiários que evidenciaram, entre outros aspectos, a qualidade temática e a experiência dos formadores, a aquisição de conhecimentos essenciais e importantes para o atendimento sócio-pedagógico de crianças e jovens surdos e o contributo do estágio para uma mudança de atitudes e de visão sobre a pessoa portadora de deficiência auditiva. Foi apontada como única desvantagem do estágio o número reduzido de formandos abrangidos. Atendendo a estes bons resultados, em Novembro de 2001, teve início outro estágio nos mesmos termos que o anterior, desta vez, abrangendo quatro técnicos daquele Ministério¹.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2000	3,10	15.463,00	2000 – 2002
• 2001	0,81	4.023,00	
<u>Entidades Parceiras do DC do MTS:</u>			
<input type="checkbox"/> Instituto Jacob Rodrigues Pereira da Casa Pia de Lisboa		<input type="checkbox"/> MMCAS	

■ APOIO NO FUNCIONAMENTO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL Nº 3 DA BEIRA

No âmbito deste Projecto, foi oferecido diverso mobiliário para equipar 4 salas de aula da Escola de Educação Especial nº 3 da Beira, na sequência da visita do Ministro do Trabalho e da Solidariedade de Portugal a Moçambique, em Julho de 1999.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	1,40	6.983,00	1999
<u>Entidades Parceiras do DC do MTS:</u>			
<input type="checkbox"/> MMCAS		<input type="checkbox"/> Escola de Educação Especial nº 3 da Beira	

■ APOIO AO FUNCIONAMENTO DA CASA DO GAIATO DE MAPUTO

O apoio traduziu-se na concessão de um subsídio pecuniário e no fornecimento de um fogão de cozinha, por ocasião da visita do Ministro do Trabalho e da Solidariedade a Moçambique, em Julho de 1999.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	5,23	26.087,00	1999

Entidades Parceiras do DC do MTS:

☐ MMCAS	☐ Casa do Gaiato
---------	------------------

■ LUTA CONTRA A POBREZA

No âmbito deste Projecto, teve lugar, em Outubro de 1999, a deslocação a Portugal de um dirigente do então Ministério para a Coordenação da Acção Social para conhecimento de projectos em curso no âmbito do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	0,76	3.791,00	1999

Entidades Parceiras do DC do MTS:

☐ CRSLCP do MTS	☐ Ministério para a Coordenação da Acção Social
-----------------	---

23. Casa do Gaiato em Maputo.



7.1.5 República Democrática de São Tomé e Príncipe

Arquipélago situado no Golfo da Guiné, constituído por várias ilhas, duas delas principais, Ilha de São Tomé e Ilha do Príncipe, apresentou durante 25 anos uma economia dependente da produção de um único produto: o cacau. A quebra da produção de cacau e dos preços no mercado internacional colocaram o país numa situação económica pouco favorável.

Actualmente, a grande esperança da economia santomense situa-se na potencial exploração de recursos petrolíferos entretanto descobertos nas suas águas territoriais. Contudo, dados disponibilizados pelo Banco Mundial dão conta que 40% da população santomense vive abaixo da linha da pobreza (menos de 1USD por dia)¹⁸, realidade que pode ser melhor captada se recorrermos ao Diamante do Desenvolvimento do Banco Mundial: um produto per capita de 290 USD (480 USD), esperança média de vida de 64 anos (47), 70% da população em idade escolar frequenta o ensino primário (78%) e 82% da população tem acesso a água potável de 82% (55%)¹⁹.

QUADRO SÍNTESE DOS PROJECTOS NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

<u>Projectos em parceria com o MJTAPAP</u>	<u>Período</u>
Relações Laborais	
■ Sistema das relações de trabalho. Segurança, higiene e saúde no trabalho. Inspeções do trabalho.	1999-2002
Protecção Social (Segurança Social e Inserção Social)	
■ Convenção Bilateral de Segurança Social	2000-2002
■ Visita de 3 membros do Conselho de Administração e do Director do Instituto Nacional de Segurança Social a serviços e instituições no âmbito do MTS	1999
■ Acção de formação na área da contabilidade e gestão financeira da Segurança Social	1999
■ Estágios no âmbito da luta contra a pobreza	1999
■ Instalações do Instituto Nacional de Segurança Social – recuperação e construção	2000-2002
■ Curso de Intervenção Social	2000-2002

¹⁸ Dado de 1998

¹⁹ Colocamos os valores para a África Sub-Sahariana entre parêntesis para permitir uma análise comparativa

■ Apoio ao desenvolvimento – Santa Casa da Misericórdia de São Tomé e Príncipe	
■ Apoio ao Lar de Idosos de São Tomé	1999-2002
■ Apoio à população idosa na Cidade das Neves	2000-2002
■ Apoio ao Centro Comunitário da Trindade	2000-2002
■ Apoio à realização de campos de férias – Leigos Para o Desenvolvimento	2000-2002
■ Meninos de Rua	2000-2002
■ Apoio na recuperação e operacionalização das Instalações do Centro Social de Santana para Centro de Acolhimento	2000



Encontra-se em vigor o Programa de Cooperação para o triénio 2000-2002²⁰ entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade (MTS) de Portugal e o Ministério da Justiça, Trabalho, Administração Pública e Assuntos Parlamentares (MJTAPAP) da República Democrática de São Tomé e Príncipe, assinado e homologado em Dezembro de 2000, abrangendo as áreas do emprego, formação profissional, relações laborais, segurança social e inserção social.

Segue-se uma lista com os projectos que se encontram em desenvolvimento ou serão desenvolvidos durante o ano de 2002.

Projectos em parceria com o MJTAPAP para 2002

Relações Laborais

- Sistema das relações de trabalho. Segurança, higiene e saúde no trabalho. Inspecções do trabalho.

Protecção Social (Segurança Social e Inserção Social)

- Convenção Bilateral de Segurança Social
- Instalações do Instituto Nacional de Segurança Social – recuperação e construção
- Curso de Intervenção Social
- Apoio ao Desenvolvimento – Santa Casa da Misericórdia*
- Apoio na Recuperação e Operacionalização das Instalações do Centro Social de Santana para Centro de Acolhimento
- Apoio à Reinserção na Vida Activa de Licenciados da Administração Pública
- Projecto Integrado de Inserção na Vida Activa e Protecção Social para a População do Distrito de Mé-Zoxi

Projectos Comuns às Diferentes Áreas

- Apoio na Área das Estatísticas

²⁰ O programa anterior abrangia o triénio 1999/2001

- * Inclui os Subprojectos:
- . Apoio ao Lar de Idosos de S. Tomé
 - . Apoio à População Idosa na Cidade das Neves
 - . Apoio ao Centro Comunitário da Trindade
 - . Apoio à Realização de Campos de Férias – 2000 (Leigos para o Desenvolvimento)
 - . Meninos de Rua

Projectos desenvolvidos no âmbito dos Programas de Cooperação entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade e o Ministério da Justiça, Trabalho, Administração Pública e Assuntos Parlamentares, nas áreas do Emprego, da Formação Profissional, das Relações Laborais, da Segurança Social e Inserção Social para o triénio 1999-2001 e 2000-2002

Relações Laborais

■ SISTEMA DAS RELAÇÕES DE TRABALHO. SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO. INSPECÇÕES DE TRABALHO

Este Projecto, conjuntamente preparado pela Direcção-Geral das Condições de Trabalho e pelo Instituto para o Desenvolvimento das Condições de Trabalho (IDICT) do MTS, visa o reforço da capacidade institucional dos serviços do trabalho do MJTAPAP mediante o apoio técnico, em matéria de formação de pessoal, equipamentos e transporte. No âmbito deste Projecto, destaca-se a participação, no ano de 2000, de dois funcionários santomenses em duas acções de formação em “*Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho. Inspecções do Trabalho*” e “*Sistema das Relações Laborais*”, realizadas em Luanda por três técnicos do IDICT do MTS. No decurso do ano 2001, procedeu-se à aquisição de algum equipamento informático e de transporte para a Inspecção do Trabalho. De registar que este serviço, de início praticamente inexistente, dispõe já de algum pessoal que vem implementando uma nova dinâmica, fundamentalmente nas suas actividades inspectivas.

Financiamento:			Período de execução:
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	3,70	18.456,00	1999 - 2002
• 2000	0,74	3.691,00	
• 2001	2,88	14.379,00	



Entidades Parceiras do DC do MTS:

- | | |
|---------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> DGCT do MTS | <input type="checkbox"/> Inspeção do Trabalho do MJTAPAP |
| <input type="checkbox"/> IDICT do MTS | |

Protecção Social
(Segurança Social e Inserção Social)

■ **CONVENÇÃO BILATERAL DE SEGURANÇA SOCIAL**

Este Projecto visa a celebração de uma Convenção Bilateral em matéria de Segurança Social entre a República Democrática de São Tomé e Príncipe e a República Portuguesa tendo como objectivo garantir aos nacionais portugueses e santomenses que estiveram, estejam ou venham a estar sujeitos às respectivas legislações a protecção decorrente, designadamente, dos princípios de igualdade de tratamento e da reciprocidade no que respeita às mesmas legislações.

Após a realização de duas rondas de negociações entre representantes de ambas as partes, o projecto de Convenção Bilateral de Segurança Social entre Portugal e a República Democrática de São Tomé e Príncipe foi aprovado, em 2001, pelo Secretário de Estado da Solidariedade e Segurança Social e posteriormente enviado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros para promoção das diligências necessárias à respectiva assinatura.

Financiamento:			Período de execução:
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2000	2,92	14.565,00	2000 – 2002
• 2001	1,70	8.462,00	

Entidades Parceiras do DC do MTS:

- | | |
|---------------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> DRISS do MTS | <input type="checkbox"/> INSS da República Democrática de São Tomé e Príncipe |
|---------------------------------------|---|

■ VISITA DE 3 MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO DIRECTOR DO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL A SERVIÇOS E INSTITUIÇÕES NO ÂMBITO DO MTS

De 18 a 31 de Janeiro de 1999, quatro dirigentes do Instituto Nacional de Segurança Social de São Tomé e Príncipe deslocaram-se a Portugal, a convite do Departamento de Cooperação do MTS, com a finalidade de conhecerem a realidade portuguesa no âmbito da segurança social e de projectos de Luta Contra a Pobreza. Neste sentido, foram realizadas várias visitas de trabalho a alguns serviços e instituições do MTS, designadamente ao Departamento de Cooperação, Departamento de Relações Internacionais da Segurança Social, Centro Regional de Segurança Social do Algarve, Instituto de Desenvolvimento Social e Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social. Foi também proporcionada a realização de visitas a projectos em curso no âmbito do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza.



<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	2,24	11.173,00	1999
<u>Entidades Parceiras do DC do MTS:</u>			
<input type="checkbox"/> Diversos Serviços e Instituições do MTS		<input type="checkbox"/> MJTAP <input type="checkbox"/> INSS da República Democrática de São Tomé e Príncipe	

■ ACÇÃO DE FORMAÇÃO NA ÁREA DA CONTABILIDADE E GESTÃO FINANCEIRA DA SEGURANÇA SOCIAL

No âmbito deste Projecto, foi realizada uma formação em Portugal, na área da Contabilidade e Gestão Financeira da Segurança Social, que beneficiou uma técnica do INSS de São Tomé e Príncipe. Com uma duração de 14 dias, a acção decorreu no Departamento de Cooperação, sob a responsabilidade de uma Assessora Principal do Departamento, e contou ainda com a colaboração do Serviço Subregional de Santarém, do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo e do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

Financiamento:			Período de execução:
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	0,63	3.142,00	1999

Entidades Parceiras do DC do MTS:

- | | |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> MJTAP <input type="checkbox"/> INSS da República Democrática de São Tomé e Príncipe <input type="checkbox"/> Serviço Sub-Regional de Segurança Social de Santarém | <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo <input type="checkbox"/> Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social |
|--|--|

■ **ESTÁGIOS NO ÂMBITO DA LUTA CONTRA A POBREZA**

Este Projecto consubstanciou-se na participação de duas técnicas do Instituto Nacional de Segurança Social de São Tomé e Príncipe num estágio que decorreu em Portugal, na 2ª quinzena de Março de 1999, no âmbito da luta contra a pobreza. No decurso do estágio, foi proporcionada a realização de um conjunto de visitas a projectos do Comissariado Regional do Sul da Luta Contra a Pobreza.

Financiamento:			Período de execução:
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	0,68	3.392,00	1999

Entidades Parceiras do DC do MTS:

- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> CRSLCP do MTS <input type="checkbox"/> MJTAP | <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> INSS da República Democrática de São Tomé e Príncipe |
|--|---|

■ **INSTALAÇÕES DO INSTITUTO NACIONAL DE SEGURANÇA SOCIAL – RECUPERAÇÃO E CONSTRUÇÃO**

Este Projecto visa o reforço da capacidade institucional do Instituto Nacional de Segurança Social de São Tomé e Príncipe através da reabilitação do edifício onde se encontra instalado e da construção de novas instalações. Em 2000, foram iniciadas as obras de recuperação das actuais instalações do INSS, prevendo-se a sua conclusão no início do ano de 2002. O acompanhamento do Projecto foi localmente assegurado pelo Arquitecto e Engenheiro Consultores do Departamento.

Relativamente ao processo para a construção de um novo edifício para o INSS, os projectos de execução da arquitectura e das especialidades estão concluídos,



tendo o Projecto Base de arquitectura sido já aprovado pelas autoridades santomenses. Depois de concluído o processo de consulta para a execução da empreitada de obras de construção, foram as mesmas adjudicadas, em Dezembro de 2001, estando previsto que os trabalhos se iniciem no 1º trimestre de 2002.

Financiamento:			Período de execução:
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2000	48,14	240.121,00	2000 – 2002
• 2001	7,14	35.612,00	
Entidades Parceiras do DC do MTS:			
<input type="checkbox"/> INSS da República Democrática de São Tomé e Príncipe			

■ CURSO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

O Projecto teve como objectivo estratégico desenvolver e estruturar uma formação profissional no domínio da intervenção social, tendo como resultado final uma melhor presença de quadros de terreno, mediadores nas respostas aos problemas sociais, locais e comunitários, no contexto das Políticas Sociais e do Desenvolvimento do País, através da leccionação de matérias adaptadas à actual realidade Santomense, em sala e no contacto com as comunidades onde irão exercer a profissão.

Pretendeu-se, assim, obter o aumento das capacidades nacionais através da promoção de técnicos de nível básico já em exercício, bem como da formação especializada de candidatos a essas funções que não tenham anteriormente exercido qualquer actividade socioprofissional.

24. Grupo de formandos do curso de Intervenção Social com formador português.



Com início em Abril de 2000 e uma duração de 900 horas, o curso terminou em Novembro de 2000, tendo o mesmo sido concluído por 27 dos 30 formandos seleccionados. Aos 15 formandos que entraram no mercado de trabalho até 31 de Março de 2001, é garantida, pelo período de um ano, uma bolsa mensal no valor de 170 mil dobras.

Por outro lado, em Novembro de 2001, deu-se início à formação complementar que irá ser proporcionada a esses formandos e que terminará no 1º trimestre de 2002.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2000	24,87	124.051,00	2000 – 2002
• 2001	2,43	12.124,00	
<u>Entidades Parceiras do DC do MTS:</u>			
☐ MJTAPAP			

■ APOIO AO DESENVOLVIMENTO – SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

No âmbito deste Projecto desenvolvem-se os seguintes Subprojectos:

■ APOIO AO LAR DE IDOSOS DE SÃO TOMÉ

Este Subprojecto visa contribuir para a melhoria da condição e da situação do idoso na sociedade santomense, reforçando a rede de protecção social existente, através do apoio ao Lar de Idosos de São Tomé. O apoio inclui: a assistência técnica, a formação dos quadros afectos ao Lar, a reabilitação das infraestruturas, a aquisição de equipamentos e materiais e a concessão de um subsídio mensal para custear as despesas correntes de funcionamento do Lar.



25. Idosos Santomenses.

Para acompanhar e orientar todo o desenvolvimento do Projecto e apoiar a Santa Casa da Misericórdia de São Tomé e Príncipe (entidade gestora do Lar) na procura de medidas que possam assegurar a sustentabilidade do Projecto, foi destacado um representante do Departamento de Cooperação do MTS que se encontra

em São Tomé desde Outubro de 1999. Informações mais detalhadas sobre o Projecto poderão ser encontradas no capítulo “Apresentação de Casos”.

<u>Financiamento:</u>			<u>Período de execução:</u>
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 1999	52,47	261.719,00	1999 - 2002
• 2000	92,84	463.084,00	
• 2001	34,67	172.957,00	
<u>Entidades Parceiras do DC do MTS:</u>			
<input type="checkbox"/> MJTAPAP <input type="checkbox"/> Santa Casa da Misericórdia da República Democrática de São Tomé e Príncipe		<input type="checkbox"/> INSS da República Democrática de São Tomé e Príncipe	

■ APOIO À POPULAÇÃO IDOSA NA CIDADE DAS NEVES

Este Subprojecto visa dotar com um equipamento social para idosos um distrito afastado da capital onde não existe qualquer resposta social para a 3ª idade. Neste sentido, as diferentes entidades empenhadas no desenvolvimento do Projecto assinaram um *Acordo de Parceiros* em Dezembro de 2000, tendo sido cometida a execução do Projecto às Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da



26. Vista exterior do novo Lar das Neves.

Imaculada Conceição, considerando o trabalho de voluntariado que vêm desenvolvendo naquela área. Após a cedência de um terreno por parte do Governo Santomense, estão em fase de conclusão os trabalhos de construção do novo Lar da Cidade das Neves (que fará parte integrante do património da Santa Casa de São Tomé),

o qual terá capacidade para cerca de 20 idosos residentes. Em simultâneo com o processo de construção, vai-se desenvolvendo o processo conducente à aquisição do equipamento necessário. Cabe ainda referir que, no âmbito do Acordo de Parceiros assinado, o Hospital Distrital da Cidade das Neves assumiu a prestação de cuidados de saúde aos idosos residentes no equipamento.

Financiamento:			Período de execução:
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2000	15,02	74.919,00	2000 - 2002
• 2001	8,00	39.904,00	

Entidades Parceiras do DC do MTS:

- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> ❑ MJTAPAP ❑ INSS da República Democrática de São Tomé e Príncipe ❑ Santa Casa da Misericórdia da República Democrática de São Tomé e Príncipe ❑ Cruz Vermelha da República Democrática de São Tomé e Príncipe | <ul style="list-style-type: none"> ❑ Congregação das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição ❑ Hospital Distrital da Cidade das Neves ❑ Paróquia da Cidade das Neves |
|--|---|



■ **APOIO AO CENTRO COMUNITÁRIO DA TRINDADE**

Este Subprojecto, que visa, sobretudo, apoiar a população idosa e a população juvenil da Cidade da Trindade, está sustentado num *Acordo de Parceiros* envolvendo diversas entidades.

No âmbito do Subprojecto, foram construídos, no final de 2000, um refeitório, uma cozinha e uma despensa, tendo sido igualmente adquirido o equipamento para o respectivo funcionamento.



27. Biblioteca da Trindade.

Nas instalações em causa estão sendo confeccionadas cerca de 150 refeições diárias, algumas das quais para distribuir nos domicílios dos idosos acamados.

Dotou-se este Subprojecto com uma viatura “Todo-o-Terreno”, destinada ao apoio domiciliário e a permitir o desenvolvimento de actividades com a população das Roças mais distantes e isoladas.

O Subprojecto prevê, também, actividades para jovens, encontrando-se em organização um Centro de Informática, com equipamento (em 2ª mão) já doado pelo DC, pelos então Centro Regional de Segurança Social do Norte e Serviço

Subregional de Segurança Social de Santarém.

Paralelamente, está em curso a constituição de uma biblioteca e a instalação de linhas telefónicas para acesso à Internet, igualmente estando previsto que o Centro seja dotado com uma biblioteca itinerante.

Financiamento:			Período de execução:
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2000	15,02	74.919,00	2000 - 2002
• 2001	7,00	34.916,00	

Entidades Parceiras do DC do MTS:

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> MJTAPAP | <input type="checkbox"/> Congregação dos Missionários Claretianos de Portugal |
| <input type="checkbox"/> INSS da República Democrática de São Tomé e Príncipe | <input type="checkbox"/> Congregação das Irmãs Doroteias de Portugal |
| <input type="checkbox"/> Santa Casa da Misericórdia da República Democrática de São Tomé e Príncipe | |



■ **APOIO À REALIZAÇÃO DE CAMPOS DE FÉRIAS – LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO**

O Subprojecto consiste no apoio à realização de campos de férias por parte da ONGD Portuguesa Leigos para o Desenvolvimento, dirigida à população juvenil e infantil residente em zonas afastadas da capital (Neves, Praia das Conchas, Ilha do Príncipe e Ribeira Peixe).

Nos meses de Julho e Agosto de 2000 e 2001, foram realizados 7 campos de férias, tendo sido abrangidas cerca de 700 crianças e jovens. No decurso dos mesmos, foram desenvolvidas diversas actividades lúdicas e didácticas com as crianças e igualmente levado a cabo um conjunto de actuações na área da acção social junto da população mais carenciada (limpeza de casas, preparação e distribuição de refeições, acompanhamento de idosos, etc), pretendendo a ONGD:

- contribuir para o crescimento e valorização integral de crianças onde se realizaram os campos;
- participar na formação de jovens santomenses, motivando-os para a importância do trabalho voluntário, reforçando o seu papel de cidadãos activos capazes de contribuírem para a promoção do bem comum;
- fomentar o envolvimento de crianças e jovens no respeito e conservação do meio ambiente envolvente.

Financiamento:			Período de execução:
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2000	0,50	2.494,00	2000 - 2002
• 2001	1,00	4.988,00	

Entidades Parceiras do DC do MTS:			
<input type="checkbox"/> ONGD Leigos Para o Desenvolvimento de Portugal		<input type="checkbox"/> Santa Casa da Misericórdia da República Democrática de São Tomé e Príncipe	



■ MENINOS DE RUA

Embora o apoio do DC apenas tenha tido início em Dezembro de 2000, este é um Projecto cuja existência data de Janeiro de 1992. Como o próprio nome refere, é um Subprojecto de suporte a crianças sem apoio familiar, as quais se vêm muitas vezes na contingência de pernoitarem nas ruas.

Abrangendo, actualmente, 35 rapazes, dos 7 aos 17 anos, o Subprojecto conta com o apoio de uma Directora Executiva, 2 Técnicas de Acção Social (em regime de voluntariado), 2 Animadores e 3 Professores.

No âmbito do Subprojecto as crianças beneficiam das seguintes actividades:

- formação profissional (em oficinas tradicionais);
- actividades escolares (alfabetização e pós-alfabetização);
- actividades lúdicas e recreativas;
- educação física.

Paralelamente, são fornecidas duas refeições a cada uma das 35 crianças. Outro dos apoios prestados consubstancia-se no desenvolvimento de actividades junto das famílias, tanto na forma de visitas como de reuniões com estas.

Após analisadas as possibilidades e o interesse em apoiar este Subprojecto, o MTS disponibilizou-se para financiar:

- a construção e o apetrechamento de um Centro de Acolhimento para 12 crianças;
- a construção e o apetrechamento de cozinha e lavandaria tradicionais e de uma rouparia;
- a construção de um balneário;
- o fornecimento de equipamento e material escolar;
- o fornecimento de equipamento diverso (retroprojector, computador,



- máquina de escrever, equipamento diverso, equipamento audiovisual, etc);
- a parte de despesas de funcionamento que não fosse assumida por outros parceiros.

As obras de construção iniciaram-se ainda no ano 2000, tendo sido concluídas no final de Agosto de 2001.



28. Crianças Santomenses.

Paralelamente, foi construída uma casa em madeira para uma família (mãe e 5 filhos, uma parte dos quais é acompanhada e apoiada pelo Subprojecto) extremamente carenciada, que permite o alojamento da mesma em condições mínimas de conforto. Ainda no âmbito deste Subprojecto, foi proporcionado um estágio de 3 semanas em

Portugal, na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, à Directora Executiva do Projecto para aquisição de conhecimentos que lhe permitissem otimizar o trabalho que vem sendo desenvolvido.

Diariamente, o PNUD faculta, em regime de empréstimo, uma viatura para apoio ao Subprojecto, que também beneficia pontualmente de apoios da UNICEF, da CARITAS e da Cruz Vermelha de São Tomé e Príncipe.

Financiamento:			Período de execução:
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2000	16,01	79.858,00	2000 – 2002
• 2001	4,00	19.952,00	

Entidades Parceiras do DC do MTS:

- ONGD Associação para Reinserção das Crianças Abandonadas e em Situação de Risco da República Democrática de São Tomé e Príncipe
- Santa Casa da Misericórdia da República Democrática de São Tomé e Príncipe

■ **APOIO NA RECUPERAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO CENTRO SOCIAL DE SANTANA PARA CENTRO DE ACOLHIMENTO**



Pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional, foi preparado o projecto de recuperação e adaptação das instalações do Centro Social de Santana, tendo as obras tido início em Dezembro de 2000.



29. Vista exterior do Centro Social de Santana.

Quanto à operacionalização das instalações, em 2000, uma equipa de dois peritos da área social (Provedor e uma Técnica da Santa Casa da Misericórdia de Mértola) deslocou-se a São Tomé para recolher os necessários dados que permitissem preparar um projecto de programa funcional, incluindo o levantamento das acções de formação a realizar

e o equipamento a adquirir, de modo a que, concluídas que fossem as obras, tudo estivesse preparado para o início das actividades a realizar no Centro. Todavia, por razões a que o DC é alheio, tal processo não teve ainda seguimento, muito embora as obras de recuperação e adaptação do imóvel se encontrem em fase final.

Financiamento:			Período de execução:
Anos	Milhares de contos	Euros	
• 2000	2,23	11.123,00	2000
Entidades Parceiras do DC do MTS:			
☐ IEFP de Portugal		☐ MJTAPAP	

7.2 A cooperação bilateral desenvolvida através do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)

Apresentando a particularidade de as despesas relacionadas com estas actividades serem imputadas ao seu próprio orçamento, as actividades de cooperação do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) são coordenadas, internamente e de forma global, pela Estrutura de Projecto de Cooperação com África (ECOOP), cabendo a sua dinamização e execução a Responsáveis de Projecto designados pela Comissão Executiva (CE), apoiados pelos vários técnicos e unidades orgânicas cujas especialidades se revelem necessárias.

A abordagem que segue é dividida em duas partes principais: a primeira dedicada às actividades realizadas no âmbito do Programa Regional para a Promoção do Emprego nos PALOP (PREP) - vertente bilateral, a segunda na qual se abordam outras actividades e ou projectos desenvolvidos no âmbito da cooperação bilateral e multilateral.

7.2.1 Programa Regional para a Promoção do Emprego nos PALOP (PREP) – vertente bilateral

O PREP teve uma duração de 3 anos (1999-2001), tendo sido um programa dividido em duas componentes: uma regional (actividades dirigidas ao conjunto dos países) e outra nacional (actividades dirigidas a cada País), que tinha como objectivo contribuir para o crescimento do emprego e das actividades geradoras de rendimentos nos PALOP, designadamente através do:

- reforço das capacidades nacionais de concepção, execução e avaliação das políticas e programas de emprego e do
- apoio à promoção directa de empregos.

Para a sua implementação foi celebrado, em 1998, um Acordo de Cooperação entre o Governo da República Portuguesa e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), representada pelo Bureau Internacional do Trabalho (BIT). Em termos de execução, o PREP tinha duas vertentes articuladas, gozando de autonomia administrativa e financeira: uma multilateral – executada pela OIT e referida em capítulo próprio, e outra bilateral – assegurada pela cooperação portuguesa e executada pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional de Portugal. A articulação entre as duas vertentes de execução do Programa deveria ser assegurada ao nível de um Comité de Pilotagem (CP) integrado por um

representante da OIT e outro do MTS, tendo sido inicialmente apoiado por um Gabinete de Apoio Técnico (GAT), composto por um representante do DC e outro do IEFP.

A totalidade dos encargos financeiros com o Programa foi assumida pelo orçamento próprio do IEFP.

■ PREP – COMPONENTE REGIONAL

A componente regional do PREP teve dois objectivos principais: assegurar a gestão global e a capitalização das melhores práticas do Programa e contribuir para o desenvolvimento de capacidades e produção de instrumentos técnicos transversais de suporte à execução global do mesmo.

Para operacionalizar os mecanismos de gestão, acompanhamento e avaliação do PREP, empreenderam-se algumas acções, designadamente, missões de lançamento do Programa, nomeadamente em S. Tomé e Príncipe, Moçambique, Angola e Cabo Verde e a elaboração dos planos de actividade e orçamentos²¹.

Foram ainda realizadas reuniões do Comité de Pilotagem, com a participação dos Coordenadores Nacionais.

Em termos de instrumentos técnicos e metodológicos de suporte à execução global do Programa, foi elaborado um Manual sobre “Políticas Activas de Promoção do Emprego no Contexto da África Sub-Saariana: Principais Conceitos, Programas e Instrumentos”, tendo sido realizada uma acção de formação sobre esta temática. Ainda no domínio da formação, foram organizadas e desenvolvidas, pelo IEFP, acções de formação para Conselheiros de Orientação Profissional, Técnicos de Emprego, Directores de Centros de Emprego e de Formação Profissional, tendo sido beneficiadas mais de 60 pessoas, tal como ilustra o quadro que se segue.

²¹ O PREP não foi lançado na República da Guiné-Bissau, dado que, na época em que o Programa foi implementado o País atravessava um período conturbado, em virtude do conflito político militar.

Cursos de Formação	1999					
	Acções Realizadas			Pessoas abrangidas Por País		
		Angola	Cabo Verde	Moçamb.	S. Tomé	TOTAL
Formação Inicial						
Conselheiros de Orientação Profissional	1	4	3	4	1	12
Técnicos de Emprego	1	4	1	2	1	8
Directores de Centros de Emprego	1	2	-	4	1	7
Directores de Centros de Formação Profissional	1	2	-	3	2	7
TOTAL	4	12	4	13	5	34

Aperfeiçoamento						
Técnicos de Emprego	1	4	4	2	2	12
Directores de Centro de Emprego	1	3	3	2	1	9
TOTAL	2	7	4	13	5	34

■ **PREP – COMPONENTE NACIONAL - ANGOLA**

Em Angola, a vertente bilateral do PREP pretendeu apoiar o reforço da capacidade institucional nos domínios do emprego, da formação profissional e da reabilitação profissional. Para a prossecução deste objectivo foram definidas, designadamente, as seguintes actividades:

- apoiar a definição do quadro de competências específicas de cada um dos organismos que, ao nível do MAPESS, detêm competências naquelas áreas;
- apoiar a criação de um sistema nacional de formação de quadros do INEFOP nas áreas de estudo e planeamento, organização e gestão do sistema – promover a formação de quadros;

- *apoiar a construção, instalação e operacionalização do Centro Integrado de Emprego e Formação Profissional do Município de Viana e constituir um Fundo de Apoio à Inserção na Vida Activa.*

No âmbito das acções desenvolvidas, regista-se a realização de uma missão por parte do responsável de projecto da área da Formação Profissional e do Chefe de Divisão da CIME com vista a apoiar a elaboração de vários documentos, designadamente, projectos de diplomas orgânicos da DNEFP e do INEFOP.

Dada a articulação existente entre as várias vertentes do Programa, a formação de quadros foi realizada no âmbito das actividades da componente regional, já referidas anteriormente.

Em articulação com o INEFOP, foi elaborado o projecto de Acordo de Cooperação para a criação, instalação e operacionalização do Centro Integrado de Emprego e Formação Profissional do Município de Viana (CIEFP-Viana) e preparado o Acordo de Gestão daquele Centro. Igualmente procedeu-se ao levantamento da informação necessária para o estudo de base para o CIEFP-Viana, estando a respectiva definição dos recursos humanos e dimensionamento físico do Centro em fase de conclusão e apenas pendente da confirmação do terreno disponível para a instalação do Centro.

Finalmente, o Projecto de regulamentação do Programa de Apoio a Micro-empresas e Actividades Geradoras de Rendimento, concebido por um grupo de trabalho constituído por representantes do IEFP e do INEFOP, encontra-se em fase terminal de análise e reformulação pelos respectivos serviços.

■ **PREP – COMPONENTE NACIONAL – CABO VERDE**

Em Cabo Verde, a componente bilateral do PREP teve como objectivos reforçar a capacidade institucional em matéria de promoção do emprego e promover a inserção e reinserção profissional de jovens e activos. Em termos específicos, pretendeu-se obter os seguintes resultados:

- *Reforço da capacidade institucional e técnica do IEFP-CV com vista ao desenvolvimento de políticas activas de promoção de emprego segundo modelos de intervenção de base descentralizada.*
- *Consolidação e alargamento de Centros de Emprego e de Formação.*
- *Fundo de Apoio à Inserção na Vida Activa constituído e em funcionamento.*

Neste contexto, foi assegurada a formação dos técnicos do IEFP-CV (serviços centrais), dos Centros de Emprego e das antenas municipais, com vista ao desenvolvimento de políticas de emprego articuladas com a dinâmica das economias locais. Foi ainda dado apoio na elaboração de um projecto de leiquadro da formação profissional, preparado e entregue em Outubro de 2000.

Relativamente aos centros de emprego e/ou formação profissional:

- **Centro de Formação Profissional de Pedra Badejo** – realizaram-se obras para conclusão do edifício, foi adquirido o mobiliário e o equipamento informático e audiovisual. Foi elaborado e assinado o Acordo de Cooperação entre o IEFP e o IEFP-CV para a criação, administração e gestão do Centro. Realizou-se a 1ª Reunião da Comissão Mista que gere e administra o Centro onde foram acordados os Planos de Actividades e Orçamento do Centro para 2001 e 2002 bem como a constituição da equipa técnica a afectar ao Centro.

Foi elaborado o programa de formação de pedreiros, que será o primeiro curso de formação a implementar naquele Centro.

- **Centro de Reparação da Variante** - foram elaborados os Termos de Referência do estudo de viabilidade, acordadas as áreas de formação a implementar (mecânica-auto) e preparado o *Lay-out* da secção e os elementos para o projecto de intervenção na área formativa.

Finalmente, foi lançado o concurso para elaboração do projecto de arquitectura.

- **Centro de Emprego da Assomada** – foi elaborado o projecto de execução da obra.

Foi constituído e regulamentado um Fundo de Apoio à Inserção na Vida Activa (FIVA) para financiar a criação de micro-empresas e actividades geradoras de rendimento nas ilhas de Fogo e Brava. Todavia, está actualmente em análise uma proposta de reajustamento do FIVA, tendo em conta que o mesmo não teve qualquer execução no âmbito do PREP.

■ PREP – COMPONENTE NACIONAL - MOÇAMBIQUE

A vertente bilateral do PREP Moçambique visou reforçar as capacidades técnicas e operacionais do Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional. Em termos específicos, pretendeu-se obter os seguintes resultados:

- *Instalação de uma nova sede dos serviços centrais do INEFP;*
- *Formação dos Responsáveis e Técnicos dos serviços Centrais e*

Províncias de Inhambane e Nampula do INEFP:

- *Formação e inserção na vida activa de candidatos a emprego nas Províncias de Nampula e Inhambane.*

Concluiu-se, em finais de 2001, o processo de concurso das obras de adaptação das instalações do Centro de Electrotecnia do Ministério do Trabalho para sede do INEFP, tendo sido adjudicada a empreitada ao consórcio concorrente “Engil/Mota & Companhia”.

Tal como nos restantes países, as acções de formação dos técnicos do INEFP decorreram no âmbito da componente regional do PREP. No contexto da formação, foram ainda organizadas uma visita, em 1999, da Directora-Geral do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional de Moçambique (INEFP) ao IEFP, e outra visita a este Instituto, em 2001, que beneficiou o então recém-nomeado Director-Geral do INEFP e os Directores Provinciais do Trabalho de Nampula e Inhambane.

Quanto à componente da formação e inserção na vida activa, após a realização de um conjunto de actividades de preparação, foram desenvolvidas, entre outras, as seguintes acções:

- Assinatura do Acordo para a constituição do Fundo de Formação e Inserção na Vida Activa (FIVA), celebrado entre o IEFP e o INEFP e destinado ao financiamento das actividades de formação e criação de emprego. Para a operacionalização do FIVA, na área do emprego, foram criadas as seguintes Medidas:
 - o Estágios Profissionais;
 - o Apoio ao Artesanato;
 - o Criação do Próprio Emprego.
- Realização, no Centro de Formação Profissional de Inhambane, da 1.^a e da 2.^a fase dos cursos piloto, nas especialidades de Alvenaria, Carpintaria/Marcenaria, Canalizações e Electricidade de Instalações, ministradas por sete técnicos de formação portugueses, acompanhados por quatro monitores moçambicanos, tendo aqueles cursos igualmente proporcionado formação de formadores dos monitores dos Centros de Formação Profissional de Nampula e de Inhambane. A formação compreendeu 840 horas/especialidade.
- O responsável de projecto para a área da Formação Profissional conduziu,

no Centro de Formação Profissional de Inhambane, a 1.^a e a 2.^a fase do curso de Formação Pedagógica de Formadores. A formação foi dirigida aos quatro monitores moçambicanos e teve a duração de 91 horas.

Curso de Formação	Acções realizadas	Pessoas Abrangidas
Alvenaria	1	16 formandos + 1 monitor
Carpintaria/Marcenaria	1	16 formandos + 1 monitor
Canalizações	1	16 formandos + 1 monitor
Electricidade de Instalações	1	16 formandos + 1 monitor
Formação Pedagógica de Formadores	1	4 monitores
TOTAL	5	68

- A responsável de projecto para a área do Emprego e dois Técnicos de Emprego Executores realizaram uma missão que teve como objectivo acompanhar os técnicos do INEFP no lançamento e 1.^a fase de implementação das Medidas do Emprego nas Províncias de Inhambane e Nampula. Para a operacionalização do FIVA, na área do Emprego, foram criadas as seguintes Medidas de Emprego:
 - Estágios Profissionais;
 - Apoio ao Artesanato;
 - Criação do Próprio Emprego.

■ PREP – COMPONENTE NACIONAL – S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Em São Tomé e Príncipe, a vertente bilateral do PREP teve como objectivo promover a inserção/reinserção profissional na vida activa, em particular dos jovens à procura do 1º emprego e das mulheres, através da promoção de formação profissional articulada com o emprego, com o auto-emprego e com o desenvolvimento das micro-empresas.

Para tal, foram definidos como principais actividades:

- a constituição de um Fundo de Formação-Emprego;
- a concepção de um quadro institucional e instrumentos de funcionamento em matéria de emprego e formação profissional no âmbito da nova lei

orgânica do governo e da estratégia e formação dos respectivos recursos humanos;

- *apoio aos Centros de Formação, designadamente, na implementação e desenvolvimento do Centro de Formação Profissional Polivalente de Budo Budo.*

O **Fundo de Formação-Emprego** foi constituído, tendo sido igualmente elaborado o plano anual de actividades e o respectivo orçamento. Paralelamente, foi concebido um conjunto de Programas Operacionais, elaborados os respectivos Regulamentos e Manuais de Procedimentos. Por último, procedeu-se à informatização do sistema administrativo e financeiro.

Os **Programas Operacionais** são :

- Aprendizagem Profissional, destinado a proporcionar uma base profissional aos jovens à procura do 1.º emprego, através da contratualização da formação em local de trabalho, dirigido por um profissional competente, detentor dos meios de produção;
- Qualificação Inicial, pelo qual os adultos indiferenciados e os jovens sem qualificação podem frequentar, num centro de formação, um curso estruturado que, com um complemento final de formação prática em posto de trabalho os prepara para o exercício de uma profissão, por conta própria ou por conta de outrem;
- Aperfeiçoamento Profissional, destinado preferencialmente a trabalhadores empregados que desejam ver melhoradas as suas qualificações, a solicitação ou com o acordo da sua entidade patronal;
- Apoio à Criação do Próprio Emprego, integrado pelos subprogramas formação em gestão e apoio à instalação, através do qual os desempregados com vocação e capacidade empresarial obtêm um incentivo financeiro para a criação do seu emprego ou da sua pequena empresa, depois de frequentarem com aproveitamento um curso de formação em gestão de pequenas empresas;
- Estágios Profissionais dirigido aos jovens com uma formação escolar de nível médio ou superior, para complemento da sua formação académica em contexto real de trabalho.

Designação do Programa	2000		2001	
	Acções iniciadas	Pessoas abrangidas	Acções iniciadas	Pessoas abrangidas
<i>Aprendizagem</i>	3	50	2	30
<i>Estágios profissionais</i>	2	30	2	30
<i>Formação em gestão</i>	3	45	3	45
<i>Apoio financeiro para criação de emprego</i>	3	45	3	45
Total	12	185	13	195

Tendo em vista a obtenção de um quadro institucional e instrumentos de funcionamento em matéria de emprego e formação profissional, apoiou-se a reestruturação do Serviço Público de Emprego santomense, tendo sido o respectivo diploma aprovado em Conselho de Ministros e referendado pelo Presidente da República. Foi ainda realizada uma visita de trabalho a Portugal do Coordenador Nacional do PREP STP.

Na vertente do **apoio aos Centros de Formação**, foi recuperada a secção de carpintaria/marcenaria de Água Izé e retomado o seu funcionamento para a qualificação profissional e o aperfeiçoamento dos trabalhadores santomenses. Foram realizadas nesta secção as seguintes acções de formação:

Designação do Programa	2000		2001	
	Acções iniciadas	Pessoas abrangidas	Acções iniciadas	Pessoas abrangidas
<i>Qualificação Inicial</i>	1	15	1	15
<i>Aperfeiçoamento</i>			2	30

Foi dado igualmente apoio na reconstrução das instalações do **Centro Social de Santana** como estrutura polivalente de animação sócio - económica e de formação profissional da população local.

Finalmente, foi apoiada a recuperação e operacionalização do **Centro de Budo-Budo**, tendo em vista a instalação de um Centro Polivalente de Formação Profissional. Depois de reconstruído o edifício, foi realizada a adaptação dos programas e a definição e posterior aquisição do respectivo equipamento.

Um Acordo de Cooperação entre o IEFP e o Sector do Trabalho, Emprego e Administração Pública de S. Tomé e Príncipe para a criação, administração e gestão do CFP de S. Tomé e Príncipe (Budo-Budo) foi elaborado e assinado.

Por último, foram definidas as normas básicas de funcionamento e assegurada a transição e a continuidade dos programas operacionais que vinham sendo desenvolvidos no âmbito do PREP.

7.2.2 Centro de Formação Profissional de Metalomecânica (Maputo)

No âmbito da visita oficial a Moçambique, em Julho de 1999, do Ministro do Trabalho e da Solidariedade de Portugal, foi assinado um Acordo de Cooperação relativo ao Centro de Formação Profissional (CFP) da Metalomecânica, no Maputo. Reunindo pela parte moçambicana o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFP), a Associação Industrial de Moçambique (AIMO) e a Organização dos Trabalhadores de Moçambique – Central Sindical (OTM-CS), e, pela parte portuguesa, o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), a Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Metalomecânicas (ANEMM) e a União Geral de Trabalhadores (UGT), o Acordo estabeleceu 3 eixos prioritários:

- a reabilitação das instalações do Centro e instalação do posto de transformação;
- a formação do pessoal afecto ao Centro (Organização e Gestão da Formação, Preparação Pedagógica e Preparação Técnica);
- a gestão e acompanhamento do Acordo através de uma Comissão de Acompanhamento.

Após a realização de uma série de actividades que passaram pela elaboração do caderno de encargos das obras, concurso, acompanhamento e fiscalização da obra, o CFP de Metalomecânica foi oficialmente inaugurado em Abril de 2001. O evento contou com a participação do Ministro do Trabalho da República de Moçambique e do Secretário de Estado do Trabalho e da Formação de Portugal, e culminou com a entrega de certificados



30. Inauguração oficial do Centro de Formação.

aos formandos que concluíram os cursos em Março.

No decurso de 2000, foram realizadas cinco acções de formação, com vista a dotar os técnicos e formadores do Centro dos conhecimentos pedagógicos nas vertentes da organização/gestão da formação, formação pedagógica e preparação técnica dos formadores (práticas administrativas, mecânica, electricidade e higiene e segurança) e apoio técnico à gestão. Em 2001, foram ainda realizadas duas acções de formação destinadas a dotar os Formadores do Centro de competências técnicas nas áreas de Automação e Manutenção Electromecânica e Serralharia Civil, Maquinação e Desenho Técnico.

Ao nível da gestão e acompanhamento do Acordo, desde 1999 que foram sendo realizadas reuniões periódicas da Comissão de Acompanhamento, nas quais foram debatidas questões relacionadas com o estatuto Orgânico do Centro, o Regulamento Interno e a avaliação do desenvolvimento do Projecto.

7.2.3 Projectos de Apoio o Timor Leste

Sobre este assunto ver 7.3

7.3. A Cooperação do MTS com Timor-Leste

Ainda que a política de Cooperação portuguesa se centre quase exclusivamente nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), vem o Governo Português desempenhando um importante papel na Cooperação com o mais recente país de expressão portuguesa: a República Democrática de Timor-Leste. Neste âmbito, tem este Ministério vindo a dar os primeiros passos na Cooperação com aquele país.

Embora não tenha ainda sido possível assinar um Programa de Cooperação, foram já iniciados alguns projectos/acções, que deverão vir a integrar aquele Programa, a elaborar logo que estejam reunidas as necessárias condições.

Cooperação Multilateral

- **ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA E A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO PARA A REALIZAÇÃO DO PROJECTO INTITULADO “PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE DOS TIMORENSES ATRAVÉS DO DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA DE EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL”**

Este Acordo, assinado em Abril de 2001 e com uma duração de 18 meses, visa aumentar as condições de empregabilidade no território timorense, através do desenvolvimento do sistema de formação profissional, financiado por um Fundo de Emprego e Formação Profissional. O objectivo será assim o de promover acções de formação, desenvolvidas em instituições próprias recuperadas e apoiadas ou nos postos de trabalho, envolvendo um conjunto importante de fornecedores de serviços (nacionais e estrangeiros), para que seja possível a um número determinado de cidadãos timorenses desempregados e sem qualificações melhorar as suas condições de vida. No âmbito deste Projecto deverá apoiar-se o estabelecimento de Centros de Emprego e de Micro Centros de Formação Profissional, tendo como polo central o Centro Nacional de Formação Profissional.



Cooperação Bilateral

Emprego e Formação Profissional

■ CRIAÇÃO DO CENTRO NACIONAL DE FORMAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL DE BECORA (DÍLI)

Em Julho de 2000 foi realizada uma primeira missão de diagnóstico do IEFP a Timor Leste, na sequência da qual foi elaborada uma proposta de intervenção, que integrasse diversas áreas abrangidas pelo MTS (emprego, formação profissional, criação de estruturas de apoio) e que identificasse potenciais parcerias, quer ao nível de entidades locais, quer ao nível de ONGD nacionais ou estrangeiras a funcionar no terreno, na área da formação profissional.

Em Novembro de 2000 realizou-se uma nova missão, a fim de preparar o início da intervenção, e o coordenador do projecto instalou-se no território.

Em Março de 2001 foi assinado o “Protocolo de Cooperação entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade da República Portuguesa e o Gabinete dos Assuntos Sociais da Administração Transitória de Timor Leste para a criação do Centro Nacional de Formação Técnico Profissional de Becora (Díli).”

Entretanto foram disponibilizadas as antigas instalações da Escola Secundária Comercial, em Becora, parcialmente destruída na sequência dos acontecimentos que se seguiram ao referendo de Agosto de 1999, e realizado o recrutamento da equipa timorense a afectar ao Centro na 1ª fase. O Centro Nacional de Formação Técnico-Profissional foi dotado de rede eléctrica e de rede de águas; montaram-se e equiparam-se quatro oficinas e deu-se início à formação.

Realizaram-se já 4 acções de formação, nas áreas da carpintaria, pedreiro/alvenarias, canalização e electricidade, envolvendo formadores portugueses e 48 formandos.

No âmbito deste Acordo foi ainda criada uma “Empresa de Inserção”, que visa apoiar a inserção de 20 dos ex-formandos na vida activa, apoiando-os na criação do próprio emprego.

Entretanto, existe informação de que o Centro irá funcionar em Tibar e não em Becora.



■ **ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O CENTRO JUVENIL PE. ANTÓNIO VIEIRA / ASSOCIAÇÃO 12 DE NOVEMBRO**

Tendo o Acordo sido assinado em Julho de 2001, o mesmo visa o apoio ao desenvolvimento de actividades de formação profissional e à criação de microempresas (através da comparticipação no Fundo LOROSAE) no Centro Juvenil Padre António Vieira, em Díli. Para isso deverão ser apoiadas quer a aquisição de equipamento quer a construção de infraestruturas necessárias às acções de formação e à assessoria às microempresas criadas.

Protecção Social

■ **PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO – ÁREAS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E FORMAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PRECARIIDADE, RISCO OU EXCLUSÃO SOCIAL**

Em Outubro de 2001, foi assinado um “Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da Administração Transitória de Timor Leste na área do acolhimento institucional e formação de crianças e jovens em precariedade, risco ou exclusão social”.

O referido Protocolo visa a implementação de projectos de apoio a instituições de acção social para crianças e jovens, quer no domínio da formação profissional, quer no do acolhimento.

A Casa Pia de Lisboa poderá, no âmbito das suas competências, como se lê no Protocolo referido, prestar apoio “(...) à concepção dos modelos formativos, planos curriculares e métodos pedagógicos”, “(...) à formação técnico-pedagógica de recursos humanos necessários ao regular funcionamento das actividades” e à realização de “(...) estágios de formação para formadores e técnicos” quando assim se entender necessário.

Diversos

■ COOPERATIVISMO

Respondendo à solicitação do Conselho Nacional de Resistência Timorense (CNRT), foi, em Março de 2000, aprovado e apoiado por este Departamento o projecto intitulado “Proposta para a realização de uma primeira acção de formação sobre cooperativismo a realizar em Portugal”, promovido pelo Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo (INSCOOP).

A acção de formação destinou-se a refugiados timorenses, com habilitações mínimas, que desejavam, no decorrer do segundo semestre de 2000, regressar ao seu país e aí disseminarem os seus conhecimentos, ou organizarem mesmo cooperativas. O resultado, segundo a avaliação dos próprios formandos, foi muito positivo, contribuindo para a promoção da sua formação nesta área.

Entretanto, em Dezembro de 2000, foi apresentado pelo INSCOOP a este Departamento uma nova proposta, designada “Plano de Formação Cooperativa para Timor Leste em 2001”, para reforçar a cooperação com aquele país na área da formação em cooperativismo. Contudo, e porque o processo referente à Cooperação do MTS com Timor se encontrava sob a orientação directa do Secretário de Estado do Trabalho e Formação, foi essa proposta reencaminhada para o Chefe de Gabinete, sendo que não se conhecem, até ao momento, desenvolvimentos do projecto.

■ VISITA OFICIAL DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO TRABALHO E SOLIDARIEDADE DE TIMOR-LESTE A PORTUGAL

Em Dezembro de 2001 foi preparada e apoiada uma visita oficial do Secretário de Estado do Trabalho e Solidariedade de Timor Leste a Portugal, a convite do Ministro do Trabalho e da Solidariedade.

7.4. A Cooperação Multilateral

7.4.1 Projectos com a Organização Internacional do Trabalho (OIT)

O Governo Português e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), tendo em vista o desenvolvimento conjunto de programas de cooperação técnica no domínio sociolaboral de que sejam receptores os países em vias de desenvolvimento com especiais relações de cooperação com Portugal, estabeleceram, em 1982, um Acordo Quadro nesse sentido, aprovado pelo Decreto n.º 68/83, de 10 de Agosto, publicado em D.R., I Série, n.º 183, da mesma data.

A **Organização Internacional do Trabalho (OIT)** é uma agência especializada das **Nações Unidas** que apresenta como mandato a **promoção da justiça social e dos direitos humanos e de trabalho reconhecidos internacionalmente**.

Para tal fornece prioritariamente assistência técnica nas áreas da formação e reabilitação vocacional; política de emprego; administração do trabalho; legislação laboral e relações industriais; condições de trabalho; formação na área da gestão; cooperativas; segurança social; estatísticas do trabalho e saúde e segurança no trabalho.

No seio do sistema da ONU a OIT é a única que apresenta uma estrutura tripartida com trabalhadores e empregadores a participarem como parceiros iguais com os governos no trabalho de governação da estrutura.

Com base no Artigo 9º do referido Acordo, e tendo por objectivo garantir uma melhor coordenação da cooperação entre Portugal e a OIT, foi criada, em 1998, uma Comissão Mista **constituída por representantes de ambas as Partes**.

Para o desenvolvimento dos Programas adiante indicados, foram assinados os correspondentes Acordos com o BIT:

- ❑ Promoção do Diálogo Social nos PALOP – **PRODIAL**;
- ❑ Programa Regional para a Promoção de Emprego nos PALOP – **PREP**;
- ❑ Programa para o Desenvolvimento da Protecção Social nos PALOP – **PROSOCIAL**;
- ❑ Colocação de Peritos num Programa de Formação em ligação com Actividades de Cooperação Técnica do Bureau Internacional do Trabalho (BIT) – **Peritos Associados**;
- ❑ Programa para criação de infra-estruturas de informação em língua



portuguesa sobre questões sociais e sobre o mundo do trabalho – **PROGRAMA no DOMÍNIO da INFORMAÇÃO e da DOCUMENTAÇÃO a favor dos PALOP**;

- Programa “Estratégias e Técnicas Contra a Exclusão Social e a Pobreza” – **STEP/Portugal**.

Por outro lado, foi assinada, em Junho de 1999, uma “Carta de Intenções” entre o Ministro do Trabalho e da Solidariedade de Portugal e o Director-Geral da OIT, relativa ao **Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil – IPEC**.

Uma análise sumária dos referidos Programas permite registar o seguinte:

7.4.1.1 PROMOÇÃO DO DIÁLOGO SOCIAL NOS PALOP – PRODIAL

Assente num Acordo de Cooperação entre o Governo da República Portuguesa e a Organização Internacional do Trabalho, assinado em Junho de 1997, o PRODIAL é um Projecto que tem como objectivo estratégico melhorar a eficácia do diálogo social e da cooperação tripartida nos PALOP, num contexto de mutação económica e de reconstrução nacional. Em articulação com o PREP, pretendia-se que o Projecto contribuísse para o reforço da representatividade, influência e competência dos parceiros sociais no sentido de dinamizar o diálogo social e formular estratégias e políticas de emprego e definir medidas concretas que favoreçam a criação de emprego.

O Projecto, executado pelo BIT, em representação da OIT, foi inicialmente concebido pelo período de um ano. Contudo, o seu período de vigência veio a ser alargado, não se encontrando ainda concluído.

Em termos mais específicos, o Projecto apresentava os seguintes objectivos:

- permitir aos mandatários tripartidos avaliar os mecanismos de diálogo social e de consultoria tripartida;
- facilitar aos mandatários tripartidos a definição das alterações ou melhorias a realizar ao nível do diálogo social e promover as suas capacidades de participação e de contribuição para o processo de desenvolvimento.

Esses objectivos materializavam-se nos seguintes produtos:

1. *Um estudo por cada um dos PALOP, para diagnosticar a situação do diálogo social e dos mecanismos existentes para o promover;*



2. Um seminário tripartido sub-regional num dos PALOP para discutir as situações nacionais e examinar a possibilidade de desenhar uma estratégia visando promover uma cultura de diálogo tripartido;
3. Uma publicação – guia para a acção - baseada no diagnóstico das situações nacionais e integrando as conclusões do seminário tripartido sobre uma estratégia de promoção do diálogo social nos PALOP, colocada à disposição dos mandatários tripartidos.

7.4.1.2 PROGRAMA REGIONAL PARA A PROMOÇÃO DO EMPREGO NOS PALOP (PREP)

– VERTENTE MULTILATERAL

O PREP visava contribuir para o crescimento do emprego e das actividades geradoras de rendimentos nos PALOPs, como forma de contribuir para a redução da pobreza das populações mais vulneráveis, mediante:

- ❑ o reforço das capacidades nacionais de concepção, execução e avaliação das políticas e programas de emprego;
- ❑ o apoio à promoção directa de empregos.

Para a sua implementação, um Acordo de Cooperação foi celebrado, em 1998, entre o Governo da República Portuguesa e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), representada pelo Bureau Internacional do Trabalho (BIT). Em termos de execução, o PREP tinha duas componentes articuladas, gozando de autonomia administrativa e financeira: uma bilateral, assegurada pela cooperação portuguesa, especificamente, pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional de Portugal, e outra multilateral, executada pela OIT.

No mesmo Acordo de Cooperação estabelecia-se que, *“na medida do possível, a execução do Projecto em cada um dos países em causa será submetida à avaliação tripartida e, após a conclusão do Projecto, o BIT e o Governo avaliarão este globalmente, segundo os procedimentos definidos pelo BIT para este efeito”*.

Com uma duração prevista de 3 anos, tempo necessário para que a intervenção pudesse ter um impacto estruturante, o Projecto teve o seu termo em Dezembro de 2001.



31. Assinatura de Acordos entre o BIT e o Governo Português.

O PREP abrangeu quatro dos cinco PALOP, uma vez que o despoletar do conflito armado na Guiné-Bissau, em 1997, levou à não inclusão deste País no Projecto.

Em relação à componente multilateral do Projecto, esta compreendia actividades regionais, transversais aos países participantes no Projecto, e nacionais, dirigidas especificamente a cada um dos países.

Atendendo à estreita necessidade de articulação com as intervenções de cooperação bilateral portuguesa, foram criadas estruturas para assegurar a gestão e a coordenação do Projecto: (i) um **Comité de Pilotagem** conjunto Portugal/BIT que teria funções de decisão e de orientação do conjunto do PREP e (ii) os **coordenadores nacionais**, responsáveis pela dinamização e coordenação do PREP em cada um dos países.

No âmbito da vertente regional do Projecto, foi produzido um manual de procedimentos destinado aos coordenadores e um “Manual de políticas activas de promoção de emprego no contexto da África Sub-Sahariana”, destinado aos gestores das instituições que desenvolvem as suas actividades na área do emprego e da formação profissional. Para além disso, foram realizadas reuniões entre os coordenadores nacionais, visando a troca de informação e de experiências nacionais nestas áreas.

Em **Angola**, os resultados foram extremamente reduzidos, tendo as actividades realizadas no âmbito do PREP tido lugar na vertente bilateral.

Em **Cabo Verde**, foi realizado um seminário de formação/informação sobre «Políticas Activas de Emprego na África Sub-Sahariana» e para a participação, organização e colocação do plano de formação de 16 delegados municipais de emprego e formação, no quadro da descentralização dos programas e dos serviços.

Em **Moçambique** foi desenvolvida formação de 17 técnicos e quadros dos Serviços de Emprego e dos Centros de Formação. Foi ainda organizado um seminário de sensibilização e restituição para levar à discussão entre os parceiros sociais do documento «Políticas Activas de Emprego na África Sub-Sahariana». Os resultados do seminário serviram para a elaboração de um diagnóstico sobre oportunidades de emprego e para a formulação de um programa piloto de inserção de desempregados e de jovens à procura do primeiro emprego nas províncias de Nampula e Inhambane.

Em **São Tomé e Príncipe**, com o apoio do PREP foi preparada a reestruturação da Direcção do Trabalho e foram reactivados os Serviços de Emprego e de Formação, inactivos durante largos anos. Um documento de estratégia de promoção de emprego, articulado com a formação profissional, foi produzido e submetido à apreciação do Governo santomense.

7.4.1.3 PROGRAMA SUBREGIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO DA PROTECÇÃO SOCIAL NOS PALOP - PROSOCIAL

O PROSOCIAL é um programa que visa contribuir para a extensão progressiva nos PALOP de um sistema de protecção social moderno, coerente e adaptado às necessidades locais. Para tal, o PROSOCIAL pretende desenhar o quadro jurídico geral de protecção social para cada um dos países, assim como apresentar propostas detalhadas de reforma dos organismos gestores dos regimes da segurança social. Em termos estratégicos, foram consideradas três fases para o desenvolvimento deste Projecto:

- ❑ A **fase I**, no âmbito da qual foram propostas as grandes linhas de um quadro nacional de protecção social, assim como as orientações de



32. Reunião no âmbito do PROSOCIAL em Lisboa.

- reforma dos institutos gestores dos regimes de segurança social, para os dotar dos instrumentos necessários que lhes permitam assumir as novas tarefas que as autoridades nacionais lhes desejam confiar;
- ❑ A **fase II**, com o objectivo de inventariar as medidas de protecção social a nível nacional, assim como realizar uma auditoria aprofundada ao funcionamento dos organismos gestores dos regimes de segurança social do ponto de vista organizacional, financeiro e jurídico. Estes trabalhos deveriam permitir apresentar às autoridades competentes um programa global de acção relativo à criação de um quadro jurídico apropriado de protecção social, assim como propostas detalhadas de reforma dos organismos gestores que permitam integrar harmoniosamente o novo contexto, em conformidade com as orientações consignadas no relatório da fase I;

- A **fase III**, durante a qual as autoridades nacionais serão apoiadas na realização dos programas e na execução dos produtos que terão sido identificados e acordados na fase anterior.

Para a implementação deste Projecto, um Acordo de Cooperação foi celebrado, em Novembro de 1998, entre o Governo Português e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), representada pelo Bureau Internacional do Trabalho (BIT), ao qual foi cometida a execução do Projecto.

No âmbito do PROSOCIAL, foi prevista, para cada País, a criação de um Comité de Pilotagem composto por um representante do BIT, um representante do Departamento de Cooperação do MTS e um representante de cada um dos países envolvidos.

Relativamente a cada um dos PALOP, o estado do desenvolvimento do Programa é o seguinte:

Em **Angola**, foram já desenvolvidas as actividades previstas no PROSOCIAL correspondentes à 1ª e 2ª fases. O BIT entregou ao Governo Angolano um relatório que contém as conclusões e recomendações consideradas pertinentes, tendo a Parte Angolana (já em de 2002), informado que concordaria com as mesmas. O BIT, em articulação com o Departamento de Cooperação do MTS e o Governo Angolano, irá preparar o Documento de Projecto que definirá as actividades a desenvolver na 3ª fase do Programa. Refere-se ainda que, em Maio de 2001, e com a participação do Comité de Pilotagem e de parte da equipa do PROSOCIAL, teve lugar, em Luanda, um Seminário no qual estiveram presentes os parceiros sociais e entidades diversas e onde foi discutido o processo de reforma do sistema de protecção social angolano e, desde logo, o projecto de lei quadro que, no âmbito do Programa, foi oportunamente preparado.

Em **Cabo Verde**, os trabalhos da 2ª fase do PROSOCIAL foram desenvolvidos no período de 19 de Setembro a 17 de Outubro de 1999, estando as conclusões e recomendações vertidas num relatório que igualmente contém uma proposta de lei quadro da protecção social. O referido relatório foi entregue ao Governo em Dezembro de 1999, tendo a proposta de lei quadro da protecção social sido aprovada pela Assembleia da República em Dezembro de 2000, embora com alterações que suscitaram ao BIT algumas reservas e que igualmente merecem do actual Governo as mesmas críticas.

Assim, aguarda o BIT a posição formal do Governo Caboverdiano, tendo em vista uma tomada de decisão quanto à continuação do Programa (3ª fase).



Em **Moçambique**, os peritos do BIT desenvolveram os seus trabalhos em Julho/Agosto de 1999, tendo o respectivo relatório sido remetido ao Governo Moçambicano para tomada de posição sobre as conclusões e propostas formuladas, a fim de que, posteriormente e se assim fosse desejado, se desenvolvesse a 3ª e última fase de assistência técnica.

Entretanto, em Junho de 2000, e por solicitação do Ministro do Trabalho de Moçambique, foi preparado pelos peritos do BIT, em articulação com o Director-Geral do Instituto Nacional de Segurança Social de Moçambique, um projecto de lei quadro da protecção social.

Em Junho de 2001, por ocasião da 89ª Conferência do BIT, foi acordado entre o Ministro do Trabalho da República de Moçambique e o Comité de Pilotagem do PROSOCIAL que, ainda no âmbito da 2ª fase, iria ser realizada uma missão do CTP e do perito de informática do Programa, tendo em vista um apoio urgente na área da informática, a qual teve efectivamente lugar em Julho de 2001.

Em **São Tomé e Príncipe**, as actividades previstas no **PROSOCIAL** tiveram lugar em Fevereiro/Março de 1999, tendo o relatório sido oportunamente entregue ao Governo, que, entretanto, manifestou a sua total concordância com as propostas formuladas e solicitou a continuação do processo (3ª fase), o qual, todavia, não teve ainda continuação por, pela Parte Santomense, não estarem reunidas as condições indispensáveis.

Em Janeiro de 2000 e durante um período de 3 semanas, permaneceram em Portugal, para um estágio intensivo na área da Segurança Social, um jurista e um economista santomenses, indigitados para ocuparem os cargos de director-geral e de director-geral adjunto do INSS.

Em meados de Fevereiro de 2000, uma parte da equipa do PROSOCIAL deslocou-se a São Tomé, acompanhada de um arquitecto, para:

1. reanalisar a situação financeira do INSS;
2. apoiar os novos dirigentes no processo de organização do INSS;
3. verificar da possibilidade de ser construído um novo espaço para instalação do INSS e avaliar os custos da recuperação do edifício onde actualmente funciona o INSS, tendo em vista a rentabilização do imóvel.

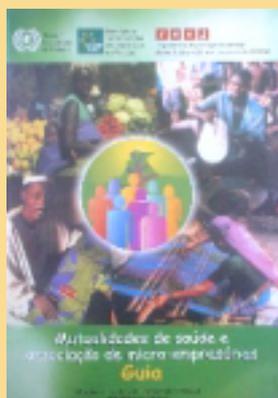
As obras de recuperação do actual INSS e as obras de construção de um novo edifício para aquele Instituto foram, entretanto, assumidas no âmbito da cooperação bilateral entre o MTS e o MJAPTAP.

7.4.1.4 PERITOS ASSOCIADOS

Por Acordo de Cooperação celebrado em Novembro de 1998, entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade (MTS) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), representada pelo Bureau Internacional do Trabalho (BIT), este Ministério declarou apoiar a “colocação de peritos associados, num programa de formação em ligação com actividades de cooperação técnica do BIT, de acordo com” os princípios definidos naquele documento.

Neste âmbito, o MTS tem vindo a custear os encargos relativos a dois peritos: um, nomeado em finais de 1999 e colocado no escritório do BIT em Dakar (Senegal) com o objectivo de reforçar a capacidade de gestão dos programas para os PALOP; outro, recrutado em 2000 para desempenhar as suas funções no Departamento de Segurança Social do BIT, em *Genève*.

Com este Acordo, está o MTS contribuindo para assegurar a representação portuguesa, considerada ainda deficitária, no quadro de uma grande organização internacional.



7.4.1.5 PROGRAMA NO DOMÍNIO DA INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO A FAVOR DOS PALOP

Nos termos das disposições contidas no articulado do Acordo-quadro de cooperação técnica celebrado entre o Governo da República Portuguesa e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), assinado em Lisboa em 29 de Setembro de 1982, e em conformidade com o Acordo celebrado entre o “Bureau” Internacional do Trabalho (BIT) e o Ministério do Emprego e da Segurança Social de Portugal em matéria de publicações, assinado em Junho de 1994, o Governo Português decidiu, em colaboração com a OIT e no âmbito de um Acordo Complementar assinado em Lisboa em 23 de Novembro de 1998, continuar a executar o programa em causa, tendo por objectivo a criação, em cada um dos cinco PALOP interessados nesse tipo de apoio, de infra-estruturas de informação em língua portuguesa sobre questões sociais e laborais, estabelecendo-se, assim, uma rede de comunicação e de informação documental relevante para esses países.

Nesse sentido, o Departamento de Cooperação tem vindo a assumir a tradução, a edição e a distribuição de publicações de carácter económico e social editados pelo BIT e que sejam de interesse para os PALOP.

Esta difusão de obras traduzidas para português deverá visar, em cada País, não somente os Ministérios homólogos do Ministério do Trabalho e da Solidariedade de Portugal “mas também os parceiros sociais, os estabelecimentos de ensino superior e, enfim, todas as entidades públicas, privadas ou cooperativas que manifestem particular interesse pelos temas abordados nessas obras”.

Neste contexto, foram traduzidas, editadas e já distribuídas pelo Departamento de Cooperação as seguintes publicações do BIT:

- *“Os princípios da Segurança Social”*
- *“Administração da Segurança Social”*
- *“O Financiamento da Segurança Social”*
- *“Regimes de pensões”*

Foi também traduzida e editada pelo Departamento de Cooperação a publicação BIT/STEP:

- *“Mutualidades de saúde e associações de micro-empresários – Guia”*

Encontram-se já traduzidas e em fase de edição as publicações do BIT/STEP:

- *“Mutualidades de saúde em África: Caracterização e criação – Manual de Formadores”, e*
- *“Guia de acompanhamento e avaliação dos sistemas de micro-seguros de saúde – Volume I: Metodologia”*

Em fase final de tradução, encontra-se a publicação do BIT/STEP:

- *“Guia de acompanhamento e avaliação dos sistemas de micro-seguros de saúde – Volume II: Indicações práticas”*

7.4.1.6 ESTRATÉGIAS E TÉCNICAS DE LUTA CONTRA A EXCLUSÃO SOCIAL E A POBREZA (STEP/PORTUGAL)

O Projecto STEP/Portugal resulta da adesão de Portugal ao Programa “Estratégias e Técnicas de Luta contra a Exclusão Social e a Pobreza (STEP)” do Bureau Internacional do Trabalho (BIT). O Projecto pretende contribuir para a redução da exclusão social e da pobreza, favorecendo as redes de solidariedade de base, principalmente em matéria de protecção social, em diferentes regiões do mundo e mais particularmente nos PALOP.

Compreende três componentes interdependentes:



1. Valorização a nível internacional da experiência portuguesa em matéria de luta contra a exclusão social e a pobreza;
2. Reforço da capacidade dos promotores locais da inclusão social nos PALOP;
3. Realização de acções piloto em benefício das populações excluídas dos PALOP.

A realização do STEP/Portugal envolve a conjugação de esforços, nomeadamente a articulação com o PROSOCIAL, já anteriormente referido.

A **componente 1** prevê a obtenção de dois produtos principais:

- a) um documento de capitalização da experiência portuguesa em matéria de luta contra a pobreza e exclusão social (que se encontrava, no final de 2001, em fase última de revisão);
- b) um pacote metodológico sobre a inclusão social a nível local (este produto compreende a produção de um quadro conceptual e de um instrumento didáctico; em relação ao quadro conceptual, já se encontra finalizado o primeiro *draft* completo, enquanto que em relação ao segundo se espera que a primeira versão esteja pronta no final do primeiro trimestre de 2002).



Da **componente 2**, por sua vez, fazem parte, entre outros, os seguintes produtos:

1. *Site web* consagrado à inclusão social nos PALOP (permitindo aceder à informação contida em documentos/relatórios, instrumentos metodológicos e didácticos, fontes bibliográficas, acontecimentos, ligações com outros sites, etc);
2. Fóruns electrónicos (permitindo interrogar outros operadores sobre questões particulares e participar em grupos de trabalho);
3. “Carta” Periódica resumindo a informação geral pelos fóruns e pelo site;
4. Uma dezena de estudos de casos de experiências locais em matéria de extensão da protecção social;
5. Documentos didácticos e metodológicos nos domínios temáticos seleccionados;
6. “Ateliers” de troca de experiências entre os membros das estruturas de apoio.

No âmbito da criação do *site* encontram-se em desenvolvimento as actividades relacionadas com a selecção de informação a incorporar, bem como a concepção dos procedimentos de gestão deste, cujo *draft* se encontra já elaborado.



Em relação aos estudos de caso, foi adoptado como tema genérico “a extensão da protecção social”, tendo-se seleccionado a “Gestão Comunitária dos serviços sociais” como um dos domínios temáticos. Entretanto, foram lançados sete estudos, dois dos quais se encontram já finalizados e quatro em fase de finalização:

Título	País	Estado Actual
O movimento associativo e o papel desempenhado pela comunidade residente na melhoria das condições de vida da população – Bairro de Quelele, Bissau	Guiné-Bissau	Finalizado
Papel desempenhado pelos diversos Comitês de iniciativa ao nível da tabanca (representantes da população na aldeia) na melhoria das condições gerais de vida da população em meio rural – Bissorã e Mansão, Região Oio,	Guiné-Bissau	Finalizado
A acção participativa de crianças e jovens trabalhadores em organizações promotoras da melhoria das condições de vida e de trabalho – Canchungo e Bissau	Guiné-Bissau	Finalização em curso
A acção participativa da população dos mercados e o papel do movimento sindical na melhoria das condições de trabalho do sector informal – Maputo – mercados informais de Benfica, Malanga, Fajardo e Xikilene, Cidade de Maputo	Moçambique	Finalização em curso
Desenvolvimento comunitário de Lagedos, um exemplo do envolvimento da população/comunidade em actividades de redução da exclusão e de extensão da protecção social , Santo Antão	Cabo Verde	Finalização em curso
Exemplo de reconversão das FAIMO (desempregados de longa duração, segmento da população onde se verifica de forma sistemática elevados níveis de exclusão), através da alteração de comportamentos e dinâmicas que favoreceram a segurança alimentar e a protecção social, Ilha do Fogo	Cabo Verde	Finalização em curso
Extensão da protecção social e promoção do desenvolvimento de comunidades deslocadas pela guerra, Bairro da Lixeira, Sambizanga, Luanda	Angola	Em curso

Em relação aos documentos didácticos e metodológicos, foi contratado um consultor internacional encarregue da produção dos instrumentos, encontrando-se em curso o processo de criação dos mesmos.

7.4.2 Reuniões e Redes Internacionais

O **Ministério do Trabalho e da Solidariedade** tem vindo a promover a participação de Portugal em reuniões e redes internacionais respeitantes a diversas temáticas relevantes para os seus domínios de intervenção. Neste âmbito, o Departamento de Cooperação tem sido responsável pela organização e financiamento ou apenas pelo financiamento de algumas das actividades relacionadas com as suas competências, sendo, por vezes, o representante do Ministério nas ditas reuniões.

❖ **RIPE – Reunião Internacional de Política de Emprego**

A Reunião Internacional de Política de Emprego foi institucionalizada na sequência da “**Declaração da Praia**” assinada em 29 de Maio de 1997, no âmbito do IV Encontro dos Ministros do Trabalho de Portugal e dos PALOP (realizado em Cabo Verde), com o objectivo de constituir um **fórum de troca de experiências sustentadas sobre temas específicos e de oportunidade para todos os países envolvidos, na área das políticas de emprego**. Através do Departamento de Cooperação foram financiados os encargos com a III RIPE (Macau, Abril de 1999), com a IV RIPE (Brasil, Abril de 2001 e com duas Reuniões do Secretariado Técnico da RIPE, uma em Lisboa e outra no Brasil.

❖ **RIICOTEC – Rede Intergovernamental Ibero-Americana de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento de Políticas Integradas dirigidas à Terceira idade e à Deficiência**

Esta rede foi criada em 1993, em Santiago do Chile, no decurso da III Conferência Internacional Ibero-americana para Políticas Integradas dirigidas às Pessoas com Deficiência.

A RIICOTEC entende a Cooperação, na medida em que procura compensar de algum modo o desequilíbrio socioeconómico existente, como uma força conjunta que faz com que aumentem os fluxos económicos, culturais e sociais multilaterais, no sentido de tecer uma rede de interesses comuns que facilitem as relações entre os países.

Neste sentido, a Rede procura aumentar e melhorar a fluidez da comunicação entre os vários países envolvidos, sendo considerada como um **espaço para articular a transmissão de experiências e de informação, de capacitação de recursos humanos, de intercâmbio na área do apoio profissional e da**



assistência técnica, de elaboração de projectos e procura de financiamento para programas e serviços no âmbito da 3ª idade e deficiência. Portugal esteve já na V Conferência da RIICOTEC, que teve lugar em Cuba em 1998, na qualidade de Observador Internacional Especial, tendo-lhe sido, posteriormente, atribuída a organização da VI Conferência subordinada ao tema “**Os caminhos para a Inclusão Total no Novo Milénio**”, que viria a ter lugar em Lisboa, em Junho de 2001, e cujos encargos foram, em grande parte, suportados pelo DC.

❖ **RIESLOP – Rede Internacional de Estatísticas Sociais dos Países de Língua Oficial Portuguesa**

Remonta a 1982 a colaboração entre Portugal e os PALOP em termos de reuniões técnicas sobre estatística, altura em que foi organizado um Seminário sobre Estatísticas do Trabalho. A partir de 1985, foram realizadas reuniões regulares até que, em 1997, os países presentes na VII RIESLOP aprovaram a sua institucionalização como estrutura estatística que possibilitasse a dinamização da produção estatística em todos os países membros, incentivasse o estudo das metodologias estatísticas e defendesse a adopção da língua portuguesa em todos os documentos, nomeadamente naqueles que têm por objecto a apresentação de conceitos, classificações e nomenclatura. Dando continuidade a este passado de colaboração, o MTS co-financiou, através do DC, a VIII RIESLOP, que decorreu em Cabo Verde, em 1999 e a IX RIESLOP teve lugar no Brasil, em finais de 2000.

7.4.3 Relações no âmbito da CPLP

❖ **Reunião dos Ministros do Trabalho e da Solidariedade - CPLP**

Por iniciativa do Ministério do Trabalho e da Solidariedade e com organização e financiamento do DC, realizou-se Lisboa, no mês de Novembro de 2000, a primeira reunião dos Ministros do Trabalho e da Solidariedade da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, que igualmente contou com uma representação de Timor-Leste.

Esta reunião foi marcada pela assinatura de duas *Deliberações*, nos termos das quais foram criadas as seguintes organizações:

- **OPROS – Organização da Protecção Social** dos Países Membros da CPLP, que se deveria assumir como uma instância de troca de

experiências, de informação e reflexão para as áreas da Protecção Social, promovendo, entre outras iniciativas, encontros periódicos, sectoriais ou intersectoriais, de peritos provenientes dos respectivos organismos competentes na área.

- **OTEF – Organização das Administrações do Trabalho, Emprego e Formação Profissional**, com o objectivo de promover e aprofundar o conhecimento mútuo dos respectivos sistemas de trabalho, emprego e formação profissional através, designadamente, da realização de encontros periódicos, sectoriais ou intersectoriais, de natureza política e/ou técnica.

7.4.4 Outros Organismos Internacionais

No âmbito das relações com instituições internacionais, para além da existente com a **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**, regista-se o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no âmbito do **Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)**, do qual Portugal é membro.

Assim, ao acompanhar a evolução da temática do desenvolvimento no cenário internacional, dedicando uma atenção especial à evolução que esta instituição tem realizado, em particular ao nível da produção de documentos orientadores da cooperação na luta pela redução da pobreza, O DC tem procurado incluir as orientações do CAD na definição dos princípios fundamentais da sua actuação.

Neste sentido, tem o DC participado nas reuniões da **Rede Informal para a Redução da Pobreza**, sempre que os temas a debate se consideraram de manifesto interesse. Esta estrutura, criada em 1998, pelos 23 países membros do CAD, apresenta o seguinte programa de trabalhos:

- ❑ Identificar o que funciona e o que não funciona no combate à pobreza;
- ❑ Avaliar experiências na redução da pobreza através de parcerias com governos, instituições para o desenvolvimento, sociedade civil e *stakeholders*;
- ❑ Fortalecer o trabalho de avaliação quer para alcançar maior eficácia quer para permitir alterações na estrutura e no conteúdo programático da cooperação para o desenvolvimento;
- ❑ Concertar a comunidade para o desenvolvimento e a sociedade civil na luta contra a pobreza.

Para além da participação do DC do MTS, Portugal é igualmente representado nessas reuniões pelo Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP) do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

No âmbito das referidas reuniões avançou-se para a elaboração de um novo documento que defina as linhas orientadoras do CAD na área da luta contra a pobreza, no seguimento dos documentos de 1992 “**Princípios do CAD para uma Ajuda Eficaz**” e de 1996 “**O Papel da Cooperação para o Desenvolvimento no Limiar do Século XXI**”. Neste momento já foi publicado o documento “**Dac Guidelines on Poverty Reduction**”, tendo ficado estabelecido que este será igualmente editado também em língua portuguesa, tendo o ICP assumido a tradução e o DC a revisão técnica.

Para além destes aspectos, a cooperação do MTS foi alvo de uma análise mais detalhada no âmbito da última avaliação do CAD à cooperação portuguesa (2000), tendo para tal sido elaborado um *dossier* de resposta às questões colocadas pelo *staff* destacado pelo CAD, bem como realizada uma reunião com esse *staff* para esclarecer mais pormenorizadamente alguns dos aspectos abordados nesse *dossier*.

Refere-se ainda a participação do DC na reunião de lançamento, em Lisboa, dos *Poverty Reduction Strategic Papers (PRSP)* do Banco Mundial (BM), bem como numa reunião realizada em Amsterdão subordinada ao tema “**A Pobreza no Mundo: um desafio para o sector privado**”, em que o BM foi responsável pela co-organização em parceria com o **Instituto para o Desenvolvimento Internacional** e com a **Universidade Livre de Amsterdão**.

7.5 Visitas oficiais realizadas no âmbito das actividades de cooperação

Um aspecto importante na consolidação e fortalecimento dos laços de cooperação entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade de Portugal e os Países Parceiros, e elucidativo das boas relações existentes, é a realização de visitas oficiais aos Países por



33. Visita oficial do então Ministro do Trabalho e da Solidariedade a Moçambique.

parte dos Membros do Governo Português, a convite dos Ministérios homólogos.

Neste contexto, foram realizadas as seguintes visitas:

1998

- Visita oficial do *Ministro do Trabalho e da Solidariedade de Portugal* à Guiné-Bissau, em Maio de 1998
- Visita oficial do *Ministro do Trabalho e da Solidariedade de Portugal* a Cabo Verde, em Setembro de 1998.

1999

- Visita oficial do *Secretário de Estado da Inserção Social de Portugal* a **Cabo Verde**, em Fevereiro de 1999.
- Visita oficial do *Ministro do Trabalho e da Solidariedade de Portugal* ao **Brasil**, em Março/Abril de 1999.
- Visita oficial do *Ministro do Trabalho e da Solidariedade de Portugal* a **Moçambique**, em Julho de 1999.

2000

- Visita oficial do *Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade de Portugal* a **São Tomé e Príncipe**, em Abril de 2000.
- Visita oficial do *Trabalho e da Solidariedade de Portugal* a **São Tomé e Príncipe**, em Dezembro de 2000.
- Visita oficial do *Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional de Portugal* ao **Brasil**, em Dezembro de 2000.

2001

- Visita oficial do *Secretário de Estado do Trabalho e Formação de Portugal* a **Moçambique**, em Abril de 2001.
- Visita oficial do *Ministro do Trabalho e da Solidariedade de Portugal* a **Angola**, em Maio de 2001.

O Ministério do Trabalho e da Solidariedade tem igualmente apoiado a realização de visitas a Portugal por parte de dirigentes dos Ministérios quando tais visitas estejam relacionadas com a cooperação.

Neste sentido, regista-se a visita do Secretário de Estado do Trabalho e da Solidariedade de Timor-Leste e sua comitiva a Lisboa, em Dezembro de 2001, a convite do Ministro do Trabalho e da Solidariedade.



Abreviaturas

- ACEP Associação para a Cooperação entre os Povos
- AD Acção para o Desenvolvimento
- ADIJA Apoio ao Desenvolvimento de Iniciativas Jovens de Auto-Emprego
- AIFA-PALOP Associação de Investigação e Formação Orientadas para Acção de Natureza Participativa das Populações nos PALOP
- AIMO Associação Industrial de Moçambique
- AJOPCIF Associação de Jovens Profissionais do CIFAP
- ANEMM Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Metalomecânicas
- APD Ajuda Publica ao Desenvolvimento
- APAD Agência Portuguesa de Apoio ao Desenvolvimento
- BIRD Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
- BIT Bureau Internacional do Trabalho
- BM Banco Mundial
- CAD Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
- CAI Centro de Animação Infantil
- CCC Comissão de Coordenação para a Cooperação
- CE Comissão Executiva
- CEA Centro de Estudos Africanos
- CENFA Centro de Formação Administrativa
- CESA Centro de Estudos sobre África e Desenvolvimento
- CFP Centro de Formação Profissional
- CFPDB Centro de Formação Profissional Dom Bosco
- CIC Centros Infantis Comunitários
- CIC Comissão Interministerial para a Cooperação
- CIEFP/Viana Centro Integrado de Emprego e Formação Profissional de Viana
- CIFAP Centro de Instrução de Formação Artesanal e Profissional
- CNJ Conselho Nacional da Juventude
- CPL Casa Pia de Lisboa
- CPLP Comunidade de Países de Língua Portuguesa
- CRSLCP Comissariado Regional do Sul de Luta Contra a Pobreza

- CVE Escudos Caboverdianos
- DC Departamento de Cooperação
- DE Departamento de Estatística
- DEPP Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento
- DETEFP Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional
- DGCT Direcção-Geral das Condições de Trabalho
- DGCT Direcção-Geral das Condições de Trabalho
- DNAP Direcção Nacional da Administração Pública
- DNEFP Direcção Nacional de Emprego e Formação Profissional
- DNI Direcção Nacional de Infância
- DNTS Direcção Nacional do Trabalho e Salários
- DRISS Departamento de Relações Internacionais da Segurança Social
- ECOOP Estrutura de Projecto de Cooperação com África
- EEL Escola de Estudos Laborais
- FIVA Fundo de Inserção na Vida Activa
- FMI Fundo Monetário Internacional
- GACOOPA Gabinete de Cooperação com África
- GATT Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio
- GAT Gabinete de Apoio Técnico
- GC Gabinete de Cooperação
- GEPE Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatísticas
- GPC Gabinete de Planificação e Cooperação
- GRI Gabinete de Relações Internacionais
- ICM Instituto Caboverdiano de Menores
- ICP Instituto da Cooperação Portuguesa
- ICS Instituto de Ciências da Saúde
- IDICT Instituto para o Desenvolvimento das Condições de Trabalho
- IEFPP Instituto do Emprego e Formação Profissional
- IGFSS Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social
- IGT Inspecção Geral do Trabalho

- INAPA Instituto Nacional da Administração Pública de Angola
- INDVB Instituto Nacional dos Deficientes Visuais da Beira
- INE Instituto Nacional de Estatística
- INEFOP Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional
- INEFP Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional
- INPS Instituto Nacional de Previdência Social
- INSS Instituto Nacional de Segurança Social
- IPEC Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil
- ISCTE Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa
- ISEG Instituto Superior de Economia e Gestão
- MAPESS Ministério da Assistência Pública, Emprego e Segurança Social
- MAPT Ministério da Administração Pública e Trabalho
- MEC Ministério da Educação e Cultura
- MEFIS Ministério do Emprego, Formação e Integração Social
- MESS Ministério do Emprego e Segurança Social
- MICAS Ministério para a Coordenação da Acção Social
- MINARS Ministério da Assistência e Reinserção Social
- MINFAMU Ministério da Família e Promoção da Mulher
- MINSA Ministério da Saúde Angolana
- MJD Ministério da Juventude e Desporto
- MJTAPAP Ministério da Justiça, Trabalho, Administração Pública e Assuntos Parlamentares
- MMCAS Ministério da Mulher e Coordenação da Acção Social
- MQE Ministério para a Qualificação e Emprego
- MSESS Ministério da Saúde, Emprego e Solidariedade
- MSSS Ministério da Solidariedade e Segurança Social
- MSSELP Ministério da Solidariedade Social, Emprego e Luta contra a Pobreza
- MT Ministério do Trabalho
- MTS Ministério do Trabalho e da Solidariedade
- OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
- OIT Organização Internacional do Trabalho

- ONGD Organização Não Governamental para o Desenvolvimento
- OPROS Organização da Protecção Social
- OSS Orçamento da Segurança Social
- OTEF Organização das Administrações do Trabalho, Emprego e Formação Profissional
- OTM-CS Organização dos Trabalhadores de Moçambique – Central Sindical
- PALOP Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
- PARMA Programa de Apoio à Reintegração Social dos Ex-Militares Africanos do Exército Português
- PIDDAC Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
- PIM Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio-Comunitário do Bairro Militar
- PIQUE Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio-Comunitário no Bairro de Quelele
- PREP Programa Regional para a Promoção do Emprego nos PALOP
- PRODIAL Promoção do Diálogo Social nos PALOP
- PROSOCIAL Programa Subregional para o Desenvolvimento da Protecção Social
- PRSP Poverty Reduction Strategic Papers
- RENAJ Rede Nacional de Associações Juvenis
- RIESLOP Rede Internacional de Estatísticas Sociais dos Países de Língua Oficial Portuguesa
- RIICOTEC Rede Intergovernamental Ibero-Americana de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento de políticas Integradas dirigidas à Terceira Idade e à Deficiência
- RIPE Reunião Internacional de Política de Emprego
- SCMSTP Santa Casa da Misericórdia de São Tomé e Príncipe
- SESSE Secretaria de Estado da Solidariedade Social e Emprego
- SOLMI Associação de Apoio às Iniciativas de Autopromoção
- STEP Estratégias e Técnicas Contra a Exclusão Social e a Pobreza
- UE União Europeia
- UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância
- USD Dólares Americanos

Anexos

Pequenos Passos na Luta Contra a Pobreza

Volume III
Contas e Anexos



Departamento de Cooperação
Ministério da Segurança Social e do Trabalho de Portugal
(ex Ministério do Trabalho e da Solidariedade)

FICHA TÉCNICA:

Pequenos Passos na Luta Contra a Pobreza

Relatório de Actividades e Contas – 1998/2001

Volume I – Modelo, Estrutura e Funcionamento da Cooperação

Apresentação de Casos

Volume II – Projectos de Cooperação – Descrição e Análise

Volume III – Contas e Anexos

Edição:

Departamento de Cooperação

Ministério do Trabalho e da Solidariedade

Coordenação Técnica:

Carlos Sangreman Proença

Elaboração:

Inês Gonçalves, Nuno Cunha, Teresa Coelho

Concepção gráfica da capa:

Ricardo Rodrigues

Concepção gráfica:

Inês Gonçalves

Contacto:

Rua Castilho, nº 24, 7º esq.,

1250-069 Lisboa

Telefone: 21 319 39 66/67

Fax: 21 319 39 61

Fotografias:

Arquivo do DC/MTS, Brígida Pinto, Orlando Garcia,

Pedro Lonet, Salesianos Dom Bosco de Angola

Logotipo:

João Guimarães

Março de 2002



Volume I

Preâmbulo I

1. A Luta Contra a Pobreza no âmbito da Cooperação para o Desenvolvimento	9
1.1 O conceito de desenvolvimento ao longo da história	9
1.1.1 Os primeiros passos da economia do desenvolvimento	9
1.1.2 A mundialização da questão do desenvolvimento	10
1.1.3 As estratégias de desenvolvimento na década de 50 e 60	12
1.1.4 O final da crença no modelo de acumulação de capital	13
1.1.5 O período do Consenso de Washington	14
1.1.6 A pobreza como elemento central das estratégias de desenvolvimento	15
2. A Política Portuguesa de Cooperação para o Desenvolvimento	21
2.1 Linhas Gerais de Orientação e Objectivos da Cooperação Portuguesa	21
2.2 Áreas de Actuação Prioritárias	23
2.3 Orientação Geográfica	24
3. A Cooperação do Ministério do Trabalho e da Solidariedade e o Departamento de Cooperação	27
3.1 O Departamento de Cooperação do MTS	27
3.2 Visão histórica	28
3.2.1 Antecedentes	28
3.2.2 Criação	30
3.3 A lógica evolutiva do Departamento de Cooperação	31
3.4 Princípios Orientadores	33
3.5 Orientação Geográfica	36
3.6 Enquadramento Formal das Actividades de Cooperação	37
3.6.1 Protocolos de Cooperação	38
3.6.2 Programas de Cooperação	38
3.6.3 Acordos	39
3.6.4 Documentos de Projecto	40
3.7 Modelo de Cooperação	41

3.8	Estrutura Organizacional	43
3.9	Circuitos Financeiros	47
3.10	Acompanhamento e a avaliação	50
3.11	O DC como Veículo de Informação	52
3.12	A articulação do DC com outras entidades portuguesas	54
4.	O Volume e a Estrutura da Ajuda	57
5.	Apresentação de casos	69
5.1	Fundo de Inserção na Vida Activa (FIVA) – Angola	71
5.2	Desenvolvimento Comunitário em Zonas Vizinhas de São Francisco e Vale da Costa – Cabo Verde	76
5.3	Observatório de Bem Estar do Bairro de Quelélé – Guiné-Bissau	81
5.4	Curso para Técnicos de Acção Social – Moçambique	85
5.5	Apoio na recuperação e operacionalização do Lar de Idosos – São Tomé e Príncipe	89
6.	Conclusões do Volume I - O Presente do DC e uma Janela para o Futuro	95
6.1	A procura de respostas para problemas multidimensionais	96
6.2	A necessidade de fortalecer as parcerias	99

Bibliografia

Abreviaturas

Anexo 1: Protocolo

Anexo 2: Documento de Projecto

Anexo 3: Acordo de Parceiros

Volume II

Preâmbulo II

7.	A cooperação desenvolvida pelo MTS 1998-2001	7
7.1	A cooperação bilateral desenvolvida pelo DC	7
7.1.1	República de Angola	9
7.1.2	República de Cabo Verde	33

7.1.3	República da Guiné-Bissau	49
7.1.4	República de Moçambique	65
7.1.5	República Democrática de São Tomé e Príncipe	83
7.2	A cooperação bilateral desenvolvida através do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)	96
7.2.1	Programa Regional Para a Promoção do Emprego nos PALOP (PREP) vertente bilateral	96
7.2.2	Centro de Formação Profissional de Metalomecânica (Maputo)	105
7.2.3	Projectos de Apoio a Timor-Leste	106
7.3	A cooperação do MTS com Timor-Leste	107
7.4	A cooperação multilateral	111
7.4.1	Projectos com a OIT	111
7.4.1.1	Promoção do Diálogo Social nos PALOP – PRODIAL	112
7.4.1.2	Programa Regional para a Promoção do Emprego nos PALOP – PREP	113
7.4.1.3	Programa para o Desenvolvimento da Protecção Social nos PALOP – PROSOCIAL	115
7.4.1.4	Peritos Associados	118
7.4.1.5	Programa no domínio da Informação e da Documentação a favor dos PALOP	118
7.4.1.6	Estratégias e Técnicas contra a Exclusão Social e a Pobreza – STEP	119
7.4.2	Reuniões Internacionais	122
7.4.3	Relações no âmbito da CPLP	123
7.4.4	Outros organismos internacionais	124
7.5	Visitas Oficiais realizadas no âmbito das actividades de cooperação	125

Abreviaturas

Volume III

Preambulo III

8. Quadros financeiros e Gráficos

Anexo 1: Programas de Cooperação

Anexo 2: Glossário

Anexo 3: Lei Orgânica do DC e legislação

PREÂMBULO III

Após a apresentação e a análise detalhada dos Programas e Projectos de Cooperação desenvolvidos pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade (MTS) e da sua evolução (quantitativa e qualitativa) desde 1998 até 2001 (Vol. II)- procurando acompanhar a evolução da política de Cooperação a nível internacional (nomeadamente com a inclusão do conceito de luta contra a pobreza e do “novo” consenso sobre o desenvolvimento)- e, com base nela, a própria evolução da política de Cooperação portuguesa e das suas linhas orientadoras, procuramos agora, neste último volume, apresentar os mapas e gráficos financeiros, contendo todos os fluxos de ajuda em análise nos volumes anteriores.

Os quadros apresentados vêm, por isso, complementar as interpretações realizadas ao longo dos diversos pontos deste Relatório, permitindo auferir não só sobre a quantidade da ajuda (~~exclusivamente~~ **Ajuda Pública ao Desenvolvimento**) desenvolvida por este Ministério, como sobre a sua estrutura e efectiva qualidade.

Mais do que isso, os mapas aqui incluídos permitem ainda um conhecimento mais profundo da Cooperação do MTS, por país beneficiário, nos seus domínios de actuação - emprego, formação profissional, relações laborais e protecção social (segurança social e inserção social).

Neste III Volume incluímos ainda, como anexos, todos os Programas de Cooperação em vigor, assinados entre o MTS e os Ministérios homólogos dos países receptores da nossa ajuda, um glossário de termos utilizados neste Relatório e na literatura geral sobre Cooperação para o Desenvolvimento, e ainda a Lei Orgânica do Departamento de Cooperação.

8. QUADROS FINANCEIROS E GRÁFICOS

Despesas efectivas com a Cooperação Externa do Ministério do Trabalho e da Solidariedade (MTS)

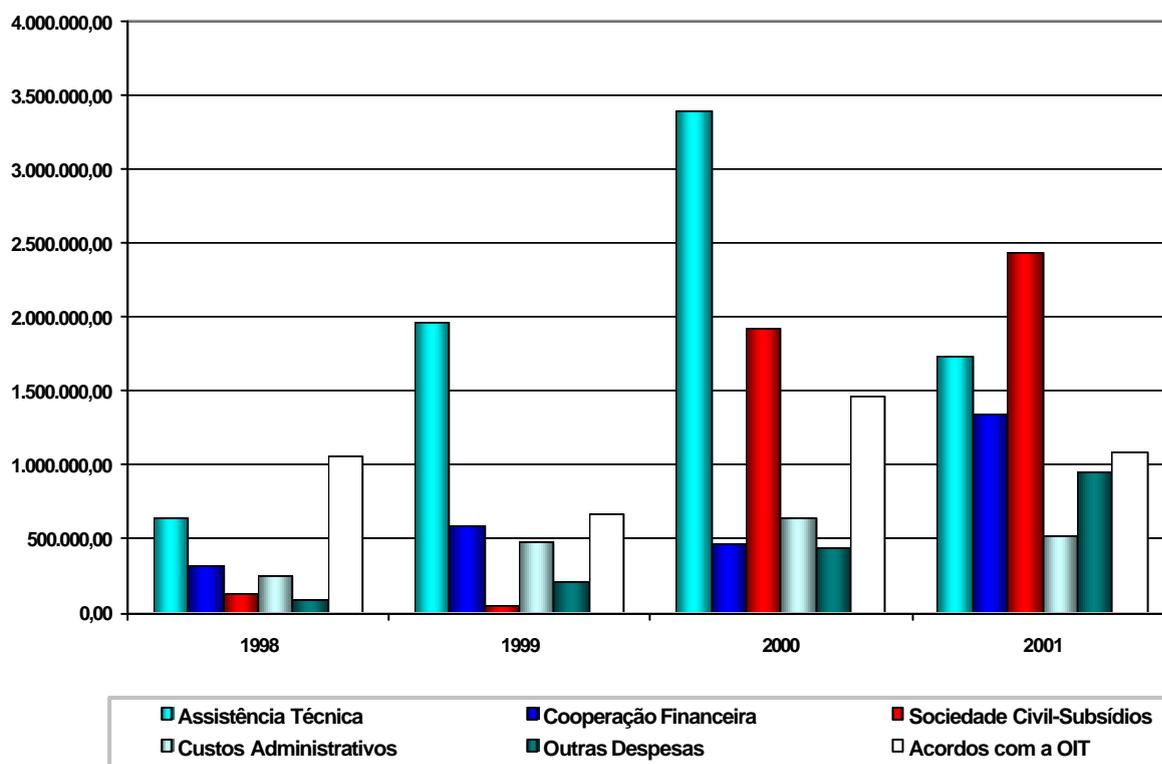
Quadro n.º 1

(em EUROS)

Ano	1998	1999	2000	2001	TOTAL
COOPERAÇÃO BILATERAL	1.437.020,49	3.301.563,55	6.858.133,92	6.993.544,77	18.590.262,73
Assistência Técnica	644.932,16	1.963.528,16	3.394.015,72	1.741.482,28	7.743.958,32
Cooperação Financeira	315.884,92	590.878,87	468.087,52	1.347.925,43	2.722.776,73
Sociedade Civil-Subsídios	129.767,26	44.592,53	1.916.629,49	2.430.807,12	4.521.796,40
Custos Administrativos	250.704,21	486.187,46	641.035,13	523.154,44	1.901.081,24
Outras Despesas	95.731,94	216.376,53	438.366,06	95.017,50	1.700.650,03
COOPERAÇÃO MULTILATERAL	1.055.334,31	674.973,18	1.469.853,41	1.081.880,53	4.282.041,43
Acordos com a OIT	1.055.334,31	674.973,18	1.469.853,41	1.081.880,53	4.282.041,43
TOTAL	2.492.354,79	3.976.536,73	8.327.987,34	8.075.425,30	22.872.304,16

Gráfico n.º 1

(em EUROS)



Cooperação Bilateral do MTS Angola

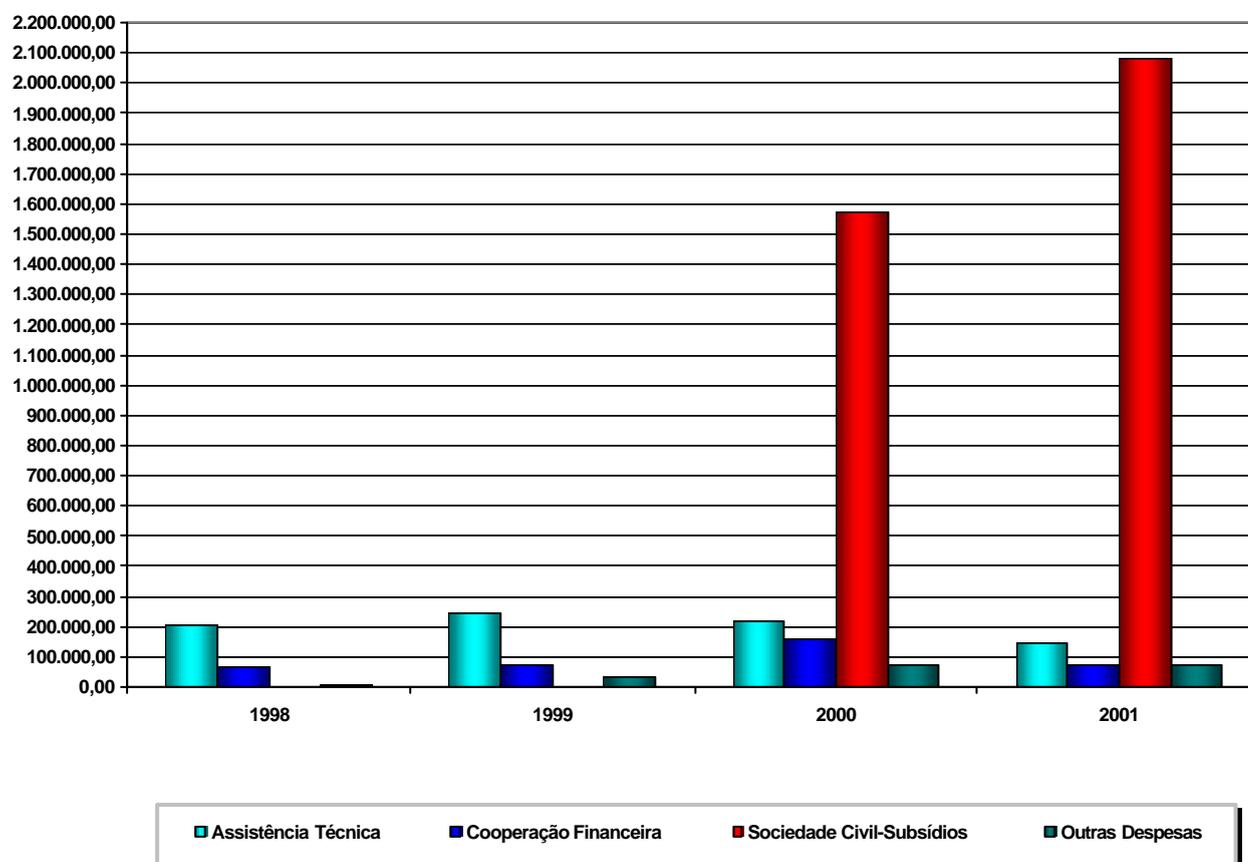
Quadro n.º 2

(em EUROS)

Ano	1998	1999	2000	2001	TOTAL
Descrição					
Assistência Técnica	202.166,08	242.538,70	218.946,99	147.823,19	811.474,96
Cooperação Financeira	63.889,76	73.632,55	155.929,64	72.667,34	366.119,29
Sociedade Civil-Subsídios	0,00	0,00	1.570.634,93	2.079.404,00	3.650.038,93
Outras Despesas	7.681,82	34.852,32	73.183,17	69.997,00	185.714,32
TOTAL	273.737,66	351.023,57	2.018.694,72	2.369.891,54	5.013.347,50

Gráfico n.º2

(em EUROS)



Cooperação Bilateral do MTS Cabo Verde

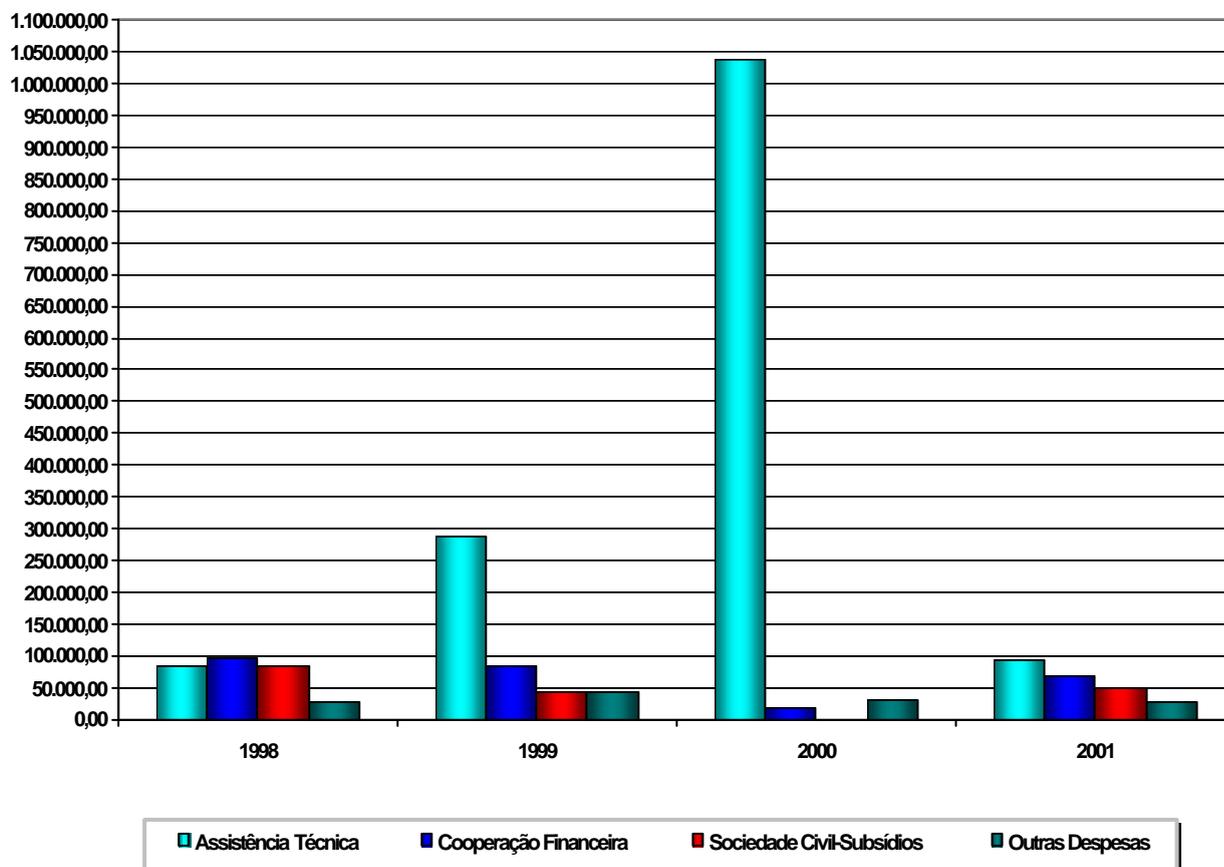
Quadro n.º3

(em EUROS)

Ano	1998	1999	2000	2001	TOTAL
Descrição					
Assistência Técnica	85.770,10	286.823,83	1.038.880,06	92.656,88	1.504.130,87
Cooperação Financeira	96.566,29	82.975,42	17.188,63	67.943,02	264.673,35
Sociedade Civil-Subsídios	85.174,73	44.592,53	0,00	49.879,79	179.647,05
Outras Despesas	27.985,72	44.084,92	31.782,06	28.824,71	132.677,41
TOTAL	295.496,84	458.476,70	1.087.850,75	239.304,41	2.081.128,69

Gráfico n.º3

(em EUROS)



Cooperação Bilateral do MTS Guiné-Bissau

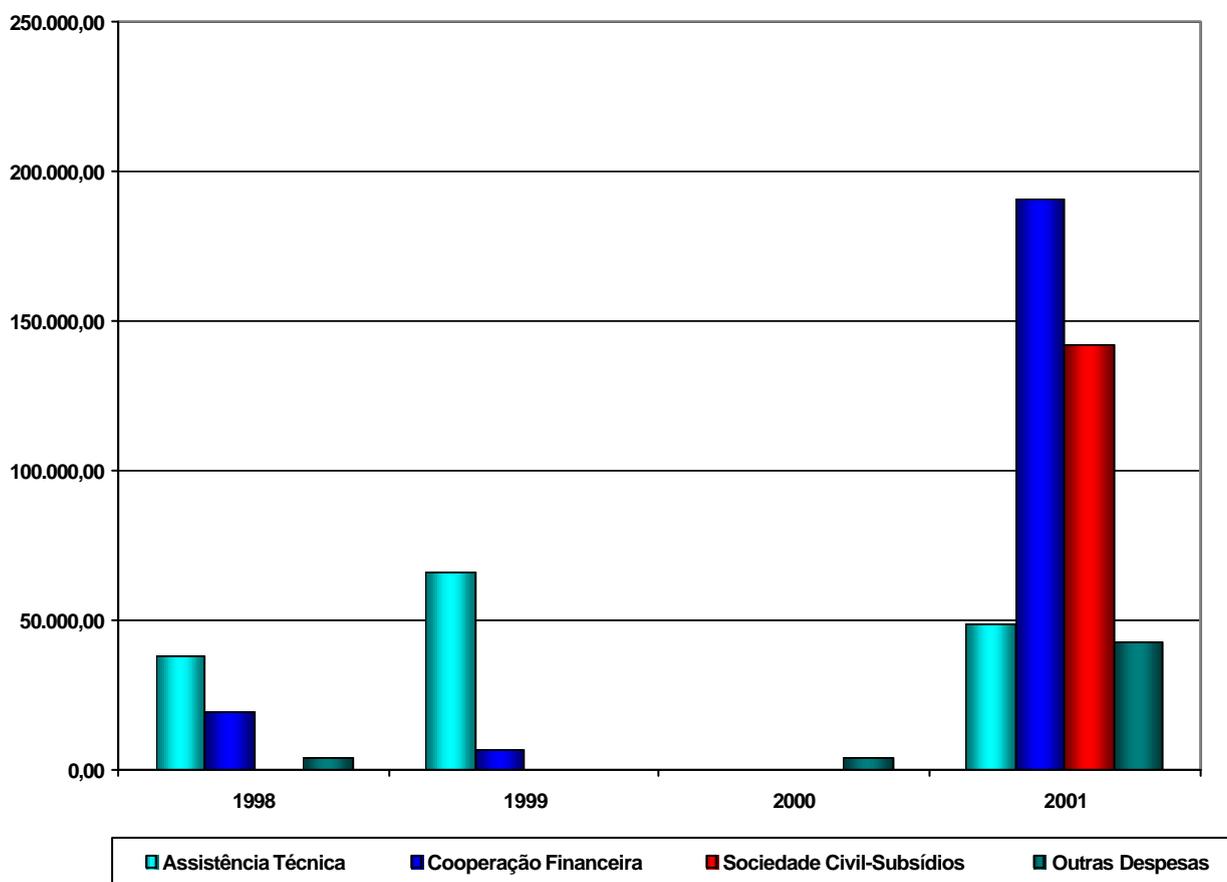
Quadro n.º4

(em EUROS)

Ano	1998	1999	2000	2001	TOTAL
Descrição					
Assistência Técnica	38.118,84	65.818,53	0,00	48.662,31	152.599,68
Cooperação Financeira	19.152,77	6.842,51	0,00	190.571,64	216.566,92
Sociedade Civil-Subsídios	0,00	0,00	0,00	141.908,00	141.908,00
Outras Despesas	4.022,83	0,00	3.982,32	42.692,79	50.697,94
TOTAL	61.294,44	72.661,04	3.982,32	423.834,74	561.772,55

Gráfico n.º4

(em EUROS)



Cooperação Bilateral do MTS Moçambique

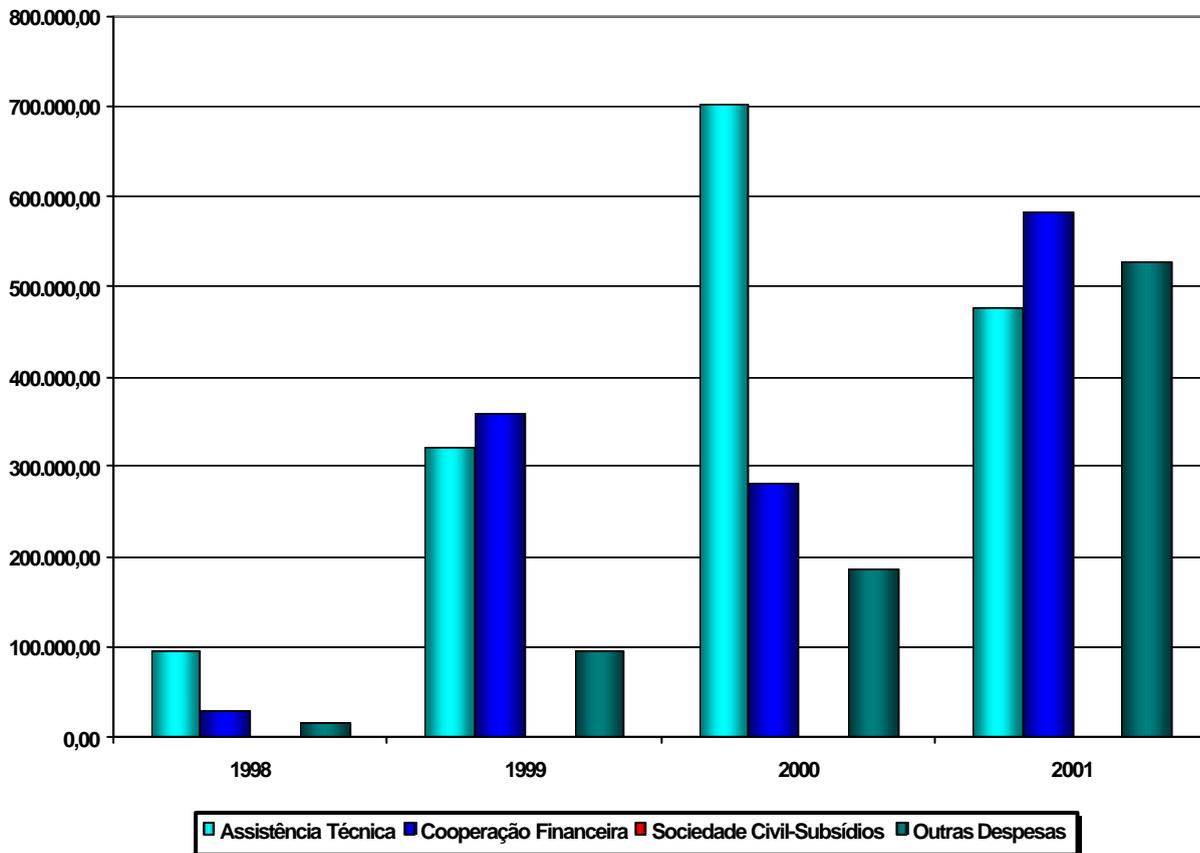
Quadro n.º5

(em EUROS)

Ano	1998	1999	2000	2001	TOTAL
Descrição					
Assistência Técnica	94.841,58	320.253,39	700.490,21	476.505,34	1.592.090,51
Cooperação Financeira	29.432,33	358.467,36	282.059,23	581.471,52	1.251.430,44
Sociedade Civil-Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas	15.027,25	95.179,49	186.854,25	527.294,25	824.355,23
TOTAL	139.301,16	773.900,24	1.169.403,69	1.585.271,10	3.667.876,19

Gráfico n.º5

(em EUROS)



Cooperação Bilateral do MTS São Tomé e Príncipe

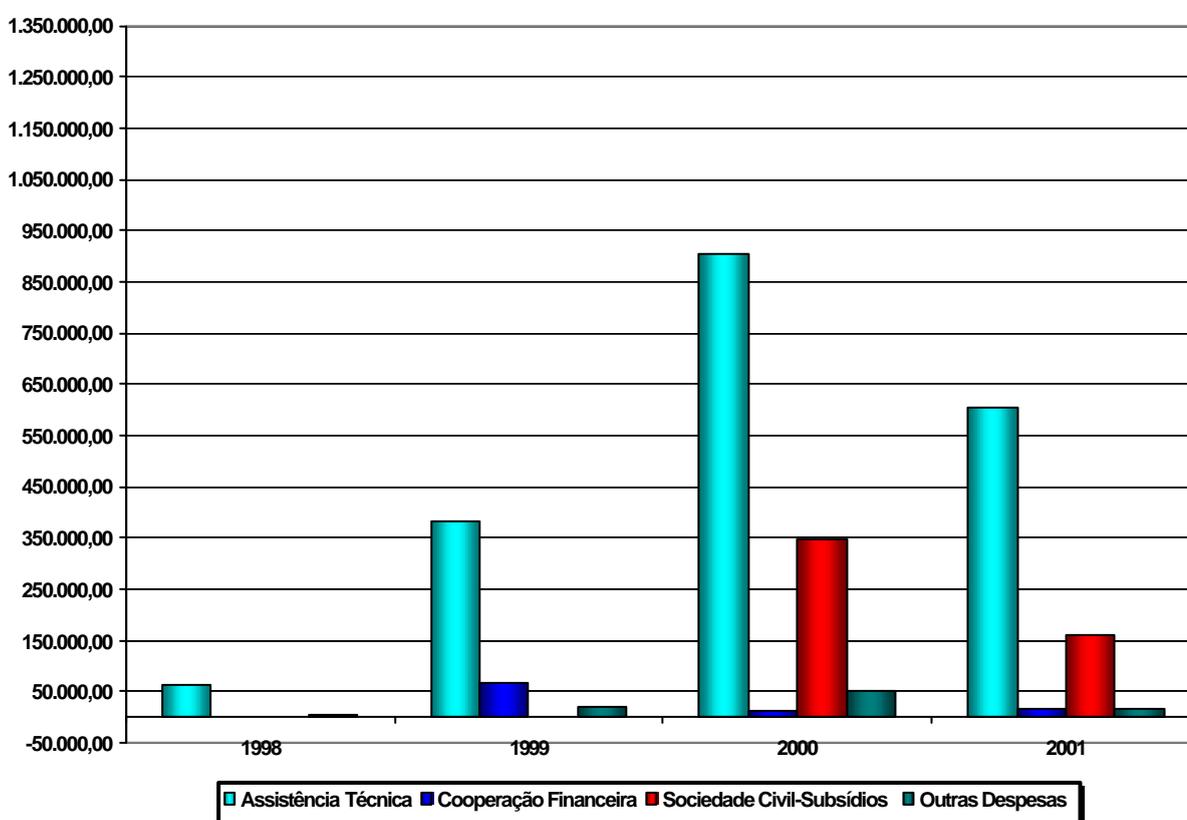
Quadro n.º6

(em EUROS)

Ano	1998	1999	2000	2001	TOTAL
Assistência Técnica	64.485,33	382.487,84	903.190,96	604.470,63	1.954.634,76
Cooperação Financeira	0,00	68.961,04	12.910,02	16.306,61	98.177,67
Sociedade Civil-Subsídios	0,00	0,00	345.994,56	159.615,33	505.609,89
Outras Despesas	5.386,48	21.049,98	52.661,90	16.270,79	95.369,16
TOTAL	69.871,81	472.498,86	1.314.757,44	796.663,36	2.653.791,47

Gráfico n.º6

(em EUROS)



Cooperação Bilateral do MTS Despesas Comuns (não distribuídas)

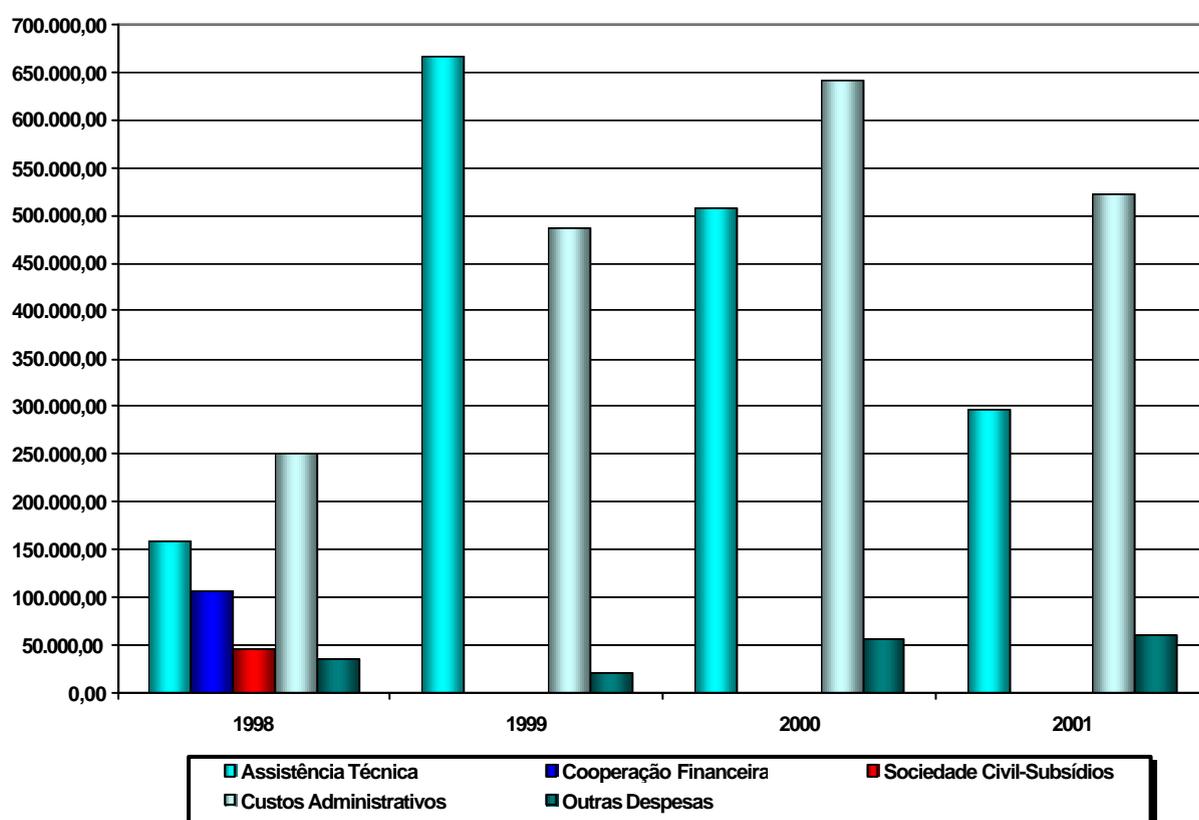
Quadro n.º7

(em EUROS)

Ano	1998	1999	2000	2001	TOTAL
Descrição					
Assistência Técnica	159.550,23	665.605,87	507.071,80	297.003,14	1.629.231,04
Cooperação Financeira	106.843,77	0,00	0,00	0,00	106.843,77
Sociedade Civil-Subsídios	44.592,53	0,00	0,00	0,00	44.592,53
Custos Administrativos	250.704,21	486.187,46	641.035,13	523.154,44	1.901.081,24
Outras Despesas	35.627,83	21.209,82	57.226,18	60.385,80	174.449,62
TOTAL	597.318,57	1.173.003,15	1.205.333,11	880.543,38	3.856.198,20

Gráfico n.º7

(em EUROS)



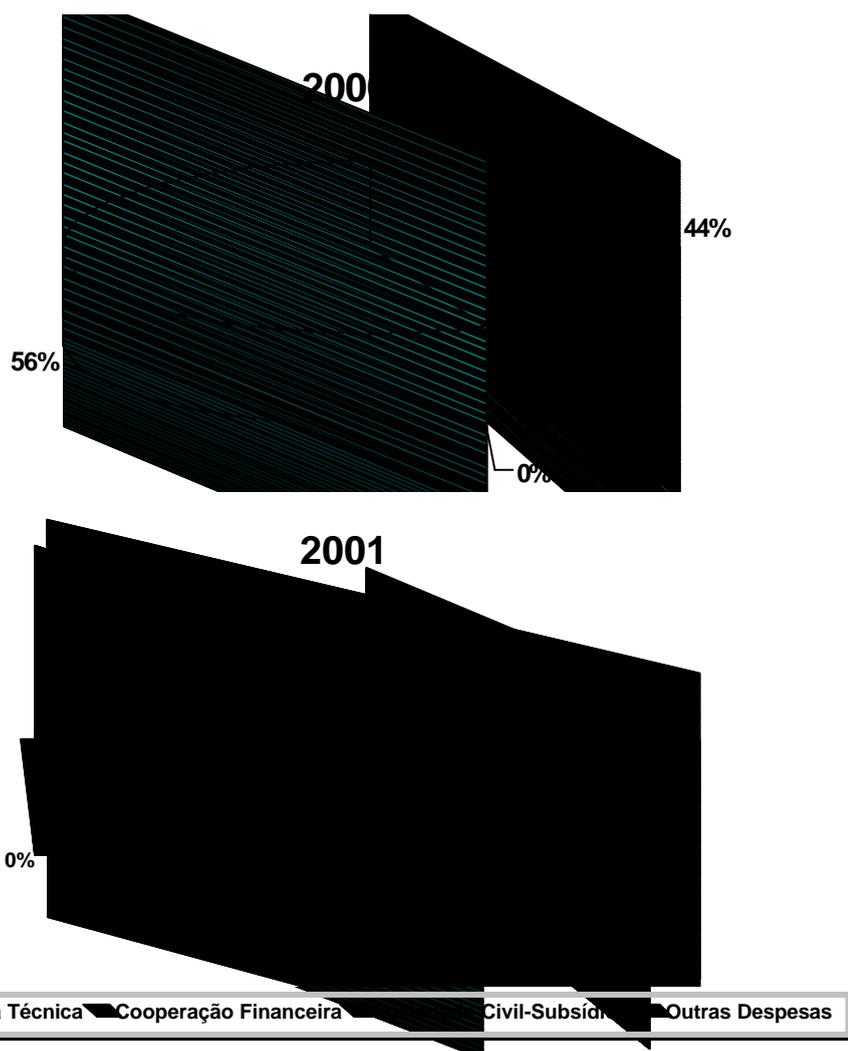
Cooperação Bilateral do MTS Timor-Leste

Quadro n.º8

(em EUROS)

Ano	1998	1999	2000	2001	TOTAL
Descrição					
Assistência Técnica	0,00	0,00	25.435,70	74.360,79	99.796,49
Cooperação Financeira	0,00	0,00	0,00	418.965,29	418.965,29
Sociedade Civil-Subsídios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas	0,00	0,00	32.676,20	204.710,16	237.386,35
TOTAL	0,00	0,00	58.111,90	698.036,24	756.148,14

Gráfico nº 8



Cooperação Bilateral do MTS

Assistência técnica

Quadro n.º9

(em EUROS)

Ano	1998	1999	2000	2001	TOTAL
Descrição					
Equipamentos sociais	1.139,23	12.882,70	1.429.296,57	586.531,94	2.029.850,45
Formação	95.692,62	406.482,12	531.083,65	340.115,09	1.373.373,48
Outras	548.100,31	1.544.163,34	1.433.635,50	814.835,25	4.340.734,39
TOTAL	644.932,16	1.963.528,16	3.394.015,72	1.741.482,28	7.743.958,32

Cooperação Financeira

Quadro n.º10

(em EUROS)

Ano	1998	1999	2000	2001	TOTAL
Descrição					
Informático	0,00	76.650,88	106.029,05	122.013,27	304.693,20
Mobiliário	0,00	62.767,63	28.420,45	28.033,89	119.221,97
Material transporte	0,00	280.950,61	154.694,03	130.185,47	565.830,11
Ar condicionado	0,00	6.170,66	16.341,50	32.449,60	54.961,76
Material Didáctico e de escritório	0,00	26.715,70	61.716,55	56.458,73	144.890,98
Comunicações	0,00	3.659,74	2.205,87	2.804,14	8.669,75
Outros	0,00	44.082,12	3.450,49	23.959,71	71.492,31
Equipamento a cargo do IEFP não especificado	315.884,92	89.881,53	95.229,58	952.020,63	1.453.016,66
TOTAL	315.884,92	590.878,87	468.087,52	1.347.925,43	2.722.776,73

Cooperação Bilateral do MTS

Assistência técnica/Cooperação Financeira

Gráfico n.º9

1998



Gráfico n.º10

1999

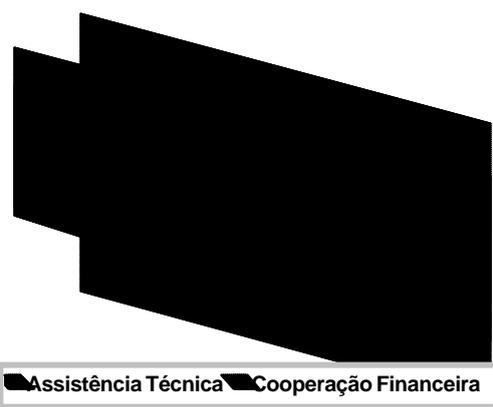


Gráfico n.º11

2000

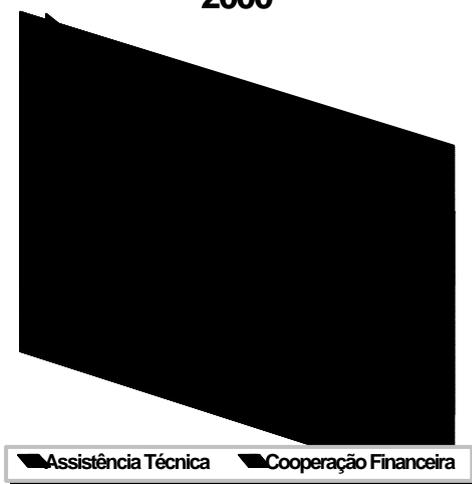


Gráfico n.º12

2001



Evolução da Assistência Técnica 1998-2001

Gráfico nº 13

(em EUROS)

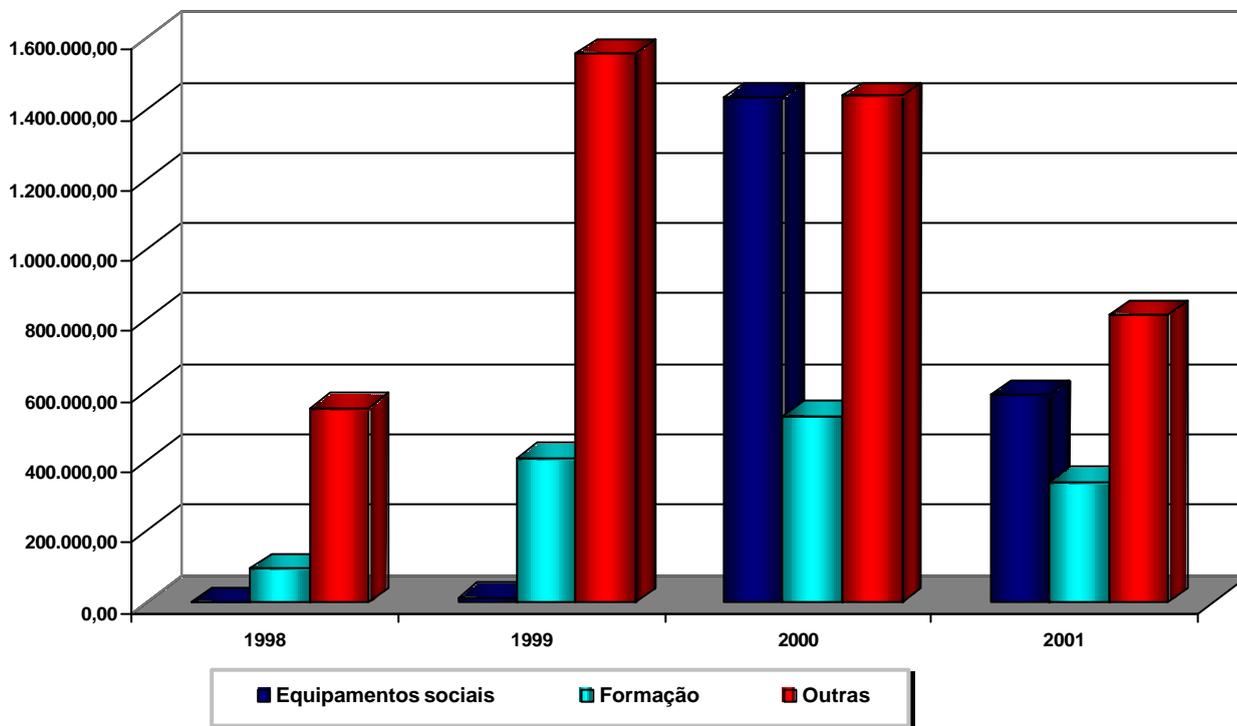


Gráfico nº 14

Cooperação Financeira 1999

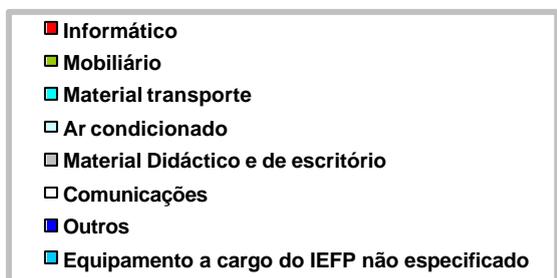
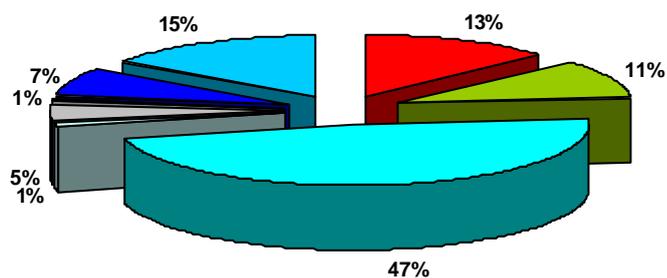


Gráfico nº 15

Cooperação Financeira 2000

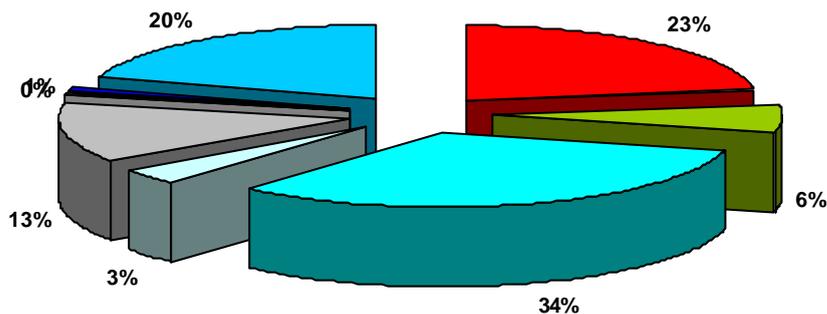
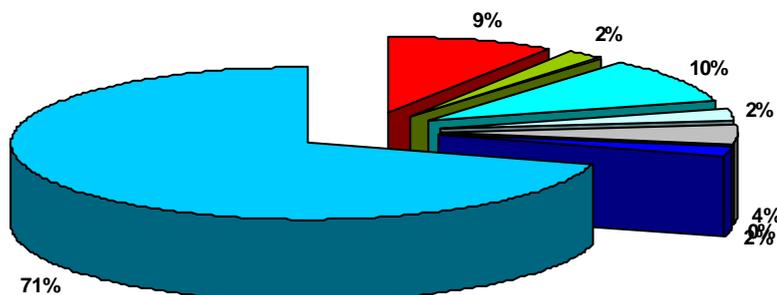


Gráfico nº 16

Cooperação Financeira 2001



- Informático
- Mobiliário
- Material transporte
- Ar condicionado
- Material Didático e de escritório
- Comunicações
- Outros
- Equipamento a cargo do IEFP não especificado

Cooperação Bilateral - Angola

Assistência técnica

Quadro n.º11

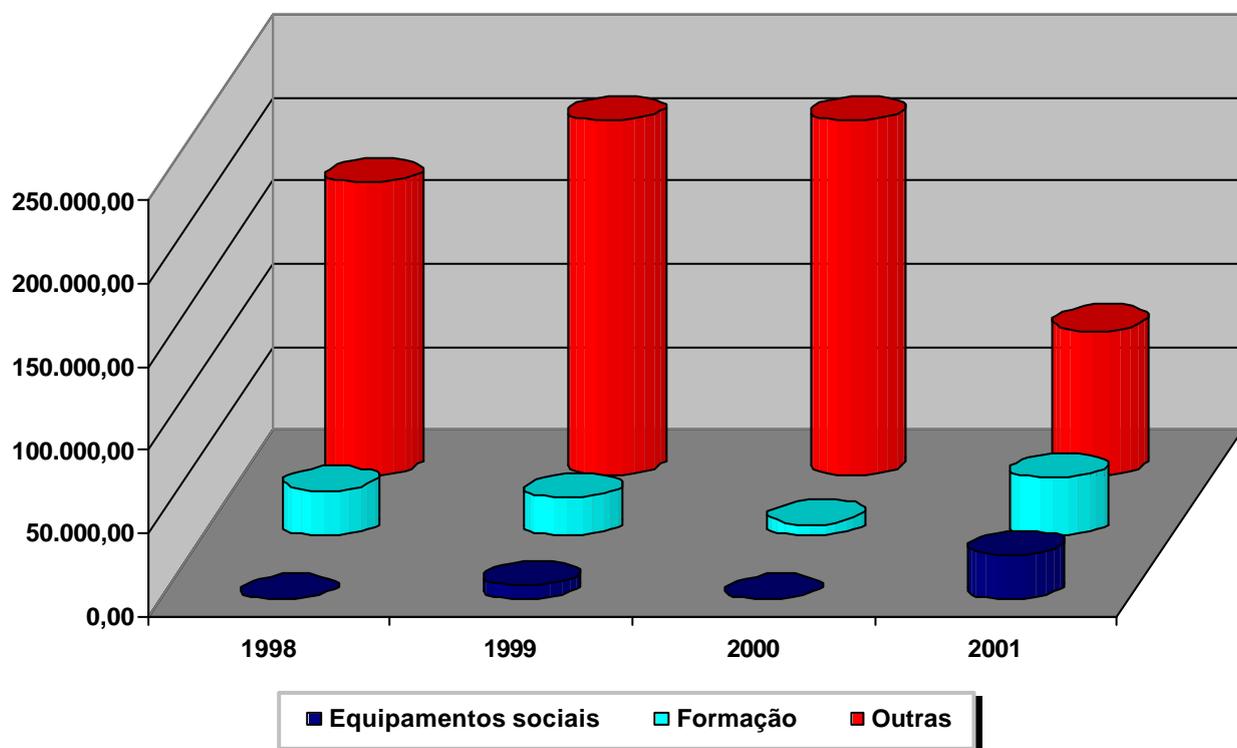
(em EUROS)

Ano	1998	1999	2000	2001	TOTAL
Equipamentos sociais	0,00	8.011,80	0,00	26.156,00	34.167,80
Formação	27.782,86	22.917,55	7.352,28	35.178,27	93.230,96
Outras	174.383,22	211.609,35	211.594,71	86.488,92	684.076,20
TOTAL	202.166,08	242.538,70	218.946,99	147.823,19	811.474,96

Evolução da Assistência Técnica - Angola 1998-2001

Gráfico nº 17

(em EUROS)



Cooperação Financeira

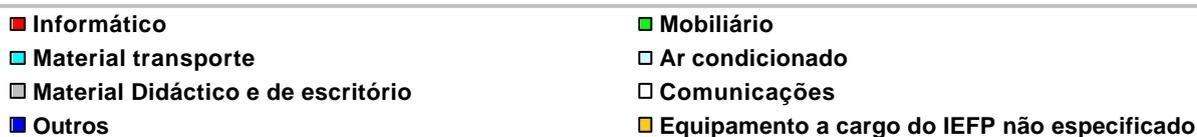
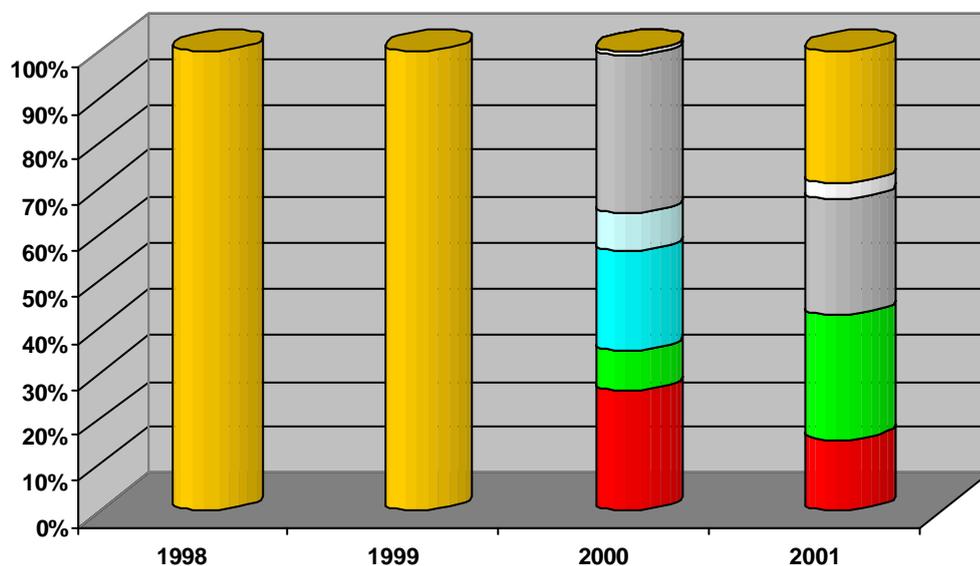
Quadro n.º 12

(em EUROS)

Ano	1998	1999	2000	2001	TOTAL
Descrição					
Informático	0,00	0,00	40.632,56	11.221,39	51.853,95
Mobiliário	0,00	0,00	13.861,28	19.831,13	33.692,41
Material transporte	0,00	0,00	33.667,16	0,00	33.667,16
Ar condicionado	0,00	0,00	12.710,93	0,00	12.710,93
Material Didáctico e de escritório	0,00	0,00	53.783,14	18.390,50	72.173,64
Comunicações	0,00	0,00	1.274,56	2.204,98	3.479,54
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento a cargo do IEFP não especificado	63.889,76	73.632,55	0,00	21.019,34	158.541,65
TOTAL	63.889,76	73.632,55	155.929,64	72.667,34	366.119,29

Evolução da Cooperação Financeira - Angola 1998-2001

Gráfico n.º 18



Cooperação Bilateral - Cabo Verde

Assistência técnica

Quadro n.º13

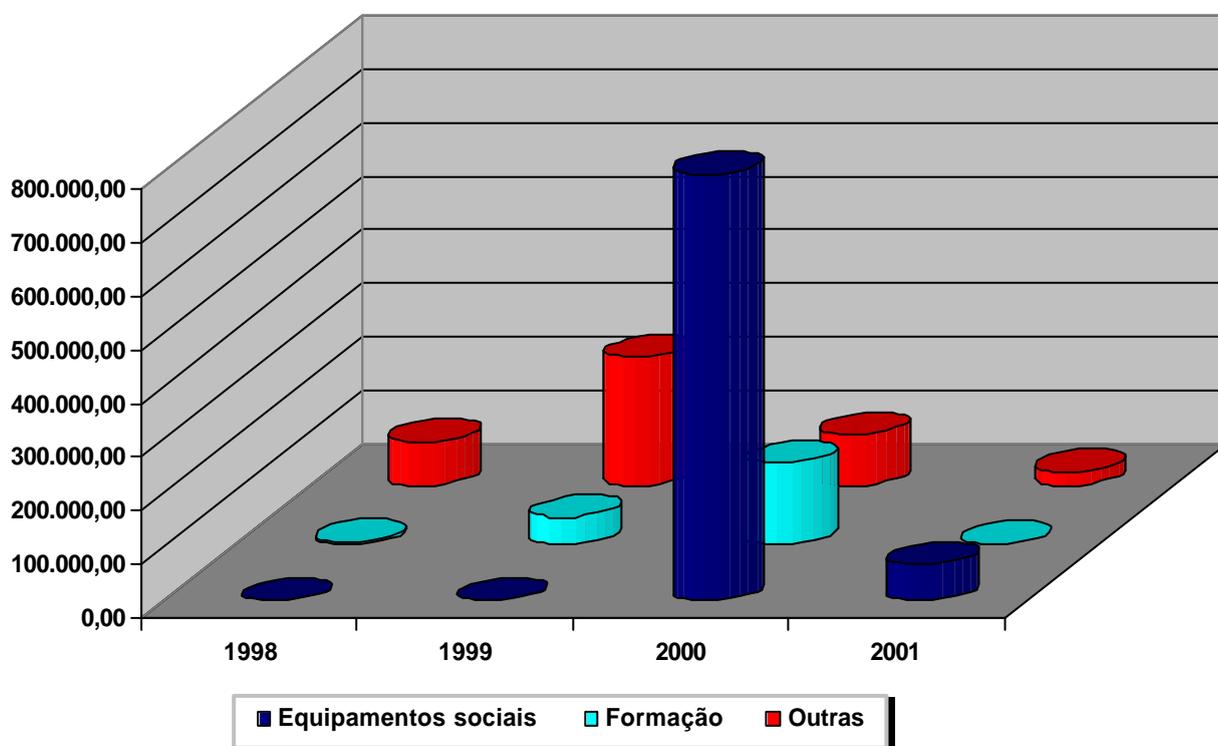
(em EUROS)

Ano	1998	1999	2000	2001	TOTAL
Equipamentos sociais	1.139,23	0,00	794.784,26	66.712,05	862.635,54
Formação	3.588,88	48.727,80	147.355,95	0,00	199.672,62
Outras	81.041,99	238.096,03	96.739,85	25.944,83	441.822,70
TOTAL	85.770,10	286.823,83	1.038.880,06	92.656,88	1.504.130,87

Evolução da Assistência Técnica - Cabo Verde 1998-2001

Gráfico nº 19

(em EUROS)



Cooperação Financeira

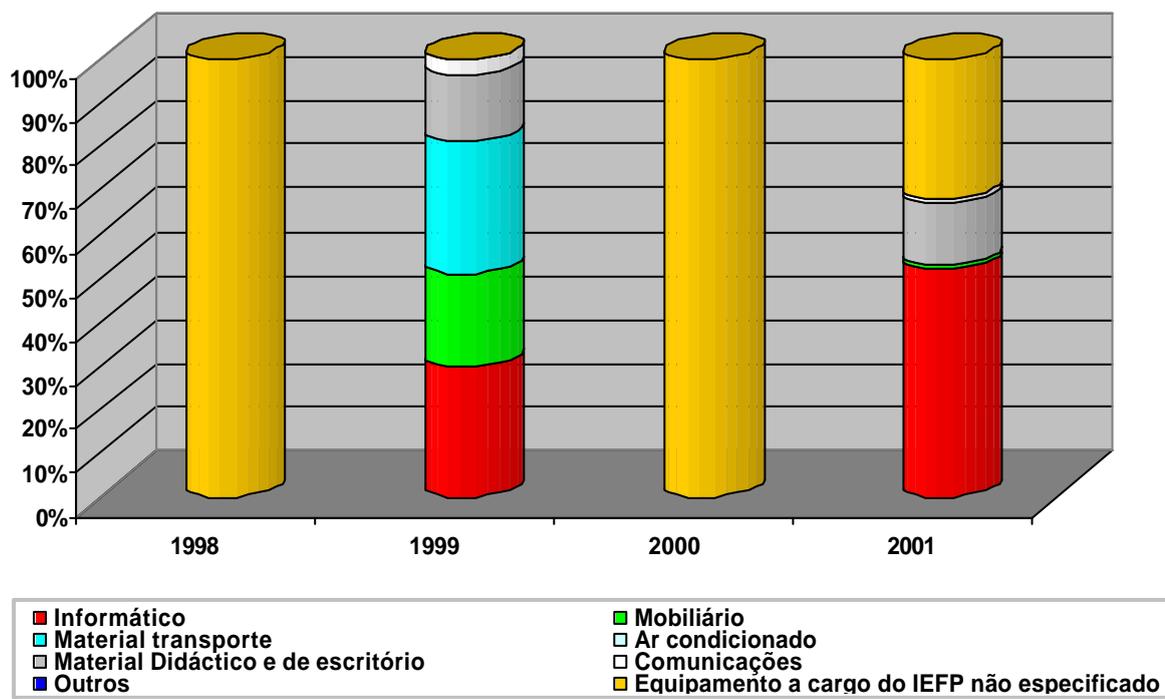
Quadro n.º14

(em EUROS)

Ano	1998	1999	2000	2001	TOTAL
Descrição					
Informático	0,00	24.622,32	0,00	35.227,66	59.849,98
Mobiliário	0,00	17.757,97	0,00	726,25	18.484,22
Material transporte	0,00	24.988,22	0,00	0,00	24.988,22
Ar condicionado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Material Didático e de escritório	0,00	12.491,83	9,95	9.687,26	22.189,05
Comunicações	0,00	2.988,10	0,00	599,16	3.587,26
Outros	0,00	126,96	0,00	0,00	126,96
Equipamento a cargo do IEFP não especificado	96.566,29	0,00	17.178,68	21.702,70	135.447,66
TOTAL	96.566,29	82.975,42	17.188,63	67.943,02	264.673,35

Evolução da Cooperação Financeira - Cabo Verde 1998-2001

Gráfico nº 20



Cooperação Bilateral - Guiné Bissau

Assistência técnica

Quadro n.º15

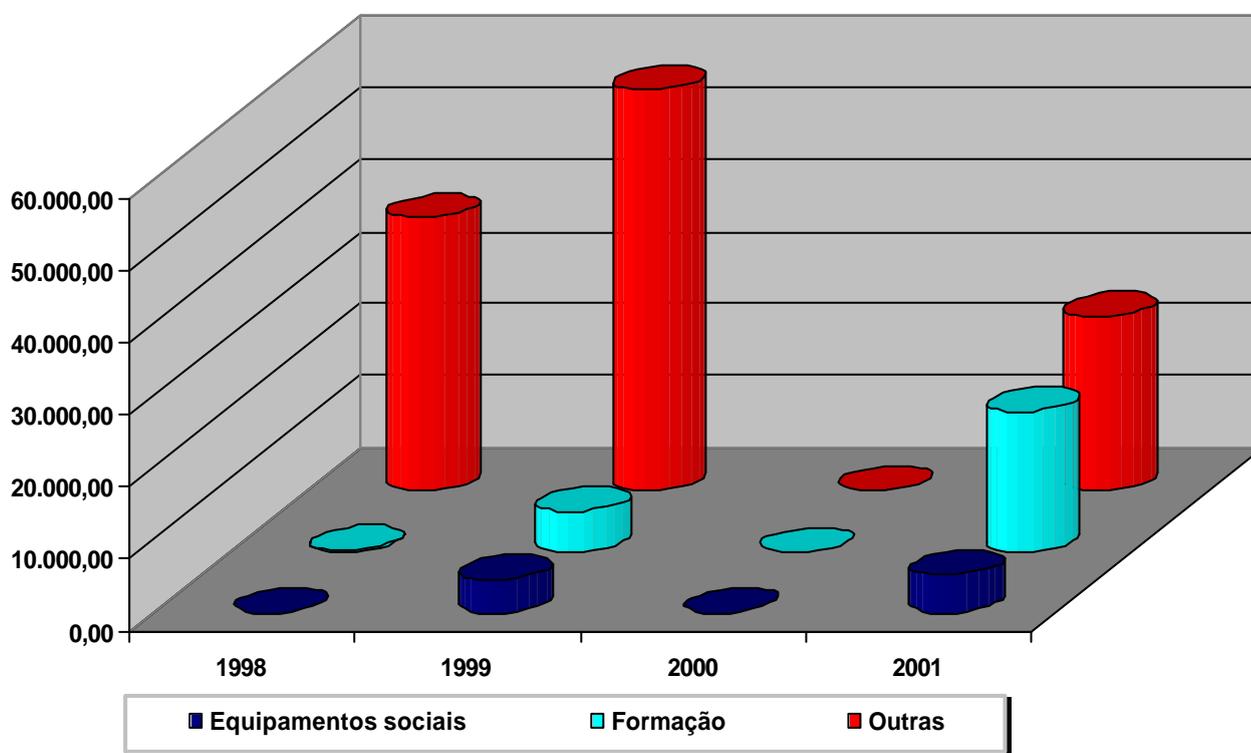
(em EUROS)

Ano	1998	1999	2000	2001	TOTAL
Equipamentos sociais	0,00	4.669,52	0,00	5.202,28	9.871,80
Formação	238,43	5.521,69	0,00	19.366,86	25.126,98
Outras	37.880,41	55.627,32	0,00	24.093,17	117.600,90
TOTAL	38.118,84	65.818,53	0,00	48.662,31	152.599,68

Evolução da Assistência Técnica - Guiné Bissau 1998-2001

Gráfico nº 21

(em EUROS)



Cooperação Financeira

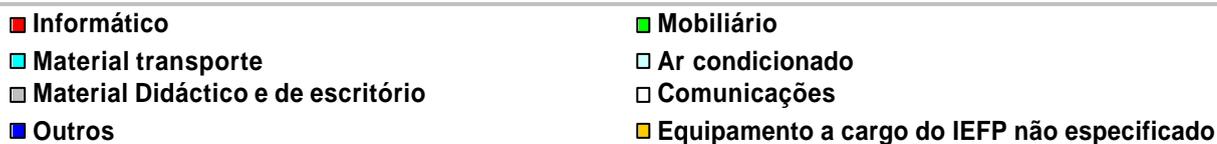
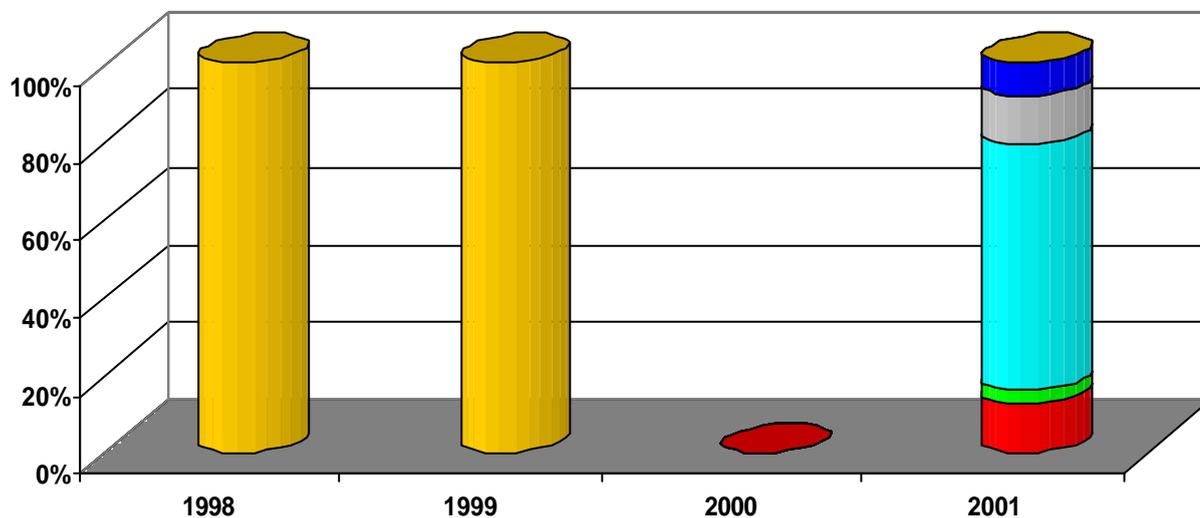
Quadro n.º16

(em EUROS)

Descrição \ Ano	1998	1999	2000	2001	TOTAL
Informático	0,00	0,00	0,00	23.839,78	23.839,78
Mobiliário	0,00	0,00	0,00	6.209,36	6.209,36
Material transporte	0,00	0,00	0,00	120.899,25	120.899,25
Ar condicionado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Material Didáctico e de escritório	0,00	0,00	0,00	23.705,89	23.705,89
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	15.917,37	15.917,37
Equipamento a cargo do IEFP não especificado	19.152,77	6.842,51	0,00	0,00	25.995,28
TOTAL	19.152,77	6.842,51	0,00	190.571,64	216.566,92

Evolução da Cooperação Financeira - Guiné Bissau 1998-2001

Gráfico nº 22



Cooperação Bilateral - Moçambique

Assistência técnica

Quadro n.º17

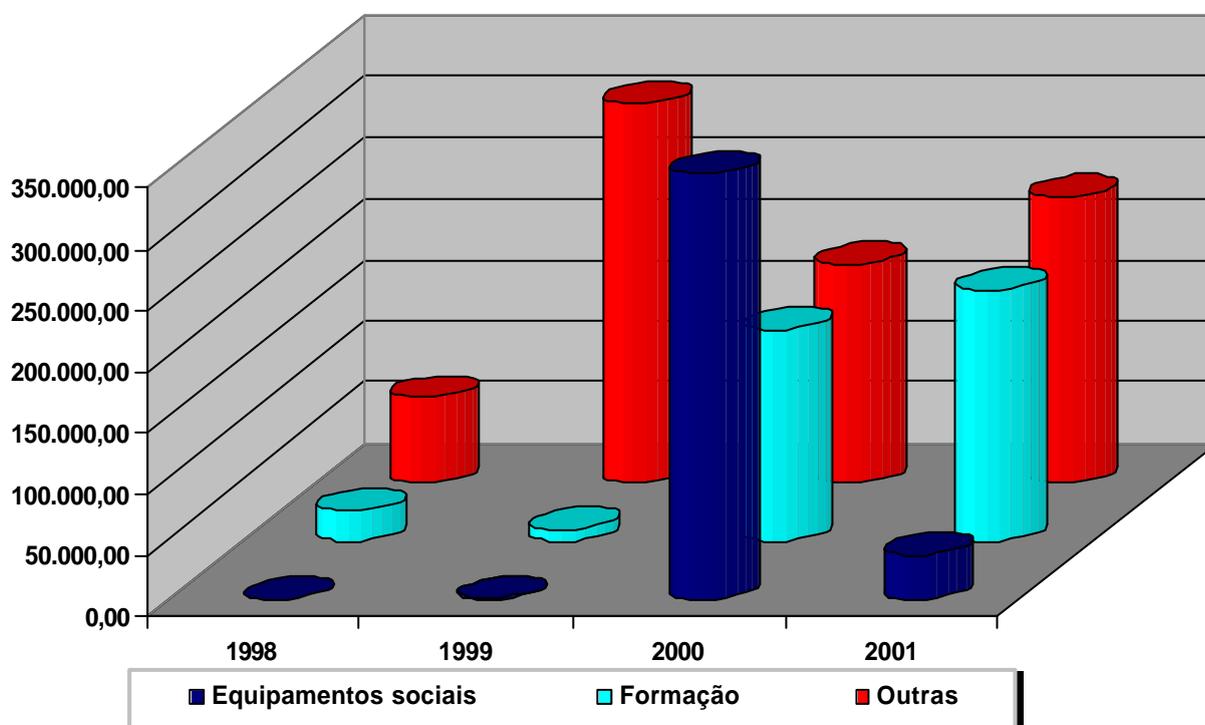
(em EUROS)

Ano / Descrição	1998	1999	2000	2001	TOTAL
Equipamentos sociais	0,00	201,39	347.922,97	36.054,22	384.178,58
Formação	25.071,10	9.059,92	173.116,48	206.265,32	413.512,81
Outras	69.770,48	310.992,08	179.450,76	234.185,80	794.399,13
TOTAL	94.841,58	320.253,39	700.490,21	476.505,34	1.592.090,51

Evolução da Assistência Técnica - Moçambique 1998-2001

Gráfico n.º 23

(em EUROS)



Cooperação Financeira

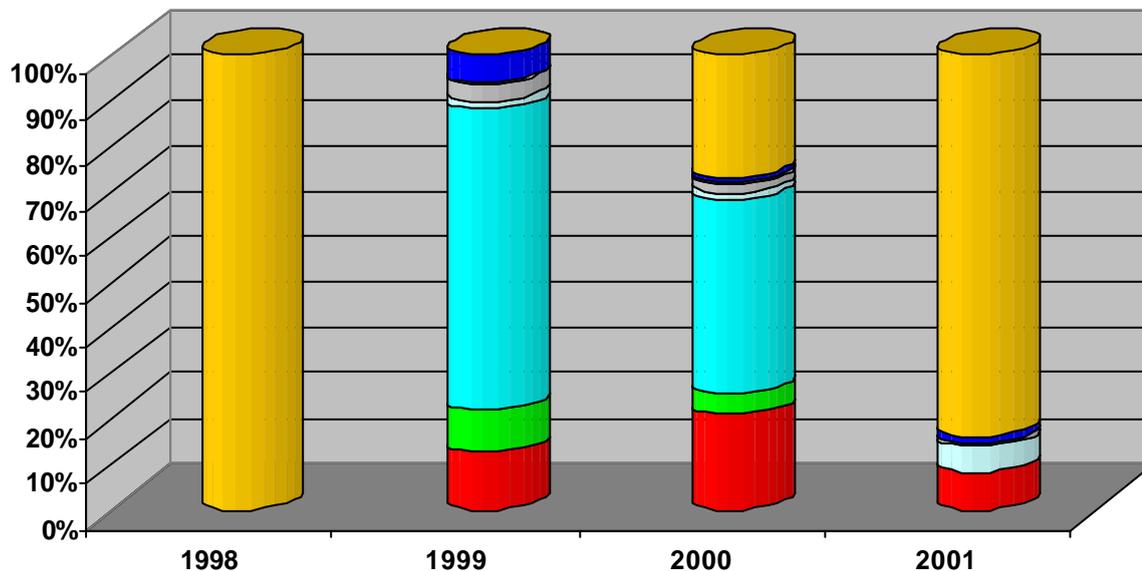
Quadro n.º18

(em EUROS)

Ano	1998	1999	2000	2001	TOTAL
Descrição					
Informático	0,00	44.421,56	58.593,11	47.205,28	150.219,94
Mobiliário	0,00	33.517,57	12.788,16	1.267,16	47.572,88
Material transporte	0,00	237.482,37	121.026,87	0,00	358.509,23
Ar condicionado	0,00	6.170,66	3.630,57	32.449,60	42.250,83
Material Didáctico e de escritório	0,00	14.223,87	6.317,16	4.675,08	25.216,10
Comunicações	0,00	671,64	846,36	0,00	1.518,00
Outros	0,00	21.979,70	3.151,03	7.975,25	33.105,97
Equipamento a cargo do IEFP não especificado	29.432,33	0,00	75.705,99	487.899,16	593.037,49
TOTAL	29.432,33	358.467,36	282.059,23	581.471,52	1.251.430,44

Evolução da Cooperação Financeira - Moçambique 1998-2001

Gráfico nº 24



- | | |
|--------------------------------------|--|
| ■ Informático | ■ Mobiliário |
| ■ Material transporte | □ Ar condicionado |
| □ Material Didáctico e de escritório | □ Comunicações |
| ■ Outros | ■ Equipamento a cargo do IEFP não especificado |

Cooperação Bilateral - São Tomé e Príncipe

Assistência técnica

Quadro n.º19

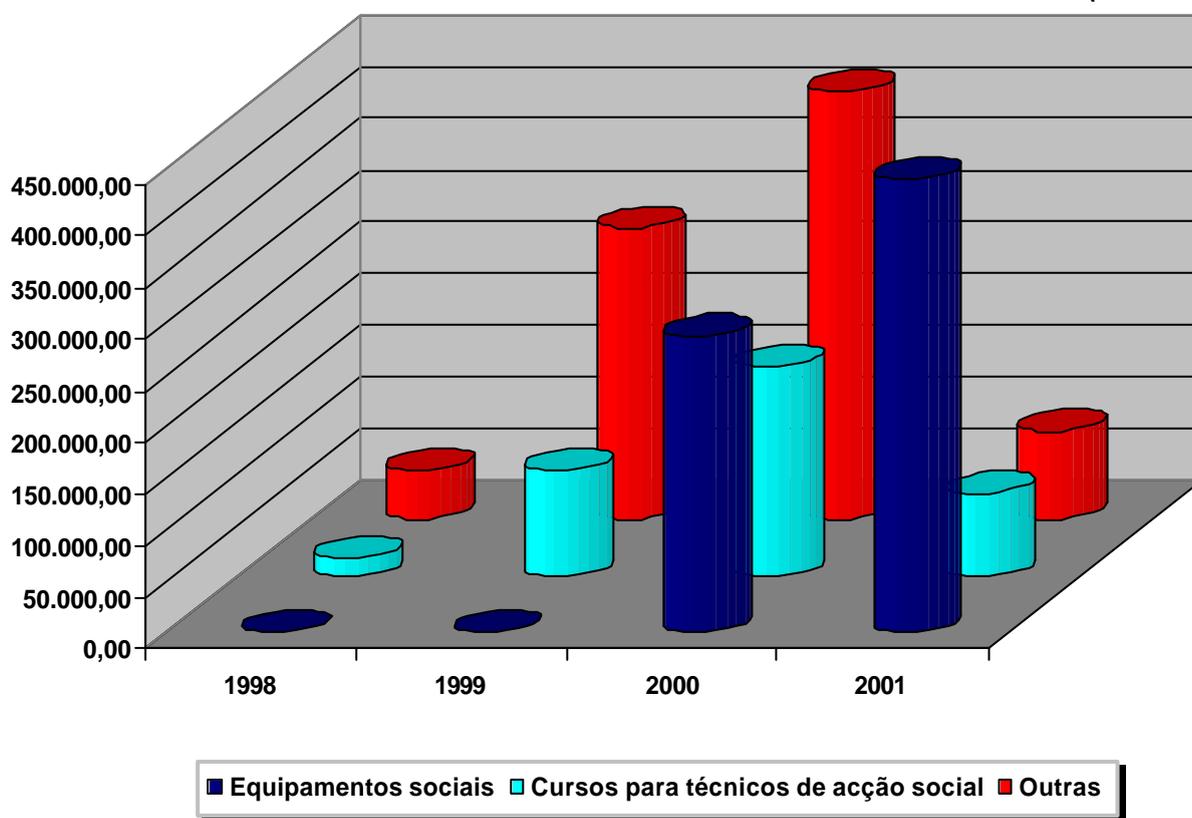
(em EUROS)

Ano	1998	1999	2000	2001	TOTAL
Descrição					
Equipamentos sociais	0,00	0,00	286.589,35	438.944,83	725.534,18
Cursos para técnicos de acção social	16.378,03	101.394,73	203.258,94	79.304,65	400.336,35
Outras	48.107,30	281.093,10	413.342,68	86.221,15	828.764,23
TOTAL	64.485,33	382.487,84	903.190,96	604.470,63	1.954.634,76

Evolução da Assistência Técnica - São Tomé e Príncipe 1998-2001

Gráfico nº 25

(em EUROS)



Cooperação Financeira

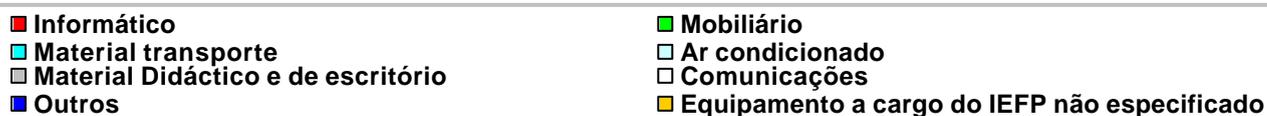
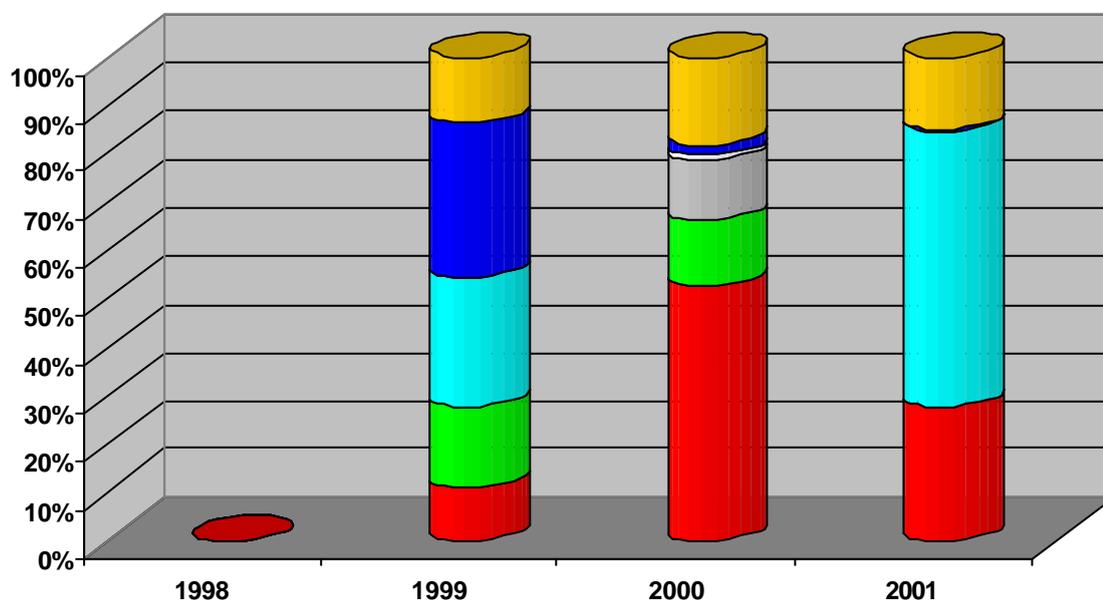
Quadro n.º20

(em EUROS)

Ano / Descrição	1998	1999	2000	2001	TOTAL
Informático	0,00	7.607,00	6.803,38	4.519,17	18.929,55
Mobiliário	0,00	11.492,08	1.771,01	0,00	13.263,10
Material transporte	0,00	18.480,02	0,00	9.286,22	27.766,24
Ar condicionado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Material Didáctico e de escritório	0,00	0,00	1.606,30	0,00	1.606,30
Comunicações	0,00	0,00	84,95	0,00	84,95
Outros	0,00	21.975,46	299,46	67,09	22.342,01
Equipamento a cargo do IEFP não especificado	0,00	9.406,48	2.344,91	2.434,13	14.185,52
TOTAL	0,00	68.961,04	12.910,02	16.306,61	98.177,67

Evolução da Cooperação Financeira - São tomé e Príncipe 1998-2001

Gráfico nº 26



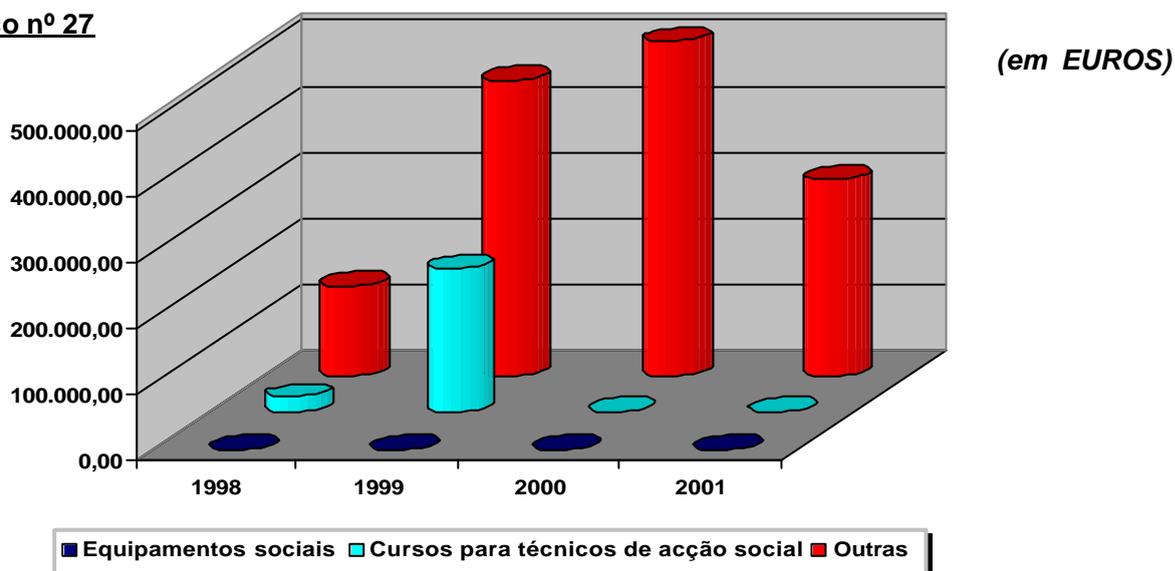
Cooperação Bilateral - Comuns (não distribuídas)

Quadro n.º21 Assistência técnica (em EUROS)

Descrição \ Ano	1998	1999	2000	2001	TOTAL
Equipamentos sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cursos para técnicos de acção social	22.633,33	218.860,42	0,00	0,00	241.493,75
Outras	136.916,90	446.745,45	507.071,80	297.003,14	1.387.737,29
TOTAL	159.550,23	665.605,87	507.071,80	297.003,14	1.629.231,04

Evolução da Assistência Técnica - Comuns (não distribuídas) 1998-2001

Gráfico n.º 27



Cooperação Financeira

Quadro n.º22 (em EUROS)

Descrição \ Ano	1998	1999	2000	2001	TOTAL
Informático	-	-	-	-	0,00
Mobiliário	-	-	-	-	0,00
Material transporte	-	-	-	-	0,00
Ar condicionado	-	-	-	-	0,00
Material Didáctico e de escritório	-	-	-	-	0,00
Comunicações	-	-	-	-	0,00
Outros	-	-	-	-	0,00
Equipamento a cargo do IEFP não especificado	106.843,77	0,00	0,00	0,00	106.843,77
TOTAL	106.843,77	0,00	0,00	0,00	106.843,77

Cooperação Bilateral - Timor-Leste

Assistência técnica

Quadro n.º23

(em EUROS)

Ano	1998	1999	2000	2001	TOTAL
Descrição					
Equipamentos sociais	0,00	0,00	0,00	13.462,56	13.462,56
Cursos para técnicos de acção social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	25.435,70	60.898,24	86.333,94
TOTAL	0,00	0,00	25.435,70	74.360,79	99.796,49

Cooperação Financeira

Quadro n.º24

(em EUROS)

Ano	1998	1999	2000	2001	TOTAL
Descrição					
Informático	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Material transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ar condicionado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Material Didáctico e de escritório	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento a cargo do IEPF não especificado	0,00	0,00	0,00	418.965,29	418.965,29
TOTAL	0,00	0,00	0,00	418.965,29	418.965,29

Cooperação Externa do MTS 1998-2001

Quadro n.º25

1998			1999		
Orçamento	Execução	%	Orçamento	Execução	%
5.271.291,19	2.492.354,79	47,3%	4.788.459,81	3.976.536,73	83,0%
2000			2001		
Orçamento	Execução	%	Orçamento	Execução	%
9.162.917,37	8.327.987,34	90,9%	12.564.308,02	8.075.425,30	64,3%

Gráfico nº 28

Taxa de Execução 1998

(em EUROS)

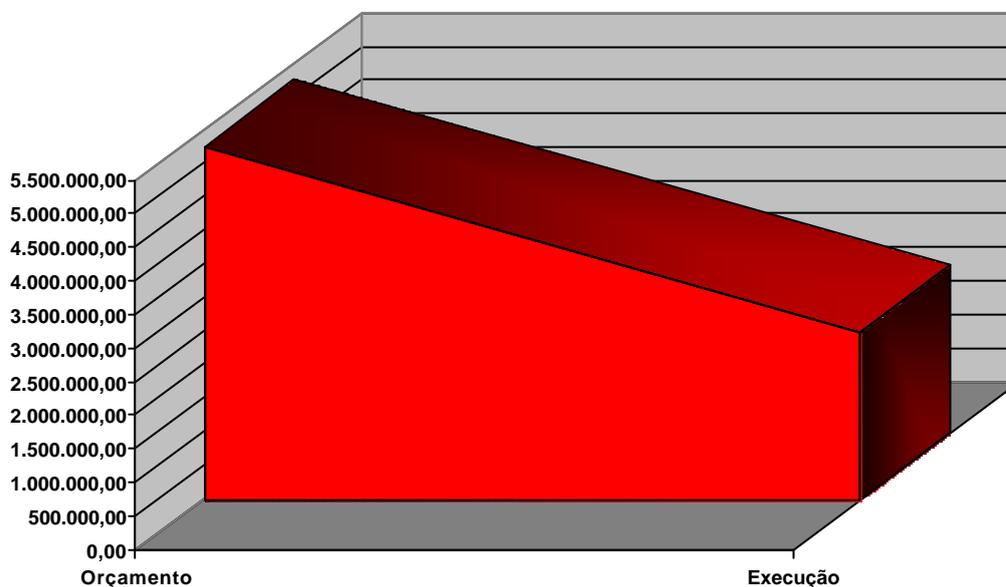


Gráfico nº 29

Taxa de Execução 1999

(em EUROS)

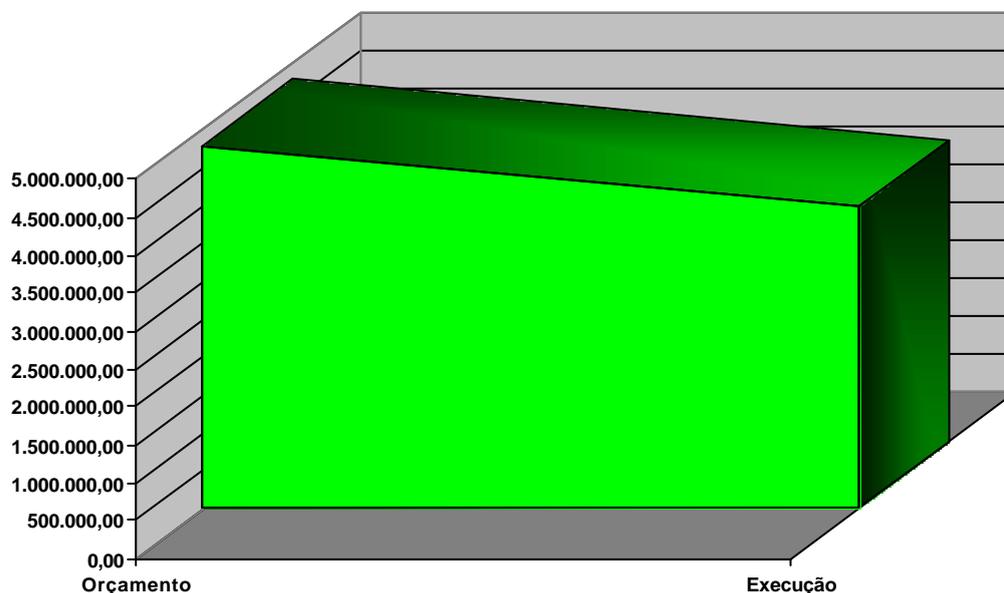


Gráfico nº 30

Taxa de Execução 2000

(em EUROS)

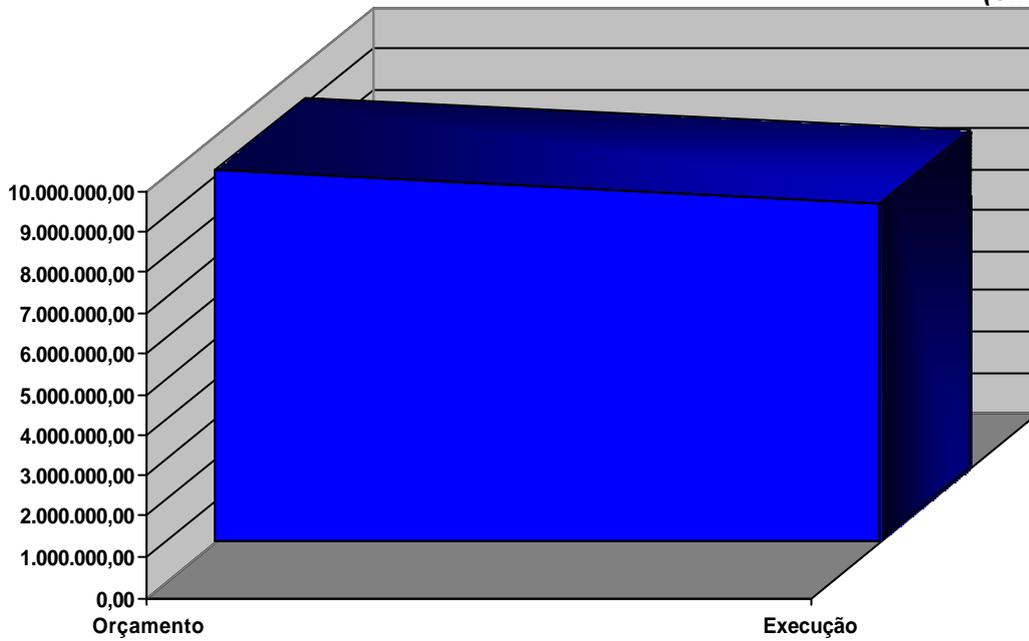
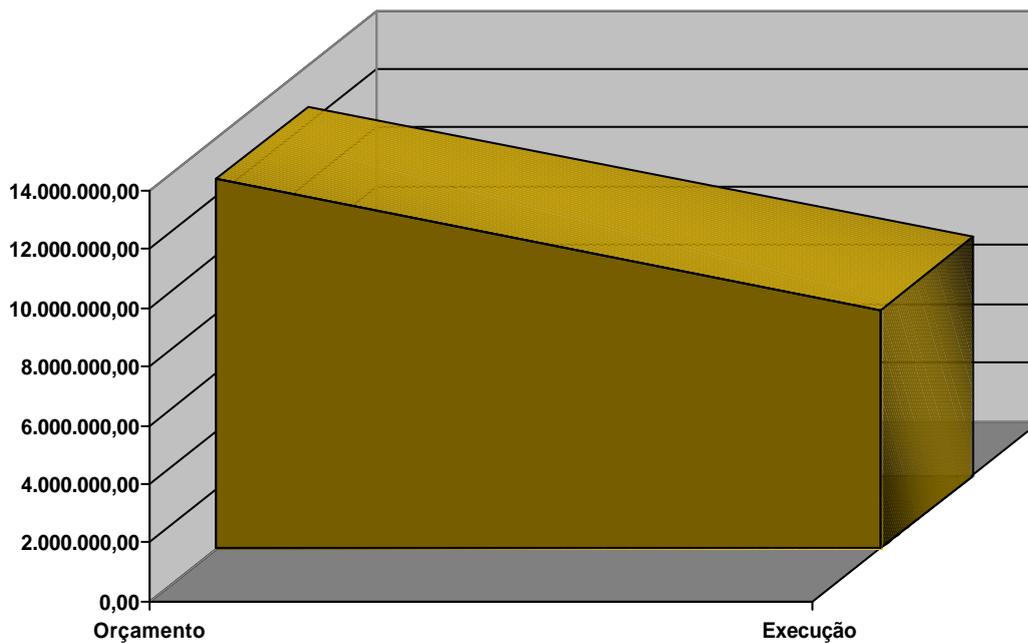


Gráfico nº 31

Taxa de Execução 2001

(em EUROS)

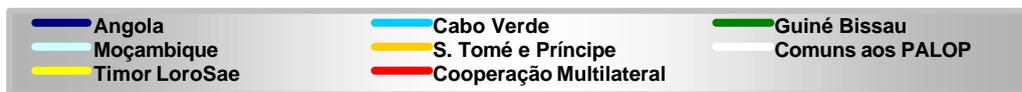
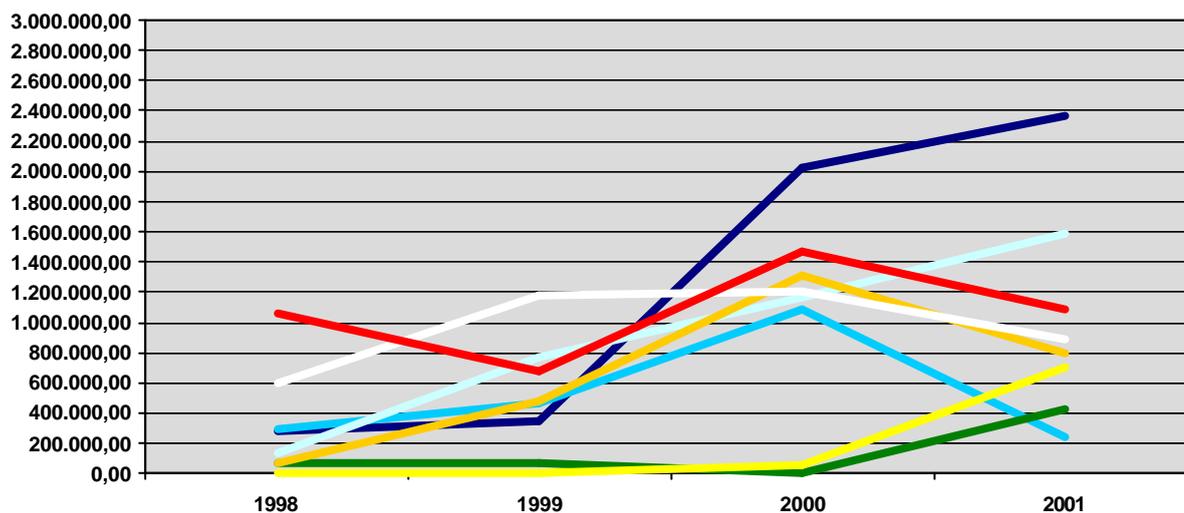


Ano	Descrição	Países						Total	
		Angola	Cabo Verde	Guiné Bissau	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	Comuns aos PALOP		Timor LoroSae
2022	Operações de Manutenção de Equipamentos	2 021 423,55	2 235 432,84	51 293,44	1 253 200,18	553 887,18	1 557 211,54	0,00	7 291 020,47
2023	Operações de Manutenção de Equipamentos	273.737,66	295.496,84	61.294,44	139.301,16	69.871,81	1.652.652,88	0,00	2.492.354,79
2024	Operações de Manutenção de Equipamentos	307 029,24	4 538 408,40	47 557,04	4 429 300,24	4 479 558,88	7 429 000,16	0,00	29 207 180,16
2025	Operações de Manutenção de Equipamentos	351.023,57	458.476,70	72.661,04	773.900,24	472.498,86	1.847.976,32	0,00	3.976.536,73
2026	Operações de Manutenção de Equipamentos	2 018 694,72	1 087.850,75	3 982,32	1 169.403,69	1 314.757,44	2 675.186,52	58 111,90	8 327 987,34
2027	Operações de Manutenção de Equipamentos	2 355 837,14	2 253 200,18	4 231 834,16	1 169 403,69	4 231 834,16	1 169 403,69	58 111,90	15 830 154,17
2028	Operações de Manutenção de Equipamentos	2 018 694,72	1 087 850,75	3 982,32	1 169 403,69	1 314 757,44	2 675 186,52	58 111,90	8 327 987,34
2029	Operações de Manutenção de Equipamentos	2 355 837,14	2 253 200,18	4 231 834,16	1 169 403,69	4 231 834,16	1 169 403,69	58 111,90	15 830 154,17
2030	Operações de Manutenção de Equipamentos	2 018 694,72	1 087 850,75	3 982,32	1 169 403,69	1 314 757,44	2 675 186,52	58 111,90	8 327 987,34
TOTAL	TOTAL GERAL	20 133 347,50	20 811 128,69	423 834,74	1 585 271,10	796 663,36	13 372 226,28	1 288 233,87	80 755 425,30
		5 013 347,50	2 081 128,69	561 772,55	3 667 876,19	2 653 791,47	7 548 042,01	1 346 345,76	22 872 304,16

Evolução da Cooperação Externa do MTS 1998-2001

Gráfico n.º32

(em EUROS)



Cooperação entre o MSST (ex MTS) de Portugal e o MAPESS de Angola nas áreas do emprego, formação profissional, relações laborais e segurança social

Códigos e áreas	Projectos	Nome	Contas Efectivas						Orçamento	
			1999		2000		2001			2002
			milhares de contos	milhares de euros	milhares de contos	milhares de euros	milhares de contos	milhares de euros		
			€ 11,97	331,000	31,138	111,000	€ 27	27,000	415,000	
			18,64	93,00	3,56	18,00	4,21	21,00	753,00	
		(1) Sub-Total (IEFP)								
			€ 1,07	270,000	29,733	140,000	€ 17,18	172,000	415,000	
			€ 1,07	270,000	29,733	140,000	€ 17,18	172,000	415,000	
			€ 1,518	81,000	27,188	103,000	€ 21,338	110,000	415,000	
		(2) Sub-Total (DC/OSS)	5,59	28,00	52,86	264,00	28,44	142,00	195,00	
		(3=1+2) TOTAL	24,23	121,00	56,42	281,00	32,65	163,00	948,00	

Cooperação entre o MSST (ex MTS) de Portugal e o MAPT da Guiné-Bissau nas áreas do emprego, formação profissional, relações laborais e segurança social

Projectos		Contas Efectivas					
		1999		2000		2001	
Códigos e áreas	Nome	milhares de contos	milhares de euros	milhares de contos	milhares de euros	milhares de contos	milhares de euros
TOTAL		-	-	-	-	31,45	157,00

Cooperação Multilateral (Acordos com o BIT)

Projectos	Contas Efectivas						Orçamento	
	1999		2000		2001			2002
	<i>milhares de contos</i>	<i>milhares de euros</i>	<i>milhares de contos</i>	<i>milhares de euros</i>	<i>milhares de contos</i>	<i>milhares de euros</i>		<i>milhares de euros</i>
(1) Sub-Total (DC/OSS)	77,52	387,00	232,12	1.158,00	98,57	492,00	1.611,00	
(2) Sub-Total (IEFP)	57,80	288,00	62,56	312,00	0,00	0,00	579,00	
(3=1+2) TOTAL	135,32	675,00	294,68	1.470,00	98,57	492,00	2.190,00	

Cooperação com Timor-Leste 2002

PROJECTOS		Orçamento
Código e áreas	Nome	<i>milhares de euros</i>
1.1 Emprego e formação profissional (a)		770,00
	1.1.1 Centro Nacional de Formação Técnico-Profissional de BECORA (DÍLI)	745,00
	1.1.2. Centro Juvenil Padre António Vieira	25,00
(1) Sub-Total (IEFP)		770,00
1.7. Protecção Social (inserção social)		249,00
1.8. Apoio Institucional		54,00
	1.8.1 Aquisição de viatura	54,00
(2) Sub-Total (DC/OSS)		303,00
(3=1+2) TOTAL		1.073,00

(a) Financiamento a cargo do IEFP

Cooperação Externa no âmbito do Ministério da Segurança Social e do Trabalho (ex MTS) por áreas de intervenção

(em milhares de euros)

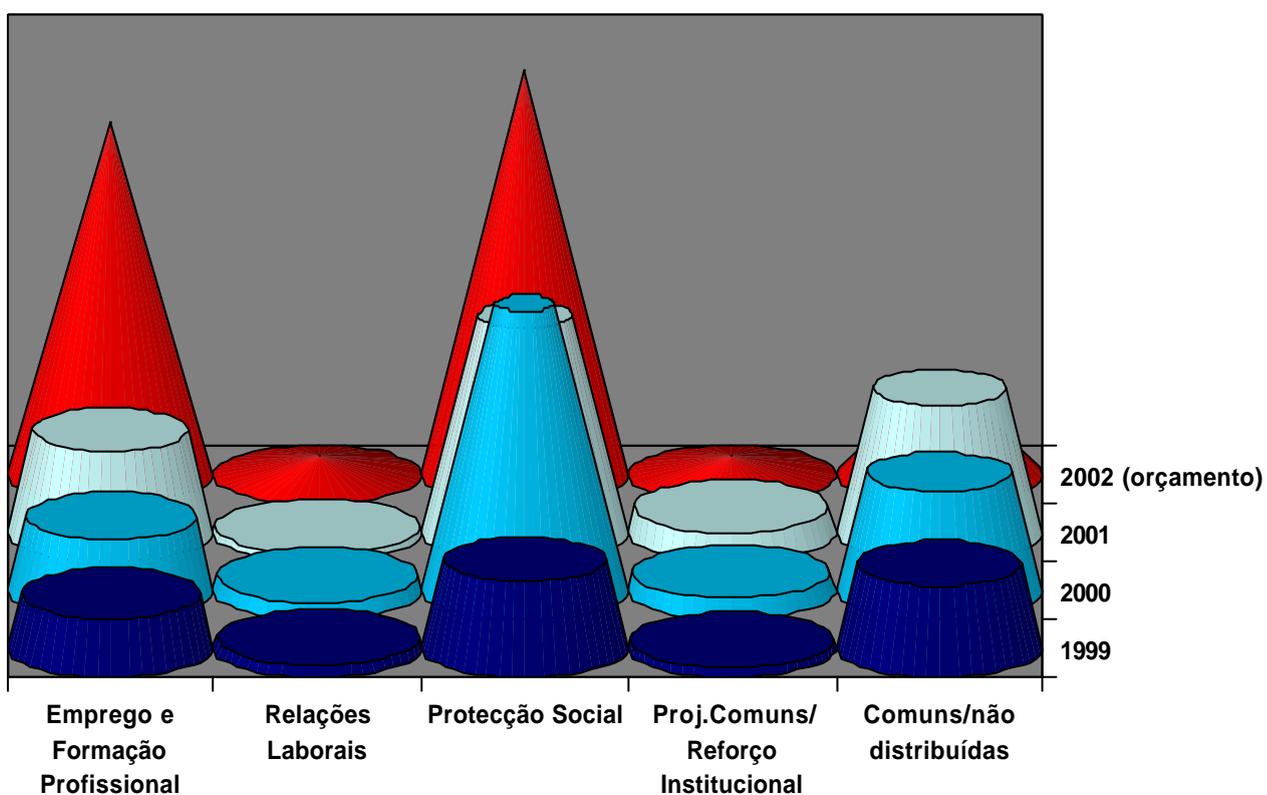
Áreas	País	Despesas Efectivas			Orçamento
		1999 (a)	2000 (b)	2001 (c)	2002
Emprego e Formação Profissional		891,00	1.206,00	1.661,00	5.748,00
	Angola	93,00	18,00	21,00	753,00
	Cabo Verde	170,00	575,00	47,00	665,00
	Guiné-Bissau	0,00	0,00	12,00	438,00
	Moçambique	226,00	140,00	1.125,00	2.235,00
	São Tomé e Príncipe	114,00	161,00	456,00	308,00
	Timor	0,00	0,00	0,00	770,00
	Multilateral	288,00	312,00	0,00	579,00
Relações Laborais		167,00	237,00	97,00	325,00
	Angola	0,00	140,00	72,00	75,00
	Cabo Verde	66,00	31,00	0,00	100,00
	Guiné-Bissau	0,00	0,00	3,00	0,00
	Moçambique	83,00	62,00	8,00	100,00
	São Tomé e Príncipe	18,00	4,00	14,00	50,00
	Timor	0,00	0,00	0,00	0,00
 Protecção Social (Segurança Social/ Inserção Social)		1.430,00	4.657,00	3.532,00	6.558,00
	Angola	62,00	1.678,00	2.137,00	1.858,00
	Cabo Verde	254,00	506,00	147,00	751,00
	Guiné-Bissau	0,00	0,00	185,00	434,00
	Moçambique	442,00	229,00	243,00	578,00
	São Tomé e Príncipe	285,00	1.086,00	328,00	1.077,00
	Timor	0,00	0,00	0,00	249,00
	Multilateral	387,00	1.158,00	492,00	1.611,00
Projectos Comuns às diferentes áreas / Reforço Institucional		126,00	301,00	424,00	319,00
	Angola	8,00	109,00	70,00	110,00
	Cabo Verde	25,00	27,00	37,00	30,00
	Guiné-Bissau	0,00	0,00	179,00	47,00
	Moçambique	93,00	165,00	138,00	63,00
	São Tomé e Príncipe	0,00	0,00	0,00	15,00
	Timor	0,00	0,00	0,00	54,00
Comuns/não distribuídas		1.363,00	1.927,00	2.361,00	1.638,00
Encargos não quantificados ou não previstos		-	-	-	521,00
TOTAL		3.977,00	8.328,00	8.075,00	15.109,00

(a) As despesas avulsas que em 1999 tiveram lugar com a Guiné Bissau (não se tratando de nenhuma área específica) estão incluídas em "Outros Encargos" e, por isso, aparecem neste mapa na rubrica "Comuns/não distribuídas"

(b) As despesas avulsas que em 2000 tiveram lugar com Timor (não se tratando de nenhuma área específica) estão incluídas em "Outros Encargos" (quer do IEFPP quer do DC), pelo que aparecem neste mapa na rubrica "Comuns/não distribuídas"

(c) As despesas avulsas que em 2001 tiveram lugar com Timor estão incluídas em "Outros Encargos" (quer do DC quer do IEFPP- mesmo as de tipo "multilateral"), pelo que aparecem neste mapa na rubrica "Comuns/não distribuídas"

Evolução da Cooperação Externa no âmbito do Ministério da Segurança Social e do Trabalho (ex MTS) por áreas de intervenção



Anexos